UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

ALEXANDRE FERRO OTSUKA

**Antonio Bento:
discurso e prática abolicionista na São Paulo da década de
1880**

SÃO PAULO
2015

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

**Antonio Bento:
discurso e prática abolicionista na São Paulo da década de
1880**

Alexandre Ferro Otsuka

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Helena P. T. Machado

SÃO PAULO
2015

À Vivian e ao nosso dia a dia.

Nome: OTSUKA, Alexandre Ferro.

Título: Antonio Bento: discurso e prática abolicionista na São Paulo da década de 1880.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em História.

Aprovado em:

Banca examinadora

Profa. Dra. Maria Helena Pereira Toledo Machado

Instituição: Universidade de São Paulo

Julgamento:

Assinatura:

Profa. Dra. Lilia Moritz Schwarcz

Instituição: Universidade de São Paulo

Julgamento:

Assinatura:

Prof. Dr. Flávio dos Santos Gomes

Instituição: Universidade do Rio de Janeiro

Julgamento:

Assinatura:

Agradecimentos

Agradeço à professora Maria Helena Pereira Toledo Machado por ter acreditado na minha capacidade acadêmica e por ter aceitado orientar minha iniciação científica e mestrado. Nesta pesquisa suas sinceras críticas, conselhos, generosidade acadêmica e contribuições ao debate a respeito da temática da escravidão no Brasil, foram essenciais.

Às instituições de fomento à pesquisa, CAPES e FAPESP, agradeço pelo apoio financeiro durante 24 meses da produção desta dissertação de mestrado, sem o qual esta pesquisa não teria o resultado aqui apresentado.

Agradeço às atentas leituras e apreciações das professoras Angela Alonso e Lilia Schwarcz em minha banca de qualificação. Suas contribuições foram muito importantes em um momento crucial e de definição para os rumos dessa pesquisa. Agradeço especialmente à professora Lilia Schwarcz que, em conjunto à professora Maria Helena Machado, esforçou-se pela aquisição de uma cópia do microfilme da coleção do jornal *A Redenção*, fundamental a essa pesquisa.

Agradeço à professora Monica Dantas pelas aulas instigadoras e cheias de energia na graduação, por alguns auxílios durante o mestrado, mas principalmente pelas circunstâncias da vida, por ter feito o meu caminho cruzar com o da Vivian.

Ao grupo de mulheres orientandas da professora Maria Helena Machado, agradeço, em especial, à Marília Ariza e Maíra Chinellato que leram, debateram, criticaram e, acima de tudo, incentivaram meus primeiros passos na academia.

Registro aqui meu agradecimento à parcela de funcionários da Biblioteca Florestan Fernandes que fazem o possível, dentro das limitações impostas pela administração da mesma, para tornar o cotidiano de estudantes e pesquisadores menos penoso. Agradeço também aos companheiros de biblioteca, junto dos quais compartilhei o cotidiano de pesquisa: Ugo Rivetti, Anouch Kurkdjian, Bruna Della Torre e Eduardo Altheman.

Ao pessoal da seção de consulta do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), agradeço pela assistência nos dias de pesquisa. Agradeço ao Núcleo de Biblioteca e Hemeroteca do arquivo

pela parceria estabelecida, comigo e com a professora Maria Helena Machado, na elaboração da proposta, junto à UNESCO, para que o jornal *A Redenção* concorresse ao prêmio de Patrimônio Documental, Memória do Mundo, por fim conquistado. A parceria com o APESP resultou em outros frutos, como a produção, em conjunto com Marcelo Chaves e sua equipe do Centro de Difusão e Apoio à Pesquisa, do Seminário “A Imprensa Abolicionista Paulista – de Luiz Gama ao jornal *A Redenção*”, e a exposição “Memória da imprensa abolicionista: o jornal *A Redenção*”. A essa equipe, agradeço pelos esforços em difundir e preservar parte da memória de São Paulo.

Aos amigos da História e da FFLCH, que conheci através da Vivian, e que em pouco tempo transformaram-se em meus verdadeiros amigos, agradeço pela fraternidade com que me receberam no grupo, pelas risadas e conversas: Danilo Nakamura, Fernando Monteiro, Victor Vigneron, Lais Silveira, Antonio Ewbank, Juliana Mantovani, Caio de Andrea, Renata Bernabé, Cristiano Kato, Cássia Laureano e Dayan de Castro. Tenho o grande prazer de tê-los por perto e, a cada dia, aprender mais com eles. Agradeço também aos amigos de encontros e desencontros que fiz durante o percurso da graduação: André Sene, Davi Moreno, Vladimir Tomé de Souza, Nina Meirelles, Iuri Barros, Mario Togni, Bianca Marcossi, Gabriela Amorin, Guisbe e Marcos Vinicius.

Não poderia deixar de agradecer a pessoas que foram tão importantes na formação de meu caráter durante minha adolescência, ao lado das quais vivi momentos de grande alegria: Caio Baptista, Mayra Machado, Alexandre Boteguim, Gabriel Cabrerizo, Fábio Shimomoto, Joel e Caio de Sanctis, Fernando Calza, Vitor Donadelli, Arthur Cegal, Carlos Eduardo Pastoriza, Daniel e Rafael Campion e Fernando Costa. Por mais que nossos presentes, muitas vezes, tenham nos distanciado, sempre levarei com grande alegria nossas memórias, que revivo com grande prazer quando estamos juntos.

Um grande obrigado ao pessoal do basquete da FFLCH, pelo companheirismo e diversão garantida durante os 5 anos da graduação.

Ao casal Luciana Chierigati e Ibon Salvador, se bem que distante, agradeço pela forma sempre afetuosa de nossos encontros. À Alice Chierigati agradeço por me ter recebido em sua casa como se um filho eu fosse e como o filho que vim a me tornar, sou muito feliz em ter você por perto.

Agradeço aos meus pais, Cleusa e Renato, por terem me criado da forma como fizeram. Não mediram esforços na minha educação e confiaram nas minhas escolhas. Serei sempre agradecido

pela constante presença, respeito, por acreditarem em mim e pelo incondicional amor que existe em nossa família. À minha irmã, Karina, agradeço por ter sido sempre a melhor amiga e por saber que, aconteça o que acontecer, sempre teremos um ao outro.

A parte mais difícil é agradecer à Vivian. Ela é fundamental em meu amadurecimento pessoal e acadêmico. De forma paciente leu e releu cada linha que produzi. Gostou, desgostou, questionou, debateu e contribuiu para que essa dissertação obtivesse este resultado e para que ficasse pronta no prazo. Mais importante do que sua influência nas páginas dessa dissertação é sua importância na felicidade que me proporciona em nosso dia a dia, compartilhando o mesmo espaço em todas as horas do dia, de todos os dias da semana, ininterruptamente. Obrigado por me encontrar.

Resumo

A presente dissertação realiza um exame da trajetória pública do abolicionista Antonio Bento de Souza e Castro, contribuindo para o debate sobre a campanha contra o cativeiro na província de São Paulo na década de 1880. Antonio Bento foi frequentemente identificado como mentor e líder do grupo abolicionista radical *Ordem dos Caifazes*, cujas práticas baseavam-se no planejamento e auxílio, por parte de homens livres, a fugas escravas no interior da província de São Paulo. Na primeira parte deste trabalho, analisamos o modo como, durante toda a década de 1880, a questão do cativeiro esteve entre as prioridades da agenda política nacional, assumindo protagonismo também na província de São Paulo e influenciando diretamente a atuação do movimento abolicionista e as estratégias empreendidas pelos indivíduos envolvidos na causa. Em um segundo momento, revisitamos especificamente a trajetória de Antonio Bento, revisando a memória construída sobre sua figura e evidenciando sua atuação contra o cativeiro, à época, no âmbito jurídico, junto à Irmandade da Igreja de Nossa Senhora dos Remédios e, principalmente, na imprensa. Documento fundamental no percurso da pesquisa foi o periódico abolicionista por ele criado e chefiado, o *A Redenção*, publicado na cidade de São Paulo entre janeiro de 1887 e maio de 1888. Um estudo da estrutura deste jornal e do modo com que, em seu interior, uma multiplicidade de projetos para a abolição do cativeiro no país puderam ser identificados, configuram objeto do terceiro capítulo. A análise específica das ideias de Antonio Bento na qualidade de redator-chefe do periódico (expressas em seus editoriais) compõe a última parte deste trabalho, na qual evidenciamos como, na vigência de seu jornal, o abolicionista lutou contra o cativeiro explorando as contingências da campanha e adaptando seu discurso com vistas a acelerar a derrocada da instituição escravista no Império do Brasil.

ABSTRACT

By examining the public life and practices of the abolitionist Antonio Bento de Souza e Castro, this dissertation intends to contribute to the debate on the campaign against slavery held in the province of São Paulo over the 1880s. Antonio Bento was frequently identified as the mentor and leader of the radical abolitionist organization *Ordem dos Caifazes*, which was composed of free men who aided and planned the flights of enslaved men and women in the interior of the province. The first part of the dissertation analyzes the central role played by slavery and its termination in the national political agenda throughout the 1880's, which affected the activities and strategies of the abolitionist movement developed in the province of São Paulo. The second part of the dissertation revisits the life trajectory of Antonio Bento, reviewing the public memory concerning the abolitionist as well as his participation in the struggles against slavery via activities carried out in the judicial arena, engagement in the Fraternity Igreja da Nossa Senhora dos Remédios and, most importantly, involvement with the press. The abolitionist newspaper *A Redempção*, created and led by Antonio Bento and published in the city of São Paulo between January 1887 and May 1888, was a fundamental source for this dissertation. A study on the structure of such newspaper and on the multiple political projects of abolition that it gathered can be found in the third chapter. Finally, the last chapter focuses on the analysis of Antonio Bento's views as the editor in chief of *A Redempção*. This chapter demonstrates that Antonio Bento's engagement in the fight against slavery relied on the criticism to the contingencies of the abolitionist movement and on a changeable abolitionist discourse aimed at rushing the downfall of the institution of slavery in the Empire of Brazil.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO I. São Paulo na última década da escravidão: tensões político-sociais e o horizonte abolicionista.	11
1.1 O encadeamento da luta abolicionista	14
1.2 A vida paulistana em transformação – urbis, sociedade e imprensa	46
CAPÍTULO II. Revisitando a memória do abolicionismo radical e a figura de Antonio Bento	73
2.1 A memória sobre os caifazes e a historiografia	76
2.2 No encalço do Bacharel Antonio Bento (1872-1886)	108
CAPÍTULO III. <i>A Redempção</i> , um retrato dos discursos abolicionistas	138
3.1 A Estrutura do <i>A Redempção</i>	140
3.2 O <i>A Redempção</i> : abolicionismos	161
CAPÍTULO IV. O editorial d' <i>A Redempção</i> : os arranjos de Antonio Bento	192
FONTES E BIBLIOGRAFIA	222

Introdução

Esta pesquisa se propõe a analisar, a partir da figura de Antonio Bento e do jornal abolicionista por ele produzido, o *A Redenção*, a campanha abolicionista na década de 1880 na cidade e província de São Paulo. Os momentos finais da escravidão foram marcados por uma intensificação dos conflitos entre abolicionistas e escravistas e Antonio Bento teve papel central nesse embate na província e, principalmente, na cidade de São Paulo. Os memorialistas da abolição, como veremos, atribuíram a este abolicionista a organização e liderança da *Ordem dos Caifazes*, grupo que se empenhou no resgate de cativos através do auxílio direto à fuga, fornecimento de esconderijos provisórios e envio dos escravos fugidos ou resgatados a locais seguros. Em razão desta prática libertadora gravada na memória da abolição, parte da historiografia compreende a atuação de Antonio Bento como eminentemente radical, em oposição à atuação “legalista” e judicial de homens como Luiz Gama.

A existência de poucos documentos a permitir uma maior aproximação da prática abolicionista dos *caifazes*, dado o caráter sigiloso dessa luta, pintou a figura do pretense líder deste grupo com tons mitológicos. A construção de tal imagem resulta, em grande medida, do tipo de documentação utilizada pelos pesquisadores, composta, em sua maioria, por relatos redigidos cerca de 20 ou 30 anos após o 13 de maio de 1888. A historiografia tradicional da abolição – da primeira metade do século XX – e mesmo a historiografia mais recente produzida sobre o tema, encontra dificuldades em respaldar o estudo da prática desses homens em outras fontes que não os depoimentos memorialistas. Parte da pesquisa que aqui apresentamos tem por objetivo problematizar a utilização desse tipo de fontes e investigar o modo com que a memória de Antonio Bento e dos *caifazes* foi sendo construída.

A ênfase na atuação radical de Antonio Bento acabou por legar a um segundo plano suas atividades abolicionistas nos âmbitos jurídicos e da imprensa. Faz parte dos objetivos dessa pesquisa, nesse sentido, revisitar a luta de Antonio Bento para além da liderança da *Ordem dos Caifazes*, destacando especialmente sua atuação na imprensa, sem deixar de lado, na medida do possível, sua atuação jurídica. Para cumprir tal objetivo, faz-se necessária uma análise minuciosa do jornal abolicionista produzido por ele e por seus companheiros nos anos finais do cativeiro no país, o *A Redenção*.

A apresentação e análise desse jornal nos permitem observar o modo com que, nos estertores da escravidão, uma pluralidade de projetos visando o fim do cativeiro no Brasil encontrava-se na

arena pública nacional. O jornal *A Redenção*, nesse sentido, surge como um verdadeiro quebra-cabeças, composto por uma diversidade de apreciações acerca de como se deveria encaminhar a abolição do cativeiro. Nos anos de produção do periódico, 1887 e 1888, a repressão aos abolicionistas foi forte e violenta. A produção de uma folha declaradamente abolicionista, cuja linha editorial compreendia projetos abolicionistas dos mais diferentes matizes, evidencia a necessidade, àquela altura, da organização e sustentação de redes de solidariedade visando o fim da escravidão e unindo indivíduos portadores de projetos plurais.

Para contemplar os objetivos aqui apresentados, estruturamos o texto da dissertação de modo a que, partindo dos contextos político, social e ideológico mais amplos de formação e atuação de Antonio Bento, alcançássemos as especificidades deste personagem e de sua luta abolicionista, abordando-a privilegiadamente a partir do jornal *A Redenção*.

Tendo em vista esta proposta, o primeiro capítulo da dissertação se inicia com uma apresentação do acirramento dos conflitos entre abolicionistas e escravistas na década de 1880, chamando a atenção às lutas pelo fim da escravidão travadas em âmbito provincial e às especificidades da lavoura do café, da resistência escravocrata, das revoltas escravas e das técnicas empregadas pelos abolicionistas. Em alguns momentos, tais análises foram articuladas ao cenário mais amplo de decisões políticas tomadas no país. A observação suplementar dos contornos assumidos pelo abolicionismo em algumas localidades do Brasil teve ainda o objetivo de destacar as particularidades da província de São Paulo, chamando a atenção à campanha encabeçada pelo grupo de Antonio Bento e materializada no jornal *A Redenção*. A segunda parte do capítulo, por sua vez, visa apresentar as transformações vividas pela cidade de São Paulo entre as décadas de 1860 e 1880, destacando a configuração material e social da *urbis* à altura do acirramento dos embates sobre o fim do cativeiro. Ainda neste momento, paralelamente à apresentação de uma cidade em constante movimento populacional e de uma província ainda em expansão econômica, abordamos o desenvolvimento da cultura impressa em São Paulo, destacando como, naquele ambiente específico, este tipo de suporte, assim como seu público, mostrou-se permeável às investidas abolicionistas.

Partindo de tal contextualização, discorreremos, no segundo capítulo, sobre os riscos envolvidos numa aceitação, sem mediações, da memória construída sobre a vida de Antonio Bento e da luta abolicionista empreendida em São Paulo às vésperas do fim do cativeiro. Nossa atenção, neste momento, volta-se fundamentalmente a problematizar as fontes memorialistas utilizadas, até a atualidade, na abordagem da luta de Antonio Bento e dos *caifazes*, mostrando o modo com que esta produção privilegiou certos aspectos da vida do personagem – em detrimento de outros – e certos âmbitos da prática abolicionista dita radical dos *caifazes* – a partir de cuja memória acabou-se por

obliterar, em grande medida, o conjunto mais amplos das iniciativas e estratégias de libertação então em curso na província, como as fugas espontâneas encabeçadas pelos próprios cativos. Para tanto, a um exame da produção legada por memorialistas e pela historiografia tradicional da abolição no país, somamos a análise de estudos mais recentes da questão, buscando, nos mesmos, rupturas e continuidades com a lógica de abordagem legada pelos trabalhos anteriores.

Na segunda parte deste capítulo, a vida de Antonio Bento é investigada a partir de um conjunto distinto e, em grande medida, inédito, de documentos – fundamentalmente artigos de jornal publicados entre 1871 e 1886, de autoria do próprio personagem ou abordando algum aspecto de sua vida e atuação –, reconstruindo a trajetória nebulosa do abolicionista a partir de sua atuação em âmbito “legal”. Se para o período que foi de 1871 a 1881 – em que a vida pública do bacharel Antonio Bento foi exposta nos jornais em decorrência de uma série de conflitos em que se envolveu –, não pudemos identificar tendências abolicionistas em seus posicionamentos; para o intervalo que foi de 1882 a 1886, tal identificação ficou não só explícita, como possibilitou-nos detectar, também, uma radicalização crescente de seus posicionamentos frente ao fim do cativeiro no país.

No terceiro capítulo desta dissertação, focamo-nos no jornal *A Redenção*, fundado e dirigido por Antonio Bento entre 1887 e 1888. Sustentados pela análise desenvolvida nos capítulos anteriores, partimos do princípio de que a radicalização dos posicionamentos abolicionistas de Antonio Bento, bem como os desafios impostos e possibilidades abertas à luta pelo fim do cativeiro em São Paulo, levaram nosso personagem a identificar no suporte impresso um material com ricas possibilidades à exposição de suas ideias e sustentação de uma rede de indivíduos com interesses (e inimigos) comuns. Nesse sentido, a uma apresentação da estrutura adotada pelo periódico, seguir-se-á a apresentação de algumas temáticas que nos possibilitarão entrever a multiplicidade de pontos de vista e de projetos para o fim do cativeiro nele presentes, como representativos da faceta de “guarda-chuva ideológico” assumida pela luta abolicionista no país àquela altura. O jornal, por sua vez, ao abrir espaço a esta multiplicidade de pontos de vista, acabou por revelar não apenas a força da rede que se formava pelo fim do cativeiro no Brasil, mas também as distintas avaliações políticas, sociais e econômicas que os representantes da causa da abolição portavam naquele momento.

No quarto e último capítulo, apresentaremos uma análise dos editoriais produzidos por Antonio Bento com a finalidade de demonstrar como o redator-chefe da folha reorganizou a propaganda dos caminhos a serem trilhados pelos abolicionistas, aproveitando-se das diferentes conjunturas da situação escravista na província de São Paulo. Antonio Bento, plenamente consciente de que a abolição estava próxima, procurou mobilizar, no calor dos momentos e das

inflexões vividas, diferentes estratégias para apressá-la, esforçando-se por imprimir derrotas à resistência escravocrata. Os discursos de Antonio Bento presentes no jornal *A Redenção* permitem-nos entrever a forma como, ao invés de apresentar um projeto único e definitivo de como encaminhar o processo de desestruturação do cativo, o abolicionista optou pela criação de um jornal e, portanto, a exploração de um veículo que privilegiasse um trabalho cotidiano de solapamento do cativo.

Cap. I. São Paulo na última década da escravidão: tensões político-sociais e o horizonte abolicionista.

Antonio Bento de Souza e Castro iniciou a produção do jornal abolicionista *A Redenção* em janeiro de 1887, na cidade de São Paulo. Desde o início da década de 1880, o abolicionista vinha participando ativamente da campanha contra o cativeiro, atuando como advogado em causas de liberdade, organizando reuniões abolicionistas na Confraria da Irmandade da Igreja de Nossa Senhora dos Remédios e divulgando suas ideias na imprensa da época. A fama abolicionista de Antonio Bento, contudo, decorreu em grande medida de sua atuação, em finais da década de 1880, junto à *Ordem dos Caifazes* (da qual foi pretensamente líder e articulador), cuja radicalidade e excepcionalidade foram perpetuadas pela produção memorialista do abolicionismo paulista.

As memórias construídas sobre o grupo remetem a uma rede de colaboradores que, composta por indivíduos de diferentes estratos sociais espalhados pela província de São Paulo, teria atuado de maneira prática na libertação dos cativos da região. Organizada por seu líder, tal rede teria se composto por uma multiplicidade de indivíduos com funções específicas, responsáveis pela inserção nas fazendas, convencimento dos escravos à fuga, auxílio aos meandros da empreitada e condução dos “fugitivos” a locais seguros como a casa de abolicionistas paulistas ou o Quilombo do Jabaquara, nas cercanias de Santos. No interior de tais memórias, o jornal *A Redenção* foi frequentemente referido como arma de comunicação entre os *caifazes* estabelecidos na capital e os membros de outras regiões da província, em especial aqueles atuando diretamente juntos aos escravizados.

Apesar de amplamente referida no interior deste universo, a figura de Antonio Bento pode ser melhor compreendida se, para além de associada a uma inserção radical no processo final de desmonte do cativeiro, considerarmos sua atuação a partir do acúmulo de experiências da campanha abolicionista na província de São Paulo, e em âmbito nacional, por toda a década de 1880. Faz-se necessário, nesse sentido, que avaliemos não apenas o modo como a luta pelo fim do cativeiro foi travada nas plenárias do Parlamento nacional – analisando as políticas imperiais voltadas à questão e seus impactos nas diferentes regiões do país –, mas que, para além disso, voltemos nossa atenção às especificidades assumidas pela campanha na província de São Paulo e ao modo com que, nesta conjuntura, Antonio Bento leu e interpretou os rumos da tarefa abolicionista de que se imbuíu.

As ações abolicionistas da última década do cativeiro foram moldadas, dentre outras coisas, pelas distintas contingências a marcar a lavoura nas diferentes regiões do país. No sudeste do Brasil,

a dependência do trabalho escravo para a manutenção e expansão da lavoura cafeeira tal como organizada – demandando a introdução constante e cada vez maior de levas de trabalhadores –, armou seus fazendeiros de uma resistência feroz e impetuosa às fugas escravas (que se avolumavam a cada dia), tornando-os ainda inimigos convictos da campanha abolicionista. Se a nível regional, portanto, o cenário abolicionista da década de 1880 era bastante delicado, a nível nacional a resistência escravista mantinha-se firme e forte ainda em 1887, com o presidente do Ministério, o Barão de Cotegipe, orientando oficialmente a política repressiva da Corte. As constantes pressões pelo fim da escravidão sofriam, portanto, à época, reações que lhes equivaliam em força e obstinação.

Na região da província de São Paulo, por exemplo, podemos contrapor o fortalecimento do movimento abolicionista ao surgimento dos Clubes de Lavoura e à organização de suas milícias particulares, do mesmo modo que, em contraposição aos crescentes processos de liberdade ganhos nas barras dos tribunais, podemos apontar a criação de novas regulamentações com vistas a dificultar tais vitórias¹. A mesma estrutura pode ser identificada nas tentativas de repressão às crescentes fugas de escravos das fazendas paulistas, cuja coação foi buscada por meio de punições cada vez mais duras, estendidas, sempre que necessário, aos homens livres que atuavam ao lado dos cativos; ou ainda nas proibições e repressões violentas empreendidas pelo governo contra manifestações públicas organizadas nas cidades pelos abolicionistas. Em momentos mais dramáticos da campanha nacional, redações de jornais abolicionistas foram vandalizadas, delegados defensores dos interesses cativos assassinados e outros tantos abolicionistas expulsos de cidades em que a onda de resistência era mais forte.

Em contínua expansão produtiva ainda em meados da década de 1880 e marcada, dentre outras coisas, pela alta concentração agrária de cativos, a província de São Paulo foi um grande polo de resistência escravista à época, gerando ou dando forças – no interior de um processo dinâmico pautado por certa lógica de retroalimentação – a uma luta abolicionista repleta de especificidades de que buscaremos dar conta neste capítulo.

A resistência escravocrata, contudo, não se configurou de forma veemente apenas na província de São Paulo, e daí nosso interesse em relacioná-la também a acontecimentos transcorridos no interior de um movimento nacional mais amplo. Em outras províncias do Império e, principalmente, na Corte, foi possível observar a força com que parte das elites agrárias agarrou-

¹ A forma como os ganhos abolicionistas foram interrompidos pelo Tribunal da Relação de São Paulo foi analisado pela historiadora Elciene Azevedo e foram por nós retomados no capítulo II dessa dissertação. Azevedo, Elciene. *O Direito dos Escravos: lutas jurídicas e abolicionismo na província de São Paulo*. Campinas, Editora da Unicamp, 2010. p.211.

se, da forma como pode, a seus cativos. As ações repressivas de fazendeiros caminharam, assim, lado a lado às políticas agressivas do Barão de Cotegipe, revelando como, na segunda metade da década de 1880, muito ainda se encontrava em disputa no país e poucas certezas havia quanto ao momento preciso de efetivação da abolição.

Frente a tal dinâmica, por vezes extremamente desafiante, faz-se necessário compreender a luta abolicionista a partir de uma leitura que não perca de vista a conjugação e mobilização constante de fatores operantes e móveis em seu decurso, cambiantes a depender das necessidades específicas em disputa e de avaliações realizadas por seus protagonistas, muitas vezes, no calor da hora. A observação de Angela Alonso sobre as opções e formas com que os abolicionistas trilharam seus caminhos reforça tal ideia:

[...] não por crença na superioridade de cada tática, mas por sua adequação a cada conjuntura, conforme abertura ou clausura do sistema político à agenda da abolição, repressão ou tolerância às suas manifestações por parte do Estado, presença ou ausência de recursos e aliados, força e organização dos antagonistas².

Imerso neste difícil contexto, pode-se dizer que Antonio Bento de Souza e Castro identificou a necessidade de, na província e, mais especificamente, na cidade de São Paulo, lutar contra a escravidão fazendo uso da maior quantidade possível de meios, tendo elegido como seus, o âmbito jurídico, a imprensa e a atuação prática e efetiva do dia a dia. Nesse sentido, avaliou como necessários e profícuos os esforços envolvidos na manutenção de um periódico com conteúdo abolicionista, buscando desta forma confrontar a resistência escravocrata paulista que, em grande medida, fazia uso dos grandes periódicos da época.

O jornal abolicionista *A Redenção*, fundado por Antonio Bento em janeiro de 1887, é, assim, documento essencial para a compreensão deste momento. No editorial produzido pelo abolicionista é possível perceber a forma como as estratégias e focos da luta por ele empreendida buscaram atrelar-se às intensas mudanças ocorridas nos estertores da escravidão, reconhecendo-se alterações no tom e conteúdo de seus discursos a depender do momento enfrentado pela campanha a nível nacional e provincial. O conteúdo presente nas folhas do jornal permite-nos reconhecer, ainda, a defesa de uma pluralidade de projetos em suas páginas, algumas vezes em confronto aberto com outras abordagens veiculadas pelo próprio periódico. Ressaltamos, contudo, que apesar de distintos em suas nuances, tais projetos objetivaram sempre a abolição do cativeiro no país. Tal característica demonstra como os diferentes atores sociais congregados sob a redação do jornal possuíam diferentes expectativas e interesses quanto ao fim da escravidão, defendendo todos, no entanto, sua

² Alonso, Angela. *Flores, Votos e Balas: O movimento pela abolição da escravidão no Brasil*. Tese apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo como requisito parcial para a obtenção de título de livre-docente. São Paulo, 2012. p. 14.

abolição.

A apresentação do panorama da campanha abolicionista, assim como da resistência escravocrata, será objeto da primeira parte deste capítulo. A segunda parte será dividida em dois momentos. Na primeira, versaremos a respeito do desenvolvimento da cidade de São Paulo, local de nascimento, formação e atuação de Antonio Bento; para, por fim, abordarmos o aperfeiçoamento da imprensa na cidade, buscando compreender o acesso de Antonio Bento aos jornais da época e, principalmente as circunstâncias específicas em que teve início a publicação do *A Redenção*.

1.1. O encadeamento da luta abolicionista

A partir da década de 1870, acentuando-se na década de 1880, o controle sobre os plantéis de escravos das fazendas brasileiras tornou-se mais complicado e trabalhoso para seus proprietários, principalmente nas fazendas produtoras de café da região Sudeste. Os crimes cometidos por cativos contra seus senhores acentuaram-se no período, assim como as fugas escravas e os rumores de possíveis revoltas generalizadas. Um deputado da Assembleia Provincial de São Paulo, Leite Moraes, expressou seu temor quanto à segurança da classe senhorial em vista da crescente insubordinação dos escravos, já em 1878:

não se instala uma sessão judiciária a oeste da província de São Paulo sem que, perante ela, represente-se um desses dramas sanguinolentos, onde nós vemos o lar doméstico do fazendeiro lavado em sangue, e onde vemos muitas vezes, de envolta com o crime cometido, ameaçada a honra de nossas famílias! Não há dúvida, sr. presidente, que estamos à borda de um abismo, ou pisando sobre um vulcão!³.

À parte certa dose de exagero presente na fala de Leite Moraes – preocupado, em grande medida, com a garantia de maior força policial nas regiões rurais com vistas a um incremento da segurança dos fazendeiros, dentre os quais se encontrava – o panorama descrito pelo deputado não só foi verdadeiro, como manteve-se e agravou-se nos anos subsequentes na província de maior concentração de escravos do Império do Brasil. Daquele momento em diante, o que estava em jogo para os senhores de escravos, em grande medida, era não somente a viabilidade econômica de suas propriedades, mas a própria existência da família senhorial.

Para compreendermos tal instabilidade das regiões rurais do Oeste Paulista, necessário faz-se retroceder brevemente ao momento de desenvolvimento da economia cafeeira da região e aos motivos que transformaram a grande insatisfação dos plantéis em constantes sublevações e fugas em massa.

³ Assembleia Legislativa da Província de São Paulo, 1878, p. 535. APUD Azevedo, Celia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: O negro no imaginário das elites – Século XIX*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. p.116-117.

O estancamento do tráfico de escravos com a costa africana, no ano de 1850, interrompeu a oferta elástica de mão de obra cativa no Brasil. A entrada irrestrita de escravos, juntamente às facilidades na obtenção de terras nas regiões do Rio de Janeiro, São Paulo e parte da província de Minas Gerais, haviam conformado os pilares da rápida expansão da produção de café no país até aquele momento. Desde seu início, em 1770, nas cercanias da cidade do Rio de Janeiro, tal produção esteve em contínua expansão no país. O colapso da principal economia cafeeira a nível mundial, no final do século XVIII – com a revolução e independência da colônia francesa de São Domingos –, em conjunto à demanda cada vez maior do mercado internacional – marcada fundamentalmente pela entrada dos Estados Unidos no mercado consumidor de café –, orientou os produtores brasileiros a ampliarem a produção do gênero. Já na década de 1830, as fazendas de café brasileiras tornaram-se as maiores produtoras do mundo e, em 1868, o Império do Brasil produzia metade do café mundial⁴.

Pela primeira metade do século XIX, haja vista a constância do tráfico negreiro, o custo da mão de obra escrava foi relativamente baixo e acessível no país, facilitando a expressiva expansão destes trabalhadores na região sudeste do Império. Os portos do Rio de Janeiro, principal porta de entrada dos cativos orientados às fazendas de café, receberam fluxos crescentes no período, indo de uma média anual de quase 16 mil indivíduos entre 1811-15, para 19 mil no quinquênio seguinte, até alcançar a média anual de aproximadamente 40 mil escravos durante toda a década de 1840⁵.

Apesar das constantes investidas e buscas por sistemas que incentivassem a vinda de imigrantes europeus ao Brasil, nenhuma das iniciativas empreendidas foi profícua a ponto de demonstrar qualquer possibilidade de suplementação da demanda de trabalhadores exigida pela expansão cafeeira⁶. Pelo contrário, alguns políticos da câmara provincial de São Paulo expressaram, até o final da década de 1860, sua descrença na possibilidade do imigrante europeu lavrar terras nas

⁴ Rafael Marquese fez uma concisa, mas muito bem explicada introdução sobre as circunstâncias econômicas dos países produtores do café, que propiciaram o desenvolvimento da produção deste gênero no Império do Brasil. Marquese, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo, Companhia das Letras, 2004. p. 259

⁵ Marquese, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente...* p. 294.

⁶ O governo Imperial no final da década de 1820 esforçou-se para trazer imigrantes europeus para o Brasil, principalmente para as atuais regiões de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Esses pequenos núcleos coloniais foram estabelecidos muito distantes de um possível mercado consumidor para seus produtos. Isolados em regiões rurais de difícil acesso, cercados por grandes propriedades rurais praticamente autossuficientes, seus habitantes acabaram desvinculados de atividades produtivas rentáveis. Na década de 1840, o senador paulista Nicolau de Campos Vergueiro liderou, de forma particular, para depois receber apoio do governo Imperial, as primeiras iniciativas para a vinda de trabalhadores para a grande lavoura. Uma vez mais, porém, a imigração foi muito tímida e os esforços malograram. A partir da década de 1870, encontraram novas formas para subvencionar a vinda do trabalhador europeu, sendo, gradativamente incrementados os valores no auxílio para o deslocamento passagens pagas pelo governo provincial de São Paulo, além de outros benefícios. Ainda assim, seria só com a crise política na Itália, na década de 1880, que se estabeleceria um verdadeiro fluxo de imigrantes para a província de São Paulo. Costa, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. São Paulo, EDUNESP, 1998. p. 115-117, 122-128 e 148-149.

grandes propriedades paulistas. Tal descrença, por sua vez, resultara do malogro de algumas experiências vividas na região, de que o exemplo máximo foram os conflitos transcorridos na fazenda do senador Nicolau de Campos Vergueiro, principal envolvido nos esforços para a vinda desses trabalhadores ao país⁷. O afluxo de italianos para São Paulo tornar-se-ia volumoso, desta forma, unicamente na segunda metade da década de 1880⁸.

Após a interrupção do tráfico Atlântico, a principal fonte de trabalhadores para a expansão da lavoura do café, sobretudo para a região sudeste, adveio da compra de cativos oriundos de regiões economicamente menos prósperas como o norte, oeste e extremo sul do país. Em *Os últimos anos da escravidão no Brasil*, Robert Conrad narra a prática de comerciantes de escravos que percorriam as províncias do norte, passando em cada uma das fazendas e sítios da região e convencendo senhores empobrecidos a venderem seus cativos mais produtivos. Ofereciam, nessas circunstâncias, setecentos ou oitocentos mil réis por escravo, para posteriormente vendê-los pelo dobro do preço nas praças do Rio de Janeiro ou no interior de São Paulo⁹.

A diferença de valores do escravo nas distintas regiões do país vinculava-se diretamente à importância econômica dos produtos característicos de cada local. No sudeste do Império, onde predominava a produção do café, a procura por mão de obra escrava era gigantesca. Já na região nordeste, onde prevalecia a produção açucareira e algodoeira, a desvantajosa concorrência imposta pelo mercado mundial – em especial por meio do açúcar cubano e do algodão produzido nos Estados Unidos –, impunha situação de crise econômica. A discrepância verificável entre as exportações de café no sudeste e as de açúcar e algodão no norte do país, apontam já às distintas necessidades de mão de obra escrava e aos fluxos consequentemente estabelecidos entre essas regiões. Para o começo da década de 1870, o valor das exportações de café correspondia já a dois terços da soma do valor dos outros dois produtos¹⁰.

⁷ Azevedo, Célia Maria Marinho de. *Onda Negra, Medo Branco: O negro no imaginário das elites – Século XIX*. São Paulo, Paz e Terra, 1987. p. 110.

⁸ Um fator essencial para proporcionar a vultosa imigração que ocorreu na década de 1880 e nas subseqüentes, foi o ambiente político crítico – mas favorável para a transferência dos trabalhadores – do processo de unificação política em que se encontrava a Itália. Essas circunstâncias, segundo o historiador Alexandre Barbosa, possibilitaram que fossem inseridos na província de São Paulo, entre os anos de 1885 e 1889, cerca de 160 mil imigrantes. Destes 160 mil imigrantes, 137 mil eram italianos, 18 mil portugueses e quase 5 mil espanhóis, somente para elencar as três maiores ocorrências. Para se ter uma ideia, nos quatro anos anteriores – 1880 a 1884 –, esses números não passavam de 16 mil emigrados para São Paulo. Para saber mais sobre o fluxo de imigrantes por nacionalidade para São Paulo em outras datas, a partir de 1880, ver a tabela 6A do trabalho de Barbosa. p. 301. Barbosa, Alexandre de Freitas. *A formação do mercado de trabalho no Brasil*. São Paulo, Editora Alameda, 2008. p. 139.

⁹ Conrad, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil 1850-1888*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1978. p. 67-68.

¹⁰ Entre os anos de 1840 a 1863 o Brasil exportou 925.000 contos de réis em café, enquanto para o açúcar, o valor foi de 372.000 contos. Nos anos fiscais de 1872/73, o café produzido foi avaliado em 115000 contos, enquanto a soma de açúcar e algodão foi inferior a 49.000 contos. Conrad, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil...* p. 75-76

A interrupção do tráfico fez com que o preço dos cativos aumentasse abruptamente no país. Apesar dos altos custos envolvidos na compra de escravos, da presumida proximidade do fim do cativeiro e, ainda, das oscilações verificáveis no valor do café no mercado mundial, a grande lucratividade desta produção e os seguidos recordes anuais de safras exportadas mantinham o alto interesse dos proprietários na compra de cativos. Ainda na década de 1880, num momento em que a luta abolicionista encontrava-se bastante avançada, os fazendeiros seguiam adquirindo cativos. Essa enorme demanda por braços incentivou o comércio interprovincial. Enquanto este tráfico perdurou, os comerciantes de escravos fizeram de tudo para manter ou aumentar seus lucros, obrigando os cativos, por vezes, a marcharem a pé do norte ao sudeste do Império, evitando assim os impostos aduaneiros. O tráfico interprovincial possuía, ainda, características que o aproximavam do tráfico praticado com a costa africana, como a preferência por escravos homens e em idade apropriada para o trabalho na lavoura – fato que contribuiu à desestruturação dos laços familiares e cotidianos muitas vezes construídos e conquistados arduamente por estes trabalhadores em suas regiões de origem¹¹.

Para se ter uma ideia da voracidade deste tráfico, no intervalo de 10 anos que foi de 1864 a 1874, a população cativa das províncias do nordeste passou de 770 mil para 430 mil indivíduos¹². No mesmo intervalo de tempo, a província de São Paulo praticamente dobrou sua população cativa, que passou de cerca de 80 mil para 174 mil indivíduos. Se entre os anos de 1874 e 1884, por sua vez, todas as províncias do Império apresentaram redução no número de cativos, o maior índice foi registrado na região nordeste, com queda de 31 por cento, enquanto São Paulo apresentou queda de apenas de 3 por cento, com sua população masculina de cativos aumentando, no mesmo período, em 8 mil indivíduos¹³.

O tráfico interprovincial, portanto, causava desequilíbrios na distribuição da escravidão no Império, esvaziando o norte e concentrando o sul do país. Diante de tal desequilíbrio, as legislaturas provinciais do sudeste aprovaram, no início da década de 1880, legislação que virtualmente interrompia este tráfico, pautada, fundamentalmente, na cobrança de altos impostos para a entrada, no sudeste, de cativos advindos de outras regiões do país. Interessante observar que, a despeito do que à primeira vista possa parecer, tal legislação foi promulgada com vistas à preservação dos interesses da produção cafeeira nacional, uma vez que não objetivava abreviar a escravidão no país,

¹¹ Conrad, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil...* p. 77-9

¹² De acordo com a classificação de Robert Conrad o nordeste era composto pelas províncias de Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia. Conrad, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil...*p. 346

¹³ Com exceção do município Neutro, todas as províncias do “Centro-sul” (Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo) tiveram ganho no número de escravos. Conrad, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil...*p. 346

mas antes preservá-la pelo maior tempo possível. Seus esforços, portanto, davam-se no sentido de evitar que o desequilíbrio gradual entre o norte e o sul do Império acabassem empurrando as classes dirigentes do norte a projetos que propunham a abolição total do cativo no Brasil.

Ao estudar as discussões travadas em torno desses projetos na assembleia provincial de São Paulo, Célia Maria Marinho de Azevedo pontuou que a diminuição de escravos no norte do Império gerou também o temor de que a disparidade se desdobrasse em uma guerra civil, tal como ocorrera nos Estados Unidos¹⁴. Igualmente mobilizados nas discussões, segundo a autora, foram os argumentos centrados nos “efeitos” da lei do Ventre Livre – fundamentalmente, a abertura de brechas ao questionamento da instituição servil no país e uma consequente facilitação da luta dos escravos por suas liberdades –, que tornariam “impraticável” o controle dos plantéis; bem como o incremento no receio de senhores, e da própria população livre, quanto a rebeliões cativas em massa, impossíveis de serem reprimidas devido à superioridade do número de escravos (quando comparados aos homens livres) nas regiões agrárias do país¹⁵.

Impossibilitados de estimular a entrada de cativos no Brasil e descrentes do sucesso das iniciativas com imigrantes europeus, alguns fazendeiros teriam incentivado, a partir da década de 1850, o crescimento vegetativo de escravos no interior de suas fazendas, tratando-os melhor e, principalmente, atentando aos cuidados necessários às escravas e seus filhos¹⁶. Ao mesmo tempo em que os senhores dependiam de tal força produtiva para suas fazendas, o aquecido mercado exportador levava-os a explorá-la com ainda mais vigor, aumentando o ritmo de trabalho e a supervisão de seus cativos¹⁷. Um observador do trabalho escravo na região sudeste do Império no início da década de 1880, Laerne, afirmou que, comparados aos trabalhadores de dez anos antes: “Eles são melhores tratados, melhor alimentados e mais bem cuidados, mas eles têm que trabalhar mais”¹⁸.

O incremento do ritmo produtivo dos escravos nas fazendas de café levou a um esmagamento das margens de autonomia desses indivíduos, duramente conquistadas ao longo de anos de negociações cotidianas com seus senhores. Tais relações, nas palavras de Maria Helena Machado, baseavam-se em “uma cadência de trabalho orgânica ao grupo, uma organização social independente, uma incipiente produção de subsistência na forma de roças e de uma microeconomia

¹⁴ Azevedo, Célia Maria Marinho de. *Onda Negra, Medo Branco...* p. 111-115

¹⁵ Azevedo, Célia Maria Marinho de. *Onda Negra, Medo Branco...* p. 111-115

¹⁶ Marquese estudou alguns casos de manuais agrários nas Américas, onde, todos os exemplares estudados se ativeram nos cuidados no lido com os escravos. No caso do Brasil, após a proibição do tráfico de 1850, foi perceptível uma maior preocupação para uma reprodução interna dos escravos.

¹⁷ Machado, Maria Helena Pereira Toledo. *O Plano e o Pânico...* p. 33.

¹⁸ Laerne, C. F. Van Delden. *Brazil and Java. report on Coffe-culture in America, Asia and Africa.* p. 91. Apud. Machado, Maria Helena Pereira Toledo. *O Plano e o Pânico...* p. 33.

monetária”, para além de direitos à folga e “justiça” nos castigos, vistos pelos escravos como “obrigações senhoriais”¹⁹. As exigências produtivas geradas pelo alto valor do café e pela sede de lucro dos senhores, contudo, destruíram tais relações. A perda dessa pequena margem de autonomia, para Maria Helena Machado, esteve na origem de uma série de conflitos – apesar da multiplicidade de nuances a serem avaliadas em cada caso – e foi o principal motivo para a prática de crimes, por escravos, contra figuras de autoridade no interior das fazendas, principalmente em regiões onde a fronteira agrícola expandia-se, exigindo ainda mais dos escravizados²⁰.

A partir do início de 1880, outra forma de resistência escrava, a fuga, passou a ganhar cada vez mais notoriedade. Não que as fugas não ocorressem antes, mas a perda das margens de autonomia dos cativos acabou por não lhes disponibilizar outra opção a não ser fugir. As consequências da lei Rio Branco, de 28 de setembro de 1871, parecem não ter sido suficientes para acalmar os cativos nas fazendas. Pelo contrário, a lei escancarou a proximidade do fim da ordem escravocrata e a notícia certamente alcançou as senzalas, conscientizando os escravos quanto à proximidade da abolição e criando expectativas sobre a aproximação da liberdade. Os senhores, no entanto, nenhuma medida tomaram no sentido da libertação, frustrando os desejos de seus trabalhadores. Tal combinação de esperanças e decepções alimentou as insurgências escravas neste momento, resultando em crimes contra autoridades senhoriais, fugas individuais e coletivas²¹.

Para o ano de 1882, somente entre os meses de outubro e novembro, na região do Oeste Paulista, Maria Helena Machado identificou uma série de levantamentos de cativos “em Araras (Fazenda Morro Alto), Amparo (fazenda do finado Tenente João de Souza campos), São João da Boa Vista (Fazenda São Pedro de Manuel Antonio Malheiro) e, em Itatiba, onde ao homicídio de um feitor seguiu-se a formação de um quilombo (Fazenda do Major Camilo José Pires)”²². Em um desses casos, na fazenda do Castelo, localizada no bairro de Jaguari, em Campinas, 120 escravos se sublevaram. O dono da fazenda arregimentou rapidamente uma pequena milícia, no intuito de conter o levante. Houve enfrentamento no interior da propriedade, tiros de ambos os lados e fuga da escravaria, que se dirigiu a outra propriedade nas proximidades, onde encontrou mais cativos sublevados. Liderando a fuga, o feitor escravo José Furtado optou por seguir com os cativos fugidos

¹⁹ Essa economia monetária poderia resultar de um pequeno comércio de gêneros produzidos no interior da fazenda, que, inclusive, poderiam ser roubados, como também fruto do pagamento por pequenos serviços executados em dias de folga. Machado, Maria Helena. *O Plano e o Pânico...* p.32. Para mais informações sobre o assunto, ver Machado, Maria Helena Pereira Toledo. *Crime e escravidão. Trabalho, Luta e Resistência nas Lavouras Paulistas, 1830-1888*. Editora Edusp, São Paulo, 2014. Especialmente a Parte II deste livro.

²⁰ Maria Helena Machado, ao estudar os processos jurídicos onde escravos atacaram de forma violenta as figuras de autoridade das fazendas, constatou que a perda dessas conquistas, entendidas pelos escravos como obrigações por parte dos senhores, foram utilizadas como justificativas de seus crimes. Machado, Maria Helena. *Crime e escravidão...*

²¹ Machado, Maria Helena. *O Plano e o Pânico...* p. 95 e 106.

²² Machado, Maria Helena. *O Plano e o Pânico...* p.95.

para Campinas. No caminho, relata Maria Helena Machado, passaram na casa do responsável pela comercialização dos escravos da fazenda de seu senhor e o assassinaram, assim como a toda sua família. Rumando para Campinas, sofreram investidas da população livre que, alarmada com a situação, procurava acabar com aquela marcha. Ao final, 74 escravos entregaram-se à polícia²³.

O temor de uma revolta geral assombrou a classe senhorial, os mantenedores da ordem e as populações citadinas entre os anos iniciais da década de 1880 e a abolição da escravidão. Em setembro de 1883, por exemplo, o chefe de polícia de São Paulo redigiu um ofício reservado ao presidente da província relatando seu temor de que as forças policiais existentes não fossem capazes de reprimir as contínuas revoltas escravas. Ao exigir urgência no incremento da força repressora, evidenciou a onda crescente de revoltas escravas e de ideias e ações abolicionistas:

V.Excia. deve saber das contínuas revoltas de escravos que se dão nas Fazendas desta província e da atitude que os mesmos têm tomado de tempos para cá. As sociedades libertadoras e abolicionistas crescem de momento a momento e se tornam mais exigentes e desrespeitosas do legítimo direito da propriedade escrava. Há só nesta capital para mais de 100 escravos com pecúlios depositados e portanto com a sua liberdade pendente de litígio, e número superior a contado, conforme reclamações que diariamente recebem em diversas casas particulares ignoradas, já é grande o número de libertos, que filhos da transição rápida de escravos para não escravos, querem para mais gozarem de sua liberdade, viver na mais absoluta ociosidade. Estando as cousas nesse estado Exmo Sr, têm como justo o fundamento que de um momento para outro revoltam-se muitos escravos existentes nas diversas Fazendas e que unidos com os desta Capital e com um grande grupo de desordeiros que por ai anda e perturbem a tranquilidade pública de modo considerável²⁴.

Os trabalhos de Maria Helena Machado e Célia Marinho de Azevedo demonstram, a partir da análise das constantes requisições de ajuda às autoridades, por parte dos senhores de escravos, para o controle dos plantéis, o modo com que, desde meados do século XIX, estes conviviam com o temor de possíveis eclosões de revoltas escravas e fugas massivas²⁵. Conforme os anos se passaram, os senhores de escravos foram perdendo o controle sobre a disciplina de seus cativos. O ambiente que se criou nas senzalas por meio dos rumores de revoltas escravas, fugas em massa, promessas de alforria que nunca se concretizavam, bem como pela vulgarização das ideias abolicionistas das cidades, que “por certo alimentou a rebeldia dos escravos, mesmo que indiretamente”²⁶, como afirmou Maria Helena Machado, sensibilizou os cativos para a eminência do fim da escravidão.

Em consonância à insatisfação dos plantéis nas fazendas, cada vez mais a campanha abolicionista conquistava adeptos nas cidades, encontrando-se bastante consolidada já em inícios de 1880. Na cidade de São Paulo, durante a década de 1870, Luiz Gama foi o principal líder e ativista

²³ Machado, Maria Helena P. T. *O Plano e o pânico...* p.99-101

²⁴ DAESP, Livro de Reservados, Ordem 1529, Ofício de 11/09/1883. Apud. Machado, Maria Helena. “Teremos grandes desastres, se não houver providências enérgicas e imediatas”. In. Grinberg, Keila e Salles, Ricardo. (orgs.) *Brasil Império vol.3*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2010. p.378

²⁵ Azevedo, Célia Maria Marinho de. *Onda Negra, Medo Branco: O negro no imaginário das elites – Século XIX*. São Paulo, Paz e Terra, 1987. e Machado, Maria Helena P. T. *O Plano e o pânico...*

²⁶ Machado, Maria Helena. “Teremos grandes desastres, se não houver...” p.376

da campanha antiescravista. Dedicou grande parte de sua vida à luta contra o cativo. Luiz Gama, segundo uma carta escrita a seu amigo abolicionista Lúcio de Mendonça, em julho de 1880, era filho de africana livre com fidalgo português, mas após infância em Salvador, foi vendido como cativo por seu pai, de forma ilegal, com o objetivo de quitar dívidas de jogo²⁷. Após árdua trajetória, alcançou a liberdade e, com as experiências reunidas do tempo em que fora escravo, adquiriu as habilidades necessárias para ocupar cargos relativos a processos judiciais, como copista do escrivão Benedito Antonio Coelho Neto e amanuense do gabinete do delegado de polícia Conselheiro Francisco Maria de Souza Furtado de Mendonça, que também era professor na Academia de Direito do Largo de São Francisco e responsável pela biblioteca da instituição, facilitando, talvez, o acesso de Gama aos livros²⁸.

No ano de 1859, Gama publicou o livro de versos, *Primeiras Trovas Burlescas de Getulino*, que, segundo Ligia Fonseca Ferreira, possuiu o ineditismo de ser a primeira obra de um autor negro que se anunciava como tal. Luiz Gama teceu seus versos com ironia sutil, criticando as teorias raciais, mas, ao longo da obra, não defendeu a abolição²⁹. A partir da década de 1860, Gama escreveu em diversos jornais de São Paulo, fundando, inclusive, em 1864, em sociedade com o ilustrador Angelo Agostini, o seu próprio órgão: *O Diabo Coxo*, conhecido por seu forte teor satírico e combativo³⁰. Manteve a mesma orientação em outros jornais de sua propriedade, como *O Cabrião*, de 1866 e *O Polichinello*, de 1876. O alto custo desses jornais ilustrados, somado à afronta por eles imposta a autoridades governamentais – principalmente membros do judiciário e os senhores de escravos – abreviou suas existências.

Sem ter frequentado a academia de Direito, mas em permanente contato com um tutor que era professor na academia, Luiz Gama exerceu ativamente o ofício de advogado nos foros da capital

²⁷ Aqui mencionamos que ele foi autor de sua própria história porque há insuficiência de fontes para comprová-la, para além da própria narrativa elaborada por Luiz Gama em carta a Lúcio de Mendonça, em 25 de julho de 1880. Azevedo menciona que essa carta se encontra na Biblioteca Nacional, seção de manuscritos, mas que pode ser lida na íntegra no livro de Sud Mennucci, *O precursor do abolicionismo no Brasil. Luiz Gama*, São Paulo, Nacional, 1938, p. 91-26. Azevedo, Elciene. *Orfeu da carapinha: a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo*. Campinas, SP, Editora Unicamp, 1999. p.35-39.

²⁸ Desembarcado na Corte, Gama teria sido vendido a um comerciante de escravos de São Paulo, o alferes Cardoso, permanecendo por alguns anos nas mãos do comerciante (já na cidade de São Paulo) sem ser vendido. Neste contexto, aprendeu o ofício de sapateiro e, com 17 anos, em contato com um dos hóspedes de seu senhor, teria iniciado sua alfabetização, mantendo contato com as letras a partir daí principalmente através de seu autodidatismo. De forma não muito esclarecedora, fugiu de seu senhor e conquistou a liberdade. Conseguiu um emprego na força pública de São Paulo e, daí em diante, galgou postos. Sobre a trajetória de Luiz Gama, ver principalmente, Ferreira, Ligia Fonseca. *Com a palavra, Luiz Gama. Poemas, artigos, cartas, máximas*. São Paulo, Imprensa Oficial, 2011. Ver especialmente a introdução “As vozes múltiplas de Luiz Gama” e Azevedo, Elciene. *Orfeu da carapinha...* Ver especialmente o cap.1. “Ao som da marimba”.

²⁹ Ferreira menciona o fato de o livro possuir muitas escritas sobre o próprio autor, possibilitando, de forma minuciosa, a recomposição de muitos traços do complexo e multifacetado Gama. Ferreira, Ligia Fonseca. *Com a palavra, Luiz Gama...* p. 37-43.

³⁰ Ferreira, Ligia Fonseca. *Com a palavra, Luiz Gama...* p.45.

da província. Requereu, no Tribunal da Relação, provisão de solicitador interino de causas e, através desse artifício – com duração por 4 anos e a ser recorrentemente solicitado –, recebeu autorização para defender litígios. No final da década de 1860 iniciou, assim, suas atividades gratuitas em ações de liberdade perpetradas por escravos contra seus senhores, utilizando-se, principalmente, das premissas das leis de 1831 e 1850, que previam a liberdade para os escravos traficados a partir dessas datas. A partir da sanção da lei emancipacionista do Ventre Livre, ou lei Rio Branco – em referência ao presidente do conselho dos ministérios naquele momento, o Barão de Rio Branco – de 28 de setembro de 1871, Luiz Gama e os advogados abolicionistas auxiliaram a libertação de escravos por meio da compra de alforrias com pecúlio acumulado pelos próprios cativos³¹.

Enquanto atuou nas barras dos tribunais em prol da libertação dos escravos, Luiz Gama teceu, ao seu redor, uma rede de colaboradores abolicionistas. Grande parte desses homens, oriundos da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, atuavam como advogados e/ou na imprensa. Os abolicionistas e, principalmente, Luiz Gama, possuíam a prática de publicar nos periódicos o andamento e os empecilhos interpostos pelas autoridades às ações de liberdades. Essa divulgação disponibilizava os métodos e estratégias a outros advogados, disseminava aos escravos a existência de caminhos jurídicos para o alcance da liberdade e tinha como objetivo desmoralizar publicamente a instituição, expondo os indivíduos que a defendiam e beneficiavam e constrangendo, desta forma, juízes, advogados e senhores de escravos³². Tais homens, contudo, não limitavam sua atividade às barras dos tribunais e folhas de jornal, espalhando-a por outras instituições e frentes, criando e atuando em organizações de mote abolicionista como caixas libertadoras, clubes abolicionistas, lojas maçônicas e irmandades religiosas. Esses espaços passaram a aumentar sua ação e a conquistar novos adeptos no decorrer do fortalecimento da campanha abolicionista, promovendo festas com o propósito de angariar dinheiro para a compra de liberdade dos escravos e fornecendo espaço à proclamação de discursos, conferências, reuniões literárias e *meetings*.

As liberdades concedidas por meio de sociedades emancipacionistas, contudo, não eram aleatórias e tampouco buscavam desmontar a ordem social. No artigo *Pacto de tolerância e cidadania na cidade de São Paulo (1850-1871)*, Renata Ribeiro Francisco identificou que os membros dessas instituições, apesar de procurarem legitimar e fortalecer as práticas emancipacionistas, não pretendiam abalar a ordem social, alforriando, antes, unicamente cativos

³¹ Para a atuação jurídica de Luiz Gama e de seus companheiros, ver, especialmente Azevedo, Elciene. *Orfeu da carapinha...* cap. 4. “O rábula da liberdade”. E Azevedo, Elciene. *O direito dos escravos...*

³² Na obra sobre a biografia de Luiz Gama, Elciene Azevedo demonstrou como o abolicionista soube galgar e percorrer muito bem esses espaços no interior da imprensa, do Partido Republicano Paulista e na arena jurídica. Azevedo, Elciene. *Orfeu da Carapinha...*

aptos – segundo as premissas dos membros desses grupos – a comporem o corpo de cidadãos do Império³³. Os selecionáveis, portanto, eram indivíduos que supostamente não poderiam causar “distúrbios sociais” e que deveriam manter-se empregados. Os objetivos dos emancipacionistas, nesse sentido, extrapolavam a liberdade em si, almejando manter o controle sobre o escravo após a libertação. As práticas libertadoras dessas sociedades sempre eram executadas dentro da legalidade, na maioria das vezes através de compras de liberdade, sem desrespeitar a propriedade escrava e, portanto, sem abalar a ordem pública. Por esses motivos, Renata Francisco avalia que havia entre senhores de escravos e emancipacionistas certo “pacto de tolerância”. Apesar da existência dessa tolerância, membros dessas sociedades muitas vezes sofreram com a repressão por parte de escravocratas.

Afora as liberdades concedidas por essas associações, eram vários os abolicionistas que defendiam gratuitamente os escravos em processos de liberdade contra seus senhores. Nas ações de liberdade, havia muitos espaços através dos quais os abolicionistas podiam imiscuir-se, facilitando a conquista da liberdade pelo cativo. Alguns médicos contribuía como podiam com as ações de liberdade. Candido Barata Ribeiro, Clímaco Barbosa e Jaime Serva, amigos de Luiz Gama, por exemplo, sempre que solicitados, avaliavam os escravos com a finalidade de constatar suas fragilidades, possivelmente influenciando, dessa forma, o olhar do arbitrador que estabeleceria o valor da liberdade dos cativos³⁴. Juizes inclinados aos valores abolicionistas, por sua vez, podiam facilitar os processos, desviando obstáculos procedimentais ou acelerando-os por meio da escolha de indivíduos específicos sob cujo depósito o cativo ficaria enquanto sua liberdade era julgada³⁵. Durante o processo, os advogados sugeriam indivíduos para arbitrar o valor do escravo, podendo escolher aqueles que sabidamente puxariam o valor para baixo e que, assim como no caso dos médicos, facilitariam a compra de liberdade pelos cativos. Outros indivíduos das camadas médias, como funcionários públicos e comerciantes, podiam amparar o movimento oferecendo proteção aos escravos fugidos ou auxiliando-os financeiramente na obtenção de suas liberdades³⁶.

Afora esse setor letrado participe na causa da abolição – que em sua maioria possuía vínculos com a Faculdade de Direito do Largo de São Francisco – tal luta foi capaz de angariar para suas fileiras, principalmente ao longo da década de 1880, outras camadas da população urbana,

³³ Francisco, Renata Ribeiro. “Pacto de tolerância e cidadania na cidade de São Paulo (185-1871)” In. Machado, Maria Helena, e Castilho, Celso (orgs). *Tornando-se livres. Agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição*. São Paulo, EDUSP, 2015. p. 237-256.

³⁴ Azevedo, Elciene. *O direito dos escravos...* p.255.

³⁵ Em Orfeu da Carapinha, Elciene Azevedo apresenta um caso em que o juiz municipal suplente, Vicente Ferreira da Silva, deu rápido prosseguimento no processo e nos pedidos de Luiz Gama, facilitando a obtenção da liberdade da escrava Luzia. Azevedo, Elciene. *Orfeu da Carapinha...* p.232.

³⁶ Para essas temáticas ver o capítulo 4, “O rábula da liberdade” de Azevedo, Elciene. *Orfeu da Carapinha...* p. 189 – 264 e o capítulo 2, “Para além dos tribunais” de Azevedo, Elciene. *O direito dos escravos...* p. 93-146.

como homens livres pobres, escravos, libertos e imigrantes pobres, imprimindo ao movimento uma multiplicidade de propostas, perspectivas e atuações. Essa camada pobre da população urbana, analfabeta e desenraizada, muitas vezes vivendo em situação próxima à da escravidão, não possuía acesso ao movimento organizado instituído em clubes e sociedades abolicionistas, espaço do setor letrado. Membros de uma “arraia-miúda, turbulenta e desorganizada”, como caracterizou Maria Helena Machado, ou denominados “Zé-povinho”, segundo o jornal *A Redenção*, participaram ativamente do movimento abolicionista. Segundo frisou Machado, “meetings e manifestações de rua, alguns deles contando com a participação de milhares de pessoas, não poderiam ter prescindido do elemento decididamente popular”³⁷.

Enquanto isso, na Corte, André Rebouças, José do Patrocínio, João Clapp e, posteriormente, Joaquim Nabuco (a partir de 1884, quando regressou de seu autoexílio na Europa), dentre outros abolicionistas, juntavam forças e, no interior do leque de possibilidades existentes, mobilizavam-se para desmoralizar o cativo e arregimentar militantes à causa. No ano de 1883, fundaram a *Confederação Abolicionista* com o intuito de unir as associações abolicionistas do Império e dar continuidade, com ainda maior vigor, às práticas que já vinham empregando, como as conferências-concerto, os *meetings*, o projeto de libertação de território e a utilização da imprensa. O *Gazeta da Tarde*, jornal de José do Patrocínio, tornou-se o órgão oficial da *Confederação*³⁸.

No mesmo ano de fundação da *Confederação*, Rebouças e Patrocínio produziram o manifesto da instituição. Em sua apresentação, o manifesto negava ser fruto de “aspiração anárquica de sentimento, nem a exigência inoportuna de conclusões filosóficas, mas a representante idônea do direito do foro dos nossos tratados e primitivas leis parlamentares”³⁹. Nesse sentido, o documento resgatava os motivos de implementação das leis de 1831, 1850 e 1871, e reivindicava a efetivação de seus conteúdos. Buscava demonstrar, assim, como os escravos existentes no Império eram, em grande medida, fruto do tráfico ilegal. Argumentava ainda que a escravidão não tinha origem genuinamente legal, uma vez que a constituição não mencionava nada sobre escravos, mas apenas sobre libertos. A proibição do tráfico a partir de tais leis, dizia o texto, suprimira a escravidão no país, contando com a morte dos cativos. O previsto fim da escravidão, contudo, não fez, e não faria com que os proprietários reformassem “o sistema de trabalho”. Outras medidas eram necessárias para forçá-los nesse sentido⁴⁰.

A influência de André Rebouças neste texto fez-se sentir especialmente na indicação da

³⁷ Machado, Maria Helena. *O Plano e o Pânico...* p. 138-9.

³⁸ Alonso, Angela. *Flores, votos e balas...* p. 191-192.

³⁹ *Manifesto da Confederação Abolicionista do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Tipografia da “Gazeta da Tarde”, 1883.

⁴⁰ *Manifesto da Confederação Abolicionista do Rio de Janeiro...* p.18

monocultura, da grande propriedade e, evidentemente, da escravidão, como o tripé sustentador dos problemas nacionais e do bloqueio ao progresso, como viria a aprofundar em seu livro *Agricultura nacional, Estudos Econômicos*, publicado em 1883. O Manifesto foi, segundo Angela Alonso, o primeiro texto a reivindicar em escala coletiva a abolição sem indenização, com prejuízo econômico dos proprietários⁴¹.

Vê-se portanto como, ao longo da década de 1880, não só o movimento abolicionista foi ganhando corpo na província de São Paulo e outras partes do Império, como foi cada vez mais sendo ocupado por indivíduos provenientes de diferentes camadas sociais, congregando políticos, intelectuais e advogados, bem como uma população pobre composta por livres e libertos. No oeste paulista, à altura de outubro e novembro de 1882, a proximidade temporal de uma série de levantes ocorridos e as desconfianças quanto à participação de indivíduos livres nos mesmos, suscitaram em fazendeiros e autoridades policiais o temor de que representassem uma rebelião geral e organizada. A insatisfação dos plantéis e a articulação entre os escravos para a organização de fugas era, como afirmou Maria Helena Machado, fato incontestável⁴². Esse temor de rebelião geral e organizada, contudo, se agravava diante da possibilidade de auxílio da população livre na articulação de levantes.

Ao estudar as revoltas escravas empreendidas nesse momento, Robert Conrad identificou o modo com que a imprensa e os fazendeiros associaram-nas à atuação de abolicionistas que, “frustrados no seu uso de processos legais, já estavam trabalhando clandestinamente entre os escravos, particularmente na província-chave de São Paulo”. Em seu estudo, o historiador menciona ainda o relato de um agente britânico, enviado por interesses de comerciantes de café, que denunciava como forte ameaça a facilidade com que, a seu ver, qualquer indivíduo livre podia entrar em contato com os escravos nas fazendas⁴³. Ao abordar, por sua vez, os acontecimentos transcorridos em 1882, Robert Toplin menciona o temor dos escravocratas de que essas revoltas pudessem se expandir e se tornar algo similar ao cataclismo ocorrido em São Domingos (Haiti), caso “algum homem livre de excepcional habilidade e de forte caráter, tome a causa nas mãos, e estimule o conflito racial em uma revolta generalizada”⁴⁴.

Em *O Plano e o Pânico*, Maria Helena Machado busca reconstruir três casos, documentados pela polícia de São Paulo, em que homens livres brancos adentraram as fazendas, acessaram as senzalas e incitaram os escravos à sublevação: o de Luiz Antonio Gomes Ferreira, conhecido por

⁴¹ Alonso, Angela. *Flores, votos e balas...* p. 192-196

⁴² Machado, Maria Helena. *O Plano e o Pânico...* p. 137

⁴³ Conrad, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil 1850-1888*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1978. p. 224.

⁴⁴ Toplin, Robert Brent. *The abolition of slavery in Brazil*. New York, Atheneum, 1975. p. 211.

“Russinho”, nos arredores de Campinas no ano de 1881; o de Antonio Mesquita, em Resende; e o do “Rei Pilintra”, em Casa Branca⁴⁵. A historiadora enfatiza que, na atuação de homens livres na incitação à fuga, normalmente o convencimento junto aos escravos, que sabiam dos riscos que corriam caso o evento malograsse, era respaldado pela proteção e apoio de importantes figuras do mundo urbano, como políticos e abolicionistas influentes. Os mundos urbano e rural não estavam, portanto, tão desconectados assim.

Apesar da existência de homens livres independentes auxiliando a fuga de cativos das fazendas já no início da década de 1880, o grupo que ficou mais conhecido por exercer tal prática em São Paulo foi a *Ordem dos Caifazes*, pretensamente organizada e liderada por Antonio Bento de Souza e Castro. A incitação e o auxílio à fuga dos escravos demandava uma verdadeira rede de solidariedade, exigindo grande organização e respaldo das populações citadinas. Primeiramente, era necessário que o abolicionista entrasse em contato com os escravos e os convencesse a fugir. A fuga devia ser finamente orquestrada e, muitas vezes, facilitada pela utilização das linhas férreas ou de portos que, rapidamente, tirassem os fugitivos das proximidades de seus antigos locais de trabalho. Depois era necessário encontrar local onde esses escravos pudessem ficar, enviando-os normalmente a quilombos. O quilombo do Jabaquara, segundo os relatos dos memorialistas da luta contra a escravidão, foi o principal reduto com tais características na província de São Paulo. Foi um quilombo abolicionista, criado com o objetivo de que para ali fossem enviados os escravos fugidos por meio da ação abolicionista⁴⁶.

A criação e organização da *Ordem dos Caifazes*, contudo – ainda que sobre ela faltem dados precisos –, é de um momento posterior à onda de fugas escravas na província de São Paulo do início da década de 1880. Nesta pesquisa identificamos que, publicamente, Antonio Bento somente iniciou seu ativismo abolicionista após a morte do então líder Luiz Gama, em setembro de 1882. Anteriormente a esta data, não foi possível identificar qualquer prática de cunho claramente antiescravista por parte do personagem – trataremos dos pormenores da inserção de Antonio Bento na campanha abolicionista no próximo capítulo.

No ano seguinte à morte de seu predecessor, contudo, Antonio Bento deu continuidade à luta no âmbito jurídico e na imprensa, aproveitando-se ainda de uma rede de solidariedade e de experiências abolicionistas previamente consolidadas por Luiz Gama e seus companheiros de luta. Enquanto Gama organizou a campanha em torno da Maçonaria⁴⁷ – era membro da loja América –,

⁴⁵ Machado, Maria Helena. *O Plano e o Pânico: os movimentos sociais na década da abolição...* p. 214.

⁴⁶ Machado, Maria Helena. "From slave rebels to strike breakers, the Quilombo of Jabaquara". In. *Hispanic American Historical Review*, 86:2, Duke University Press, 2006. p.253.

⁴⁷ Antonio Bento também foi maçom, membro da loja Piratininga desde o final da década de 1860. Durante o período em que participou da campanha abolicionista, contudo, Antonio Bento parece ter estado distante da loja maçônica,

do Club Radical de São Paulo e do Centro Abolicionista de São Paulo, Antonio Bento passou a organizar a campanha contra o cativeiro em torno, principalmente, da Irmandade da Nossa Senhora dos Remédios, da qual era provedor e de onde saíam, anos mais tarde, as edições bissemanais do jornal abolicionista *A Redenção*.

A divulgação de ideias abolicionistas nos periódicos foi um importante elemento na luta contra o cativeiro, difundindo pela opinião pública as ideias contra a escravidão e o caminhar da campanha em outras regiões do Império. Para além de atacar os valores da instituição escravista que, segundo os abolicionistas, iam na contramão do desenvolvimento econômico e social, foi importante veículo para informar o sofrimento do escravo no cotidiano das fazendas, enfatizando as punições por eles sofridas. A divulgação dos brutais eventos do recôndito da propriedade senhorial – desconhecidos, em grande medida, pela população urbana –, muitas vezes narrados de forma carregada de sentimentalismo e emoção, comovia a opinião pública. Até o surgimento do *A Redenção*, no entanto, as ideias na imprensa paulista estavam limitadas aos espaços concedidos pelos grandes periódicos da época. Com o avançar da década de 1880, esses espaços foram se alargando, tendo-se mantido, contudo, na perspectiva de Antonio Bento, insuficientes para a divulgação da “grande causa”.

Claro está que no decorrer da década de 1880 o movimento abolicionista ganhava cada vez mais forças e que tal não ocorria unicamente na capital da província, mas também em outros centros do interior de São Paulo. Em *Resistência e Superação do Escravismo na Província de São Paulo*, Ronaldo Marcos dos Santos identificou a existência de clubes e sociedades libertadoras em Campinas, Rio Claro, Bananal, Casa Branca, Caçapava, Itapetininga e Jundiaí. Pequenos jornais do interior da província, nesse sentido, também passaram a denunciar algumas práticas senhoriais brutais, principalmente no que diz respeito às punições aos escravos⁴⁸.

Como viemos demonstrando até aqui, o movimento abolicionista urbano e revoltas escravas foram crescendo de forma simultânea com o passar de anos na província de São Paulo. Marcos dos Santos também fez um levantamento das revoltas escravas na província de São Paulo para o período que foi de 1885 a 1888, e identificou mais de 30 revoltas espalhadas por toda a província nos três últimos anos de existência da instituição⁴⁹. Algumas dessas revoltas resultaram em fugas de plantéis

sendo reconhecido como figura importante somente após a abolição. Castellani, José. *Piratininga: história da loja maçônica tradição de São Paulo*. Edição Comemorativa do ano do Sesquicentenário – São Paulo: OESP, 2000. p. 125-154.

⁴⁸ Santos, Ronaldo Marcos dos. *Resistência e superação do escravismo na Província de São Paulo (1885-1888)*. São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas, 1980. p. 73 e 75.

⁴⁹ Ronaldo Marcos categorizou essas revoltas em três formatos: contra maus tratos (resposta imediata dos escravos a possíveis abusos dos administradores das fazendas), revoltas planejadas (caracterizadas pela existência de uma estratégia elaborada por alguns líderes e que contou com grande número de participantes), ou ainda reivindicatórias (conseguiu lograr, junto aos senhores, a liberdade do plantel sob a ameaça que esse se revoltaria). Para as revoltas

que dirigiram-se às cidades, procurando proteção entre seus habitantes.

As fugas escravas chegaram ao ponto de, principalmente no final de 1887, poder-se observar em vias, estradas e cidades, o deslocamento de levadas de escravos que haviam “simplesmente” abandonado as fazendas na calada da noite. A partir de análise da documentação da polícia entre os meses finais de 1887 e maio de 1888, Maria Helena Machado identificou onze fugas em massa que exigiram a intervenção das forças policiais em Araras, Guaratinguetá, Itu, Limeira, Montemor, São João da Boa Vista, Santa Rita do Passo Quatro, Penha do Rio do Peixe e Una⁵⁰. Deve-se salientar que o número de fugas possivelmente foi ainda maior, registrando-se na documentação policial apenas aquelas que envolveram tumultos e violências.

Para se compreender o ambiente encontrado nas fazendas paulistas durante a década de 1880, atenuado com o passar dos anos, transcrevemos um trecho de *O Plano e o Pânico*, de Maria Helena Machado:

À medida que as muralhas defensivas da ordem escravocrata foram sendo minadas e o consenso ideológico em relação à propriedade escrava tornava-se mais e mais problemático, o arcabouço disciplinar e a efetiva manutenção do sistema de exploração de trabalho escravo surgiam como o último bastião de resistência da instituição peculiar. Era esta uma conjuntura que havia povoado as fazendas com escravos ansiosos por prover pecúlios, por libertos condicionais que sistematicamente negavam-se a cumprir contratos, dando margem a intermináveis autos jurídicos, por cativos fugitivos e indisciplinados, apoiados por um crescente número de advogados abolicionistas e cada vez mais ousados golpes de propaganda antiescravocrata; toda essa conjuntura eludia, com rapidez crescente, as fronteiras entre o escravo e o homem livre⁵¹.

Os senhores de escravos, evidentemente, não assistiram o desmoronamento da ordem escravista de braços cruzados. A reação às insurreições escravas e aos abolicionistas foi imediata. Convivendo com a perda do controle de seus cativos, exigiam das autoridades intervenção e auxílio na repressão a seus plantéis. A qualquer indício ou sugestão de sublevação escrava, os proprietários rapidamente comunicavam o delegado de polícia mais próximo, instando-o a arregimentar a força policial local e requerer reforços da capital. Nos casos em que delegados de polícia ou juizes municipais entravam em conflito com os interesses senhoriais, podiam ser rapidamente substituídos

contra maus tratos, seguem local e data da revolta: Serra Negra (outubro de 1885), Belém do Descalvado (novembro de 1885), Casa Branca (dezembro de 1885), Penha do Rio do Peixe (dezembro de 1885), Santa Bárbara do Rio Pardo (janeiro de 1886), Espírito Santo do Pinhal (maio de 1886), São Carlos do Pinhal (maio de 1886), Rio Claro (setembro de 1886), Araraquara (novembro de 1886), Santa Rita do Passa Quatro (novembro de 1886), Leme (janeiro de 1887), São José dos Campos (janeiro de 1887), Piraçununga (fevereiro de 1887), São Carlos do Pinhal (julho de 1887) e Amparo (setembro de 1887).

Para as revoltas planejadas: Jundiá (setembro de 1885), Ressaça (agosto de 1885), Campinas (dezembro de 1885 e janeiro de 1888), Jaguari (abril de 1886), Taubaté (novembro de 1886), Jacareí (agosto de 1887), São José dos Campos (setembro de 1887), Capivari (18 de outubro de 1887) e Bananal (março de 1888).

Para as revoltas reivindicatórias: Amparo (novembro de 1887), Limeira (janeiro de 1888), Araras (janeiro de 1888), Piraçununga (janeiro de 1888), Franca (fevereiro de 1888) e Belém do Descalvado (maio de 1888).

Santos, Ronaldo Marcos dos. *Resistência e superação do escravismo...* cap. II. As formas de protesto escravo. Subcapítulo, As Revoltas de Escravos, p. 37 a 44.

⁵⁰ Machado, Maria Helena Pereira Toledo. *O Plano e o Pânico...* p. 220.

⁵¹ Machado, Maria Helena Pereira Toledo. *O Plano e o Pânico...* p. 37.

ou, por vezes, por sofrerem constantes ameaças dos senhores, requisitavam, eles próprios, seus deslocamento para outras regiões⁵². Outra forma de reprimir fugas escravas evidencia-se nas constantes denúncias de abolicionistas à imprensa, afirmando que capitães do mato, juntamente a autoridades, conservavam-se nas estações de trem em busca de escravos fugidos, prendendo indivíduos sem o necessário processo de averiguação e encaminhando-os forçosamente ao trabalho nas fazendas⁵³.

O aparato policial, por sua vez, apesar de desdobrar-se a partir das solicitações dos senhores, deslocando seus contingentes, muitas vezes, para suprir as exigências de proprietários aterrorizados por suspeitas de levantes, parecia sempre insuficiente aos olhos da classe senhorial. Para Maria Helena Machado, juntamente aos governos provincial e imperial, as autoridades policiais teriam deliberadamente montado uma estratégia de censura e desinformação no tratamento público da questão escrava. Seu principal objetivo seria um só: manter a segurança e a ordem públicas retendo a propagação do grande número de suspeitas e notícias de levantes escravos efetivos ocorridos na província. Segundo a historiadora:

Incapazes de fazer frente às tropelias dos escravos e à ousadia dos abolicionistas, buscava-se descaracterizar a periculosidade das ocorrências que envolviam estas categorias, evitando o pânico das populações e a emergência de uma discussão generalizada sobre a deterioração dos mecanismos de controle social e a urgência da resolução da instituição servil. Neste sentido, o papel dos órgãos policiais tornava-se passo a passo mais estratégico – tratava-se, desta forma, não apenas de defender os interesses senhoriais mas, também, o de manter o monopólio do poder de repressão, evitando o desencadeamento de uma situação de confronto entre as forças pró e contra abolição⁵⁴.

Diante do esvaziamento das fazendas, do constante medo de revoltas escravas violentas e da insuficiência da força policial para reprimir os cativos, os senhores procuraram organizar-se e defender-se através de seus próprios esforços, criando pelo interior da província os chamados Clubes de Lavoura. Uma das finalidades centrais desses agrupamentos era o auxílio mútuo entre os senhores de escravos, incluindo a arregimentação de uma milícia para combater revoltas escravas, fugas e atuação de abolicionistas. Essas associações agrícolas também serviam para subscrever petições, pressionar autoridades governamentais por mais auxílio à repressão dos escravos e representar seus interesses, fosse em favor de projetos de coação do trabalho dos libertos, fosse contrariamente a projetos de leis de alguma forma favoráveis aos cativos. Segundo levantamento de Maria Helena Machado, as regiões paulistas em que os Clubes de Lavoura criaram maiores conflitos foram Brotas, Araraquara, Ribeirão Preto, Botucatu e São João da Boa Vista. Angela

⁵² Alonso, Angela. *Flores, votos e balas*. p. 238 e 308-309. e Machado, Maria Helena. *O Plano e o Pânico*... p. 84-85.

⁵³ No jornal *A Redempção* existe grande número desse tipo de denúncia.

⁵⁴ Machado, Maria Helena P. T. “Teremos grandes desastres, se não houver providências enérgicas e imediatas”. In. Grinberg, Keila e Salles, Ricardo. (orgs.) *Brasil Império vol.3*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2010. p. 377

Alonso, por sua vez, identificou, para o ano de 1884, a criação de 49 Clubes pelo Brasil⁵⁵.

A criação de Clubes de Lavoura, no entanto, não foi uma novidade da década de 1880. Desde 1871, quando tiveram início os debates sobre a Lei do Ventre Livre, pode-se reconhecer o surgimento de agrupamentos deste tipo. Em 1880, por exemplo, foi criado o “Centro de Lavoura e do Comércio”, na Corte, com o propósito de manter a emancipação nos passos gradualistas da lei de 1871, o que significava combater ideias abolicionistas e pressionar o governo contra novas leis em favor da libertação dos escravos⁵⁶. Em 1884, por sua vez, à mesma altura em que o projeto Dantas – futuramente reelaborado e concretizado na Lei dos Sexagenários – foi apresentado ao parlamento, os Clubes defensores da escravidão se congregaram em âmbito nacional no Congresso da Lavoura. Uma de suas bandeiras frente à perspectiva de fim do cativeiro negro foi a importação de servos chineses⁵⁷.

Principalmente no interior da província de São Paulo, tudo indica que tais Clubes não se intimidavam. Muito pelo contrário, organizados em bandos armados, chegaram a enfrentar autoridades e a força policial, ameaçando advogados, juízes e delegados que não correspondessem aos seus interesses⁵⁸. O discurso de Christiano Ottoni na câmara vitalícia, em 1884, evidencia a violência fomentada por esses grupos no interior paulista. O senador, nesse sentido, faz menção não apenas às graves tensões entre fazendeiros e escravos revoltosos identificáveis naquela região, como indica as interferências e conflitos existentes entre os Clubes e as autoridades municipais, judiciárias e policiais:

Mas, paralelamente a estes fatos, surgem outros igualmente lamentáveis, ainda mais condenáveis, porque são praticados por homens livres. Refiro-me à expulsão do lugar de sua residência dos juízes que julga de certa maneira, por indivíduos reunidos e armados que se dizem do povo; a expulsão de advogados que requerem em juízo alguma libertação; e a par disto ainda havia excessos mais espantosos; a invasão de prisões, a retirada de criminosos que são esquartejados na praça pública⁵⁹!

Ottoni fazia referência, nesta fala, aos escravos que cometiam crimes e que, arrancados das prisões, eram “punidos” e linchados pela população livre.

À altura de 1884, o Brasil contava com a Lei do Ventre Livre (aprovada em 1871), que

⁵⁵ O grande volume de surgimento desses clubes de lavoura pode ter sido uma reação imediata à alçada do Senador Manoel Pinto de Souza Dantas, em junho de 1884, ao cargo de Presidente do Conselho de Ministros e ao encaminhamento da elaboração de um projeto de lei emancipacionista – trataremos deste projeto em mais detalhes adiante. Alonso, Angela. *Flores, votos e balas...* p. 237.

⁵⁶ Conrad, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil...* p. 201-3

⁵⁷ Alonso, Angela. *Flores, votos e balas...* p. 238.

⁵⁸ Os respectivos locais e anos em que os Clubes de Lavoura criaram conflitos foram: Brotas, em 1881; Araraquara, em 1883 e 1884; Ribeirão Preto, em 1883; Botucatu, em 1883 e 1884; e São João da Boa Vista, em 1884. Caso exemplar relatado pela historiadora ocorreu em Araraquara, em 1883, quando oitenta fazendeiros armados expulsaram violentamente o advogado Antonio Henrique da Fonseca e ameaçaram o juiz de direito por ‘facilitarem’ ações de liberdade. Machado, Maria Helena P. T. *O Plano e o pânico...* p.84-85.

⁵⁹ Alonso, Angela. *Flores, votos e balas...* p. 238.

inaugurara no país um processo emancipacionista lento e gradual. Dentre os senhores de escravos e representantes políticos de seus interesses, a lei era defendida como suficiente para dar cabo à escravidão, parecendo-lhes que caberia ao tempo colocar um ponto final na questão e que, nesse sentido, faziam-se desnecessárias quaisquer outras iniciativas com vistas à abolição. Abolicionistas e escravos, por sua vez, não compreendiam a questão da mesma maneira, fazendo de tudo para abreviar o quanto antes a duração do cativeiro no país.

A polarização popular frente à questão abolicionista na primeira metade da década de 1880 e as elucubrações quanto à possibilidade de que, no Brasil, a questão da escravidão caminhasse para um desfecho semelhante ao norte-americano – ou seja, a guerra civil –, teriam incentivado as instituições políticas a atuarem no sentido de uma atualização da lei de 1871. No interior de um panorama nacional bastante variável entre si – com regiões vivendo realidades radicalmente distintas –, a província do Ceará tornou-se a primeira, em março de 1884, a libertar a totalidade de seus cativos, sendo seguida de perto pela província do Amazonas, em julho do mesmo ano⁶⁰. Em 1884, portanto, o governo imperial deu início a um processo de atualização da Lei do Ventre Livre, buscando desta forma retirar a ebulição política das ruas e trazê-la para dentro das instituições políticas.

O político escolhido para levar a cabo a empreitada foi Manoel Pinto de Souza Dantas, empossado Presidente do Conselho de Ministros em junho daquele ano e responsável pela apresentação, no mês seguinte, de um projeto de lei emancipacionista para o país. Os abolicionistas da Corte tentaram, em vão, fazer com que o projeto Dantas fosse aprovado. Ainda que, em última instância, moderado, prevendo a continuidade do projeto abolicionista lento e gradual então em curso no Brasil, o projeto Dantas era progressista quando comparado à lei enfim aprovada no país pelo gabinete seguinte (presidido pelo senador Saraiva), em 1885, conhecida como Lei dos Sexagenários. Para Angela Alonso, a moderação do projeto Dantas pode ser creditada, dentre outros fatores, à sua necessária aprovação pela Câmara e Senado brasileiros, então “dependentes” do posicionamento dos conservadores do país⁶¹. Ancorado num prazo máximo de 16 anos para o fim do cativeiro, prevendo ainda medidas coercitivas ao trabalho dos libertos, o projeto Dantas provavelmente levaria, contudo, a uma extinção anterior da escravidão. Dentre as prescrições deste projeto constava ainda uma proposta de concessão de terras aos libertos fundada nas mesmas bases

⁶⁰ Alonso, Angela. *Flores, votos e balas...*Cap. 6. Abolicionismo de resultados, subitem 10 - “De Província à Província”. p. 201.

⁶¹ Naquele momento, a Câmara possuía representação majoritária de liberais, com 75 deputados em contraposição a 47 representantes do Partido Conservador. A situação assinalava, teoricamente, de forma positiva para o projeto de Dantas. Segundo Angela Alonso, contudo, os liberais estavam rachados desde 1878, quando deram início ao programa de reforma do partido, havendo, dessa forma, três blocos na câmara; situação que transformava o Partido Conservador no “fiel da balança”. ver Alonso, Angela. *Flores, votos e balas...* p. 230.

presentes nos projetos de André Rebouças⁶².

A queda de Dantas, a subida de Saraiva ao cargo de Presidente do Gabinete e a aprovação da reformulação que originou a Lei dos Sexagenários, foram interpretados, pelos abolicionistas, como clara vitória da reação escravocrata. Ainda assim, alguns senhores de escravos entenderam que o projeto traria a ruína da nação, uma vez que concedia muito às reivindicações abolicionistas⁶³. Saraiva saiu bastante desgastado do processo e foi logo substituído no cargo de Presidente dos Ministérios pelo conservador e escravocrata barão de Cotegipe. Com o mandato deste último, teve início a execução de uma forma de combate ao abolicionismo que, àquela altura, parecia ser a única capaz de efetivamente conter o movimento: coalização entre governo conservador e forças contrárias ao movimento, e aplicação paralela de políticas repressivas legais e medidas de coibição extralegis⁶⁴. Angela Alonso fez um balanço do momento vivido pelo movimento abolicionista e seus opositores, avaliando ainda o posicionamento da Coroa frente à situação:

Em 1885, quando [Cotegipe] ascendeu a primeiro ministro, a campanha abolicionista já fizera seu maior feito, o de tornar a escravidão socialmente ilegítima. O escravismo, antes escorado no costume, na tradição, ficara mais dependente das garantias legais. Quando a sociedade era uniformemente escravista, o estado podia deixar os gatos pingados abolicionistas correrem soltos. Mas quando a sociedade se dividiu entre a ordem escravista e a desordem abolicionista, o estado precisou amparar o status quo. A família imperial calçou luvas de pelica, pejada de admitir quanto seu Império se fundava na escravidão. Se o trono vacilava, para blindar a ordem se talharam os Conservadores. Paulino [de Souza] e Cotegipe estavam prontos a macular as mãos para salvar seu mundo. Por meio das instituições, da palavra e da força⁶⁵.

Em 12 de junho de 1886, foram emitidos por Antonio Prado, então ministro da Agricultura, os regulamentos da lei de 1885. José do Patrocínio intitulou tal documento de “Regulamento Negro”, principalmente por determinar que “as diminuições anuais dos valores dos escravos só

⁶² O projeto previa: o fim do tráfico interprovincial com multa de cinco contos de réis para quem o infringisse; a liberdade dos sexagenários que, conjuntamente à lei do Ventre Livre, estipularia prazo de 16 anos para o fim do cativo; a reformulação do Fundo de Emancipação com dois novos tributos – um primeiro, de 6% sobre toda receita nacional, e outro sobre os escravos, sendo de 5% nas cidades grandes, 3% nas médias e de 1% para vilarejos e fazendas, buscando com isso concentrar a escravidão em áreas rurais e extingui-la nas cidades –; o congelamento do preço dos escravos por faixa etária – em 800\$ para escravos com até 30 anos; 700\$ para cativos com entre 30 e 40 anos; 600\$ para a faixa etária de 40 a 49; e 400\$ de 50 a 59 –; e a estipulação de que os indivíduos libertados via fundo de emancipação ficassem sob protetorado – vedada a vagabundagem e a mudança de município por cinco anos –, com direito a um salário mínimo estipulado por lei. Havia ainda um artigo que ia no sentido das ideias de André Rebouças, prevendo a criação de colônias agrícolas para os libertos e colonos em lotes de terra que seriam desapropriados, localizados à margem de linhas férreas e rios navegáveis. Alonso, Angela. *Flores, votos e balas...* p. 227.

⁶³ Saraiva modificou o projeto de Dantas e, no dia 12 de maio, apresentou-o à Câmara. A aprendizagem prometida no projeto Dantas ficaria totalmente sob responsabilidade e vontade do senhor. As colônias agrícolas seriam regidas com disciplina militar. Ao invés de libertar imediatamente os sexagenários, esses teriam que prestar ainda 3 anos de serviços de modo a indenizar os senhores. Não haveria mais a necessidade de declarar a nacionalidade dos cativos na matrícula, mas apenas sua filiação, quando conhecida. O projeto Saraiva previa a indenização dos senhores e inflacionava o valor dos escravos na tabela de preços da escravaria por faixa etária. O imposto voltado para o fundo de emancipação, de acordo com seu texto, seria reorientado para subvencionar a vinda de imigrantes europeus. Para ver mais sobre as diferenças nos projetos: Mendonça, Joseli Maria Nunes. *Entre a mão e os anéis...* p. 32

⁶⁴ Alonso, Angela. *Flores, votos e balas...* p. 22

⁶⁵ Alonso, Angela. *Flores, votos e balas...* p. 269

começariam a contar a partir da *data do registro dos escravos* e não da lei”, fazendo com que a existência da escravidão se prorrogasse por mais um ano. Outra medida que enfureceu os abolicionistas foi a interpretação da lei que proibia o tráfico interprovincial e, originalmente, previa a libertação dos escravos ilegalmente comercializados. Prado interpretou que o município Neutro fazia parte da província do Rio de Janeiro, legalizando ali o comércio. Essa medida, segundo Conrad, autorizava a transferência de aproximadamente 30 mil escravos para regiões onde ainda havia procura por cativos. A cláusula sobre a criminalização dos auxiliares à fuga de escravos também foi regulamentada nesse momento, prevendo para o novo delito, as penas prescritas ao crime de “furto” pelo Código Criminal⁶⁶.

Na Corte, sob orientação da política de repressão aos abolicionistas, o chefe de polícia tolheu reuniões e *meetings* antiescravistas. Nesse contexto, os abolicionistas passaram não só a ser perseguidos, como tiveram suas casas invadidas em busca de escravos escondidos, observados de perto por patrulhas montadas em ruas, cafés e jornais⁶⁷. Para além da repressão cotidiana às ações abolicionistas, a lei Saraiva-Cotegipe (como acabou conhecida a Lei dos Sexagenários, aprovada por Saraiva e implementada por Cotegipe) dificultou a conquista de liberdade dos escravos nos tribunais, em especial por conta da substituição da origem dos cativos por “filiação desconhecida”, impossibilitando a argumentação de que os escravos africanos trazidos ao Brasil no pós proibição do tráfico, em 1831, deviam estar libertos. Os preços dos escravos foram ainda inflacionados com a lei, dificultando a compra de liberdades e as libertações gratuitas por convencimento dos senhores. Diante desse cenário, minguiaram ainda as “conferências-concerto”, que tinham na entrega de alforrias um de seus principais espetáculos.

Tais mecanismos de repressão, contudo, tiveram unicamente efeitos pontuais, haja vista que as fugas escravas, principalmente pelo interior da província de São Paulo, não davam trégua.

No final de 1885, Antonio Bento – a esta altura já reconhecido chefe abolicionista da cidade de São Paulo –, afirmou que a Lei dos Sexagenários, que deveria dar um passo em direção à abolição, em nada contribuía nesse sentido. Em sua opinião, fazia-se necessário que, frente a tal entrave, os abolicionistas passassem a atuar em novas frentes da luta contra o cativo, unindo-se, por exemplo, aos próprios escravos e auxiliando-os em suas fugas⁶⁸. Tal pode ter sido o momento fundador da prática do grupo abolicionista *Ordem dos Caifazes*. Para o historiador Robert Toplin,

⁶⁶ Conrad, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil 1850-1888...* 283-7

⁶⁷ Toplin, Robert Brent. *The abolition of slavery in Brazil...* p.191. Conrad, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil...* p. 320-321. Alonso, Angela. *Flores, votos e balas...* cap. 8 Balas: movimento e contramovimento. p. 265-310.

⁶⁸ Antonio Bento fez essa declaração em artigo de sua autoria no jornal *Diário Popular* em dezembro de 1885. Abordaremos essa temática no próximo capítulo. *Diário Popular*, 1 de dezembro de 1885.

foi justamente nesta conjuntura que parte dos abolicionistas concebeu a insuficiência da luta legal contra o cativo e passou a empregar meios clandestinos, como a incitação e auxílio à fuga de escravos das fazendas, para acelerar o processo de libertação⁶⁹.

A prática clandestina não foi empregada somente pela *Ordem dos Caifazes*, em São Paulo. Nesta província, como citamos acima, havia homens livres que já auxiliavam os escravos a fugirem desde o início da década de 1880, como identificou Maria Helena Machado. Para além de São Paulo, na região de Campos do Goitacases (província do Rio de Janeiro), ficou amplamente conhecida a atuação dos irmãos Carlos e Álvaro Lacerda e de abolicionistas locais congregados em torno do jornal e associação abolicionista *Vinte e Cinco de Março*, fundados, respectivamente, em maio e junho de 1884. Em consonância a tal atuação, canaviais foram incendiados e escravos auxiliados à fuga na região⁷⁰. A resistência escravista não tardou a chegar e, em reação feroz, a redação do jornal dos irmãos Lacerda foi destruída e seus proprietários ameaçados. O auxílio à fuga de escravos pode ser identificado ainda em Pernambuco, especialmente a partir da associação abolicionista Clube do Cupim, liderada pelo político José Mariano⁷¹; em São Luís do Maranhão, onde os abolicionistas congregaram-se em torno do Clube dos Mortos⁷²; e na região de Ouro Preto, com o clube abolicionista de Américo Luz⁷³.

Há ainda indícios de articulações entre abolicionistas de São Paulo e Rio de Janeiro na orientação e recepção de fugas escravas. Em artigo publicado em 30 de abril de 1888 (5 dias antes, portanto, da outorga da Lei Áurea), no jornal *Cidade do Rio*, de José do Patrocínio – o periódico anterior de Patrocínio, o *Gazeta da Tarde* havia se afundado em dívidas e teve que ser fechado –, mencionava-se que, antes mesmo da fundação oficial da *Confederação Abolicionista* na Corte, em maio de 1883, esta já auxiliava Luiz Gama na fuga de cativos em São Paulo e que, desde 1884, a *Confederação* manteve correspondências com Antonio Bento, indicando o contato contínuo com abolicionistas que, além de empreenderem a campanha legal, empregavam práticas clandestinas, como as levadas a cabo pelos *caifazes*⁷⁴.

⁶⁹ Toplin, Robert Brent. *The abolition of slavery in Brazil*. New York, Atheneum, 1975. p. 182-185.

⁷⁰ O caso do município de Campos, na Província do Rio de Janeiro, assim como a atuação abolicionista dos irmãos Lacerda, foi objeto de estudo da obra: Lima, Lana Lage da Gama. *Rebeldia Negra e Abolicionismo*. Rio de Janeiro, Editora Achiamé, 1981.

⁷¹ Alonso, Angela. *Flores, votos e balas...* p. 292.

⁷² Alonso, Angela. *Flores, votos e balas...* p. 295.

⁷³ Toplin, Robert. *The abolition of slavery in Brazil...* p. 184.

⁷⁴ A historiadora Maria Helena Machado avalia que a retórica enunciada pelo *Clube dos Libertos de Niterói*, da qual faziam parte João Clapp e José do Patrocínio, era muito mais radical do que de outras associações de mesmo caráter, sugerindo a necessidade de estudos à respeito deste grupo e de averiguação da hipótese de que parte dos abolicionistas da Corte tenham participado de um abolicionismo dito prático, com o auxílio a fugas e acoitamento de escravos, uma vez que, até o momento, em grande medida, as atenções dos pesquisadores se concentraram nas discussões parlamentares e articulações políticas travadas na capital do país. Machado, Maria Helena P. T. *O Plano e o pânico...* p.160. *Cidade do Rio*, 30 de abril de 1888. Apud. Alonso, Angela. *Flores, votos e balas...* p. 290.

A incitação e o auxílio à fuga dos escravos não era, contudo, uma tarefa simples, demandando uma verdadeira rede de solidariedade e exigindo grande organização e respaldo das populações citadinas. Para além, portanto, do trabalho de inserção nas fazendas e organização minuciosa da fuga, como dissemos, fazia-se necessária a designação de locais específicos para o envio dos escravos que, normalmente, eram destinados a quilombos. Nas proximidades da Corte havia o Quilombo do Leblon que tudo indica, havia sido criado por abolicionistas⁷⁵. Segundo depoimento de André Rebouças em 1889, durante a luta contra a escravidão, qualquer construção possuía a serventia de quilombo. Nesse sentido, dizia ele, casas como as das famílias de José do Patrocínio, Miguel Antonio Dias e João Clapp, tipografias como a Central, redações de jornais como o *Gazeta da Tarde* e até o escritório da *Confederação Abolicionista*, tinham igual serventia, receptando fugitivos⁷⁶. Já na província de São Paulo, a casa de Antonio Bento foi por mais de uma vez cercada por autoridades que o acusavam de abrigar escravos fugidos⁷⁷. O reduto da província paulista que ficaria efetivamente conhecido por receber os escravos fugidos, contudo, seria o quilombo do Jabaquara, localizado nas cercanias da cidade litorânea de Santos.

O estabelecimento do quilombo nas cercanias de Santos, ao que tudo indica, não foi aleatório, já que a cidade era habitada por indivíduos que, em sua maioria, partilhavam dos ideais liberais e abolicionistas. Tal ambiente, pode-se dizer, resultara da importância comercial da cidade, uma vez que o município possuía poucos escravos e que parte deles acabou alforriada por meio da compra de suas liberdades por abolicionistas⁷⁸. Para se ter uma ideia, com a nova matrícula de escravos realizada em 1886, foram registrados apenas 58 cativos em Santos.

Sobre o Quilombo do Jabaquara, alguns relatos mencionam o ano de 1882 como o de sua criação, descrevendo sua formação através de subsídios oferecidos por comerciantes da cidade que objetivavam abrigar os escravos fugidos das fazendas⁷⁹. O quilombo, nesse sentido, seria ponto de chegada para os libertados pelas atividades de Antonio Bento e seus seguidores. Alguns relatos, provavelmente de forma exagerada, chegam a mencionar cifra de 10 mil indivíduos habitando o Quilombo. Afora o Jabaquara, existia ainda o quilombo do Pai Felipe, criado de forma autônoma por escravos fugidos, mas, ainda assim, visitado por abolicionistas⁸⁰.

⁷⁵ Silva, Eduardo. *As camélias do Leblon e a abolição da escravatura. Uma investigação de história cultural*. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

⁷⁶ Silva, Eduardo. *As camélias do Leblon e a abolição da escravatura...*

⁷⁷ Diário Popular, 14 de outubro de 1885.

⁷⁸ Alguns dos principais abolicionistas a se organizar para a compra de alforrias de cativos foram: Henrique Porchat, Américo Martins, Antônio Carlos da Silva Telles. Machado, Maria Helena. "From slave rebels to strike breakers, the Quilombo of Jabaquara"...

⁷⁹ Santos, Francisco Martins. *História de Santos vol.2 1532-1936*. São Paulo, Empresa Graphica da 'Revista dos Tribunaes, 1937. p.11 – 13.

⁸⁰ Machado, Maria Helena. "From slave rebels to strike breakers, the Quilombo of Jabaquara". In. *Hispanic American Historical Review*, 86:2, Duke University Press, 2006. p.254.

Em estudo sobre o Jabaquara, Maria Helena Machado procura desvendar os motivos e jogos de interesses envolvidos em sua criação: período concomitante ao de aumento na fuga de cativos das fazendas da província de São Paulo e de sua consequente busca por abrigo na cidade de Santos⁸¹. Ainda que um debate mais profundo acerca dos interesses envolvidos na manutenção deste reduto não vá ser aqui abordado, reiteramos a importância assumida pelo quilombo do Jabaquara no interior do projeto mais amplo de libertação escrava na província paulista, haja vista a necessidade de estabelecimento de um “território livre” ao qual tais cativos pudessem ser dirigidos.

O grande número de escravos que, descendo a serra do mar, buscava a liberdade junto à cidade litorânea chamou a atenção das autoridades e a força policial foi requisitada por mais de uma vez para a captura de escravos fugidos. A mobilização da população em torno das causas abolicionistas, contudo, forçou o retorno das forças policiais para a capital da província, por diversas vezes, com as mãos abanando. Maria Helena Machado chama a atenção para a forte presença de setores populares no movimento abolicionista santista, além dos setores ilustrados que compunham as instituições libertadoras e emancipadoras também em outras regiões da província. A participação desses populares, em conjunto com os próprios escravos fugidos das fazendas paulistas – abrigados no quilombo do Jabaquara e, em grande medida, trabalhando nos trapiches junto ao carregamento de navios e em pequenos biscates garantidores de suas subsistências – conformavam o potencial violento das manifestações abolicionistas na cidade. A constante ida de capitães do mato e das autoridades repressoras à Santos em busca desses escravos incentivou que tal potencialidade se concretizasse, radicalizando os conflitos⁸².

Em uma dessas circunstâncias, em 20 de novembro de 1886, 18 membros das forças policiais, sob a liderança do chefe de polícia Lopes dos Anjos, a mando de Antonio Prado, foram enviados à cidade para recapturar alguns escravos. Quando se deslocavam para a estação com os 4 indivíduos recapturados, foram cercados por multidão abolicionista e grande confusão teve início. Houve correria e tiros foram disparados. Segundo documentação trocada entre o delegado de polícia de Santos e o chefe de polícia da província sobre as confusões desencadeadas a partir da recaptura dos escravos fugidos, havia “uma multidão de pretos armados de paus e revólveres, dispostos a

⁸¹ A partir da análise da documentação de processos envolvendo o Jabaquara, da figura de Quintino de Lacerda e também do pretenso possuidor das terras do quilombo, Benjamim Fontana, Maria Helena Machado conclui que o refúgio criado pelos abolicionistas, de certa maneira, servia para o controle social dos escravos recém chegados – Quintino reproduzia as práticas paternalistas dos fazendeiros sobre os quilombolas – que, por seu grande número, apresentavam riscos à frágil ordem existente na cidade litorânea. Os interesses envolvidos no Quilombo do Jabaquara, contudo, não se limitavam ao controle desta população e, nesse sentido, a autora questiona se o objetivo central de Benjamim Fontana ao ceder suas terras para Lacerda – que, por sua vez, arrendava-as aos escravos fugidos –, não seria a exploração da fragilidade de suas liberdades já que, por ocuparem terras alheias, tais cativos seriam incapazes de futuramente reivindicá-las por meio de usucapião. Machado, Maria Helena. "From slave rebels to strike breakers, the Quilombo of Jabaquara"...

⁸² Machado, Maria Helena. *O Plano e o pânico...* p.140-141.

invadir as delegacias e quartéis”, com o objetivo de libertar escravos apreendidos⁸³. Frente a tal cenário, Lopes dos Anjos ordenou repressão à multidão. A confusão continuou por quatro dias, segundo Robert Conrad. Mais policiais foram enviados à cidade e rumores de um ataque ao *Diário de Santos* fizeram com que mais de mil pessoas fossem às ruas, como deixou transparecer o delegado de Santos em novo telegrama à capital: “Estado da cidade em completa desordem. Um grupo de mil pessoas entre dias [sic] 500 pretos armados de paus e revólveres, reuniram-se na tipografia do Diário de Santos, onde houveram [sic] discursos e vivas à República e à Sociedade Abolicionista [...]”⁸⁴.

As ideias republicanas eram defendidas em Santos em oposição à política repressiva do governo imperial e como um caminho válido para uma nova política democrática. Apesar do Clube Republicano de Santos ter sido criado somente em outubro de 1887, as ideias republicanas já estavam ali estabelecidas há muito tempo e eram compartilhadas pelos abolicionistas da cidade⁸⁵.

O abolicionismo, contudo, definitivamente não era unanimidade entre os republicanos de São Paulo. Apesar de ambos clubes, da capital e de Santos, criticarem o governo imperial, seus motivos eram bem diferentes. A repressão exercida pelo governo Imperial, na segunda metade da década de 1880, desagradava os abolicionistas – que, ao lado dos escravos, eram suas principais vítimas –, mas parecia desagradar também os senhores de escravos da província de São Paulo. Os fazendeiros paulistas compreendiam os esforços da política imperial contrária ao movimento libertador como insuficientes e esperavam mais empenho. Em realidade, desde o início da década de 1870, momento de criação do Partido Republicano Paulista (doravante PRP), grande número de importantes fazendeiros do Oeste Paulista aderiu ao partido. Esses fazendeiros viram na criação do novo partido uma alternativa à política levada a cabo pelos partidos Conservador e Liberal na Corte, os quais, em sua opinião, não governavam de acordo com os interesses da principal região produtora de café do país que, conseqüentemente, era a principal geradora da riqueza nacional⁸⁶.

Para esses fazendeiros faltava compatibilidade entre representação política e importância econômica no Império. A província da Bahia, por exemplo, detivera sempre um maior número de

⁸³ Daesp, Telegrama, Ordem 6037 de 1886. Telegrama do Delegado da Polícia de Santos ao Chefe da Polícia de São Paulo, de 24 de novembro de 1886. Apud. Machado, Maria Helena. *O Plano e o pânico...* p.142.

⁸⁴ Robert Conrad também aborda esse conflito em seu livro. Para a citação, Daesp, Telegrama, Ordem 6037 de 1886. Telegrama do Delegado da Polícia de Santos ao Chefe da Polícia de São Paulo, de 24 de novembro de 1886. Apud. Machado, Maria Helena. *O Plano e o pânico...* p.142. Conrad, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil 1850-1888*, p. 292-3.

⁸⁵ Santos, José Maria dos. *Os republicanos paulistas e a abolição...* p. 249.

⁸⁶ Sobre esse tema, ver principalmente o capítulo 2, “As tensões da província paulista: descompasso entre poder econômico e poder político” da dissertação: Costa, Milena Ribas da. *A Implosão da ordem: A crise final do Império e o Movimento Republicano Paulista*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2006. p. 42-72.

chefes de gabinete e de ministros. O menor número de cadeiras de senadores, assim como de deputados provinciais, para a província de São Paulo, também apontavam para a dita falta de representatividade dessa classe senhorial⁸⁷. Os poucos representantes paulistas na política nacional eram membros dos partidos Liberal ou Conservador e, em sua maioria, fazendeiros da região do Vale do Paraíba, menos próspera do que as regiões oeste e noroeste da província. O controle dos poderes políticos e sobre o sistema de distribuição dos recursos imperiais fazia com que cargos públicos diretamente relacionados à Província, assim como postos de prestígio, não fossem necessariamente aqueles que mais agradassem os fazendeiros do Oeste Paulista.

A falta de representatividade foi um dos motivos que levou os fazendeiros das mais prósperas regiões paulistas a se filiarem ao Partido Republicano. Desde a primeira convenção do partido em Itu, em 1873, apesar da existência de uma ala favorável às ideias antiescravistas – composta por Luiz Gama, Américo e Bernardino de Campos, e Zoroastro e Bernardino Pamplona –, ficou evidente que o partido seria composto majoritariamente por fazendeiros proprietários de escravos⁸⁸. Neste encontro, objetivando-se estabelecer seus princípios, ficou decidido que as ideias abolicionistas não constassem entre os mesmos, uma vez que a defesa do fim do cativeiro entraria em conflito com os interesses dos membros escravistas do partido, dificultando ainda a arregimentação de outros indivíduos dessa classe.

A forma com que o PRP passou a se conformar desagradou parte dos indivíduos envolvidos no nascimento do Partido, dentre eles, Luiz Gama, que já atuava na causa abolicionista. Nas reuniões do PRP no ano de 1873, o abolicionista marcou seu posicionamento, juntamente aos irmãos Américo e Bernardino de Campos, como partidário da “abolição já” e, devido ao absentismo do partido com relação à escravidão, abandonou a reunião⁸⁹. O abolicionista nunca deixou de defender as ideias republicanas e continuou a participar dos congressos e reuniões do PRP, mas sempre com certo distanciamento.

Segundo a historiadora do separatismo paulista, Cássia Aducci, o PRP era muito distinto do Partido Republicado da Corte, já que o segundo apegava-se ao manifesto lançado em 1870, no qual eram defendidos os direitos e liberdades individuais, a soberania do povo e verdade democrática. Essa diferença era resultado, principalmente, da distinta composição de seus membros, formada

⁸⁷ São Paulo possuía apenas 3 cadeiras no Senado, enquanto Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro contavam com 6 cadeiras cada e Minas Gerais com 10. Na câmara de deputados é possível perceber algo similar, São Paulo com direito a 9 lugares, enquanto Pernambuco com 13, Rio de Janeiro com 12, Minas Gerais 20 e Bahia 14, somente para citar alguns exemplos. Costa, Milena Ribas da. *A Implosão da ordem...* p. 51-52.

⁸⁸ Santos, José Maria dos. *Os republicanos paulistas e a abolição...* p. 75.

⁸⁹ Ferreira, Ligia Fonseca. *Com a palavra Luiz Gama*. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2011.p. 30

majoritariamente por uma ala urbana de profissionais liberais e homens de negócios⁹⁰. Já o paulista, em grande medida, colocava sua ênfase no federalismo e na autonomia provincial, em sintonia com os desejos dos grandes proprietários de terras⁹¹. A insatisfação frente ao encaminhamento da política imperial despontaria, na segunda metade da década de 1880, no projeto de separação da província de São Paulo do restante do Império. Fundado na defesa de uma maior autonomia da província e na ideia de que São Paulo seria mais próspera de forma independente, o separatismo conquistou muitos membros no interior do PRP.

O PRP, contudo, não era homogêneo dentre seus correligionários e a forma como estruturava-se, em clubes, tendo o Clube Republicano da Capital como centro, possibilitava que as agremiações de distintas regiões possuísem uma pequena margem de autonomia. O caso do Clube Republicano de Santos é exemplar, já que, composto por ala urbana de profissionais liberais e homens de negócios em sua maioria simpatizantes das ideias abolicionistas, tal Clube se distinguia do da capital e, principalmente, do de Campinas. A criação do clube de Santos, em outubro de 1887, e a conhecida relação dos indivíduos dessa localidade com as ideias abolicionistas, preocupou os chefes do PRP que, segundo José Maria dos Santos, prontamente convocaram uma reunião da Comissão Permanente do partido. Os resultados desse encontro materializaram-se no envio de Campos Salles (àquela época deputado geral pelo PRP e chefe do partido) à cidade de Santos, com a finalidade de realizar uma conferência abolicionista em nome do partido⁹². Na circunstância, o republicano Silva Jardim, que criticava abertamente as contradições entre as ideias republicanas e o escravismo⁹³, perguntou a Salles se este poderia lhe prometer que até o término daquele ano nenhum republicano possuiria mais escravos, provocação a que Salles acenou positivamente.

Segundo José Maria dos Santos, depois desse episódio, chamou-se nova reunião da Comissão Permanente do partido, tendo-se deliberado o envio de uma circular a todos os fazendeiros republicanos recomendando-lhes as ideias de Silva Jardim. Mesmo tratando-se dos meses finais de 1887, momento em que a luta abolicionista já estava bastante avançada, os fazendeiros acenaram negativamente à orientação⁹⁴.

⁹⁰ José Murilo de Carvalho comparou o Partido Republicano do Rio de Janeiro com o de São Paulo e constatou que enquanto o primeiro era composto por 17% de proprietários rurais, o segundo alcançava a marca de 30%. Para a Convenção Republicana em Itu, de 1873, Milene Costa identificou que dos dos 133 convencionais, 76 se declaravam lavradores, leia-se fazendeiros. Carvalho, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 213-4. Costa, Milena Ribas da. *A Implosão da ordem...* p. 28.

⁹¹ Aducci, Cássia. *A “Pátria Paulista”: o separatismo como resposta à crise final do Império Brasileiro*. São Paulo, Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2000. p. 177.

⁹² Santos, José Maria dos. *Os republicanos paulistas e a abolição...* p.249.

⁹³ Machado, Maria Helena. *O Plano e O Pânico...* p.153.

⁹⁴ Santos, José Maria dos. *Os republicanos paulistas e a abolição...* 250.

Diante da crescente sublevação escrava e do eminente fim da escravidão, os proprietários passaram a se sentir ameaçados pela possibilidade de que suas fazendas fossem esvaziadas da noite para o dia e de que suas safras apodrecessem no pé. Diante deste cenário, entre os meses finais de 1886 e meados de 1887, uma nova tática passou a ser empregada pelos fazendeiros que objetivavam manter seus escravos nas fazendas: a concessão de alforrias em massa mediante o estabelecimento de contratos de prestação de serviços⁹⁵. Campos Salles, por exemplo, chefe do PRP, libertou seus escravos com condição de 4 anos de serviços no início de 1887⁹⁶. Por meio da libertação condicional, vale frisar, os escravos não recebiam a liberdade imediata, tendo de prestar serviços a seus senhores por mais alguns anos, trabalhando sob vigilância e coação de castigos corporais e não vendo, na prática, qualquer mudança em seu cotidiano.

Tais medidas, contudo, tomadas de forma individual, foram insuficientes para dar cabo nas constantes fugas escravas pelo interior da província. Na segunda metade de 1887, novos esforços foram empreendidos pelos lavradores para, de forma conjunta, libertarem seus escravos e estabelecerem prazos de prestação de serviços⁹⁷. Em sua opinião, agindo nessa direção e de forma coletiva, não só os escravos ficariam satisfeitos, como os abolicionistas deixariam de incentivar a fuga de homens agora “livres” e as autoridades estariam mais dispostas a fazê-los trabalhar⁹⁸. Dentre outras temáticas tratadas nessas “reuniões de lavradores”, havia ainda a preocupação em requerer às autoridades garantias legais que obrigassem tais “libertos” ao trabalho, prevendo punições àqueles que os incentivassem ao abandono e formas para atrair imigrantes à região.

Os políticos emancipacionistas, principalmente os congregados no Partido Liberal da Corte, iniciaram a esta altura o processo de apresentação de projetos que viabilizassem a abolição, ainda que pautados pela mesma ideia de prestação de serviços que definia a prática dos escravocratas da província de São Paulo. Representado pelas figuras de Jaguaribe e Afonso Celso Jr., o partido Liberal apresentou duas propostas de abolição imediata, a primeira prevendo 5 anos de serviços e a segunda, 2 anos. Em junho de 1887, o projeto Dantas, de 1884, foi reavaliado por 14 senadores, reafirmando a previsão de abolição para 31 de dezembro de 1889 e medidas especiais para o

⁹⁵ Machado, Maria Helena. *O Plano e O Pânico...* p.75

⁹⁶ Uma análise sobre a forma como os abolicionistas do *A Redenção* reagiram às liberdades condicionais em massa pelos fazendeiros será apresentada no capítulo III dessa dissertação.

⁹⁷ Ronaldo dos Santos menciona a primeira reunião desse caráter em junho de 1887, em Belém do Descalvado. Em seu trabalho fez um mapeamento dessas, mencionando também, entre os meses de junho, julho e agosto, as de Araras, Espírito Santo do Pinhal, Jacarei, casa Branca, São Simão, Caconde, Campinas, Amparo e Guaratinguetá. Para os meses de setembro e outubro: Mococa, Rio Novo, Rio Claro, São Carlos, Limeira, Cajuru, Tietê. Novembro e dezembro: Itatiba, Porto Feliz, Taubaté, Tatuí, Franca, Itapetininga, Capivari, Jau, Indaiatuba, Sorocaba, São Roque, Pedregulho. Janeiro de 1888: Laranjal, Araraquara, Pereiras, Una. Fevereiro de 1888: Brotas, São José dos Campos, São João da Boa Vista, Bananal, Caçapava, Redenção, Pindamonhangaba, São Luís do Paraitinga, Moji-Mirim, Ribeirão Preto. Março de 1888: Bocaina, Areias, Silveiras. Abril e maio de 1888: Piracicaba. Santos, Ronaldo Marcos dos. *Resistência e superação do escravismo...* p. 103-108 e 121- 127.

⁹⁸ Conrad, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil...* p. 301 - 313.

estabelecimento da pequena e acessível propriedade rural idealizada por Rebouças. Joaquim Floriano de Godoy, em 24 de setembro de 1887, propôs abolição para o Natal de 1889, com três anos de serviços. No mesmo dia Alfredo Taunay fez proposta semelhante, diminuindo o tempo de serviços para 2 anos⁹⁹.

A situação era verdadeiramente alarmante e a libertação condicional passou a ser vista como medida palpável de imposição de limites às fugas escravas até pelos mais ferrenhos escravocratas. Foi nessas circunstâncias que, em setembro de 1887, a reação escravocrata, marcada pela política imperial do ministério Cotegepe, sofreu um grande golpe, ainda mais duro porque originário do interior de seus homens de confiança¹⁰⁰. Antonio Prado, ex-ministro da agricultura do ministério Cotegepe e mentor, um ano antes, do regulamento da lei dos Sexagenários – documento esse nomeado por José do Patrocínio de “Regulamento Negro” – fez discurso no senado criticando uma petição de fazendeiros de Campinas pedindo repressão enérgica a escravos que haviam fugido e se estabelecido em Santos. Comentando a situação dos fazendeiros de Campinas – insistentes na manutenção de seus cativos pela via da coação –, frisou a melhor situação em que se encontravam aqueles que haviam libertado seus escravos mediante prestação de serviços. Para Prado, a manumissão provisória aparecia como única alternativa para por fim às agitações da província¹⁰¹.

No mês seguinte, foi a vez do exército demonstrar insatisfação com o papel de capitão do mato que vinha cumprindo. Em outubro de 1887, portanto, a repressão levada a cabo pela política imperial perdia mais um importante sustentáculo. Poucos dias após fuga de escravos intensamente perseguida e reprimida na Serra do Mar, o Clube Militar, presidido por Deodoro da Fonseca, formulou petição requerendo que o exército não fosse mais incumbido de capturar cativos que pacificamente fugiam dos “horrores da escravidão”¹⁰². A petição acabou não sendo entregue à Princesa Regente Isabel – no cargo por conta da retirada de seu pai a Europa, em julho de 1887, para tratamento de saúde –, mas foi amplamente divulgada. Segundo Conrad, apesar deste pedido, os soldados continuaram a ser mandados às regiões de escravos fugidos, não deixando de manifestar, contudo, insatisfação no cumprimento de um papel “perigoso, pouco popular, inglório e crescentemente fútil”¹⁰³.

A esta altura, o escravismo não podia mais se amparar no exército e a garantia da ordem nas

⁹⁹ Para melhor acompanhar a apresentação de projetos abolicionistas na corte e o crescimento da representação do Partido Liberal, principalmente da ala abolicionista, ver Nogueira, Filipe. *Império das incertezas. Política e partidos nas décadas finais da Monarquia brasileira (1868-1889)*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação de História Social da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Sociais da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015. 188-191. Ver também Alonso, Angela. *Flores, votos e balas...* p. 317-319.

¹⁰⁰ Alonso, Angela. *Flores, votos e balas...* p.320.

¹⁰¹ Conrad, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil...* p. 303.

¹⁰² Conrad, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil...* p. 303.

¹⁰³ Conrad, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil...* p. 306.

fazendas por meio da manutenção de uma estrutura militar tornava-se vez mais cara e desgastante frente à crescente onda abolicionista. Parece razoável supor assim que, a partir de determinado momento, vendo-se obrigados a transigir com a situação com vistas a manter sua força produtiva nas fazendas, parte dos escravocratas tenha se tornado emancipacionista.

Muitas vezes, contudo, a concessão de liberdades condicionais mostrou-se insuficiente aos anseios dos escravos. O caso do Barão de Serra Negra é exemplar nesse sentido. Tendo libertado 400 escravos mediante contrato de prestação de 3 anos de serviços em 22 de novembro de 1887, o barão se deparou, três semanas mais tarde, com a sublevação de seus cativos – possivelmente insatisfeitos pela ausência de mudanças em seu cotidiano – e com ameaças de morte por parte dos mesmos¹⁰⁴.

A classe senhorial continuou buscando uma solução para o apaziguamento da revolta escrava sem a necessidade de libertação imediata de seus escravos e mantendo-os trabalhando nas fazendas pelo mais longo tempo possível. Para o mês de dezembro, uma reunião de lavradores foi convocada por Antonio Prado em São Paulo, visando deliberar sobre tais questões. Avaliando as condições nas quais as fazendas paulistas se encontravam, os fazendeiros deliberaram algumas ações, como a criação de uma associação emancipacionista, a “Sociedade Libertadora da Província”, o estabelecimento de prazo máximo para a libertação da província em dezembro de 1890 e a modificação do regime de trabalho, com a finalidade de garantir que os libertos permanecessem trabalhando nas fazendas até a concretização da transição para o trabalho livre incondicional¹⁰⁵. Segundo Prado, era necessário que os senhores mudassem a relação com seus trabalhadores:

Retribuindo-lhe o trabalho pelo salário e modificando o regime, e diminuindo-lhe as horas de trabalho, abolindo completamente os castigos, dando-lhes melhor alimentação e melhor vestuário, deixando-o, enfim, de considerar como uma simples máquina de trabalho¹⁰⁶.

Antonio Bento, em seu jornal *A Redenção*, demonstrou insatisfação com as propostas colocadas no encontro dos fazendeiros e disse que aquelas medidas não resolveriam o problema. Defendeu, na ocasião, que a libertação sem condições era a única forma de acalmar as tensões vividas no interior da província¹⁰⁷. O abolicionista parecia estar certo. Ao que tudo indica, essas

¹⁰⁴ Conrad, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil...* p. 307.

¹⁰⁵ Em *The Abolition of Slavery in Brazil*, Robert Toplin faz uma rápida retomada da vida de Antonio Prado e de sua atuação política na província de São Paulo e na Corte. Toplin, Robert Brent. *The abolition of slavery in Brazil...* p. 230 - 233.

¹⁰⁶ Conrad, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil 1850-1888...* p. 309.

¹⁰⁷ Abordaremos de forma pormenorizada, no capítulo 4 dessa dissertação, a forma como Antonio Bento avaliou o posicionamento de Antonio Prado e da criação da “Sociedade Libertadora da Província”. Para a questão, ver também o editorial do *A Redenção* produzido por Antonio Bento na edição do dia 18 de dezembro de 1887, intitulado “A sociedade Mistificadora da Província”.

medidas não foram suficientes e tampouco sabemos se elas foram empregadas no interior das fazendas. Os escravos, por seu lado, continuaram a fugir em massa. De acordo com Conrad, no último mês de 1887, alguns fazendeiros “começaram dando instruções aos capatazes para que lhes permitissem mover-se em liberdade, esperando que os trabalhadores, já sem restrições, regressariam ou que os escravos de outras fazendas, famintos e cansados de caminhar, apareceriam em busca de emprego remunerado”¹⁰⁸.

Robert Conrad estima que no mês de fevereiro de 1887, cerca de quatro quintos das fazendas paulistas estavam abandonadas. Para o mês de março, contudo, o historiador afirma que parte dos antigos escravos já retornava ao trabalho nas fazendas, negociando com os fazendeiros salários e melhores condições de trabalho¹⁰⁹. Para além deste retorno, os fazendeiros paulistas das regiões mais prósperas podiam contar com a cada vez maior entrada de imigrantes europeus, principalmente italianos¹¹⁰. Em muitas fazendas, ainda que sob novas negociações entre fazendeiros e trabalhadores, a produção parecia salva.

Propriedades de outras regiões de São Paulo (como o Vale do Paraíba), Rio de Janeiro e Minas Gerais, contudo, que pareciam ter vivido seu auge alguns anos antes, passavam, nesse momento, por indubitável decadência. Os fazendeiros dessas regiões encontravam-se endividados e os escravos representavam grande parte de suas riquezas, uma vez que muitos deles possuíam seus plantéis hipotecados junto a bancos. Em comparação à região próspera do café paulista, essas regiões não conseguiam atrair imigrantes. A crise por que passavam esses escravocratas faziam-nos resistir ainda mais à liberdade de seus escravos, exigindo, muitas vezes, indenizações para sua alforria. Apesar da relutância desses fazendeiros, os escravos seguiam fugindo, gerando grande tensão na zona rural das províncias e também nas cidades, local para onde normalmente se dirigiam. Foi constante o temor de que houvesse confrontos entre, por um lado, representantes da ordem, escravocratas e seus capangas, e, por outro, escravos fugidos e abolicionistas¹¹¹. Para Angela Alonso, os meses que antecederam a abolição no Brasil guardam semelhanças com a situação vivida às vésperas da Guerra Civil norte-americana e da revolução de São Domingos¹¹².

Na vida social cotidiana, os conflitos entre escravocratas, abolicionistas e escravos intensificaram-se nos meses finais de 1887. Um dos casos mais emblemáticos da repressão

¹⁰⁸ Conrad, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil 1850-1888*. ... p.310.

¹⁰⁹ Conrad, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil 1850-1888*. ... p.316-317.

¹¹⁰ Segundo levantamento do historiador Alexandre Barbosa, no intervalo de 1880 e 1884, entraram em São Paulo apenas 16 mil imigrantes. Já para os anos que vão de 1885 a 1888, entraram cerca de 160 mil imigrantes na província, sendo que 137 mil eram italianos. Barbosa, Alexandre de Freitas. *A formação do mercado de trabalho no Brasil*... p. 139.

¹¹¹ Conrad, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil*... p. 319-327.

¹¹² Alonso, Angela. *Flores, votos e balas*... 314.

escravocrata foi o crime contra o delegado de polícia Joaquim Firmino de Araujo Cunha, em Penha do Rio do Peixe. Em fevereiro de 1888, aproximadamente 80 fazendeiros e capangas invadiram a casa do delegado alegando sua colaboração com escravos fugidos e abolicionistas, assassinando-o. Nem sua mulher e filha foram preservadas da selvageria, sofrendo agressões¹¹³.

A manutenção do Barão de Cotegipe na chefia do Ministério incorporava cada vez mais insatisfação ao governo da Princesa Regente, duramente pressionada pelos abolicionistas da Corte. Segundo Angela Alonso, o último bastião do ministério foi por terra quando, no dia 1 de março de 1888, na Corte, houve conflito entre praças da marinha e soldados da polícia, fazendo com que Cotegipe perdesse o apoio da força policial¹¹⁴. O embate teve prosseguimento no dia seguinte envolvendo a população livre. O barão exigiu repressão imediata. A situação era crítica. Na ocasião, o *Correio Paulistano* noticiou que a polícia havia disparado contra duas mil pessoas que se manifestavam contra o gabinete e a favor dos militares.

A Princesa Regente tirou o barão da presidência do gabinete em 10 de março e alçou ao cargo outro conservador, João Alfredo. Em abril, os ministros discutiram projetos de lei de abolição e de serviços rurais. Antonio Prado, então ministro da pasta dos Estrangeiros, apresentou projeto que propunha a libertação imediata dos cativos, com consequências profundas, no entanto, para o momento posterior à efetivação da abolição, como indenização aos proprietários, obrigação aos libertos de servirem seus antigos senhores por mais três meses – assegurando-lhes a colheita da safra – e a obrigação de permanecerem por mais seis anos nos municípios onde foram libertados, empregados como homens livres¹¹⁵. O projeto, no entanto, foi recusado.

Já o projeto de lei encaminhado à Câmara pelo governo, em 8 de maio, era curto, prevendo abolição sem indenização e nada mais. Avaliou-se que assim deveria ser para não haver maiores delongas e consequentes agitações. Antes desse momento, no entanto, houve racha entre abolicionistas, em especial entre aqueles que objetivavam a dupla mudança – abolição e república –, e os que viam como necessária a concentração de esforços na resolução da mais premente questão do momento: a abolição¹¹⁶.

No mesmo dia em que foi encaminhado, o projeto de lei foi discutido e votado: 83 votos favoráveis, 9 contrários e 33 deputados que não compareceram. No senado, o resultado da eleição, ocorrida aos 13 de maio foi de 46 votos a favor, 6 contrários e 8 ausentes. A lei foi levada à Princesa Isabel, para sua assinatura. A escravidão estava abolida do Brasil por meio da Lei Áurea, composta

¹¹³ Machado, Maria Helena P. T. “Teremos grandes desastres...” p. 389-392.

¹¹⁴ Alonso, Angela. *Flores, votos e balas...* p. 345-325.

¹¹⁵ Conrad, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil 1850-1888...* p. 328-9

¹¹⁶ Alonso, Angela. *Flores, votos e balas...* p.324-326.

unicamente por dois artigos: “Artigo 1º. É declarada extinta, desde a data da lei, a escravidão no Brasil. Artigo 2º. Revogam-se disposições em contrário”¹¹⁷.

Do início da década de 1880, portanto, à assinatura da Lei Áurea, muito se acumulou na bagagem da luta abolicionista – e da relutância escravocrata, claro – no Império brasileiro. No interior da extrema agitação político-social que marcou estes anos, diversos grupos se configuraram, de cada um dos lados, e atuaram das formas que lhes pareceram as melhores e mais efetivas no calor da hora. Se a força das ações abolicionistas institucionalmente empreendidas no país – fosse pela via da aprovação legislativa, pressão política ou representação junto ao poder – e a atividade de indivíduos que se destacaram no cenário político nacional (como Nabuco, Dantas, Clapp e Patrocínio), tiveram impacto inegável sobre o fim do cativeiro no Brasil, tal não diminuiu, contudo, a força da luta paralelamente empreendida no que poderíamos definir como as “brechas” do poder político instituído no país. Falamos, aqui, da atuação de abolicionistas junto à imprensa nacional, daqueles que “puseram a mão na massa” ao se aproximar da escravidão e articular, junto aos cativos, estratégias de fuga, esconderijo e reinserção, e ainda dos próprios escravos, protagonistas incontestes dos rumos da abolição no país.

Voltando o foco especificamente à atuação de Antonio Bento, esperamos ter demonstrado que, ainda no final da década de 1880, a luta contra o cativeiro não estava encerrada no país, restando aos agentes históricos envolvidos na peleja o enfrentamento de uma série de batalhas, frente às quais diversas estratégias tiveram de ser configuradas e reconfiguradas, a depender das circunstâncias específicas em jogo, locais ou nacionais. Nesse contexto, Antonio Bento optou, dentre outras coisas, pela fundação do jornal abolicionista *A Redenção*, publicado entre 1887 e 1888, em cujas páginas explicitou os caminhos sinuosos trilhados pela luta abolicionista paulista nos estertores da escravidão nacional.

Para o quadro da atuação de Antonio Bento ficar ainda mais completo, contudo, acreditamos ser necessário descrever também, de forma breve, o ambiente específico em que sua luta ganhou corpo e se perpetrou, abordando ainda, com os cuidados necessários, as especificidades inerentes a um dos meios de atuação escolhidos por Antonio Bento, no caso, a letra impressa. No item a seguir, portanto, trataremos da Província e, mais especificamente, da cidade de São Paulo, trazendo à tona algumas das particularidades assumidas por essa localidade na década de 1880. Na sequência, apresentaremos os primeiros elementos de nossa avaliação da imprensa da cidade à época.

¹¹⁷ Alonso, Angela. *Flores, votos e balas...* p. 333.

1.2. A vida paulistana em transformação – urbis, sociedade e imprensa

Na década de 1880, a cidade de São Paulo saltou da condição de burgo de estudantes, conquistada a partir da inauguração da Academia de Direito do Largo de São Francisco, em 1828, para figurar como verdadeiro centro urbano, tornando-se ponto nodal de circulação de pessoas, mercadorias e ideias. Tal transformação deveu-se, entre outras coisas, ao sucesso da produção do café nas regiões central e oeste da província e aos desdobramentos gerados por tal mudança no âmbito específico da *urbis* paulistana.

Em consequência dessa transformação econômica, a cidade se metamorfoseou, alargando-se populacional, geográfica e culturalmente e ganhando cada vez mais em infraestrutura – ainda que uma série de características típicas da São Paulo de inícios do século XIX tenha se mantido até o início do século seguinte. Nesse contexto, o número de habitantes da cidade saltou, a quantidade de edifícios se avolumou, as distâncias foram aumentando e, simultaneamente, sendo encurtadas pelo desenvolvimento dos meios de transporte, as formas de sociabilidade foram se adaptando e o trânsito na cidade foi ganhando novos contornos.

Neste item, pretendemos abordar algumas das principais características da cidade de São Paulo entre os anos de 1860 e 1880, destacando, como não poderia deixar de ser, as impactantes mudanças por ela sentidas no período, e evidenciando o modo com que o modelo urbano ali conformado influenciou formas específicas de sociabilidade e, mais do que isso, traçou contornos definidos ao movimento abolicionista ali desenvolvido.

Nesse sentido, buscaremos enfatizar não apenas o modo com que a configuração da cidade, bem como de sua produção e comércio, influenciaram o desenvolvimento de um tipo específico de escravidão urbana que, de certa forma, “permitia” ao cativo uma maior autonomia e um deslocamento constante pelos espaços urbanos (colocando-o, muitas vezes, em contato com grupos de abolicionistas ou libertos); mas também o modo com que a crescente circulação de pessoas pelo espaço urbano, atraiu para a cidade um contingente de libertos e mesmo de escravos fugidos que, no coração da *urbis*, se mesclou e indiferenciou em meio aos outros habitantes, sobrevivendo nas franjas do regime escravista ou buscando a oficialização de sua liberdade e a construção de uma nova identidade. Frente a tal cenário, que, para além de tudo, dificultou a ação de autoridades e mantenedores da ordem (sempre em busca de novos meios, nem sempre legais, de preservação do cativo), uma modalidade particular de abolicionismo e de atuação abolicionista foi gestada, tendo como um de seus personagens Antonio Bento de Souza e Castro.

Nas décadas finais do século XIX, portanto, cada vez mais pessoas circulavam pelo espaço

urbano de São Paulo, oriundas de diferentes regiões do Brasil e do mundo, chegando com diferentes objetivos e expectativas. Formada por fazendeiros, produtores, imigrantes, libertos e escravos, a população que, desde meados do século XIX, afluía em número cada vez maior à cidade, circulava também, de forma cada vez mais acelerada, entre as diferentes regiões da província, fazendo uso, para tanto, das linhas férreas construídas desde a década de 1860.

A facilidade de transpor grandes distâncias em pequeno espaço de tempo dificultou ainda mais o controle sobre aqueles que habitavam ou passavam pela cidade. A notícia transcrita na sequência ilustra o cenário da tentativa da municipalidade – representada pela força de permanentes –, e da elite – representada pelos senhores de escravos –, em exercer controle sobre os cativos.

Consta-nos que o grande número de fazendeiros e capangas, munidos de mandados avulsos, com o nome de escravos em branco, estão em Jundiaí à espera da passagem dos trens da Paulista para fazer desembarcar todo o passageiro que for preto ou mulato. [...]

Sexta-feira, ao passar o trem da linha Paulista em Jundiaí, logo que o trem parou na estação desta cidade a força de permanentes invadiu o trem e arrancou de dentro dele uma porção de pretos e mulatos que se dirigiam para esta capital.

Foi horrível essa cena: gritos, lamentações, protestos se ouviam de todas as partes.

Passageiros foram pisados. [...]

A verdade é que tanto na estação de Jundiaí, como na estação da Luz, desta capital, existiam homens que se dizem titulares à cata de pretos fugidos¹¹⁸.

Para além do supracitado controle sobre os plantéis, evidencia-se aqui a exploração da fragilidade das liberdades escravas pelos capitães do mato, que apreendiam, para além de escravos fugidos, também indivíduos livres e libertos – questões abordadas adiante nessa dissertação. O propósito da transcrição deste excerto, no momento, é o de trazer à tona o movimento permanente de pessoas nas estações, as chegadas e saídas, e os desconhecidos em constante circulação pela cidade, possibilitando certo desarranjo nos espaços sociais dos habitantes da *urbis*. Ao mesmo tempo em que essa movimentação propiciou, assim, aos capitães do mato, a possibilidade de prender nas estações negros como se escravos fossem, permitiu também que o inverso ocorresse, ou seja, que escravos fugidos utilizassem as linhas férreas como se libertos fossem, alcançando a cidade e, uma vez nela, vivendo e buscando auxílio entre seus pares, ou junto a abolicionistas, para a conquista da liberdade.

O episódio transcrito acima foi narrado no ano de 1887, no periódico abolicionista *A Redenção*. O jornal havia surgido em janeiro deste mesmo ano e tinha sua tipografia em um dos salões da Igreja da Nossa Senhora dos Remédios, na cidade de São Paulo. Foi publicado até o 13 de maio de 1888, data da Lei Áurea, findando, portanto, assim que conquistado seu objetivo. À frente da folha esteve o abolicionista Antonio Bento de Souza e Castro, nascido (em 17 de fevereiro de 1843), criado e falecido (em 8 de dezembro de 1898) em São Paulo.

¹¹⁸ A Redenção, 12 de Junho de 1887. “Acudam que fogem os passarinhos”. Sem assinatura.

À altura do evento mencionado, a população urbana de São Paulo era próxima de 64 mil habitantes, número registrado em 1890. O que mais chama a atenção, no entanto, é que 18 anos mais cedo, em 1872, a população da cidade era estimada em 32 mil habitantes, cerca de metade, portanto, do número que alcançaria poucos anos depois. No mesmo intervalo, a população da província também obteve um crescimento gigantesco, saltando de 837.354 habitantes em 1872, para 1.384.753 em 1890¹¹⁹.

O crescimento observado nesse período, contudo, não foi uma constante na história da cidade. Em 1836, São Paulo, cujo centro urbano restringia-se, geograficamente, ao topo da estreita colina margeada pelos rios Anhangabaú e Tamanduateí, contava com cerca de 22 mil habitantes. Toda a província possuía, então, pouco mais de 320 mil pessoas.

Até meados do século XIX, o principal estímulo para o crescimento populacional e as mudanças sociais experimentadas pelos habitantes da cidade – sem, contudo, mudar radicalmente o modo de vida de grande parte de seus habitantes – havia sido o estabelecimento da Academia de Direito do Largo de São Francisco em um antigo convento da cidade, em 1828. Para a Academia eram enviados – juntamente à faculdade irmã criada no mesmo ano na cidade de Olinda – os filhos da elite brasileira. Apesar do pequeno número de alunos ingressantes até início da década de 1850¹²⁰, a fixação desses seletos estudantes trouxe necessidades que, até então, não tinham despontado na população da pequena cidade, como espetáculos teatrais, livrarias, imprensas, bailes e estabelecimentos de encontro não formais, como os cafés¹²¹. Juntamente à Academia, estabeleceu-se sua biblioteca, porta de entrada para algumas das principais ideias que, então, circulavam na Europa.

O crescimento efetivo da cidade e sua modernização passaram a ocorrer, principalmente, a partir do final da década de 1860, momento em que a produção cafeeira do Vale do Paraíba não se encontrava mais no auge e em que o eixo econômico de produção do café expandira-se para as regiões central e oeste da província¹²². Essa mudança foi fundamental para a cidade de São Paulo, tornando-a paragem obrigatória dos produtos que circulavam entre as regiões produtoras do café e o

¹¹⁹ Synopse do Recenseamento Realizado em 1 de setembro de 1920 – População do Brasil, Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, Instituto de Expansão Comercial, 1926, p.183. Apud. Daecto, Marisa Midori. *O Império dos livros: Instituição e Práticas de Leitura na São Paulo Oitocentista*. Editora da Universidade de São Paulo. Fapesp, 2011. p. 227

¹²⁰ Entre 1846 e 1851 formavam-se, por ano, uma média de 16 bacharéis. Para o intervalo de 1852 a 1856, tal média subiu para 35. Já para o ano de 1863, Richard Morse apresenta o número de 111 bacharéis formados, afirmando ainda que, em 1855, a Academia, conjuntamente ao Curso Anexo, possuía 600 alunos. Morse, Richard. *Formação histórica de São Paulo*. Editora Difusão Europeia do Livro. São Paulo 1954. p. 131.

¹²¹ Morse, Richard. *Formação histórica de São Paulo...* p. 83.

¹²² Com a exceção do Vale do Paraíba, região próspera na produção do café, a província de São Paulo possuía pequena virtude agroexportadora, vendendo para fora, por meio do porto de Santos, pequena quantia de açúcar. Morse, Richard. *Formação histórica de São Paulo...* p.158.

porto escoador. A produção do café mais próxima da capital, portanto, trouxe transformações importantes à *urbis*, atraindo grande gama de indivíduos e resultando no incremento populacional de quase 50% em relação aos dados de 1836¹²³.

Na década de 1880, por sua vez, os grandes responsáveis pelo incremento populacional da cidade de São Paulo foram os imigrantes. Após tentativas frustradas (em décadas anteriores) de estabelecimento de um fluxo migratório que satisfizesse a demanda por trabalhadores da lavoura do café, foi finalmente estabelecido, nesse período, um formato que convinha tanto aos imigrantes quanto aos fazendeiros: transporte marítimo subsidiado pelo governo; gratuidade nas passagens de trem e 8 noites de estadia pagas em hospedaria exclusiva para os imigrantes; custeio da família imigrante no seu primeiro ano de serviço na lavoura; e disponibilização de terras para a produção de gêneros de subsistência¹²⁴. Elemento fundamental para o estabelecimento de vultosa imigração no período e nas décadas subsequentes foi ainda o ambiente político crítico – mas favorável à transferência de trabalhadores – em que se encontrava a Itália, então em processo de unificação¹²⁵.

Ao afluxo vivido pela cidade podemos acrescentar ainda os potentados fazendeiros que, cada vez mais, estabeleciam suas moradias em palacetes de São Paulo, trazendo consigo seus cativos e dependentes.

Escravos que alcançavam sua liberdade no interior, ou que fugiam em busca de sua liberdade na cidade, também vinham somar-se a essa população que se multiplicava.

O deslocamento do eixo produtor do café, como vimos, foi fundamental para o desenvolvimento da capital nos anos subsequentes, dado a que se deve acrescentar o importante crescimento da região que futuramente abrigaria o porto de Santos – então um trapiche em que se reuniam uma série de casas comissárias¹²⁶ –, por onde o café passaria a ser exportado no final da década de 1860. O porto da Corte, que outrora recebera grande parte dos produtos do Vale do Paraíba, foi preterido, assim, pelo escoamento realizado a partir da cidade de Santos, dada a maior

¹²³ 36 anos mais tarde, em 1872, a cifra atingiria os quase 32 mil habitantes. A expansão da lavoura para essa nova região, porém, fez com que a população total da província tivesse um salto ainda maior, praticamente triplicando e alcançando mais de 830 mil habitantes. O município neutro, por exemplo, em 1874, possuía 273.117 habitantes. Dados retirados de Conrad, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil 1850-1888...* p. 345.

¹²⁴ Costa, Emilia Viotti da. *Da senzala à colônia*. São Paulo, EDUNESP, 1998. p. 110-120

¹²⁵ Essas circunstâncias, segundo o historiador Alexandre Barbosa, possibilitaram que fossem inseridos na província de São Paulo, entre os anos de 1885 e 1889, cerca de 160 mil imigrantes. Para se ter uma ideia, nos quatro anos anteriores – 1880 a 1884 –, esses números não passavam de 16 mil emigrados para São Paulo. Destes 160 mil imigrantes, 137 mil eram italianos, 18 mil portugueses e quase 5 mil espanhóis, somente para elencar as três maiores ocorrências. Para saber mais sobre o fluxo de imigrantes por nacionalidade para São Paulo em outras datas, a partir de 1880, ver a tabela 6A do trabalho de Barbosa. p. 301. Barbosa, Alexandre de Freitas. *A formação do mercado de trabalho no Brasil*. São Paulo, Editora Alameda, 2008. p.139.

¹²⁶ Gitahy, Maria Lúcia. “O Porto de Santos, 1888 – 1908,” in Prado, Antônio Arnoni. *Libertários no Brasil: Memória, lutas e cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1986. 75 – 76

proximidade desta última com a área produtora. Uma barreira geográfica, contudo, imprimia grandes dificuldades à conexão entre São Paulo e Santos, tornando a viagem longa e extenuante: a Serra do Mar. Tal barreira natural demandava uma viagem de dois dias a cavalo e tempo ainda maior quando o trajeto era realizado por tropas de burros carregados de mercadorias.

Em 1860, uma sociedade conseguiu formar, na Inglaterra, a empresa “The São Paulo Railway Ltda”. No fim do mesmo ano tiveram início as obras que resultaram na estrada férrea que superou a Serra do Mar, conectando a cidade de São Paulo à região portuária de Santos. Em cinco anos de trabalho “os técnicos britânicos venceram os 793 metros da Serra, por meio de uma série de planos inclinados, com um declive de 10%, e locomotivas estacionárias para fazer descer e subir os trens por meio de cabos”¹²⁷. Em 1865 foi inaugurado o primeiro trecho, interligando o porto à cidade localizada no planalto. No início de 1867, foi a vez do trecho São Paulo – Jundiaí ser entregue.

A utilização de trens por passageiros e mercadorias aumentou de ano a ano. De início, contudo, a rapidez dos trens sofreu a concorrência do menor valor de frete praticado pelos tropeiros, que tinham a seu favor ainda o fato de realizarem o serviço de retirada e entrega de porta em porta – enquanto no emprego dos trens era necessário que os produtos fossem em costas de mulas até a estação ferroviária mais próxima, para dali serem carregados nos vagões¹²⁸. O aparente empecilho do valor do frete foi, no entanto, vencido pela rapidez com que mercadorias e passageiros podiam ser transportados pela linha ferroviária. Nos dois primeiros anos de funcionamento dos trens que ligavam São Paulo a Santos, o número de passageiros quase duplicou, saltando de 28 mil para 51 mil, e alcançando a cifra de 74 mil passageiros em 1871. Para as mercadorias, o crescimento foi ainda maior, saltando de cerca de 26 mil toneladas transportadas em 1867, para mais de 93 mil em 1871¹²⁹.

Nos anos seguintes à construção das linhas da São Paulo Railway, a ferrovia que chegava a Jundiaí foi expandida e ramificada, estendendo-se, sob a responsabilidade da Cia. Paulista, até Campinas, em 1872, a Limeira e Rio Claro, em 1876, e até Descalvado, em 1881. Partindo também de Jundiaí foi criada a Cia. Ituana, que em 1873 se estendeu até Itu, chegando a Piracicaba em 1879. Já a linha que partia de São Paulo em direção a Sorocaba, denominada Cia. Sorocabana, teve sua construção finalizada em 1875, sendo neste mesmo ano estendida à cidade de Ipanema e chegando à cidade de Tietê em 1883. A partir de Campinas foi criada nova linha, sob responsabilidade da Cia. Mogiana, conectando-se às cidades de Mogi Mirim e Amparo, em 1875, Casa Branca, em 1878,

¹²⁷ Morse, Richard. *Formação histórica de São Paulo...* p.206.

¹²⁸ Morse, Richard. *Formação histórica de São Paulo...* p.206.

¹²⁹ Morse, Richard. *Formação histórica de São Paulo...* p.206.

Ribeirão Preto, em 1883, e Poços de Caldas (Minas Gerais), em 1886. As linhas férreas acompanhavam a expansão do café na província de São Paulo, potencializando não somente a circulação de mercadorias e pessoas, mas também de informação.

Outra importante linha férrea construída na década de 1870, mais precisamente em 1877, foi a Cia. São Paulo e Rio de Janeiro, mais tarde Central do Brasil, conectando a Corte à capital da província de São Paulo em uma viagem de 13 horas, tempo muito inferior ao das viagens por terra, (com duração de 10 a 12 dias), e por mar, (a cujas 25 horas de travessia somava-se ainda o tempo necessário à transposição da Serra do Mar¹³⁰). Para pegar o trem que ia para a Corte, o passageiro tinha que se deslocar até a Estação do Norte, localizada no Brás. Todas as outras linhas partiam da Estação da Luz que, nesses tempos, era ainda uma construção pequena e indiferente à perspectiva urbana, distante da monumental estação inaugurada em 1901 e preservada até os dias de hoje¹³¹.

Ambas estações de trem localizavam-se fora da estreita colina central, demandando certo deslocamento dos habitantes que a elas se dirigiam. Para facilitar o acesso à estação da Luz foi inaugurada, em 1872, a primeira linha de bondes, saindo do Largo do Carmo. Um único e pequeno bonde, com capacidade para nove lugares, fazia o percurso puxado por burros¹³². Com a inauguração da Estação do Norte, em 1877, no Brás, o bonde também chegou à região. Os bondes puxados por tração elétrica somente ganhariam as ruas da cidade na República, mais precisamente em 1900.

As linhas de bondes expandiram-se ano a ano, facilitando o deslocamento dos habitantes da *urbis* que, cada vez mais, transformava chácaras em novos bairros, estendendo suas fronteiras. Em 1887 já eram sete as linhas de bonde na cidade, somando 25 quilômetros de trilhos. Nesses trilhos circulavam 43 carros, carregados por cerca de 319 animais, chegando a transportar um milhão e quinhentas mil pessoas por ano, ao preço de 200 réis a passagem¹³³. Para além dos que possuíam seu próprio meio de transporte ou utilizavam os serviços dos bondes, um deslocamento mais rápido pela cidade era viabilizado também pela disposição de carros e tálburis para aluguel, estacionados no Largo da Sé e surgidos apenas um ano após a inauguração da Estação da Luz, que se dera em 1865¹³⁴.

Os habitantes da cidade ali estabelecidos desde os tempos em que a Faculdade de Direito se

¹³⁰ Daecto, Marisa Midori. *O Império dos livros...* p. 223-224

¹³¹ Oliveira, Maria Luiza Ferreira de. "Uma senhora na rua do Imperador: populações e transformações urbanas na cidade de São Paulo, 1870-1890". In Grinberg, Keila e Salles, Ricardo (Orgs). *O Brasil Imperial, volume III: 1870-1889*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009. p. 171.

¹³² Oliveira, Maria Luiza Ferreira de. "Uma senhora na rua do Imperador..." p. 173.

¹³³ Morse, Richard. *Formação histórica de São Paulo...* 248.

¹³⁴ Frehse, Fraya. *Ô da Rua! O transeunte e o Advento da Modernidade em São Paulo*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2011. p. 270

instaurara no Largo de São Francisco, assim como aqueles que a ela chegavam pelas ferrovias a partir da década de 1860, conviviam com poucas ruas empedradas e, mesmo essas, em época de chuvas, ficavam em estado lastimável, dificultando em muito o deslocamento¹³⁵. A relação com o lixo produzido no interior das casas, incluída aí a água com materiais fecais, também conservou-se no tempo e espaço, sendo jogado nas ruas ou lançado nos rios Tamanduateí e Anhangabaú, ou ainda nas várzeas do Carmo ou do Brás. Apenas em 1873 a municipalidade estabeleceu como local apropriado para o descarte desses resíduos “um ponto determinado da Várzea do Carmo”¹³⁶.

Na década de 1870, principalmente durante o mandato do presidente de província João Theodoro Xavier de Mattos, entre 1872 e 1875, a cidade foi palco de uma série de modernizações. João Theodoro depositou especial atenção no desenvolvimento material da cidade e na criação de infraestrutura, objetivando atrair investimentos dos fazendeiros que faziam dinheiro com a exportação do café e garantir o estabelecimento dos mesmos na cidade. Dedicado a tais melhorias, o presidente teria gasto, em seus quatro anos de mandato, cerca de metade do orçamento anual da província¹³⁷.

Com a finalidade de facilitar a circulação de pessoas e mercadorias, novas ruas foram abertas e outras alargadas, resultando, por vezes, na desapropriação e demolição de velhos conjuntos arquitetônicos, como o presente na Rua das Casinhas – localizada nas proximidades do Pátio do Colégio –, que foi em parte derrubado para a abertura do Largo do Tesouro Provincial. A Rua, que possuía tal nome justamente pela presença de um ajuntamento de pequenas casas, era importante reduto “do comércio ambulante de gêneros de roça e de animais na cidade. Ali se aglomeram pelas calçadas muitas quitandeiras, com seus tabuleiros de doces e carrinhos de verdura, muitos tropeiros e carroceiros”¹³⁸. A demolição de parte do complexo, contudo, não impediu que esse tipo de comércio ali persistisse.

O desejo modernizador, contudo, não foi exclusivo ou inaugurado pelo presidente João Theodoro, haja vista a abertura, em 1867, da Praça do Mercado, cuja criação se inseria em uma política de regularização do comércio de gêneros das ruas do centro, com sua delimitação a um espaço específico e a reorganização do comércio local por meio de impostos e do controle dos produtos vendidos. Os esforços da Câmara, no entanto, malograram, havendo a continuidade da prática de venda nas ruas¹³⁹.

¹³⁵ Frehse, Fraya. *Ó da Rua!* p.110

¹³⁶ Frehse, Fraya. *O tempo das ruas na São Paulo de fins do império*. Editora da Universidade de São Paulo, 2005. p.103-110.

¹³⁷ Morse, Richard. *Formação histórica de São Paulo...* p. 244

¹³⁸ Frehse, Fraya. *O tempo das ruas na São Paulo de fins do império...* p. 145.

¹³⁹ Frehse, Fraya. *O tempo das ruas na São Paulo de fins do império...* p. 145.

Em 1872 teve lugar mais uma inovação técnica na cidade, a inauguração, com grande festividade, da nova iluminação da praça da Sé. Inicialmente alimentados por azeite de mamona ou de peixe, produzindo uma luz baça, muito fraca, os lampiões foram substituídos pelos de querosene que, depois, deram lugar à iluminação a “gás hidrogênio carbonado”¹⁴⁰. A companhia responsável pela expansão, manutenção e cobrança do serviço era estrangeira, a São Paulo Gas & CO. Quinze anos mais tarde, em 1888, os primeiros 606 lampiões instalados duplicaram e a companhia prestava serviço a 1430 edifícios.

Já fora da alçada do mandato de João Theodoro, em 1877, tiveram início as operações da Cia. Cantareira, com o objetivo de prover a cidade com água e esgoto. Os cerca de 14 quilômetros que separavam as águas das montanhas da Serra da Cantareira da cidade de São Paulo, foram superados por canos que chegavam a um reservatório de cimento na região da Consolação¹⁴¹. O serviço de abastecimento de água para a cidade, contudo, só seria disponibilizado 2 anos mais tarde. O sistema de esgoto, por sua vez, tardou ainda mais para entrar em funcionamento, iniciando-se unicamente em 1883. À altura de 1882, chafarizes antes secos e inutilizados voltaram à ativa, algumas ruas podiam ser lavadas e 133 edifícios tinham acesso à água encanada. Em 1888, o número de edifícios abastecidos saltou para 5008.

No momento anterior a essas modernizações, o acesso à água era restrito aos chafarizes da cidade e queixas quanto à pequena quantidade que deles jorrava faziam parte do cotidiano. Os chafarizes eram locais mal vistos pelos potentados, marcados como espaço de sociabilidade de escravos e despossuídos, uma vez que na ausência de água nos edifícios, eram estes os indivíduos incumbidos do transporte da água em troca de pequenas quantias¹⁴².

Vale notar que se essas melhorias na infraestrutura chegavam à cidade de São Paulo, não por isso encontravam-se, de pronto, acessíveis a toda a população. As inovações iniciavam-se na estreita

¹⁴⁰ Daecto, Marisa Midori. *O Império dos livros...* p. 228.

¹⁴¹ Morse, Richard. *Formação histórica de São Paulo...* p. 245.

¹⁴² Comentando algumas importantes fontes de água da cidade e suas condições, Maria Helena Machado afirma: “Outras fontes e bicas foram pontos nodais da vida da cidade, tornando-se locais especialmente importantes na vida dos escravos da cidade. Cite-se, por exemplo, a água da cerca de São Francisco, a Bica do Acu, localizada na confluência da Ladeira de Santa Ifigênia, (atual rua do Seminário), com a rua Alegre (atual Brigadeiro Tobias), e que apesar de apresentar “um sabor horrendo”, uma vez que suas águas passavam por “cloacas e regos empesteados de imundices”, ainda assim foi utilizada por gerações de paulistanos, ou ainda o Tanque do Zuniga, (Largo do Paissandú) que era originalmente uma lagoa cercada de ervaçal e de águas estagnadas, que recebia inclusive as águas da Bica do Acu, o qual, por volta de 1855-56, foi canalizado, dando origem ao chafariz e bebedouro de mesmo nome, que sobreviveu, ao que parece, apenas até 1875. Estas e muitas outras fontes foram pontos vitais da cidade até pelo menos 1877, quando fundada a Companhia de Águas da Cantareira, deram-se início aos trabalhos de canalização e distribuição de água encanada, que chegou ao centro da cidade no início da década de 1880, levando a que a municipalidade obstruísse o acesso às águas gratuitas dos chafarizes como forma de obrigar a população a utilizar-se da rede de água encanada”. p. Machado, Maria Helena P. T. “Sendo Cativo nas Ruas: a Escravidão Urbana de São Paulo”. In: Porta, Paula (org.) *História da Cidade de São Paulo*. São Paulo, Paz e Terra, 2004, p. 59-99.

colina central e, aos poucos, chegavam às regiões mais afastadas, tendo tardado, por vezes, 10 anos para ultrapassar o centro e alcançar bairros como Santa Ifigênia e Consolação¹⁴³. Em alguns casos, como nas regiões da Luz e do Brás, a ocupação e integração ao centro se deu por conta da implantação das respectivas estações ferroviárias, que transformaram tais regiões nas principais portas de entrada para a cidade. Em outros casos, tal integração se deu através da expansão das linhas de bonde.

O acesso aos serviços urbanos não foi determinado somente pela localização geográfica. O alto custo de alguns serviços, frente à heterogeneidade de condições dos moradores da região central (ainda que as diferenças tenham diminuído com o passar dos anos, como resultado da valorização e especulação imobiliária dessa região), ou a percepção da existência de outros meios para suprir alguma necessidade, fizeram com que parte dos moradores optassem por não contar com determinados serviços. Tal foi o caso, principalmente, do esgoto. Enquanto parte dos moradores optou pela manutenção da prática de deposição dos dejetos residenciais em áreas públicas – serviço realizado, na ausência de escravos próprios, por escravos de ganho –, para os poucos que possuíam quintais em suas casas, a utilização de fossas compunha uma alternativa comum.

O processo modernizador por que passou a cidade de São Paulo pode ser bem observado a partir do relato do pseudônimo Junius, Antônio De Paula Ramos Júnior¹⁴⁴. Tendo estudado na Faculdade de Direito, Junius voltou ao Rio de Janeiro, sua cidade natal, em 1852, revendo São Paulo unicamente em 1882. Tal ausência de 30 anos possibilitou que percebesse de forma mais nítida as chocantes mudanças urbanas. No livro *Formação Histórica de São Paulo*, Richard Morse retoma as impressões deixadas por Junius, descrevendo sua admiração com o “rápido e trepidante ritmo de vida em 1882”. Se em sua primeira estadia na cidade as famílias não saíam às ruas sem o “paterfamilias”, as ruas eram silenciosas e ecoavam com a passagem de bondes e carroças pesadas e carregadas, em 1882, em contraposição, Junius encontrou um sem número de pedestres e damas desacompanhadas circulando por ruas povoadas com atrativas lojas de moda, cafês, restaurantes e concertos no jardim.

Com o olhar de viajante típico de quem apenas passava pela cidade, Junius notou também uma profusão de lojas ofertando produtos de luxo, entre eles brinquedos, vinhos e fumos estrangeiros, instrumentos musicais e vestimentas que possibilitavam a qualquer homem ou mulher vestir-se completamente à “francesa”. Junius não deixou de mencionar a loja Garroux, apontada por Daecto, como *locus* privilegiado para a observação da entrada de produtos inovadores e de luxo na

¹⁴³ Frehse, Fraya. *O tempo das ruas na São Paulo de fins do império...* p.139.

¹⁴⁴ Morse, Richard. *Formação histórica de São Paulo...* p. 265

cidade¹⁴⁵. Ressaltou ainda que, se para preparar qualquer banquete em 1852 era necessário grande planejamento, avaliação e negociação direta com os fornecedores dos itens encomendados e mandados buscar em Santos ou no Rio de Janeiro, em 1882 havia três grandes hotéis onde facilmente, até as 19 horas, poder-se-ia encomendar um banquete para a mesma noite.

Ao mesmo tempo em que se modernizava, a cidade mantinha antigas práticas de feitiço “rural”, flagradas cotidianamente na capital, como a criação de animais nas ruas, largos e praças, o barulhento transporte de mercadorias por carros de boi, a venda de mercadorias nas ruas por quitandeiras e tropeiros, a supracitada relação com o lixo e a rotina de, nas proximidades dos rios, avistar rapazes (inclusive alunos da academia) e crianças lavando-se¹⁴⁶.

O desenvolvimento heterogêneo da cidade pode ser observado nas apreciações deixadas pelo médico italiano Alfonso Lomonaco que, de passagem por São Paulo em 1886, na condição de inspetor do governo de seu país, flagrou o rápido e constante processo de transformação em que se encontrava a cidade:

São Paulo não apresenta ainda os aspectos da grande cidade, no sentido exato da palavra. Está sujeita, presentemente, a um regime, a uma obra de continuas demolições e transformações, que a melhoram e embelezam de dia para dia e não pode concluir-se em breve lapso. Uma cidade nova tende a tomar o lugar de outra antiga, e ao mesmo tempo, novos bairros se constroem, obedecendo a melhor planta e melhores cânones de que os antigos (...) Ao lado de belos palacetes, em condições de figurar em qualquer grande cidade, ainda se notam os casebres baixos e humildes, as casas de taipa construídas pelos primeiros colonos portugueses. Em confronto com algumas ruas, bem pavimentadas, com numerosos edifícios, outras já se apresentam, apenas delineadas e de edificação esparsa, cobertas de ervas rasteiras, ou de chão de terra, impraticáveis nos dias de chuva. Tal desequilíbrio de construção e de diferentes aspectos materiais observa-se tanto na parte velha como na nova. Não há bairro, pode-se dizer, do qual se afirme que tem definitivo aspecto¹⁴⁷.

A cidade crescia muito rapidamente, como bem identificou o inspetor italiano, marcada por “demolições e transformações”. A averiguação deste avanço populacional pode ser percebida pelos dados levantados por Raquel Rolnik sobre os prédios construídos na *urbis*. Entre 1840 e 1872 a cidade recebia, em média, 25 novos prédios por ano. Já entre 1872 e 1886 essa média foi para 310, até alcançar o incrível número de 1613 prédios novos por ano no período entre 1886 e 1893¹⁴⁸.

Mesmo no bojo dessas permanentes modificações, eram poucos os prédios que sobressaíam na paisagem, exceptuando-se as igrejas e suas torres, que podiam ser miradas à distância¹⁴⁹. A maioria das moradias ainda possuía paredes de taipa e suas janelas eram guarnecidas por rótulas,

¹⁴⁵ Daecto, Marisa Midori. *O Império dos livros...*

¹⁴⁶ Frehse, Fraya. *O tempo das ruas na São Paulo de fins do império...* p.176.

¹⁴⁷ Lomonaco, Alfonso. *Al Brasile. Milão. Dott. Leonardo Vallardi, edit, 1889. p.116. Apud Oliveira, Maria Luiza Ferreira de. “Uma senhora na rua do Imperador...” p.182-183*

¹⁴⁸ Rolnick, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios da cidade de São Paulo*. São Paulo, Studio Nobel, 1999. p.103. Apud. Oliveira, Maria Luiza Ferreira de. “Uma senhora na rua do Imperador...” p.176.

¹⁴⁹ Oliveira, Maria Luiza Ferreira de. “Uma senhora na rua do Imperador...” p.180

como bem observou o inspetor italiano¹⁵⁰. Se o centro urbano, até a década de 1860, localizava-se estritamente no topo da estreita colina margeada pelos rios Anhangabaú e Tamanduateí, e a ocupação circundante se caracterizava por casebres de população empobrecida, com o passar dos anos essa fronteira foi se alargando. Antes, o próprio vale do rio Anhangabaú era uma chácara, possuindo, à época, altos capins que criavam condição ideal para o estabelecimento de escravos fugidos – de forma semelhante ao que ocorria na várzea do Brás¹⁵¹. Com a expansão da cidade, essas regiões foram transformadas em bairros, não impedindo, contudo, que outras regiões mais afastadas viessem a proporcionar espaço para o estabelecimento de cativos fugidos.

A relativa falta de atrativos da cidade até a década de 1860, fez com que terrenos de sua região central possuísem pequeno valor, tornando-os, de certa forma, acessíveis à população mais pobre. De acordo com Maria Luiza Ferreira de Oliveira, um ferreiro pobre tinha, à época, condições de possuir uma casa no coração da cidade, vivendo ao lado de um rico médico. Nas décadas anteriores, os terrenos chegavam a ser baratos o suficiente para serem adquiridos por estudantes da Faculdade de Direito (que viviam, em sua maioria, de mesadas) e doados a quem lhes parecesse melhor. Tal é o caso, também levantado por Oliveira, de um servente da faculdade de Direito que recebeu como doação um terreno na região de Santa Ifigênia¹⁵².

Durante o processo de desenvolvimento da cidade, chácaras e sítios eram loteados, novas ruas eram traçadas e bairros surgiam. Se pouco tempo antes, parte dos produtos alimentícios consumidos pelos cidadãos podia ser encontrada nas chácaras vizinhas aos rios Tamanduateí e Anhangabaú, na década de 1880, tais propriedades transformaram-se em bairros, afastando cada vez mais a produção alimentar da região central da cidade.

Os alimentos eram produzidos por pequenos plantéis de escravos em chácaras e sítios, onde, muitas vezes, os cativos não tinham seu trabalho assistido por feitores e nos quais ainda era normal encontrar o senhor e seus familiares trabalhando lado a lado com seus escravos, “compartilhando condições de vida, moradia e trabalho quase similares”¹⁵³. Não raro, os escravos também eram responsáveis pelo transporte dos gêneros para a cidade em costas de mulas ou em carros de boi. Vale notar que, uma vez dentro da cidade, tais alimentos eram, na maioria das vezes, redistribuídos através da atividade exercida por negras de ganho e tabuleiro¹⁵⁴.

A cidade, como viemos demonstrando até aqui, atraía mais e mais habitantes. Esse

¹⁵⁰ Oliveira, Maria Luiza Ferreira de. “Uma senhora na rua do Imperador...” p.179

¹⁵¹ Frehse, Fraya. *O tempo das ruas na São Paulo de fins do império...* p. 176. e Machado, Maria Helena P. T. “Sendo Cativo nas Ruas: a Escravidão Urbana de São Paulo”...

¹⁵² Oliveira, Maria Luiza Ferreira de. “Uma senhora na rua do Imperador...” p.172.

¹⁵³ Machado, Maria Helena P. T. “Sendo Cativo nas Ruas: a Escravidão Urbana de São Paulo”... p.41

¹⁵⁴ Machado, Maria Helena P. T. “Sendo Cativo nas Ruas: a Escravidão Urbana de São Paulo”... p. 41

crescimento assombroso pode ser verificado também pelo levantamento de Maria Luiza Ferreira de Oliveira sobre o número de casebres construídos para locação. Segundo a historiadora, o largo Sete de Abril (atual Praça da República) foi um reduto de pequenas casas, ou quartos, destinados ao aluguel para a população de baixa renda. Ao acessar o inventário de Domazo Figueira de Sá, um dos principais proprietários de tais edificações, Oliveira constatou que esse possuía “17 quartos nas imediações do largo, alguns com uma porta e uma janela cada; um com duas janelas classificado como grande”. Domazo morava na região e possuía ali uma venda. Caso parecido foi o de Salvador Dias da Silva, locador de 29 quartos no largo do Riachuelo, local de passagem quase obrigatória para aqueles que chegavam pela rua da Consolação ou iam de Santo Amaro à Liberdade. O que mais chama a atenção, para além do grande número de quartos de Salvador Dias, é que tais moradias não foram construídas em terreno de sua propriedade, mas sim em um terreno de posse da baronesa de Limeira, arrendado por 5 anos. Evidencia-se, nesse sentido, a larga busca por habitação na cidade, em um momento em que até a construção de moradias para aluguel, em terreno arrendado por curto período de tempo, apresentava-se lucrativa.

Em ambos casos relatados pela historiadora, os locadores não viveram somente da renda de seus quartos. Nas proximidades possuíam também armazéns de secos e molhados. Maria Luiza de Oliveira identificou que o armazém, naquela época, extrapolava a função de venda de produtos, exercendo importante papel nas relações pessoais daqueles que o frequentavam; pessoas que passavam, paravam para conversar, bebiam algo, ficavam sabendo de histórias e que ainda podiam conseguir pequenos empréstimos a juros com os donos do estabelecimento. A população que não possuía renda fixa, ou que convivia com a insegurança advinda da inconstância do mercado de trabalho, encontrava no armazém, para além de estabilidade na aquisição de alimentos – que podiam ser pagos assim que o cliente tivesse dinheiro –, a possibilidade de aquisição de pequenos empréstimos para o pagamento do aluguel ou de alguma eventualidade, como remédios para o tratamento de doenças ou enterros. A historiadora, nesse sentido, avalia que: “Na cidade que crescia rapidamente, estabelecer um bom relacionamento com o dono do armazém era estratégia de sobrevivência fundamental”¹⁵⁵.

Nessa cidade que se expandia de forma vertiginosa, as pessoas, principalmente as menos favorecidas, agarravam-se ao que podiam na busca por maior estabilidade para sobreviver. As redes de sociabilidade eram fundamentais nesse sentido. Durante todo o século XIX, as irmandades religiosas cumpriram importante papel no auxílio mútuo, principalmente no que diz respeito à ajuda em momentos de doença, sempre cuidando para que o irmão recebesse funeral, enterro e missas

¹⁵⁵ Oliveira, Maria Luiza Ferreira de. “Uma senhora na rua do Imperador... p. 188.

para o descanso da alma. Na década de 1870, a cidade de São Paulo contava com 19 irmandades, instituições que também tinham relevância na intermediação de problemas cotidianos entre os irmãos, facilitando o estabelecimento de negócios e o julgamento de disputas entre os mesmos. As irmandades eram especialmente valorosas para escravos e libertos, ampliando os espaços de sociabilidade desses indivíduos e possibilitando a preservação cultural e identitária dos mesmos, o que se materializava especialmente na ocasião de festas religiosas¹⁵⁶. Tal era o caso da festa da coroação do Rei do Congo, organizada pela Irmandade do Rosário, principal irmandade negra, marcada por diversos elementos da tradição africana¹⁵⁷.

O alto valor do escravo no último quartel do século XIX, principalmente na província de São Paulo – haja vista a concentração dessa força de trabalho na lavoura agroexportadora do café – fez com que os plantéis da capital fossem reduzidos, podendo-se afirmar que a maioria dos senhores possuía apenas um escravo e que, dentre estes, havia uma presença majoritária de mulheres e crianças por conta de seu menor valor¹⁵⁸. Poucos eram os senhores possuidores de grandes planteis e estes, quando existiam, revelavam a presença de uma maioria de cativos vinculados a serviços domésticos, deixando transparecer um tipo de posse escrava que agia quase como um símbolo de *status* e dignidade social¹⁵⁹.

Muitas vezes os senhores possuidores de 1 ou 2 cativos tinham nesses indivíduos o seu sustento, colocando-os na situação de escravos de ganho ou de aluguel¹⁶⁰. A premissa do escravo de ganho era a de que deveria lançar-se à rua e retornar ao final do dia – ou com a periodicidade estipulada pelo senhor – com certa quantia de dinheiro para dar ao seu senhor. Nesse sentido, este indivíduo deveria oferecer seus serviços a terceiros, vendendo produtos nas ruas e trabalhando a

¹⁵⁶ De acordo com Maria Helena Machado: “As irmandades eram associações leigas que, no mundo colonial, devido às dificuldades da igreja em suprir todas as necessidades das novas terras, assumiram papel relevante, e que, além de suas finalidades caritativa e assistencialista, eram o veículo por excelência das manifestações religiosas da população. Ficavam elas sediadas em igrejas que, via de regra, abrigavam mais de uma irmandade e se constituíam em um importante espaço de sociabilidade para seus membros. (...) Uma das características dessas confrarias na forma como existiram nos domínios lusitanos, em especial no Brasil, era a tendência dessas se aglutinarem em torno de categorias raciais e sociais, em detrimento do critério profissional, mais raro. Esse fato é fundamental para entender o papel das irmandades negras como veículo d identidade sócio-racial e instrumento de defesa dos interesses do grupo”. Machado, Maria Helena P. T. “Sendo Cativo nas Ruas: a Escravidão Urbana de São Paulo”... p.31-32.

¹⁵⁷ Machado, Maria Helena P. T. “Sendo Cativo nas Ruas: a Escravidão Urbana de São Paulo”... p. 83.

¹⁵⁸ Machado, Maria Helena P. T. “Sendo Cativo nas Ruas: a Escravidão Urbana de São Paulo”... p.11 e No capítulo II do livro “Entre a Casa e o Armazém”, a historiadora Maria Luiza de Oliveira, a partir da análise de inventários, faz um mapeamento relacionando diferentes grupos de fortuna com a quantidade de escravos. Dentre outras interessantes constatações, reitera que a maior parte dos senhores da cidade de São Paulo possuía poucos escravos. Quase 50% possuía entre 1 e 2 escravos; 28% de 3 e 4; 15% possuíam entre 5 e 8 escravos; enquanto somente 9,4% possuíam mais de 9 escravos. Oliveira, Maria Luiza Ferreira de. *Entre a casa e o armazém: relações sociais e experiência de urbanização, São Paulo, 1850-1900*. São Paulo, Editora Alameda, 2005. p.103

¹⁵⁹ Wissembach, Maria Cristina Cortez. *Sonhos africanos, vivências ladinas: escravos e forros em São Paulo (1850-1880)*. São Paulo, Editora Hucitec, 1998. p.94

¹⁶⁰ Machado, Maria Helena P. T. “Sendo Cativo nas Ruas: a Escravidão Urbana de São Paulo”... p. 41.

jornal. Dentre os ofícios a que podiam dedicar-se e que, a depender do caso, valorizavam, inclusive, o cativo, estavam os de carregador, pedreiro, barbeiro, sapateiro, alfaiate, carpinteiro e ferreiro. De acordo com Maria Helena Machado, tal sistema de trabalho:

[...] produziu uma categoria de cativo que gozava de notável autonomia, uma vez que esperava-se que este passasse os dias nas ruas buscando empregar-se a curto prazo em diferente serviços. Recolhendo-se apenas ao final do dia à casa do senhor ou ainda, muitas vezes chegando até a viver fora das vistas do mesmo, alugando quartinhos ou fazendo meação de moradias com outros da mesma condição, libertos ou livres pobres, estes escravos ganhavam oportunidade de estabelecer relações sociais e arranjos amorosos autônomos. Alguns destes cativos e cativas chegaram a usufruir visível autonomia, sendo muitas vezes difícil discernir, pela notável independência com que transitavam na cidade e tratavam de seus próprios negócios, a condição cativa dos mesmos¹⁶¹.

No caso dos escravos de aluguel, uma negociação entre senhores podia dar origem a uma substituição de autoridade senhorial, ficando o cativo, a partir de determinadas condições, sob a responsabilidade de seu novo senhor temporário: o locatário.

O controle social dos escravos na cidade era, portanto, muito diferente daquele empregado nas grandes fazendas produtoras de café. Os cativos voltados à produção de gêneros nas chácaras e sítios nas proximidades da *urbis*, na maioria das vezes, não tinham suas atividades controladas por feitores. A qualidade dos serviços prestados pelos escravos de ganho na cidade exigia certa autonomia de circulação espacial e controle de tempo, assim como o estabelecimento de relações sociais próprias, impossibilitando a vigilância permanente do trabalho. Os senhores urbanos não contavam com meios particulares de controle como feitores, senzala e troncos, e nem com a característica do trabalho em grupo.

Diante da inviabilidade do controle do plantel, os senhores citadinos apoiaram-se nos órgãos e agentes do Estado e estes, por sua vez, criaram condições favoráveis à manutenção do regime escravista na cidade. Algumas leis municipais concorreram nesse sentido, como a que impôs o toque de recolher aos cativos e as que os proibiram de andar armados (exceto enquanto em bandeiras)¹⁶². Era muito comum senhores recorrerem a agentes da polícia ou agentes carcerários, pagando-os para aplicarem punições a seus escravos, desde a busca e aprisionamento, até as penas físicas¹⁶³. Algumas vezes os escravos eram levados a estabelecimentos especializados em punição,

¹⁶¹ Machado, Maria Helena P. T. "Sendo Cativo nas Ruas: a Escravidão Urbana de São Paulo"... p.17-18.

¹⁶² Machado, Maria Helena P. T. "Sendo Cativo nas Ruas: a Escravidão Urbana de São Paulo"... p. 26.

¹⁶³ Segundo Maria Helena Machado "Embora muitas vezes reclamassem de uma 'excessiva' fiscalização da polícia sobre seus cativos, o que atrapalhava o desempenho dos mesmos nas ruas e restringia os ganhos, os senhores de São Paulo valiam-se dos serviços desta mesma polícia para corrigir as faltas dos escravos. Assim agindo os senhores urbanos transferiam, para a alçada do estado e da municipalidade, suas funções privadas de correção e disciplinarização da escravaria. Porém, note-se que eram os senhores que demandavam e, até certo ponto, controlavam e retribuíam monetariamente o serviço executado pela esfera pública, que, desta maneira, agia segundo as exigências do mundo da casa, isto é da esfera privada, espaço no qual se enraizava a base das prerrogativas senhoriais. O que é importante reter é que, apesar dos senhores urbanos dependerem da intromissão do estado para cumprir as prerrogativas senhoriais, este agia segundo os interesses dos senhores e não ao contrário. E embora a questão do controle da escravaria na cidade tenha repousado, ao menos em parte, nos instrumentos de controle

como a chácara localizada no bairro do Paraíso, que à época ficou conhecida como chácara do “Quebra Bunda”.

Paralelamente às formas de controle criadas e impostas pelos mantenedores da ordem, a liberdade de deslocamento dos escravos urbanos pelas ruas e becos da cidade e a relativa autonomia de que se cercava seu trabalho, dificultavam o discernimento entre homens livres e cativos. O escravo fugido de outras localidades, se bem que sempre causando inquietação e desconfiança, tinha a oportunidade de adentrar a cidade e, quem sabe, com o auxílio de seus pares e de alguns abolicionistas, aproveitar-se do anonimato que esta poderia lhe conceder¹⁶⁴. O movimento constante da *urbis* e o deslocamento de uma multiplicidade de personagens em seu interior, auxiliou os cativos que lutavam para alcançar a liberdade, difundindo os ideais abolicionistas em seu seio. No que diz respeito à atuação jurídica abolicionista em São Paulo, iniciada por homens como Xavier da Silveira¹⁶⁵ e Luiz Gama, e continuada por Antonio Bento, era recorrente a abertura de processos de ação de liberdade no local e não poucos escravos triunfaram sobre seus senhores nas tribunas dos júris da cidade.

Neste contexto urbano em ebulição, para além da atividade abolicionista levada a cabo nos tribunais, os partidários do fim do cativeiro encontraram, na imprensa, um meio privilegiado de propagandear a sua causa e conquistar adeptos, fazendo frente, ainda, à multiplicidade de artigos publicados em defesa dos interesses de poderosos escravocratas da província. Para compreendermos o modo com que Antonio Bento buscou se inserir na batalha abolicionista travada nas páginas dos jornais, abordaremos, na sequência, o desenvolvimento da imprensa em São Paulo, explicitando o trajeto historicamente percorrido pela mesma, sua importância na criação de uma esfera pública à época e as múltiplas correntes em disputa através da mesma.

social que pertenciam ao estado e a municipalidade, o poder senhorial ficava preservado mesmo quando, aparentemente, a polícia e os órgãos de controle social pareciam estar interferindo nas mais caras prerrogativas senhorias.”. Machado, Maria Helena P. T. “Sendo Cativo nas Ruas: a Escravidão Urbana de São Paulo”... p. 42

¹⁶⁴ Schwarcz, Lília. *Retrato em Branco e Negro. Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo, Editora Cia das Letras, 1987. p. 139. “Também em São Paulo, nas três últimas décadas do regime, foram constatadas 540 evasões individuais para 181 coletivas, localizadas mais frequentemente a partir da década de 1880. isto é, no período agudo da crise do paradigma colonial”. Silva, Eduardo. “Fugas, revoltas e quilombos: os limites da negociação”. In. Reis, João José e Silva, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo, Cia das Letras, 1989.

¹⁶⁵ Segundo Maria Helena Machado, Xavier da Silveira atuou em ações de liberdade em meados da década de 1870 e foi um dos precursores da argumentação de que o escravo criminoso agia em legítima defesa, além de ser o idealizador da estratégia de que os abolicionistas auxiliassem a fuga de escravos nas fazendas. Segundo a historiadora, contudo, da Silveira nunca alcançou a mesma fama de Luiz Gama. Machado, Maria Helena. *O Plano e o Pânico...* p. 144.

A imprensa em São Paulo

Quando o jornal abolicionista *A Redenção* começou a ser publicado na cidade de São Paulo, em janeiro de 1887, esta já havia deixado há muito de ser um burgo de estudantes. A partir da década de 1870, como buscamos demonstrar acima, a *urbis* sofreu transformações significativas, decorrentes, principalmente, da atração exercida pela indústria cafeeira. O estabelecimento e desenvolvimento da imprensa em São Paulo acompanhou esse processo, resultando, na década de 1880, em um universo de produção, consumo e circulação muito diverso do que havia existido até o final da década de 1860.

O marco de fundação da imprensa na cidade de São Paulo foi o surgimento do jornal *O Paulista*, no ano de 1823. O proprietário do jornal, Antonio Mariano de Azevedo e Marques, encontrou dificuldades para adquirir um prelo na cidade – “para se comunicarem e disseminarem as ideias uteis e as luzes necessárias a um país livre” – e, diante desse empecilho, recorreu à única maneira de levar adiante o projeto de um jornal em semelhantes condições: a utilização de amanuenses. O periódico manuscrito teve trajetória curta, durando apenas de agosto a outubro do ano em que surgiu¹⁶⁶.

Somente quatro anos depois do malogro d’*O Paulista*, fundaram-se jornais impressos em tipografias na cidade. O primeiro deles foi o *Farol Paulistano*, de propriedade de José da Costa Carvalho e que durou de 1827 a 1832, com quadro de funcionários composto por homens como Antonio de Azevedo e Marques e Libero Badaró, recém chegado da Corte. O periódico *O Observador Constitucional* foi o terceiro a surgir em São Paulo e teve sua publicação iniciada em 1829, encabeçada por Libero Badaró, que deixara, havia pouco, o *Farol*. A publicação do jornal foi interrompida em 1831 devido ao assassinato de seu redator-chefe.

Em *História da Imprensa no Brasil*, Nelson Werneck Sodré calcula que no período entre o surgimento do *Observador*, em 1829, e a fundação do *Correio Paulistano*, jornal considerado marco na inauguração da grande imprensa de São Paulo, em 1854, 64 periódicos surgiram na cidade. A generosa quantidade de jornais, contudo, não significou, de acordo com o autor, a grande circulação dos mesmos, uma vez que a maioria teve duração efêmera, alcançando uma ou duas edições.

Os jornais que então surgiam ligavam-se, na grande maioria das vezes, ao partido que se encontrava no poder, ou a ele se contrapunham. Foi esse, por exemplo, o caso dos periódicos *Observador Paulistano*, de 1838, fundado pelo ex-regente Feijó, e d’*O Solitário*, criado em 1840 para combater o título anterior. Quando a existência de um jornal não se justificava na defesa de um

¹⁶⁶ Sodré, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*.... p. 87.

“partido” político, muitas vezes, fundava-se no apoio a alguma ideia exclusiva, possuindo a característica de ter muito bem delineado o seu público leitor. Em *Palavra, imagem e poder*, Marco Morel e Mariana de Barros avaliam que, em meados do século XIX, ser assinante de alguma folha era um gesto cheio de significados, podendo ser equiparado a uma filiação política¹⁶⁷. Com o aproximar da última década do século, no entanto, esse quadro foi se alterando, diluindo-se tal caráter explícito de posicionamento¹⁶⁸.

Durante longo período a Academia de Direito do Largo de São Francisco, inaugurada em 1828, exerceu certa supremacia cultural na cidade de São Paulo. O desenvolvimento da imprensa na cidade sofreu equivalente influência da faculdade, local de onde irromperam pequenos e efêmeros jornais, como o *Amigos das Letras*, de 1830, e o órgão de oposição *A Voz Paulistana*. Essa grande influência foi destacada na obra *São Paulo em papel e tinta*, de Heloisa Cruz. Segundo a historiadora, os periódicos não estavam vinculados à faculdade unicamente por conta dos jornais acadêmicos, mas, mais do que isso, a produção externa à Academia estava nela profundamente enraizada devido à forte atuação de ex-alunos e professores¹⁶⁹. Nelson Weneck Sodré fez uma longa listagem dos periódicos nascidos no interior da academia e, dentre eles, podemos destacar *A Revista Mensal do Ensaio Filosófico Paulistano*, de 1854, redigida pelo aluno Antonio Alvares de Azevedo, com colaboração de Lafaiete Rodrigues Pereira; o jornal acadêmico, *A Camélia*, de Lindolfo Ferreira França e Francisco Inácio Homem de Melo; e *Ensaio literários do Ateneu Paulistano*, órgão da sociedade acadêmica homônima. Em 1852, Quintino Ferreira de Sousa, depois Quintino de Bocaiuva, redigiu *O Acaiaba*; fundando *A Honra* no ano seguinte.

Ao longo de seu trabalho, Sodré destaca outros nomes de alunos da Academia que se tornaram pessoas públicas de relevo provincial ou nacional, como Tavares Bastos, Salvador de Mendonça, Nabuco de Araújo, Rangel Pestana, Teófilo Otoni, Francisco Quirino dos Santos, Campos Sales, Francisco de Paula Rodrigues Alves, Afonso Pena, Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, Castro Alves, entre outros¹⁷⁰.

Heloisa Cruz avalia que, com a hegemonia da faculdade de direito, a imprensa paulista não só estava restrita ao espaço social das elites, alijando de si as classes subalternas, como também excluía parte da classe dominante que não participava dessa cultura letrada. Para a historiadora, o diálogo entre produtor e público leitor era, nesse sentido, hermético, uma vez que ambas categorias

¹⁶⁷ Morel, Marco e Barros, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro, Editora DP&A, 2003.

¹⁶⁸ Schwarcz, Lília. *Retrato em Branco e Negro: Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo, Editora Cia das Letras, 1987. p. 64.

¹⁶⁹ Grande relato sobre os jornais que surgiam, sua orientação política, os proprietários e principais escritores de cada desses periódicos na cidade de São Paulo. Sodré, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil....* p. 176-7

¹⁷⁰ Sodré, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil....* p. 196-197

se confundiam. A cultura letrada marcada pela academia, nas palavras da autora, ocupava “espaços extremamente reduzidos do cotidiano da vida urbana”¹⁷¹.

Esse quadro passou a se modificar com o crescimento da cidade e também da imprensa. Podemos tomar como marco do início dessa mudança a fundação do primeiro jornal diário da cidade, no ano de 1853, intitulado *O Constitucional*. Esse periódico era composto por 4 páginas, como a maioria dos que o sucederam, e custava 120 réis. No ano seguinte, teve início a publicação do *Correio Paulistano*, jornal que, se comparado a outros surgidos no mesmo período, teve longa duração, encerrando suas atividades apenas na década de 1960. O *Correio* foi fundado sob a direção de Joaquim Roberto de Azevedo e Marques mas, durante sua existência, sofreu constantes mudanças de diretoria e, por conseguinte, de linha editorial. No subcapítulo do livro *Retrato em Branco e Negro* dedicado especificamente ao *Correio Paulistano*, Lilia Schwarz o caracteriza como “Um jornal ao sabor dos bons ventos”, indicando como o órgão flexionou sua linha editorial de acordo com necessidades financeiras. Destacaremos aqui a história do *Correio Paulistano* porque, para além de ser um dos maiores jornais da cidade de São Paulo na década de 1880, momento que mais nos interessa nessa dissertação, Antonio Bento foi, por diversas vezes, assunto de suas páginas.

A seguir-se o discurso editorial publicado no primeiro número do *Correio Paulistano*, o jornal pretendia-se “publicação imparcial”. Tal convicção, contudo, teve de ser revista ainda nos primeiros anos de existência do periódico por conta de dificuldades financeiras. Nesse sentido, em 1858, o jornal sofreu sua primeira intervenção editorial, tendo sido subvencionado pelo governo para publicação do expediente oficial. Nesse momento, alinhou-se ao Partido Conservador, então no poder. Por influência de Américo de Campos e José Maria Lisboa, em 1868, sofreu nova reorientação, inclinando-se dessa vez aos liberais e, pelos mesmos motivos, no ano de 1872, aos republicanos. Américo de Campos, no entanto, abandonou o jornal para fundar o *Província de São Paulo* dois anos mais tarde. Nesse momento, o *Correio* foi adquirido pelo monarquista Leôncio de Carvalho, tendo durado pouco em suas mãos e retornando, ainda em 1874 a seu fundador, José Roberto de Azevedo e Marques. As dificuldades financeiras permaneceram, contudo, e logo seu fundador viu-se obrigado a estabelecer novo contrato com o partido conservador, transformando o jornal, uma vez mais, em órgão desse partido. No ano de 1882 o jornal foi adquirido por Antonio Prado, importante representante do Partido Conservador, mantendo sua orientação editorial. Independentemente da variação política, Lilia Schwarcz avaliou a trajetória do *Correio Paulistano* como atrelada aos desejos da aristocracia rural:

O *Correio* sem dúvida representou os anseios e interesses de uma aristocracia rural, que sempre relutou em

¹⁷¹ Cruz, Heloisa de Faria. *São Paulo em papel e tinta: Periodismo e vida urbana – 1890-1915*. São Paulo, EDUC, FAPESP, Arquivo do Estado de São Paulo, Imprensa oficial, 2000. p. 55

aceitar as novas configurações, aliando-se a elas tardiamente ou quando o conflito tornava-se inevitável e evidente.

Em relação à questão escravista, o jornal manteve, na década de 1880, a mesma toada descrita por Schwarcz. Seguindo a orientação de seu proprietário, Antonio Prado, advogou-se o escravismo nas páginas do periódico, tendo sido comuns os anúncios de escravos fugidos ou os referentes à comercialização desses indivíduos. Foi somente no fim de 1887 que, como abordamos no item anterior, Antonio Prado e, por conseguinte, seu jornal, aderiram ao emancipacionismo.

Como contraponto aos periódicos da década de 1860, Luiz Gama e o ilustrador italiano Angelo Agostini fundaram, em 1864, o primeiro jornal ilustrado da cidade, o semanário *O Diabo Coxo*, “informativo, crítico e humorístico”. O jornal contou com a colaboração de Sizenando Nabuco de Araújo, Américo e Bernardino de Campos, todos membros do Partido Liberal. O alto custo da produção de um jornal repleto de gravuras, que chegava às mãos do leitor pelo valor de 500 réis, foi um dos motivos do malogro do empreendimento, que encerrou suas atividades em dezembro de 1865¹⁷². Em 1866 houve nova parceria entre Gama e Agostini na fundação de um jornal com as mesmas características do anterior, intitulado *O Cabrião*. Assim como *O Diabo Coxo*, contudo, a folha durou pouco, encerrando suas atividades em setembro do ano seguinte. Em ambos jornais, a linguagem, fosse escrita por Gama ou caricaturada por Agostini, foi sempre crítica, abusando, muitas vezes, do estilo satírico. Os malogros de *O Diabo Coxo* e d’*O Cabrião* estiveram relacionados à abordagem de temas caros e não recorrentes na imprensa dominada pela elite, como a questão escravista, os privilégios da imprensa, o anticlericalismo e as condições de vida das classes populares. Enfrentando a elite, tais jornais não resistiram por muito tempo e tiveram vida curta¹⁷³.

Em 1875, iniciou-se a publicação de outro grande jornal de São Paulo, o *Província de São Paulo*. O periódico, que existe até os dias atuais – após a proclamação da República passou a chamar-se *O Estado de São Paulo* –, surgiu como resultado da busca dos membros do Partido Republicano Paulista pela criação de sua própria folha. Inicialmente, o projeto não almejava a criação de um novo jornal em São Paulo, mas sim a aquisição e transformação de algum já existente. Devido às supramencionadas dificuldades financeiras do *Correio Paulistano*, os republicanos iniciaram a negociação de sua compra que, afinal, não triunfou. Nesse contexto, importantes republicanos reuniram-se como acionistas e fundaram o novo jornal na cidade. Os dois acionistas que mais contribuíram financeiramente, Rangel Pestana e Américo de Campos, possuidores, ambos, de experiência prévia em outras folhas, tornaram-se responsáveis pela direção

¹⁷² Sodré, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*.... p. 204

¹⁷³ Cruz, Heloisa de Faria. *São Paulo em papel e tinta: Periodismo e vida urbana – 1890-1915*... p. 54.

do jornal.

Lilia Schwarcz avalia que, em seus anos iniciais, apesar de deixar transparecer apoio e simpatia às ideias republicanas, o jornal não se apresentou como órgão oficial do partido¹⁷⁴. A direção do *Província de São Paulo* manteve assim, nesse período, certa neutralidade, não tendo se comprometido politicamente de maneira acintosa. É possível que a pequena representação política dos deputados eleitos pelo PRP, somada à necessidade de angariar assinantes e galgar espaço no interior do cada vez mais concorrido mercado da imprensa paulista, tenham incentivado os diretores da folha a manterem tal neutralidade.

Na primeira metade da década de 1880, no entanto, o *Província de São Paulo* passou a assumir convictamente seu republicanismo, apresentando, inclusive, uma coluna denominada “Boletim Republicano”, destinada a divulgar os nomes dos novos integrantes do partido¹⁷⁵. No mesmo período, em 1884, Alberto Salles, um dos maiores adeptos dos ideais positivistas e do evolucionismo social no Brasil, assumiu a direção do jornal¹⁷⁶. Consequência imediata da nova direção – devido a incompatibilidade de ideias – foi a saída de José Maria Lisboa e Américo de Campos que, juntos, fundaram no mesmo ano o *Diário Popular*. A publicação encabeçada por Lisboa e Campos, apesar de não se atribuir título de abolicionista, disponibilizou bastante espaço às ideias e aos militantes da abolição. No *Diário Popular*, Antonio Bento divulgou suas ideias e rebateu opositores em cerca de 25 artigos (por vezes republicados), entre os dias 26 de maio de 1885 e 16 de novembro de 1886¹⁷⁷.

A direção de Alberto Salles no *Província de São Paulo* durou pouco e, logo no ano seguinte, em 1885, ele deixou o jornal, levando consigo seus investimentos e afundando o *Diário* em grave crise financeira. A nova direção ficou a cargo de Júlio de Mesquita e, com ele, o periódico alcançou a maior tiragem de São Paulo: 3.300 exemplares diários no ano de 1886.

Durante a década de 1880, diz Schwarcz, o *Província de São Paulo* caracterizou-se como um jornal vinculado às “novas teorias da época”, para o qual “os grandes valores eram sem dúvida 'o progresso, a civilização'”¹⁷⁸. No tocante à temática da escravidão, contudo, não foi vanguarda na grande imprensa. Seguindo a linha de posicionamento assumida pelo PRP, os diretores do jornal avaliaram que o tema fundamental para o progresso do país era a instauração de uma república.

¹⁷⁴ Schwarcz, Lilia. *Retrato em Branco e Negro...*

¹⁷⁵ Schwarcz, Lilia. *Retrato em Branco e Negro...* p. 78.

¹⁷⁶ Schwarcz menciona que Alberto Salles analisava a sociedade a partir de uma só ótica: “através dos filtros de leis de progresso e evolução rígidas”. Nesse sentido, a trilogia Comte, Darwin e Spencer “parecia dar conta de todas as questões relevantes”. Schwarcz, Lilia. *Retrato em Branco e Negro...* p. 82-3

¹⁷⁷ Abordaremos esse jornal e os artigos que Antonio Bento nele escreveu, no próximo capítulo.

¹⁷⁸ Schwarcz, Lilia. *Retrato em Branco e Negro...* p.83-84

Ainda que não tenha se declarado contrário à abolição, o periódico tampouco apoiou diretamente a luta abolicionista. Para o partido – de acordo com o Manifesto do Congresso do Partido Republicano, de 2 de julho de 1873 –, a questão da abolição era social, e não política. Nesse sentido, a abolição ficava sob responsabilidade daqueles que estavam no poder, o que, à época, retirava o tema do horizonte de atuação dos republicanos.

Já na década de 1880, confrontado com os projetos de abolição então efetivamente em disputa no país, o *Província* ficou ao lado daqueles que previam a indenização aos senhores. O PRP era majoritariamente constituído por cafeicultores das regiões mais prósperas – centro e oeste – da província de São Paulo, e foi justamente essa forte relação com os senhores agrários, invariavelmente proprietários de escravos, que impossibilitou, por muito tempo, que o jornal se posicionasse favoravelmente à abolição. É evidente, contudo, que o partido não era totalmente homogêneo, tendo havido dissidências internas e indivíduos, entre suas fileiras, adeptos da abolição do cativo no país. Na segunda metade da década de 1880, porém, já nos ditos estertores da escravidão, parece que o periódico flexionou sua orientação, finalmente declarando apoio à abolição.

O surgimento e estabelecimento de grandes jornais na cidade de São Paulo, como o *Correio Paulistano* e o *Província de São Paulo*, consolidou, na localidade, o que podemos chamar de grande imprensa. Esses jornais contavam com recursos advindos de assinaturas, vendas avulsas, anúncios e, por vezes, acionistas e subsídios governamentais. Apesar de todo o aparato que os sustentava, ainda assim sofreram graves crises financeiras, demonstrando a fragilidade da imprensa no período.

Em *Retrato em Branco e Negro*, Lilia Schwarcz descreve o formato padrão assumido por esses jornais. Segundo a antropóloga, eles possuíam quatro páginas de grande formato, com notícias e artigos dispostos em colunas. Na primeira página costumava-se encontrar o editorial do jornal, alguns relatos sobre atas e leis e, em sua parte inferior, o folhetim¹⁷⁹. Era comum aos jornais da época de todo o Império a veiculação de romances no formato de folhetim, ou seja, de uma narrativa fatiada e apresentada de forma progressiva nos números do jornal. A dificuldade em imprimir um livro de gênero literário, fez do jornal o suporte ideal para veiculação desse gênero, como afirmam Marco Morel e Mariana Monteiro de Barros¹⁸⁰. Instigando o leitor pela curiosidade, o folhetim motivava, muitas vezes, a própria aquisição do jornal. Esse segmento do periódico, de acordo com Nelson Werneck Sodré, representava para os leitores “o melhor atrativo do jornal, o

¹⁷⁹ Grandes obras da literatura estrangeira e nacional foram publicados nesse formato.

¹⁸⁰ Em seu trabalho, Marco Morel e Mariana Barros realizam um pequeno balanço da produção de folhetins no país, mencionando suas principais narrativas e autores, e problematizando o modo com que os romances, muitas vezes, eram publicados sem o consentimento de seus autores. Morel, Marco e Barros, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder*. Morel, Marcos e Barros, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder...* p. 55-59.

prato mais suculento que podia oferecer”¹⁸¹.

Ainda sobre a organização interna dos jornais, Schwarcz identifica que, ao contrário do que se passava na primeira página, as três seguintes eram, no geral, desorganizadas, misturando-se às notícias uma série de anúncios. As poucas gravuras existentes nos periódicos pertenciam, assim, a anúncios que, segundo a antropóloga, tinham como tema recorrente “os efeitos miraculosos’ dos remédios da época”, para além dos relativos a escravos fugidos e à oferta de recompensas por sua recaptura, ou ainda anúncios de comercialização de cativos¹⁸². Uma característica marcante desses jornais, decorrente, por certo, da pequena população da cidade e, muitas vezes, da ausência de acontecimentos para preencher suas folhas diárias, é que “tudo virava notícia, ou seja, transformavam-se sempre pequenos fatos particulares e mesmo brigas pessoais em notícias de importância geral”¹⁸³.

Nas últimas décadas do século XIX, o afluxo de indivíduos de diferentes setores da sociedade para São Paulo, como imigrantes, libertos, escravos fugidos e famílias da aristocracia agrária, fez emergir novos espaços de encontro e, principalmente, novas formas de associação. Heloisa Cruz e Maria Luiza de Oliveira, entre outros pesquisadores preocupados em compreender o movimento de urbanização da cidade de São Paulo, colocam especial importância nas associações como *locus* de representação e sociabilidade para habitantes de uma cidade que muito rapidamente se modificava¹⁸⁴. Nesses espaços de convivência, a cultura letrada passou por radical transformação, passando a questionar a imprensa enraizada na Academia de Direito.

O crescimento do público leitor dos periódicos, decorrente do crescimento populacional da cidade, foi também resultado de um aumento na quantidade de habitantes alfabetizados na região urbana. Heloisa Cruz procura demonstrar como o letramento começou a “penetrar terrenos exteriores aos círculos da elite tradicional”. Conjuntamente ao desenvolvimento da cidade, houve a necessidade de uma diversificação de serviços e, conseqüentemente, cada vez mais surgiam empregos que exigiam letramento. Ao analisar alguns anúncios de classificados nos periódicos, a historiadora constata que, em um primeiro momento, houve a predominância de procura por serviços como copeiros, amas-secas, cozinheiras, “caçadores” de escravos fugidos, carroceiros, condutores, costureiras e sapateiros. Com o passar do tempo, principalmente no final da década de

¹⁸¹ Sodré, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil...* p. 243

¹⁸² Schwarcz, Lília. *Retrato em Branco e Negro...* 57-58.

¹⁸³ A antropóloga afirma que “nesses periódicos tudo parecia pequeno e familiar” ou ainda, “tudo parecia então bastante conhecido”. Schwarcz, Lília. *Retrato em Branco e Negro...* p.62

¹⁸⁴ Heloisa Cruz evidencia o importante papel das associações para os habitantes urbanos: “na instituição de novas formas mais generalizadas de sociabilidade e na definição e afirmação de novos critérios de absorção e distinção sócia entre as elites, os grupos intermediários e as classes populares, constituindo direções importantes do processo de aburguesamento do espaço público urbano”. Cruz, Heloisa de Faria. *São Paulo em papel e tinta: Periodismo e vida urbana – 1890-1915...* p. 65.

1870 e ao longo da de 1880, contudo, os empregos que exigiam ler e escrever, como guarda-livros, contadores, professores de primeiras letras e auxiliares de escritórios, ganharam espaço nos classificados. A historiadora também observou que o saber ler e escrever passou a ser requerido para o desempenho de atividades em que, outrora, não se fazia necessário, como copeiros, caixeiros, entre outros¹⁸⁵.

Esforçando-se por compreender o desenvolvimento da cultura letrada na cidade, o estudo *O Império do Livro*, de Marisa Midori Daecto, faz cuidadosa investigação sobre a produção e circulação do livro em São Paulo. Para alcançar seu objetivo, a historiadora levanta a quantidade de bibliotecas, tipografias e livrarias existentes na cidade, concluindo que, se em 1878 havia apenas três livrarias em São Paulo (A. L. Garroux e Cia; Ricardo Mattheus; e Agência de livros e jornais portugueses de Abílio A. S. Marques), em 1886 esse número havia subido para quatro (Casa Garroux; Livraria Paulista; Casa Eclética; Empresa Literaria Fluminense), abrindo-se ainda, em 1888, cinco novas livrarias na cidade (Empresa Corazzi Literária; Fernandes & Companhia; J.P. Leão Livraria Escolar; Jeronimo Azevedo Livraria Azevedo; e Teixeira e Irmão Livraria Teixeira). No caso das tipografias se, antes de 1860, eram onze as tipografias existentes na cidade, nas décadas de 1860 e 1870 surgiram mais dezoito estabelecimentos desse tipo e, só na década de 1880, mais 45 tipografias seriam criadas. Faz-se necessário dizer que o grande número de tipografias não está necessariamente relacionado à produção de livros e jornais, já que muitas delas eram destinadas à confecção de outros tipos de materiais, como rótulos de produtos, cartões de visita, panfletos, faturas, circulares, bulas de remédios, etc.

Apesar do aumento da população letrada, é difícil avaliar o alcance dos periódicos na cidade, principalmente no que concerne à pequena imprensa. Foram raros os pequenos periódicos a informar suas tiragens. O estudo *Retrato em branco e no negro*, por exemplo, disponibiliza dados referentes às tiragens diárias dos jornais de maior circulação em São Paulo no ano de 1886: *A Província de São Paulo*, 3.300 exemplares; *Correio Paulistano*, 2.500 (sobre o Correio, que surgiu em 1854, Sodré menciona que sua tiragem, até 1863, era de 450 exemplares, aumentando para 700 nesse ano, e para 850 em 1869¹⁸⁶); *Diário Mercantil*, 3.000; *Gazeta do Povo*, 1.300; *Diário Popular*, 2.200. Apesar de figurar no estudo de Schwarcz, não há números estimados para a tiragem do *A Redenção*, periódico lançado em 1887 por Antonio Bento, reforçando a dificuldade em se acompanhar quantitativamente a pequena imprensa¹⁸⁷. Adiante nesta dissertação, contudo, nos esforçaremos para apresentar um panorama do possível alcance e circulação do *A Redenção*,

¹⁸⁵ Cruz, Heloisa de Faria. *São Paulo em papel e tinta: Periodismo e vida urbana – 1890-1915...* p. 68-69

¹⁸⁶ Sodré, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil...* p.188

¹⁸⁷ Schwarcz, Lilia. *Retrato em Branco e Negro...* p.83.

partindo, para tanto, de indícios presentes no interior da própria folha.

Heloisa Cruz comenta certa facilidade existente na confecção de pequenos jornais na década de 1880, muitas vezes produzidos de forma quase artesanal. Segundo a historiadora, suas produções eram bem simples e relativamente baratas, difundindo e facilitando o acesso à cultura impressa¹⁸⁸. Duas ou três pessoas reunidas em um escritório que, inclusive, poderia ser em suas próprias casas, bares ou associações, podiam redigir um jornal. A produção do periódico, a essa altura, nem exigia imprensa própria, podendo ser impresso em alguma das várias tipografias existentes na cidade.

Contribuindo a uma melhor compreensão da difusão da informação impressa, Marco Morel e Mariana de Barros reiteram algumas vezes em *Palavra, Poder e Imagem* que a leitura não ficava restrita a uma atitude individual e privada, atingindo o coletivo e os analfabetos por meio, principalmente, de leituras públicas em voz alta. Segundo os historiadores, a prática de leituras coletivas existia desde o período colonial, quando ocorria principalmente em praças e era protagonizada por autoridades objetivando informar leis e decretos. Dando-se continuidade à prática, cada vez mais os jornais passaram a ser lidos coletivamente em pequenos grupos, em esquinas, boticas, tabernas, cafés ou residências, criando uma intersecção entre os mundos letrado e iletrado. Morel e Barros questionam-se ainda acerca do acesso a tais informações pela população cativa: “Pode-se sugerir que os escravos, ainda que não aparecessem como sujeitos com voz própria nas páginas impressas, podiam ser leitores, diretos ou indiretos, da imprensa, fazendo releituras próprias, recebendo, elaborando e retransmitindo as notícias e os informes”¹⁸⁹.

A informação passou a circular de forma cada vez mais rápida na São Paulo da segunda metade do século XIX. Em *História da Imprensa no Brasil*, Nelson Werneck Sodré discorre sobre a evolução dos correios na cidade. O historiador menciona a forma rudimentar com que o correio funcionou até a segunda metade da década de 1860, quando foi estabelecido um serviço diário entre São Paulo e Campinas, executado por carros. Até então, esse serviço era realizado por funcionários que percorriam a pé, ou a cavalo, longas distâncias¹⁹⁰. A construção das estradas de ferro na década de 1870 agilizou ainda mais a circulação de informações, uma vez que jornais e correspondências passaram a ser transportados nos trens. A empresa jornalística também se beneficiou com essa facilitação no transporte de mercadorias, estendendo e barateando as assinaturas de periódicos pelas cidades interioranas¹⁹¹.

¹⁸⁸ Cruz, Heloisa de Faria. *São Paulo em papel e tinta: Periodismo e vida urbana – 1890-1915...* p.88

¹⁸⁹ Morel, Marcos e Barros, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder...* p. 45-46 e 90-91

¹⁹⁰ Como o serviço existente em 1825, no qual um funcionário se dirigia a pé, de 10 em 10 dias, à cidade de Itu, para transportar a correspondência. Sodré, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil...* p.209

¹⁹¹ Nelson Sodré também abordou, em seu trabalho, a circulação de informações internacionais que, até o ano de 1874, era feita por cartas e que, a partir desse ano, passou a ser realizada via telégrafo, com a instauração na Corte da primeira filial da Reuters-Havas. A oportunidade de atualizar a população com as notícias internacionais, via

Esse novo panorama da vida urbana em São Paulo viabilizou que diversos grupos, por vezes reunidos em torno de alguma associação, ou causa, principalmente após a década de 1880, possuísem seu próprio periódico. A pequena imprensa propiciava a esses grupos “foco fundamental de formulação, discussão e articulação de concepções, processos e práticas culturais e de difusão de seus projetos e produtos”¹⁹². A produção de periódicos, nesse sentido, não era mais dominada hegemonicamente pelas elites, permitindo que parte dos setores anteriormente alijados desse universo, principalmente as camadas médias, acessassem a imprensa, não só na condição de leitores, mas também de forma ativa, produzindo seus próprios jornais.

Lilia Schwarcz apresenta-nos interessantes dados relativos à quantidade de jornais existentes na cidade entre as décadas de 1840 e 1880, corroborando a ideia de que houve maior acesso à produção de jornais no período. Os números, contudo, não falam por si e, mesmo havendo uma evidente correspondência entre crescimento populacional e aumento na quantidade de periódicos, podemos afirmar que o incremento no número de jornais superou o crescimento populacional da cidade¹⁹³. Segundo a autora, em 1840 existiam apenas 6 publicações na cidade, sendo que, em períodos anteriores, já havia existido cerca de 22 periódicos na localidade. No ano de 1850, 47 jornais eram produzidos na capital paulista. Nas décadas seguintes esses números só aumentaram, com 55 novas folhas surgidas no intervalo que foi de 1851 a 1860. Na década de 1860, foram 60 os novos jornais da cidade e, na década seguinte, 80, alcançando o incrível número de 273 novos jornais na década de 1880. Por mais que o crescimento populacional do período também tenha sido assombroso, proporcionalmente, o número de periódicos surgidos foi ainda maior.

Na década de 1880 evidencia-se, na cidade de São Paulo, a existência de uma maior facilitação para a produção de jornais, a qual, somada ao crescimento do público leitor na cidade, criou condições materiais para o surgimento de diversas publicações. Nessa mesma década, a luta contra o cativeiro exacerbou-se, exigindo dos indivíduos um posicionamento frente à questão. Luiz Gama, que já havia fundado três jornais cujo conteúdo versava sobre a abolição – dois na década de 1860, *O Diabo Coxo* e *O Cabrião*, e, em 1876, *O Polichinello* –, organizou-se com outros abolicionistas paulistas em torno do Centro Abolicionista de São Paulo e fundou, em 19 de agosto de 1882, o jornal *Ça-Ira*¹⁹⁴. Luiz Gama, no entanto, morreu apenas 5 dias após a fundação do jornal

imprensa, foi aproveitada pelo Jornal do Comércio que, em 1877, iniciou a publicação de notícias fundadas nos telegramas distribuídos pela agência. Sodré, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil...* p. 214.

¹⁹² Cruz, Heloisa de Faria. *São Paulo em papel e tinta: Periodismo e vida urbana – 1890-1915...* p. 71

¹⁹³ Os dados de que dispomos para tal comparação são complicados, mas o número de habitantes de São Paulo, nos diferentes períodos, é o seguinte: em 1836, 12256 habitantes; 1855, 15.471; 1872, 23.243; 1875, 25.000; 1886, 44.030; 1890, 64.932.

¹⁹⁴ O nome do jornal faz referência a uma canção simbólica da Revolução Francesa, com conteúdo ameaçador à nobreza e à igreja. Essa expressão *Ça-Irá* pode ter algumas traduções, como “vai indo”, “que vai” e “assim será”. <http://blogdaboitempo.com.br/2013/02/26/ca-ira-ca-ira/>, acessado em 12/07/2015.

que, em homenagem ao abolicionista, passou a ter seu nome. São poucas as informações de que dispomos sobre esse jornal, inclusive as referentes à data de seu encerramento, sabemos, no entanto, que teve como redatores Raul Pompéia, Alcides Lima e Ernesto Correa.

No ano seguinte ao surgimento do *Ça-Ira*, em 1883, o jornal *O Arado*, cujo redator-chefe escrevia sob o pseudônimo de Doutor Fausto, começou a ser publicado na cidade de São Paulo e durou cerca de seis meses¹⁹⁵. Doutor Fausto, ao que tudo indica, foi o pseudônimo utilizado por Antonio Bento nesse jornal que, com linguagem “satírica e mordaz”, antecedeu algumas das características e temáticas posteriormente utilizadas no jornal *A Redenção*¹⁹⁶. A questão da escravidão não era o tema central d'*O Arado*, mas tampouco ficou de fora da publicação e, como era de se esperar de seu redator-chefe, a instituição foi criticada. A existência de apenas um exemplar do periódico inviabiliza, contudo, uma melhor análise dos termos em que tais críticas foram tecidas.

Apesar, portanto, da premência da questão abolicionista na década de 1880 e do cenário favorável à pequena e média imprensa na cidade de São Paulo – elementos que, por si só, justificariam o surgimento de uma série de periódicos com foco na abolição do cativeiro –, tais produções não foram comuns na cidade, inexistindo, inclusive, jornais desse caráter por cerca de cinco anos cruciais para a luta abolicionista na década de 1880¹⁹⁷. Nesse sentido, ainda que outros jornais do período tenham abordado com certa frequência a questão da escravidão, opinando ou discutindo as ideias e estratégias abolicionistas então em curso, não existiram, na cidade, para além do periódico *Luiz Gama* (antigo *Ça-Ira*) e do *A Redenção*, jornais exclusivamente abolicionistas – o que, por si só, levanta uma série de questões acerca da configuração da imprensa na cidade e do que estava verdadeiramente em jogo quando da criação de um periódico deste tipo.

Levando em consideração ainda, o desconhecimento quase completo em que se encontra o jornal *Luiz Gama*, do qual inexistem exemplares preservados e de que temos pouquíssimas informações, tem-se que o *A Redenção* figura como o único periódico abolicionista paulistano da década de 1880 acessível ao pesquisador.

Se na cidade de São Paulo a produção de jornais exclusivamente abolicionistas esteve restrita aos periódicos supracitados, em outras províncias e cidades do Império, tais jornais –

¹⁹⁵ Falaremos desse periódico mais adiante em nossa dissertação.

¹⁹⁶ Affonso de Freitas caracterizou *O Arado* como uma publicação “satírica e mordaz”, não tecendo comentários sobre a forma como abordou a questão do cativeiro. Em sua obra, Freitas transcreveu o artigo intitulado “Declaração”, que em uma de suas passagens dizia: “É de todos para todos. Aberto a todas opiniões francas ou desinteressadas, a todas as penas alevantadas e dignas, será o defensor dos oprimidos e acusador dos opressores”.

¹⁹⁷ Affonso de Freitas fez extenso levantamento sobre os periódicos de São Paulo e, segundo seu trabalho, entre os anos de 1882 e 1888, as publicações abolicionistas, afora os periódicos já citados, foram tímidas e efêmeras, tal qual o *Noventa e três* e *A Onda*, no ano de 1883 e *A Abolição* e *Oitenta e nove*, no ano de 1884. Freitas, Affonso A. de. *A imprensa periódica de São Paulo desde os seus primórdios em 1823 até 1914*. São Paulo Typographia do Diário Oficial, 1915.

normalmente associados a clubes abolicionistas – foram uma constante na década de 1880. Na Corte, os dois principais jornais com esse caráter foram o *Gazeta da Tarde* e *Cidade do Rio*, ambos encabeçados por José do Patrocínio¹⁹⁸. Na cidade de Campos, havia o *Vinte e cinco de março*; em Fortaleza, *O Libertador*; em Ouro Preto, os periódicos *A Vela do Jangadeiro: periódico abolicionista*, e *O Trabalho: periódico literário, instrutivo e abolicionista*¹⁹⁹; em Recife, o *Jornal do Recife*; em Manaus, o *Abolicionista*; em Desterro (depois Florianópolis), o *Abolicionista: órgão literário e noticioso dos typographos da Regeneração*; para citar apenas alguns exemplos.

No próximo capítulo, ancorados por uma análise da trajetória de Antonio Bento entre os anos de 1871 e 1886, veremos como, às vésperas da criação do jornal *A Redenção*, o discurso abolicionista do personagem se radicalizava cada vez mais. Neste sentido, parece-nos razoável supor que, ainda que contasse com espaço em periódicos da época para a exposição de suas ideias, Antonio Bento tenha almejado a efetivação de uma folha exclusivamente abolicionista e desprovida de censuras ou controles externos, a partir da qual ele e seus companheiros pudessem veicular uma série de propostas e reflexões sobre o fim do cativeiro no país, atacando abertamente os inimigos de sua causa.

¹⁹⁸ Na Corte houve o surgimento d'*O Abolicionista: órgão da sociedade brasileira contra a escravidão*, publicação atrelada à sociedade citada em seu nome. Durou pouco mais de um ano após sua primeira publicação, em novembro de 1880, e possuiu 14 números. Freitas, Affonso A. de. *A imprensa periódica de São Paulo desde os seus primórdios em 1823 até 1914...*

¹⁹⁹ Em Ouro Preto – naquela época capital da Província de Minas Gerais – houve ainda a publicação do periódico *Ordem e Progresso – órgão do Clube Abolicionista Mineiro Visconde do Rio Branco*, inexistindo, contudo, qualquer exemplar para consulta. Cota, Luiz Gustavo Santos. *Ave, Libertas: abolicionismos e luta pela liberdade em Minas Gerais na última década da escravidão*. Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013. p.132-133

Cap. II. Revisitando a memória do abolicionismo radical e a figura de Antonio Bento

Antonio Bento de Souza e Castro ficou conhecido como um importante abolicionista em consequência da organização e liderança da *Ordem dos Caifazes*, grupo em cujo entorno cristalizou-se a imagem de empenho no resgate de cativos através do auxílio direto à fuga, fornecimento de esconderijos provisórios e envio de escravos fugidos ou resgatados a locais seguros. A atuação abolicionista paralela de Antonio Bento na imprensa e como advogado, por sua vez, apesar de frequentemente mencionada por trabalhos historiográficos produzidos ao longo do século XX, acabou ficando relegada à posição de uma prática de menor expressão quando comparada à liderança dos *caifazes*.

Parte significativa dos trabalhos dedicados à atuação radical dos *caifazes* fundamentou-se em documentação produzida por memorialistas da abolição. Tal documentação é formada, essencialmente, por relatos redigidos cerca de 20 ou 30 anos após o 13 de maio de 1888, por indivíduos que afirmaram ter participado da campanha ao lado de Antonio Bento e dos *caifazes*. Alguns exemplares desta produção podem ser identificados no *Depoimento de uma testemunha*, redigido por Antonio Manuel Bueno de Andrada e publicado, pela primeira vez, no jornal *O Estado de São Paulo*, em 1918²⁰⁰; na obra *Scenas da Abolição, Scenas Diversas*, escrita pelo pseudônimo Castan, em 1921²⁰¹; e em alguns testemunhos colhidos junto a abolicionistas famosos e publicados por Francisco Martins dos Santos no livro *História de Santos*, em 1937 (parte deles especificamente escritos para Martins dos Santos, e outros já previamente publicados em jornais nacionais nas primeiras décadas do século XX)²⁰².

Ainda que não pretendamos adentrar em reflexões e questionamentos acerca do gênero memorialista em si, parece-nos importante ressaltar, desde já, os perigos implícitos a uma reconstrução histórica da campanha abolicionista pautada unicamente, ou privilegiadamente, nesse tipo de documento. Tal é o caso de um conjunto de trabalhos publicado na primeira metade do século XX e cujos exemplares, apesar de não configurarem relatos memorialistas – uma vez que seus autores não se afirmam testemunhas oculares dos acontecimentos narrados –, tampouco podem ser considerados estudos pautados por rigor documental e compromisso científico. Tais trabalhos, a

²⁰⁰ Andrada, Bueno de. “Páginas esquecidas: A Abolição em São Paulo”. In *Revista do Arquivo Municipal*, vol. 71, São Paulo, jun/jul, 1941.

²⁰¹ Castan. *Scenas da Abolição e Scenas Variadas*. 2 ed. Imprensa Methodista, São Paulo, 1924.

²⁰² Santos, Francisco Martins. *História de Santos vol.2 1532-1936*. São Paulo, Empreza Graphica da 'Revista dos Tribunaes, 1937.

cuja análise dedicaremos parte importante deste capítulo, podem ser identificados como componentes do que chamaremos aqui de “historiografia tradicional da abolição” e, dentre eles, encontram-se livros como: *A Campanha abolicionista (1879-1888)*, de Evaristo de Moraes, publicado pela primeira vez em 1924²⁰³; o previamente citado *História de Santos*, de 1937; ou ainda *Os Republicanos Paulistas e a Abolição*, publicado em 1942 e da autoria de José Maria dos Santos²⁰⁴.

Uma vez que tais estudos tradicionais sobre o abolicionismo brasileiro basearam-se, fundamentalmente, nos relatos presenciais produzidos por memorialistas sobre os últimos suspiros da escravidão no país – estando quase completamente ausentes deles análises e referências a outras fontes documentais que não estes testemunhos –, o trabalho com os mesmos exige, do historiador, zelo e rigor redobrados. Para além disso, o estudioso contemporâneo deve atentar ao fato de tais trabalhos operarem, muito frequentemente, a partir de certa romantização da história da abolição e de seus “principais líderes”, exigindo, uma vez mais, cuidados e mediações em sua leitura e utilização.

Ao longo da primeira parte deste capítulo, procuraremos demonstrar justamente como a narrativa construída na primeira metade do século XX sobre o abolicionismo paulista e, especialmente, a atuação da chamada *Ordem dos Caifazes* e de Antonio Bento, identificado como seu líder máximo, pautou-se por este tipo de trabalho e, conseqüentemente, pelos critérios inerentes a tal produção.

É em grande medida devido a este tipo de problemática que o período da vida de Antonio Bento ligado aos *caifazes* configura tema espinhoso ao historiador atual. A luta empreendida pelo personagem no âmbito da imprensa e da atuação jurídica, por outro lado, é de mais fácil acesso e passível de ser analisada com menor influência da “aura” criada em torno do abolicionista, tendo recebido, contudo, pouca atenção da historiografia tradicional e mesmo da renovada historiografia da abolição das últimas décadas. Apesar dos pouquíssimos trabalhos dedicados a um exame da atividade abolicionista “legal” de Antonio Bento, o rol documental disponível para a análise de sua atuação previamente ou paralelamente àquela dos *caifazes* é bastante amplo, fundando-se, por exemplo, nas ações de liberdade por ele impetradas na capital paulista a partir de 1882²⁰⁵, ou ainda, nos artigos de jornal produzidos no período e com referência direta à sua pessoa ou atuação na

²⁰³ Moraes, Evaristo de. *A Campanha Abolicionista (1879-1888)*. 2 ed. Brasília, Editora Universidade de Brasília, c1986.

²⁰⁴ Santos, José Maria dos. *Os Republicanos Paulistas e a Abolição*. São Paulo, Editora Livraria Martins, 1942.

²⁰⁵ A historiadora Elciene Azevedo, em parte de seu 3º capítulo, *Legalistas e Radicais*, analisou os processos de ação de liberdade impetrados por Antonio Bento na década de 1880, ver principalmente o subitem *Ações e reações*. Azevedo, Elciene. *O Direito dos Escravos: Lutas jurídicas e abolicionismo na província de São Paulo na segunda metade do Século XIX*. Campinas, Editora Unicamp, 2010. p. 196-213.

cidade planaltina²⁰⁶.

Haja vista que um exame da efetiva atuação dos *caifazes*, bem como uma investigação sobre o âmbito e alcance “reais” das práticas deste grupo, não configuram objetivos desta pesquisa, retomaremos, nas páginas a seguir, a produção historiográfica dedicada ao abolicionismo dito radical paulista – em especial aquela produzida na primeira metade do século XX, fundada em relatos memorialistas – com o intuito de problematizar a forma como tal abordagem se deu, chamando a atenção, principalmente, ao caráter estanque e absolutizante da memória construída sobre Antonio Bento e os *caifazes* a partir da mesma. Através da retomada dessa produção, objetivamos ainda recalibrar e questionar a importância concedida à prática abolicionista radical pela historiografia mais recente, mostrando o modo com que diferentes historiadores atuais a abordaram e os distintos graus de importância que lhe deram em suas leituras e interpretações do abolicionismo paulista.

Na primeira parte deste capítulo, portanto, a memória construída sobre a prática dos *caifazes* e a imagem edificada em torno de Antonio Bento (como figura líder deste grupo) pelos memorialistas e seus “seguidores”, serão inicialmente privilegiadas para, num segundo momento, dedicarmos-nos a um exame da historiografia mais recente sobre o tema, analisando suas proximidades e diferenças frente ao legado de trabalhos deixados sobre a questão.

Já na segunda parte do capítulo, a vida do abolicionista será analisada a partir de um rol bastante distinto de documentos. Nesse segundo momento, pretendemos percorrer, de forma breve, alguns acontecimentos da vida de Antonio Bento, buscando elucidar sua formação e compreender o porquê de ter elaborado um jornal abolicionista nos últimos momentos de existência da instituição servil no país. Para tanto, faremos uso prevalecente de artigos de jornal, tanto redigidos por Antonio Bento, quanto da autoria de outros personagens do período, desde que envolvendo sua figura, defendendo-a ou atacando-a. Através desta leitura, buscaremos não apenas trazer à tona facetas praticamente ignoradas da vida deste personagem, mas também questionar a narrativa lendária construída ao seu redor, buscando as possibilidades reais de afirmação de sua atuação abolicionista em diferentes períodos de sua vida.

²⁰⁶ Os jornais da Corte, *Gazeta da Tarde* e o *Gazeta de Notícias*, ambos propriedade de José do Patrocínio, são fontes interessantes para a produção de tal mapeamento.

2.1. *A memória sobre os caifazes e a historiografia*

O abolicionista Antonio Bento de Souza e Castro ficou amplamente conhecido por sua atuação abolicionista na província de São Paulo e como criador e líder do grupo abolicionista da *Ordem dos Caifazes*. Sua atuação na imprensa, atacando a instituição escravista e todos aqueles que a defendessem, e como advogado, defendendo escravos em ações de liberdades nas barras dos tribunais, acabaram ficando à margem da memória elaborada sobre sua vida e, conseqüentemente, dos trabalhos produzidos pela historiografia; ainda que, para a reconstrução destes âmbitos de sua atuação, houvesse mais documentação e fosse ela mais acessível ao historiador. O que poderia explicar tal descompasso?

Grande parte dos trabalhos historiográficos que abordaram o tema da abolição no Brasil, ou na província de São Paulo, mencionaram a prática abolicionista do grupo dos *caifazes* e de seu líder, Antonio Bento, na década de 1880, como uma referência de atuação radical. A luta abolicionista empreendida por esses atores foi compreendida como o momento em que se tornou possível superar, segundo Emília Viotti da Costa, o período denominado de “primeira fase” do abolicionismo paulista, caracterizado, principalmente, por uma campanha no campo das ideias – por meio da imprensa – e pela atuação, no campo jurídico, dos muitos advogados envolvidos em ações de liberdade em favor dos escravos²⁰⁷. A grande maioria dos abolicionistas atuantes nesta “primeira fase” formou-se na Academia de Direito do Largo de São Francisco e parte deles operou também, para além do campo jurídico, na imprensa; caso dos dois mais conhecidos abolicionistas da cidade: Luiz Gama e Antonio Bento de Souza e Castro.

A trajetória de Luiz Gama na luta abolicionista foi interrompida em 1882 em decorrência de sua morte²⁰⁸. Após a perda de tão importante personagem na luta contra a escravidão na província de São Paulo, Antonio Bento teria ganhado cada vez maior destaque, intensificando suas atividades abolicionistas em continuidade às práticas empregadas por Gama, e aparecendo, cada vez mais, como seu sucessor natural. Para além de uma atividade abolicionista legal, contudo, a conjuntura vivida pelo país e pela província teriam levado Antonio Bento a ingressar em outros âmbitos da luta contra o cativo.

A década de 1880 foi marcada, como analisamos no capítulo anterior, por uma intensificação das ações e reações empreendidas por escravistas e abolicionistas no país. Nesse momento, aumentou consideravelmente a hostilidade e violência de tais forças antagônicas,

²⁰⁷ Costa, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. São Paulo, EDUNESP, 1998. p. 491

²⁰⁸ Azevedo, Elciene. *Orfeu da Carapinha: A trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo*. Campinas, Editora Unicamp, 2005. p. 265.

situação que atingiu seu auge no período em que a chefia do Ministério foi assumida pelo Barão de Cotegipe²⁰⁹. No bojo desses conflitos, parte dos abolicionistas acrescentou, às estratégias de luta já empreendidas, novos meios de combate à escravidão, extrapolando, muitas vezes, o campo da legalidade e incentivando e auxiliando, por exemplo, a fuga de escravos das fazendas. Viotti da Costa chamou esse novo momento de “segunda fase” do abolicionismo paulista²¹⁰. Vale lembrar que o combate ao cativeiro de forma clandestina não foi exclusividade de São Paulo, ocorrendo também em outras províncias do Império, como explorado no capítulo anterior.

Nunca saberemos se, caso Luiz Gama tivesse vivido para ver os últimos suspiros da instituição escravista, ele teria atuado de forma extralegal. Compreender a luta contra o cativeiro em São Paulo dividindo-a em duas fases distintas, de todo modo, localiza a atividade deste abolicionista no âmbito estritamente legal, conformando-o em espécie de símbolo da “primeira fase”. Já ao redor de Antonio Bento, na qualidade de cabeça do grupo dos *caifazes*, construiu-se a memória e identificação de um líder e ativista da luta radical empreendida no campo da atuação direta e da clandestinidade, associando sua imagem à chamada “segunda fase” e à ideia de um certo heroísmo²¹¹. Vale ressaltar ainda que, mesmo sem se referir à existência de duas fases distintas da luta em São Paulo, parte importante da historiografia da abolição acabou por estabelecer algum tipo de divisão do período, através de uma diferenciação entre as lutas empreendidas e lideradas por Luiz Gama e Antonio Bento.

São raros os trabalhos como *Resistência e superação do escravismo na Província de São Paulo (1885-1888)*, de Ronaldo Marcos dos Santos, que concebem a luta abolicionista nos campos legal – jurídico, parlamentar e propagandístico – e clandestino – auxílio a fugas em massa dos cativos – como intimamente ligadas e dependentes, confundindo-se, inclusive, por vezes. Para Ronaldo dos Santos, se: “de um lado o trabalho dos agitadores só foi possível com a ajuda das camadas da população informadas e transformadas pela propaganda; por outro lado, as fugas coletivas nos dias finais do escravismo deram força substancial às reivindicações abolicionistas”²¹².

No caso da memória construída sobre a figura de Antonio Bento, como dissemos, ainda que sua atuação ativa nos campos jurídico e da imprensa tenha sido frequentemente considerada e

²⁰⁹ Alonso, Angela. *Flores, Votos e Balas: O movimento pela abolição da escravidão no Brasil*. Tese apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo como requisito parcial para a obtenção de título de livre-docente. São Paulo, 2012. Ver principalmente o capítulo 8 “Balas: Movimento e contramovimento. p. 265-309.

²¹⁰ Costa, Emilia Viotti da. *Da senzala à colônia...* p. 491

²¹¹ Como já demonstramos, nos anos finais da instituição escravista, não foram somente os abolicionistas que atuavam de forma extralegal que corriam risco de vida. Podemos citar como o exemplo o delegado de polícia foi assassinado por uma horda de senhores escravocratas e seus capangas.

²¹² Santos, Ronaldo Marcos dos. *Resistência e superação do escravismo na Província de São Paulo (1885-1888)*. São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas, 1980. p. 65-66.

citada, foi a liderança desempenhada junto à *Ordem dos Caifazes* que acabou por moldar os relatos elaborados acerca do personagem e, conseqüentemente, as leituras e interpretações historiográficas que a esses se seguiram. Para isso colaborou, sem dúvida, o fascínio envolvido na possibilidade de elucidar as práticas clandestinas de auxílio à fuga de cativos na província; tema que, apesar de difícil efetivação (em especial pela pouca documentação disponível), recebeu ampla atenção da historiografia tradicional da abolição (produzida na primeira metade do século XX) e voltou a figurar em pesquisas recentes produzidas neste campo²¹³.

Podemos elencar aqui todo o processo necessário para que tais fugas auxiliadas vingassem: como a reunião de homens livres e a criação de uma rede de colaboradores que indicassem as fazendas em que a fuga seria efetivada; a elaboração de uma estratégia de fuga, dependente de uma série de atores sociais; e a consideração das diversas circunstâncias a serem evitadas para que a iniciativa não terminasse em catástrofe.

Podemos ir além e imaginar esses homens livres, brancos, negros e mulatos, reunidos clandestinamente, discutindo as possibilidades de debandada de cativos de certa fazenda, sobre uma mesa mal iluminada, em uma sala lateral da Igreja de Nossa Senhora dos Remédios – da qual Antonio Bento foi provedor e de onde passou a editar o *A Redempção* no ano de 1887; conjecturar como esses homens livres arriscavam suas vidas ao se passarem por comerciantes, com o objetivo de adentrar fazendas e contatar diretamente os escravizados, e os diálogos travados entre eles e os cativos com vistas ao convencimento da fuga coletiva (haja vista todos os perigos que ela implicava), garantindo-se aos escravos que se a empreitada malograsse, eles seriam defendidos por homens importantes, políticos e advogados. Podemos imaginar ainda a fuga em si, com longos dias de caminhada pelas matas ou por dentro de fazendas, contando, por vezes, com o auxílio de cocheiros e funcionários de linhas férreas; a possível, e provável, perseguição por capitães do mato e policiais, ou a repressão que podia partir da própria sociedade livre, aterrorizada com os bandos de fugitivos. Por fim, a chegada a lugares seguros, fosse nas casas de abolicionistas que serviriam de esconderijo provisório, fosse a seu destino final, possivelmente o Quilombo do Jabaquara, na cidade de Santos, ou fazendas em que outros escravos já haviam sido libertados e a cujo trabalho os novos fugitivos podiam ser incorporados.

A reconstrução de eventos como os narrados nos parágrafos acima, contudo, escapam em grande medida à documentação existente. Na grande maioria dos trabalhos produzidos por memorialistas e historiadores tradicionais da abolição, as atividades de planejamento e execução de

²¹³ Para mencionar apenas alguns autores, a serem abordadas adiante: Robert Conrad, Robert Toplin, Alice Fontes, Marcos dos Santos e Maria Helena Machado.

fugas em massa têm detalhes como local, data e envolvidos abordados com muito pouca precisão. O caráter ilegal da estratégia de combate à escravidão empreendida pelos *caifazes* e por Antonio Bento é, reiteramos, sedutor e perigoso à historiografia. Tal se deve, em especial, às dificuldades documentais envolvidas em sua recuperação, mas também ao fato de suas principais descrições terem sido legadas, eminentemente, por depoimentos redigidos por agentes coevos ao processo e, muito provavelmente, interessados na construção de memórias específicas sobre o fim do cativeiro e seus pretensos protagonistas.

Em *O Plano e Pânico*, ao abordar a produção de alguns desses memorialistas, Maria Helena Machado faz um alerta sobre a utilização de tal documentação para a compreensão da luta abolicionista na década de 1880. Segundo a historiadora, tais depoimentos foram redigidos não no calor da luta, mas no ostracismo, lugar a partir do qual “buscaram recontar, à maneira das sagas, a luta heroica de um punhado de homens abnegados, que enfrentando mil obstáculos e perseguições, concretizaram o sonho de toda uma geração”²¹⁴. A historiadora destaca, nesse sentido, a imprecisão de tais relatos e o modo com que, a partir dos mesmos, encontra-se uma série de dificuldades na sistematização dos acontecimentos, no estabelecimento de uma cronologia e na concepção da luta como a consecução de diferentes estratégias. De acordo com a autora, da forma como essas narrativas foram construídas, cria-se a impressão de que a luta teria se dado “sob a liderança da destemida ação abolicionista, na qual cabiam tanto a atuação legal como as chamadas ilegais, evita-se qualquer detalhamento que permita ao leitor situar objetivamente a partir de que época, até que ponto e quais setores abraçaram a estratégia de, invadindo eitos e senzalas, dialogar *in loco* com os principais interessados”²¹⁵.

A ausência de evidências claras acerca da prática dos *caifazes*, por sua vez, impossibilita-nos de mensurar sua influência efetiva sobre a fuga de cativos na província de São Paulo. O número de habitantes do Quilombo do Jabaquara (local para onde pretensamente eram encaminhados os escravos cuja fuga havia sido auxiliada pelos *caifazes*) é um bom exemplo de tal imprecisão, constantemente mencionado na casa dos 10 mil indivíduos sem, contudo, qualquer comprovação efetiva²¹⁶. O depoimento de Antonio Manuel Bueno de Andrada, talvez o mais utilizado relato

²¹⁴ Machado, Maria Helena P. T. *O Plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. São Paulo, Editora Edusp, 2010. p. 134-135

²¹⁵ Machado, Maria Helena P. T. *O Plano e o pânico...* p.135.

²¹⁶ Em seu artigo sobre o Quilombo do Jabaquara, Maria Helena Machado menciona a inexistência de outra cifra que não a de 10 mil habitantes para o Quilombo. Esse número, segundo a historiadora, parece muito exagerado, o que, por sua vez não contradiz a memória de que o quilombo foi um grande reduto das sucessivas ondas de escravos fugidos que chegavam a Santos. Neste artigo, a historiadora busca compreender quais os motivos e os jogos de interesses envolvidos na criação do quilombo no começo da década de 1880. A partir da análise da documentação de processos envolvendo o Jabaquara, da figura de Quintino de Lacerda e também do pretense possuidor das terras do quilombo, Benjamim Fontana, a historiadora conclui que o refúgio criado pelos abolicionistas, de certa maneira, servia para o controle social dos escravos recém chegados – Quintino reproduzia as práticas paternalistas dos

memorialista sobre a prática dos *caifazes*, menciona, por sua vez, que cerca de um terço das fazendas da província de São Paulo possuía trabalhadores que outrora haviam sido escravos e que haviam fugido com o auxílio dos *caifazes*²¹⁷, mantendo ocultas, uma vez mais, as fontes utilizadas para tal conclusão.

Tal escassez de fontes é, por sua vez, sugestiva do caráter lendário de uma memória criada pelos próprios indivíduos que participaram da luta abolicionista. Considerando tal hipótese, uma série de questões pode ser feita visando investigar o porquê de, no calor dos embates abolicionistas travados no final da década de 1880 ou, ainda, cerca de vinte ou trinta anos após a conquista da abolição, ter-se “fabricado” a imagem de um grupo de abolicionistas, liderado por uma figura branca, com protagonismo na conquista de liberdade na província de São Paulo. Estaria tal “fabricação” ligada à finalidade de mascarar a agência dos cativos negros em sua própria libertação, transformando-a em ação eminentemente branca e retirando, desta forma, a potencialidade cativa e rebelde de tal conquista? Ou ligar-se-ia ao intuito de gerar medo e tensão entre o conjunto dos escravocratas à altura em que acontecimentos como fugas coletivas tornavam-se mais e mais comuns, aumentando a sensação de impotência dos mesmos frente a um movimento emancipatório visto como irrefreável? Talvez ainda, a fabricação de um mito como o da existência e atuação dos *caifazes* pode ter se ligado ao objetivo de ameaçar e aterrorizar escravagistas e capitães do mato, referindo-se aos *caifazes* como grupo do qual tais indivíduos deveriam se esconder por correrem riscos de retaliação caso encontrados e identificados (ameaça de que fez uso, com certa frequência o próprio jornal *A Redenção*)²¹⁸.

Ainda que seja difícil acreditar que, no pós-abolição, a figura de Antonio Bento tenha sido intencionalmente selecionada por diferentes memorialistas do processo emancipatório, como aquela a ser “canonizada” e conectada a um imaginado abolicionismo radical, deve-se, de todo modo, atentar aos perigos inerentes a uma história escrita nos moldes em que o foi a história dos *caifazes* e do abolicionismo radical paulista. Dessa forma, ainda que o levantamento de suspeitas quanto à existência efetiva de experiências de auxílio direito à fuga escrava não faça parte dos objetivos desta dissertação, pretende-se, contudo, rever a centralidade tantas vezes legada à atuação de Antonio Bento e dos *caifazes* na conquista da abolição na província (compreendida, por vezes, como aquela a colocar uma pedra definitiva sobre o cativo na região), revelando o modo com que

fazendeiros sobre os quilombolas – que, por seu grande número, apresentavam riscos à frágil ordem existente na cidade litorânea. Machado, Maria Helena. "From slave rebels to strike breakers, the Quilombo of Jabaquara". In. *Hispanic American Historical Review*, 86:2, Duke University Press, 2006. p.254.

²¹⁷ Andrada, Bueno de. “Páginas esquecidas: A Abolição em São Paulo”... p.267.

²¹⁸ *A Redenção*: “Republicanos de Campinas”. 13 de fevereiro de 1887; “Questão militar e republicana”. 22 de maio de 1887; “Bem feito”. 28 de agosto de 1887. Um caifaz.

tal memória foi construída e reiterada ao longo dos anos e a forma com que foi questionada ou problematizada por estudos historiográficos mais recentes.

Antonio Bento, os Caifazes e as fugas da década de 1880: protagonismo ou potencialização?

Em estudos dedicados aos anos finais do cativeiro em São Paulo e no país, demonstrou-se, por vezes, o modo como os fazendeiros paulistas temiam que homens livres entrassem em contato com seus plantéis, objetivando convencê-los à fuga coletiva. O caso mencionado por Robert Conrad do agente britânico que, em meados de 1882, afirmou a facilidade com que os abolicionistas conseguiam acessar as senzalas paulistas, é, nesse sentido, exemplar²¹⁹. Ainda nessa linha interpretativa, em *O Plano e o Pânico*, Maria Helena Machado identifica três casos em que homens livres participaram e incentivaram sublevações escravas pelo interior da província²²⁰. De acordo com a documentação, resultante de laudos policiais – uma vez que tais revoltas foram reprimidas ou frustradas pela ordem e parte dos escravos participantes acabou presa e interrogada –, além dessas insurreições possuírem homens livres em suas lideranças, teriam envolvido articulações com outras fazendas de localidades próximas.

Ao longo da década de 1880, portanto, na província de São Paulo, era real a possibilidade de que homens livres acessassem as senzalas e convencessem os escravizados a fugir, respaldando, nesse sentido, a existência de práticas semelhantes àquela pretensamente liderada por Antonio Bento.

No capítulo anterior, ao analisar o aumento das fugas escravas na São Paulo da década de 1880, já havíamos evidenciado a existência de um ambiente propício à participação de homens livres na libertação de cativos e o temor de proprietários de escravos de que a influência abolicionista e o apoio das populações citadinas incitasse ainda mais seus cativos a fugir. A existência de tal ambiente, contudo, não nos permite comprovar – haja vista a inexistência, ou o desconhecimento, de documentação suficiente – que as fugas que contaram com algum tipo de incentivo, auxílio e encaminhamento por parte de homens livres, foram realmente maioria entre o total de fugas escravas empreendidas no período. Para Ronaldo Marcos dos Santos, a luta dos *caifazes* pode ser dividida em dois momentos principais: um primeiro, em que o grupo teria atuado especialmente em “auxílio e amparo ao movimento de fugas já existentes”; e um segundo em que, a partir de tais experiências de fuga coletiva e aproveitando-se da insatisfação dos plantéis, Antonio

²¹⁹ Conrad, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil...* p.224.

²²⁰ Machado, Maria Helena P. T. *O Plano e o pânico...* 214.

Bento e os *caifazes* teriam trabalhado na organização de uma rede capaz de sistematizar e potencializar grandes abandonos em massa²²¹. A avaliação de Ronaldo dos Santos, colocada nesses termos, tem o cuidado de não retirar a importância da luta cotidiana dos escravos e o protagonismo desempenhado por esses em processos que acabaram por culminar em fuga²²².

Como buscaremos mostrar à frente, não foi este o pressuposto porque se pautou, em grande medida, a historiografia tradicional da abolição, em cujas análises, pelo contrário, há uma clara sobreposição da prática radical de homens livres como os ligados à *Ordem dos caifazes*, às práticas de resistência que poderíamos entender como próprias aos cativos.

Para dar início, enfim, à análise destes trabalhos, começemos pelo modo com que os mesmos abordaram, particularmente, a entrada de Antonio Bento de Souza e Castro na luta abolicionista, criando ao redor de sua figura “mitos fundadores” destinados a envolver de sentido seus passos subsequentes à frente dos *caifazes*. Depois de recuperada a construção empreendida em torno deste personagem, passemos à análise dos modos com que os trabalhos de memorialistas e historiadores tradicionais da abolição abordaram, através, muitas vezes, de narrativas pitorescas, a prática efetiva do grupo dos *caifazes*.

Antonio Bento abolicionista: nascimento de um líder radical

Um dos primeiros trabalhos históricos a serem produzidos sobre a luta abolicionista no Brasil, foi o *A Campanha Abolicionista (1879-1888)*, de Evaristo de Moraes, publicado no ano de 1924. Ao tratar do abolicionismo na província de São Paulo, Moraes partiu da apresentação de “duas figuras, cada qual mais interessante: Luiz Gama e Antonio Bento”. À análise da trajetória de Luiz Gama, somou-se uma menção concisa à luta empreendida por Antonio Bento na imprensa e nos fóruns, seguida da avaliação que configurou objeto central de sua análise, qual seja, a do “poderoso instrumento de libertação” mobilizado por Antonio Bento. De acordo com Moraes: “onde a ação de Antonio Bento se mostrava decisiva era na subtração, na sedução, no escondimento e no desvio de escravos”²²³.

O autor relata, assim, o caso em que Antonio Bento, encarregado de cuidar dos escravos de

²²¹ Santos, Ronaldo Marcos dos. *Resistência e superação do escravismo na Província de São Paulo* p. 78.

²²² O historiador faz muito bem essa colocação da forma como os abolicionistas se aproveitaram de uma situação rela de abandono das fazendas pelos escravos. Na conclusão de seu livro, contudo, afirma que as fugas escravas somente passaram a possuir conteúdo político de reivindicação quando passa a haver a apropriação desses movimentos pelos abolicionistas. Santos, Ronaldo Marcos dos. *Resistência e superação do escravismo na Província de São Paulo* p. 118-120.

²²³ Moraes, Evaristo de. *A Campanha Abolicionista (1879-1888)*. p. 216.

sua irmã, casada com o Barão de Itapetininga, teria promovido a fuga dos mesmos²²⁴. Evaristo de Moraes, infelizmente, não menciona a época do ocorrido e tampouco a existência de algum documento que possibilite a comprovação do episódio, mas, de acordo com a narrativa, é possível compreender esse evento como aquele que conforma Antonio Bento na qualidade de abolicionista radical, atuando como espécie de “mito fundador” da ousadia e radicalismo do indivíduo. No trabalho *The Abolition of Slavery in Brazil*, do brasilianista Robert Toplin, e no *A prática abolicionista em São Paulo: Os Caifases*, de Alice Aguiar Fontes, o evento da libertação dos cativos da irmã de Antonio Bento é não só reproduzido, como explicitamente referenciado ao trabalho de Evaristo de Moraes, permitindo-nos entrever o modo com que a narrativa de episódios atribuídos a este abolicionista foi reeditada ao longo da história²²⁵.

A procura pelas raízes da atuação abolicionista de Antonio Bento foi tema de diferentes trabalhos dedicados ao abolicionismo paulista ou a vida do personagem²²⁶, recebendo, a depender da característica de cada um desses estudos, maior ou menor atenção e rigor documental. Nesse sentido, se para a maioria dos trabalhos, a entrada de Antonio Bento na campanha pela libertação dos cativos no país fica absolutamente evidente a partir da morte de Luiz Gama, para o período que antecede tal evento, torna-se difícil realizar quaisquer afirmações.

As dificuldades em precisar o momento em que teria se iniciado a atuação abolicionista de Antonio Bento podem ser reconhecidas, por exemplo, no estudo *O Direito dos Escravos*, de Elciene Azevedo. Preocupada em abordar a luta jurídica de advogados junto aos cativos nos tribunais, Azevedo aborda um período pouco citado da trajetória de Antonio Bento, qual seja, o de sua atuação como juiz municipal em Atibaia, entre 1871 e 1875²²⁷. Apesar de dispor de uma série de processos (envolvendo cativos) especificamente referentes a seu período como juiz municipal, a autora não consegue precisar, contudo, se a atuação do personagem em tais processos foi efetivamente orientada por ideais abolicionistas, se por sua filiação ao Partido Conservador, ou ainda, se fundou-se nos interesses particulares de Antonio Bento e numa manipulação de ideais como os citados acima de acordo com as circunstâncias. Apesar, portanto, de analisar um período fundamental à detecção da inserção de Antonio Bento na causa abolicionista, Azevedo não consegue atestar se, na primeira metade da década de 1870, era efetivamente este o ideal subjacente

²²⁴ A irmã de Antonio Bento era a Baronesa de Itapetininga, e se chamava Cerina de Souza e Castro. O nome de sua fazenda era Laranja Azeda e se localizava entre Araras e Rio Claro. Moraes, Evaristo de. *A Campanha Abolicionista (1879-1888)*. p. 216.

²²⁵ Toplin, Robert Brent. *The abolition of slavery in Brazil...* p. 205

²²⁶ Dentre os trabalhos especificamente dedicados à vida de Antonio Bento destacamos o livro escrito por seu sobrinho: Thiollier, René. *Um Grande Chefe Abolicionista: Antonio Bento*. Sem local prescrito, Sem editora prescrita, 1932.

²²⁷ Azevedo, Elciene. *O Direito dos Escravos...* p. 174-196

à atuação jurídica do personagem.

Outro ponto de interesse de Azevedo e de diversos outros estudiosos da figura de Antonio Bento, foi o do famoso discurso proferido sobre a lápide de Luiz Gama, a partir do qual, uma vez mais, buscou-se o estabelecimento de um marco fundador às atividades abolicionistas do indivíduo. De acordo com certos relatos, em 1882, após o vultoso cortejo fúnebre de Gama pelas ruas de São Paulo, um abolicionista teria proferido discurso sobre sua lápide, no cemitério da Consolação, evidenciando a necessidade de dar-se continuidade à luta até então encabeçada pelo falecido.

Alguns historiadores conceberam tal discurso como de autoria de Antonio Bento. É o caso de Francisco Martins dos Santos, que no livro *História de Santos*, transcreveu o discurso e imputou-o ao abolicionista, em cujas palavras a luta empreendida por Gama “deveria prosseguir até a vitória final; que ela não podia findar com aquela morte, e que, dali por diante ele seria seu porta bandeira”²²⁸. É o caso também de José Maria dos Santos, no livro *Os Republicanos Paulistas e a Abolição*, de 1942. Artigos de jornal homenageando Antonio Bento após sua morte, também divulgaram essa informação, como *O Estado de São Paulo*, em artigo de 1898:

Ele [Antonio Bento] lembrou-se um dia de um juramento que fizera junto ao túmulo de Luiz Gama e, reunindo em sua casa um numeroso grupo de amigos dedicados, delineou e organizou a propaganda pelo facto. Quem não se recorda ainda hoje das proezas dos caifazes?²²⁹

Segundo Elciene Azevedo, tornou-se comum a reafirmação, em diferentes trabalhos historiográficos, de Antonio Bento como autor deste discurso²³⁰. A historiadora identificou, contudo, a partir de artigos de jornal publicados próximo à data do funeral de Gama, a existência de outra versão para a autoria da fala. Segundo a historiadora, não fora o futuro líder dos *caifazes*, mas sim o médico abolicionista e companheiro de Luiz Gama, Clímaco Barbosa, quem pronunciara tal discurso. Para Azevedo, o que este caso evidencia é o esforço em forjar-se certa memória da luta abolicionista, procurando um sentido e um marco divisor entre momentos pretensamente diferentes da campanha²³¹. A autora aponta, nesse sentido, que a produção e perpetuação dessas histórias carregadas de significação acabaram por produzir uma “memória tão cristalizada a ponto de interferir nas análises e interpretações sobre o movimento abolicionista paulista”.

A associação de Antonio Bento a certa memória produzida sobre a prática dos *caifazes*, nesse sentido, parece ter se sobreposto, inclusive, a outros momentos (prévios) de sua participação na luta abolicionista. Imputar, nesse sentido, a fala proferida sobre a lápide de Gama a Antonio

²²⁸ Santos, Francisco Martins. *História de Santos...* p.14.

²²⁹ O Estado de São Paulo, 9 de dezembro de 1898.

²³⁰ Em *O Plano e o Pânico*, por exemplo, Maria Helena Machado também reconhece Antonio Bento como o autor de tal discurso, fazendo tal afirmação, contudo, com explícita referência à obra de Francisco Martins dos Santos. Machado, Maria Helena P. T. *O Plano e o pânico...* p.146.

²³¹ Azevedo, Elciene. *O Direito dos Escravos...* p.160.

Bento, em artigo redigido em sua homenagem, mais do que simplesmente recuperar sua trajetória, implica na atribuição de significados profundos e teleológicos à mesma, assumindo por exemplo que, desde o momento da morte de Gama, seu destino na luta abolicionista esteve traçado e que sua atuação possuiu coerência e finalidade a partir daquele acontecimento, resultando no sucesso da campanha. Nesses termos, a memória de homens como Antonio Bento é identificada com a de uma atuação abolicionista coerente, apartada de contradições, linear e harmônica.

De acordo com José Maria dos Santos, cujo livro *Os republicanos Paulistas e a Abolição*, foi um dos poucos a abordar a luta abolicionista na província de São Paulo sob um viés político, após a morte de Gama, “a grande campanha nacional assumiu em São Paulo o caráter de uma revolta geral, franca e determinada. Antonio Bento, perdendo completamente a fé nos processos legais ante a resistência conservadora apoiada no sistema eleitoral de base econômica, entrou a promover simplesmente o abandono das fazendas pelos escravos”²³². Vê-se portanto, o modo com que esse autor cria uma clivagem bastante marcada, no âmbito na atuação de Antonio Bento, entre os períodos anterior e posterior à morte de Luiz Gama, estratégia que, como dissemos acima, não foi incomum entre os estudos do abolicionismo paulista.

Se o “nascimento” de um Antonio Bento abolicionista e radical pode ser facilmente identificado, portanto, a partir da ênfase historiográfica em episódios como o discurso na lápide de Luiz Gama e a rebelde libertação dos cativos de sua irmã, a narrativa para o período subsequente de sua vida deixa transparecer o modo com que, ao que tudo indica, a construção de tal “mito fundador” buscou fazer jus à imagem de líder e mentor dos *caifazes* associada a sua memória.

Nesse sentido, como analisaremos na sequência, a figura de Antonio Bento foi identificada como aquela que, após a morte de Gama, patrocinou, de certa forma, a radicalização do abolicionismo paulista, incentivando uma série de fugas de cativos e articulando toda a rede de assistência necessária a seu sucesso.

Para José Maria dos Santos, por exemplo, na conjuntura de radicalização do abolicionismo paulista, Antonio Bento teria assumido papel de inquestionável protagonismo, sistematizando as fugas já existentes e tornando mais seguras e confortáveis as viagens nelas envolvidas, tomando todas as medidas necessárias para tanto²³³. Já de acordo com Francisco dos Santos, nos meses que se seguiram à morte de Luiz Gama e ao famigerado discurso proferido sobre seu caixão, Antonio Bento teria rapidamente articulado toda a estrutura que, dali em diante, embasaria o trabalho dos *caifazes*, tecendo uma complexa rede de auxílios que passava por abolicionistas, fazendeiros e

²³² Santos, José Maria dos. *Os Republicanos Paulistas e a Abolição*.... p. 177

²³³ Santos, José Maria dos. *Os Republicanos Paulistas e a Abolição*... p 177-180

homens comuns, e que tinha de agir entre São Paulo e Santos, direcionando os escravos ao Quilombo do Jabaquara, no litoral paulista²³⁴.

A prática abolicionista dos caifazes sob a ótica memorialista/“tradicional”: as estratégias de fuga assistida, o Quilombo do Jabaquara e a rede de conexões criada por Antonio Bento

O dia a dia da atividade abolicionista dos *caifazes*, bem como os eventos de grande repercussão encabeçados pelo grupo, povoaram as páginas de relatos e trabalhos historiográficos tradicionais acerca da abolição, publicados nas primeiras décadas do século XX. Uma vez que tais obras costumavam descrever a prática e as estratégias abolicionistas empregadas pelos *caifazes* a partir da narração de uma série de casos emblemáticos de tal atuação – e haja vista a ausência de espaço ou interesse, aqui, numa recuperação detalhada de tais casos –, optamos por apresentar a narrativa construída sobre o grupo de Antonio Bento a partir da análise de três de seus pontos principais (abordados pela maioria das obras consultadas e considerados centrais na organização dos *caifazes*): as estratégias de fuga assistida – descritas, muitas vezes, através da recuperação de casos quase teatrais, a partir de cuja narração desvelavam-se as diversas etapas e pessoas envolvidas no preparo e efetivação das fugas; o Quilombo do Jabaquara, enquanto *locus* de recepção dos escravos fugidos e símbolo da resistência ao cativeiro na baixada santista; e a rede de conexões estabelecida por Antonio Bento, em especial junto a fazendeiros paulistas, para manter vigente e efetivo o sistema de fugas e direcionamento ao trabalho, empreendido pelos *caifazes*.

Ainda que, a partir de tal enfoque, uma série de detalhes e “causos” interessantes e reveladores presentes em tais obras, assim como as particularidades inerentes a cada uma delas, necessariamente se percam, trata-se de recorte que acreditamos destacar, da melhor forma possível, o âmbito em que tais obras interessam a este trabalho: qual seja, o de revelarem o modo com que uma memória específica do abolicionismo paulista foi construída e a forma com que, diretamente relacionada à figura de Antonio Bento, tal narrativa específica sobrepôs-se a todas as outras esferas de abordagem de sua vida, legando ao esquecimento facetas como a de sua atuação via imprensa, que nossa pesquisa busca justamente recuperar.

Antes de iniciarmos o exame propriamente dito do conteúdo de tais obras, valem algumas

²³⁴ Nas palavras de Francisco do Santos, a rede articulada por Antonio Bento contava com homens acampados no alto da Serra do Mar e com outros em sua base, visando auxiliar o sucesso do trabalho dos *caifazes* que, nas palavras do autor: “conseguindo a fuga em massa das fazendas do interior, encaminhavam os fugitivos para a Serra do Mar, para o ponto onde os guias de Santos, deviam conduzi-los a salvo, para a liberdade da terra santista”. Santos, Francisco Martins. *História de Santos...* p.15

palavras acerca de um relato que – mapeando as obras produzidas sobre os *caifazes* e/ou a figura de Antonio Bento – identificamos como o mais comumente utilizado e referenciado: o testemunho do abolicionista Dr. Antonio Manuel Bueno de Andrada que, em suas próprias palavras, participou ativamente, com Antonio Bento, na campanha paulista contra o cativo.

Publicado pela primeira vez n’*O Estado de São Paulo* de 13 de maio de 1918, em homenagem aos 30 anos da abolição, o depoimento foi produzido (de acordo com informações presentes no jornal), a pedido de Evaristo de Moraes – autor, como vimos, de um livro sobre a campanha abolicionista no país, publicado em 1924 – interessado em integrar o relato de Andrada à sua obra. Depois de publicado no jornal, portanto, o relato acabaria impresso no livro de Moraes (ainda que com algumas obliterações e alterações textuais), aparecendo por uma terceira vez ainda na Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, edição nº 71, de 1941, e transcrito na íntegra²³⁵.

Uma das mais importantes obras sobre o processo que culminaria na lei Áurea, o livro *Os últimos anos da escravidão no Brasil*, de Robert Conrad, assim como o trabalho de seu compatriota, Robert Brent Toplin, são exemplos de como tanto o depoimento de Andrada, quanto o livro de Moraes, foram marcantes para a construção da memória de Antonio Bento e dos *caifazes*. A dissertação *A Prática Abolicionista em São Paulo: Os Caifazes (1882-1888)*, de Alice Aguiar de Barros Fontes, de 1976, apesar de buscar fontes alternativas a essas memórias, também baseou-se, em grande medida, no depoimento de Andrada. O mesmo pode ser visto ainda em trabalhos mais recentes, como *Resistência e superação do escravismo na Província de São Paulo (1885-1888)*, de Ronaldo Marcos dos Santos; *O Plano e o Pânico*, de Maria Helena Machado; e *Flores, Votos e Balas*, de Angela Alonso. Trata-se, portanto, de depoimento de grande peso e importância à maioria das obras que analisaremos na sequência.

Como afirmamos, os trabalhos aqui analisados imputaram a Antonio Bento, no período posterior à morte de Luiz Gama, a tarefa de sistematização das fugas de escravos em diferentes regiões de São Paulo e a articulação de complexas redes destinadas ao auxílio a tais empreitadas e à recepção dos cativos fugidos. De um modo geral, o “modelo” de fuga assistida encabeçada pelos *caifazes* descrito nessas obras, foca-se sobre as viagens que, fundamentalmente realizadas entre as cidades de São Paulo e Santos, e transcorridas de diferentes maneiras (à pé ou de trem), revelavam os inúmeros agentes envolvidos na empreitada e os empecilhos que se necessitava superar para sua realização.

Que a maioria dos trabalhos de que dispomos foque-se nas viagens empreendidas pelos

²³⁵ Andrada, Bueno de. “Páginas esquecidas: A Abolição em São Paulo”. In *Revista do Arquivo Municipal*, vol. 71, São Paulo, jun/jul, 1941.

cativos fugidos, e não propriamente nos momentos que antecederiam sua fuga – ou seja, nas etapas, interna às fazendas, de negociação, decisão e planejamento da retirada –, já nos diz muito sobre os muitos detalhes que tais narrativas possivelmente elegeram obliterar – fosse por conta da ausência de documentos ou provas de qualquer tipo, fosse ainda por tal fase de planejamento configurar um momento de grande importância na definição dos movimentos, havendo significativas diferenças, por exemplo, entre fugas armadas pelos próprios cativos e amparadas por grupos como o dos *caifazes*, e fugas cuja iniciativa partisse propriamente de homens livres infiltrados nas fazendas.

Dentre as poucas descrições do tipo de negociação empreendida no interior das fazendas, consta a narrada no livro *Scenas da Abolição, Scenas Diversas*, publicado em 1921 e assinado pelo pseudônimo Castan²³⁶. Em um capítulo integralmente dedicado à atuação de um *caifaz* disfarçado no interior de uma propriedade que utilizava mão de obra escrava, Castan revela o trabalho de convencimento que, aparentemente, esses indivíduos tinham de realizar previamente à fuga das propriedades da província. De acordo com o autor, numa região indefinida da província, um *caifaz* “disfarçado de comerciante comprador de porcos e de cereais”, agia com certa liberalidade em cerca de quatro propriedades, uma vez que, “com esse disfarce tinha ele entrada franca nas fazendas, para ali pôr-se em contato com a escravatura, e conseguir que os escravos, eles próprios, quebrassem seus grilhões”²³⁷.

A narrativa do capítulo dá a entender, em determinados momentos, que o *caifaz* agia na região havia já algum tempo, encontrando dificuldades, contudo, no convencimento dos cativos da fazenda de um certo Coronel Ferrão, dentre os quais contava um grupo minoritário, liderado pelo escravo de nome Adão, que se recusava a fugir fundado em argumentos de cunho religioso e nos ensinamentos cristãos, contrários, por exemplo, ao roubo da propriedade alheia. De acordo com o autor, em seu trabalho de persuasão, o dito *caifaz* teria envolvido um sargento local, de nome Chico Fiusa, que concordou em não reprimir a fuga, então em planejamento, no momento em que ela se efetivasse. Ainda segundo Castan, o *caifaz* teria confessado ao sargento que: “até há algum tempo lutamos com um poderoso adversário oculto, cuja influência no espírito dos escravos os tem tornado sempre submisso aos seus verdugos”²³⁸. Afinal, diz o autor, o trabalho de convencimento logrou ser realizado e a fuga ocorreu, não tendo sido reprimida pelos soldados de Chico Fiusa.

Tal descrição das negociações prévias à fuga dos escravos das fazendas, contudo, não aparece em praticamente nenhum outro trabalho consultado por nós, fixando-se, estes, como dissemos acima, nos processos de fuga propriamente dita dos escravos, especialmente nas viagens

²³⁶ Castan. *Scenas da Abolição e Scenas Variadas...* p. 46-53.

²³⁷ Castan. *Scenas da Abolição e Scenas Variadas...* p. 46-53.

²³⁸ Castan. *Scenas da Abolição e Scenas Variadas...* p. 50-51.

entre São Paulo e Santos empreendidas pela maioria deles.

Uma das mais emblemáticas fugas descritas nesses trabalhos é a que, encabeçada pelo liberto de nome Pio, teria almejado transportar quantidade significativa de escravos (em número de 60 em parte dos relatos, e de 150 em outros) dos arredores de Capivari, ao Quilombo do Jabaquara, em Santos. Descrita de diferentes maneiras nas obras aqui analisadas, a fuga liderada por Pio possui a qualidade de reunir alguns dos elementos que consagraram a prática libertadora dos *caifazes* na memória da abolição: um líder *caifaz* à frente do grupo; o encontro e enfrentamento com as forças da ordem, que buscavam, a todo custo, impedir o prosseguimento da fuga; o auxílio, por vezes surpreendente, recebido de alguns indivíduos (no caso, o alferes Gasparino Carneiro Leão, que contrariamente à lógica, buscou alertar os fugitivos da aproximação de outros agentes que vinham em sua busca²³⁹); o sacrifício de Pio em nome dos cativos em fuga (o líder teria sido assassinado ao buscar defender os escravos, despistando as forças policiais); a perseguição na Serra do Mar, seguida da prisão de cerca de treze fugitivos; e a vitoriosa chegada a Santos, apesar dos muitos percalços vivenciados no caminho, de um grupo de cerca de 20 cativos.

No que diz respeito a Pio, tanto Bueno de Andrada quanto José Maria dos Santos (utilizando, para tanto, o relato do primeiro) romantizam sua figura e as circunstâncias de sua morte, destacando que, levado o seu corpo para São Paulo e ali autopsiado, ter-se-ia concluído que “não se alimentava havia mais de três dias! A autópsia revelou, pois, que aquele chefe negro, que pisara dominador das povoações ricas, padecia de fome no momento em que deu a vida pela liberdade de sua raça”²⁴⁰.

Numa descrição do mesmo evento presente em trabalho historiográfico contemporâneo, mais especificamente, no livro *Resistência e Superação do escravismo na província de São Paulo*, de Ronaldo dos Santos, para além das etapas narradas acima (que nem sempre aparecem, aqui, descritas da mesma maneira, uma vez que, aos relatos de Bueno de Andrada e José Maria dos Santos, o autor somou a análise de documentação oficial e artigos de jornal produzidos no período; os quais, por vezes, contestaram as versões presentes naquelas obras²⁴¹), ganham destaque os eventos que se seguiram à chegada dos recapturados em São Paulo. De acordo com o autor, no

²³⁹ Um exemplo de tal auxílio surpreendente já havia sido dado pela figura do sargento Chico Fiusa, referido no relato de Castan, e volta a aparecer no livro do mesmo autor que, desta vez no cap. VI, descreve o modo com que soldados dispostos na ponte do Casqueiro, região localizada nas proximidades de Santos e crucial ao sucesso das fugas (uma vez que constantemente escoltada), “desincumbiam”, com certa frequência, “de sua missão”, fingindo não ver e deixando passar os fugitivos que se deslocavam para o Jabaquara. Castan. *Scenas da Abolição e Scenas Variadas...* p. 50-51.

²⁴⁰ Andrada, Bueno de. “Páginas esquecidas: A Abolição em São Paulo”... p.272

²⁴¹ Uma das mais interessantes divergências entre estas descrições encontra-se na ausência de referência, no trabalho de Ronaldo dos Santos, ao nome de Pio, que não aparece em momento algum da empreitada. Santos, Ronaldo Marcos dos. *Resistência e superação do escravismo na Província de São Paulo...* p.80-81.

Largo do Palácio, na capital paulista, uma turba de homens negros, alguns possuindo cacetes, atacaram os praças e tentaram libertar os escravos. Os soldados foram, segundo o ofício do chefe da polícia, apedrejados e foi necessário cavalaria, infantaria e polícia para dispersar os “desordeiros”²⁴².

O elemento adicionado por Ronaldo dos Santos é revelador de uma característica marcante da memória legada sobre a atuação dos *caifazes*, qual seja, o do apoio que a prática de auxílio à fuga de cativos recebia de diferentes parcelas da população (que já aparecera de todo modo, nas descrições anteriores, na figura do sargento Chico Fiusa, e do alferes que tentara alertar os fugitivos dos perigos que corriam). Tal auxílio é constantemente reforçado nas narrativas sobre a atuação dos *caifazes*, revelando a verdadeira rede de ajudantes com que teria contado o movimento na Província.

De acordo, por exemplo, com José Maria dos Santos, para além de uma rede de amigos dispostos a auxiliar tais fugas e que transpunha barreiras regionais, fazendo-se presente nas regiões norte, oeste e sul da província de São Paulo, Antonio Bento teria trazido para seu grupo diversos operários das estradas de ferro que, escondendo cativos ou disfarçando-nos entre os trabalhadores comuns, contribuíam para que os mesmos completassem suas escapadas rumo a Santos por meio de viagens de trem, nas quais eram comumente acompanhados por *caifazes*²⁴³.

Em depoimento publicado no livro *História de Santos*, de Francisco Martins dos Santos, o Coronel Antonio Feliciano Bicudo, apresentado como figura atuante e importante na campanha abolicionista de São Paulo, revela ainda a ocasião em que, tendo recebido um telegrama anônimo sugerindo o desembarque de uma escrava na estação da Luz, em São Paulo, vinda de um trem saído de Santos, teria conseguido desvencilhá-la do homem que a acompanhava, possibilitando sua fuga. Bicudo afirma ter colocado a negra em um dos carros da Luz, guiado por um cocheiro – “diga de passagem que todos os cocheiros de SP eram abolicionistas a exercerem na campanha relevantíssimo papel” – e reencontrado-a posteriormente em sua casa, escondendo-a num pequeno subsolo, construído com esse objetivo. Nas palavras do depoente:

Assim como eu, muito trabalharam centenas de abolicionistas em São Paulo, sendo justo lembrar os *caifazes* e os cometas, os chamados caixeiros viajantes, que, no interior, simulando visitas comerciais, aproximavam-se dos escravos pertencentes aos comerciantes visando, com sacrifício dos seus próprios interesses, combinando com eles, a fuga em massa para Santos²⁴⁴.

²⁴² Santos, Ronaldo Marcos dos. *Resistência e superação do escravismo na Província de São Paulo...* p. 82.

²⁴³ Nas palavras do autor: “Não havia trem de passageiros ou de carga no qual um negro fujão não encontrasse meios de esconder-se, como não havia estação onde discretamente alguém o não recebesse e orientasse. Era sobretudo nas composições de lastro ou de *conserva* que eles melhor seguiam, disfarçados entre os trabalhadores e acompanhados de alguns homens decididos (os *caifazes*, no gênero do bravo Rodolpho Motta), prontos a defendê-los em caso de maior perigo.” Santos, José Maria dos. *Os Republicanos Paulistas e a Abolição...* p. 179.

²⁴⁴ Santos, Francisco Martins. *História de Santos...* p. 57.

Outro relato interessante e revelador da rede de influências e auxílio tecida pelos *caifazes* em torno da luta emancipatória é o narrado por Castan e por Francisco Martins dos Santos, referente à circunstância em que o capitão do mato João do Carmo teria se dirigido a Santos com a finalidade de buscar o escravo fugido Terencio, morador do Quilombo do Jabaquara. João do Carmo percebendo que o escravo era homem forte, teria demandado a ajuda de um habitante local para efetivar seu propósito, recorrendo a um carroceiro, de nome Chico Feio. O carroceiro teria se disposto a ajudar mas, por trás de seu auxílio, teria engendrado um plano para capturar não o escravo, e sim o capitão do mato, deixando-o no Jabaquara. Baseando-se na obra de Castan, Santos resume o resultado do plano: “João do Carmo passou uns dias no Jabaquara tomando algumas sovas, nem de longe semelhantes àquelas que ele costumava aplicar aos seus capturados, mas suficientes para que nenhum capitão do mato se abalançasse mais a Santos atrás de negros fugidos”²⁴⁵.

Dentre os fiéis auxiliares dos *caifazes*, ganharam destaque em diferentes relatos os habitantes da cidade de Santos. Evento marcante a corroborar tal imagem é o do ataque proferido por esses moradores à força policial que, acompanhada do delegado de polícia de São Paulo, teria descido a serra com o objetivo de capturar negros fugidos. Segundo consta em uma série de descrições, tais forças da ordem foram recebidas com violência por grande turba de homens enfurecidos – de acordo com a descrição presente em *História de Santos*, de Francisco Martins dos Santos, esses homens estavam armados de paus e pedras –, e tiveram que voltar a São Paulo²⁴⁶. Na versão de José Maria dos Santos, por sua vez, delegado e policiais não teriam conseguido sequer desembarcar do trem, impedidos, contudo, não por uma turba de negros e brancos enfurecidos, mas sim pelas “senhoras de Santos”²⁴⁷.

No livro de Francisco Martins dos Santos, voltado fundamentalmente à demonstração da importância dos habitantes de Santos no encaminhamento da questão servil na província, o abolicionismo santista remonta, inclusive, à década de 1870, e a população da cidade litorânea é descrita como bastante favorável aos cativos, abrigando os fugitivos por diversas vezes em suas

²⁴⁵ Castan narra o diálogo entre o capitão do mato e seus raptos, que a certa altura dizem: “Para que você aprenda a amar o próximo, mesmo que ele seja preto, você vai viver um pouco a vida que no interior vivem os negros: nove dias de bacalhau e tronco; ando com feijão, eito, serões; bacalhau outra vez, e assim por diante” Castan. *Scenas da Abolição e Scenas Variadas...* p.44. Santos, Santos, Francisco Martins. *História de Santos...* p. 29-30

²⁴⁶ Francisco Martins. *História de Santos...* p.28.

²⁴⁷ É verdade que as mulheres de Santos tiveram participação ativa nos clubes abolicionistas locais, mas parte das fontes aponta para uma atuação ainda mais radical de sua parte. Francisco Martins dos Santos evidencia, por exemplo, as ações de Francisca Amalia de Assis Faria, que custodiou os primeiros negros fugidos, fazendo, segundo o autor, “o quintal de sua casa (...) um pequeno quilombo”. Ainda segundo esse autor, Francisca Faria ainda incentivaria que as outras senhoras de Santos tivessem a mesma atitude. Angela Alonso comenta a importância da inserção das mulheres na luta abolicionista, permitindo que esses ideais adentrassem ao espaço privado das casas. Francisco Martins. *História de Santos...* p. ; Alonso, Angela. *Flores, Votos e Balas: O movimento pela abolição da escravidão no Brasil...* p. 136-137.

próprias casas e comprando, por vezes, sua liberdade.

Ainda de acordo com este autor, o Quilombo do Jabaquara teria sido criado, em 1882, pela juventude da cidade de Santos que, radical em suas posturas frente ao abolicionismo, teria idealizado, financiado e administrado o reduto nos anos subsequentes, transformando-o num importante espaço de recepção para os cativos que, provenientes das mais distintas regiões da Província, buscavam refúgio e esconderijo na cidade, junto à população local. De acordo com este autor, a “mocidade violenta” de Santos deliberou a necessidade de se criar “um reduto para os negros, espécie de quilombo onde se reunissem todos os escravos subtraídos à escravidão, como refúgio geral e único, ao invés de se ocultarem nos quintais e porões das casas amigas, na impossibilidade de serem colocados nos sítios vizinhos”²⁴⁸. Na leitura deste autor, portanto, após escolher o local que lhes parecia o mais apropriado ao estabelecimento do Quilombo, estes jovens santistas teriam enviado para lá os negros que, até então, encontravam-se escondidos nas propriedades particulares dos colaboradores do abolicionismo na cidade²⁴⁹.

O que esta visão parece refutar, portanto, é a ideia, sustentada, por exemplo, pelo trabalho de José Maria dos Santos, de que o Quilombo do Jabaquara fora criado para receber “o verdadeiro êxodo a descer diariamente pelo Cubatão e pela Bertiooga” em decorrência da ação dos *caifazes*. De acordo com José Maria dos Santos, frente ao grande número de escravos em fuga das fazendas e ao fato de que, em Santos, “já não era mais possível colocar tanta gente nos serviços do porto e das casas de comércio, tanto mais que agora vinham também numerosas mulheres e crianças”, fez-se necessária a criação de um local que convenientemente recebesse os cativos fugidos com o incentivo da rede criada por Antonio Bento e seus amigos²⁵⁰.

Apesar de este relato não relacionar nenhuma data específica à criação do Quilombo, nota-se o modo com que, em cada uma das narrativas, as “funções” diretamente relacionadas à criação do local foram descritas de forma distinta. Afinal, se José Maria dos Santos sugere que a construção do Quilombo decorreu da prática libertadora empreendida pelos *caifazes*, aparecendo, portanto, posteriormente à mesma e numa altura em que ela se encontrava em ampla repercussão, Francisco Martins dos Santos é enfático ao estabelecer o ano de 1882 como data de criação do reduto, ano da morte de Luiz Gama e, ao que tudo indica, em que a rede que sustentaria a obra futura dos *caifazes* apenas começava a ser tecida.

O que todos os trabalhos afirmam, de todo modo, é o fato de o Quilombo do Jabaquara ter se estabelecido em local privilegiado para o envio de escravos fugidos pelos *caifazes*, compondo,

²⁴⁸ Francisco Martins. *História de Santos...* p.11-13

²⁴⁹ Francisco Martins. *História de Santos...* p. 13.

²⁵⁰ Santos, José Maria dos. *Os Republicanos Paulistas e a Abolição...* p. 182

portanto, espaço de extrema importância no interior da rede de fugas e inserções criada por Antonio Bento e seu grupo.

Tal rede, por sua vez, foi descrita como sendo composta por uma diversidade de agentes, de diferentes idades e estratos sociais, hierarquicamente organizados e com funções bastante definidas de acordo com seu posicionamento no mundo do trabalho, sua formação e outras qualidades que pudessem apresentar. De acordo com José Maria dos Santos se, no interior da organização dos *caifazes*, os mais velhos e de maior significação política e social “orientavam, dirigiam, aconselhavam e intervinham junto às autoridades nos casos de complicações ou maiores dificuldades”²⁵¹, os mais moços “agiam na imprensa e nos comícios, atacando a escravidão e pregando a revolta como uma irresistível obrigação de pundonor nacional”. Ainda de acordo com este autor, na sequência vinham os *caifazes* propriamente ditos, gente despossuída, trabalhadores pobres, como cocheiros, operários, artífices, libertos, “que tinham a difícil missão de entrar diretamente em contato com os escravos nas fazendas ou onde estivessem, sublevando-os para a fuga”. Destes, diz o autor, muitos chegaram a ser “sacrificados, abatidos a tiro ao transpor uma porteira ou esgueirar-se à noite para o interior de uma senzala”²⁵².

De acordo com José Maria dos Santos, essa rede de “solidariedade” organizada e encabeçada por Antonio Bento contava não apenas com agentes destinados a auxiliar a fuga propriamente dita dos cativos, mas também com uma série de estabelecimentos destinados a receber os fugitivos. Dentre eles, para além do Quilombo do Jabaquara (que o autor não imputa, contudo, como obra de Antonio Bento), encontrava-se uma série de propriedades particulares pertencentes a pessoas de “destaque social e meios de fortuna”, o deputado Candido Rodrigues, os comerciantes Abilio Soares, Costa Moreira, Luiz Labre e João Candido Martins, e a própria casa de Antonio Bento, na cidade de São Paulo²⁵³.

No relato de Bueno de Andrada, o protagonismo de Antonio Bento é também destacado no âmbito do estabelecimento de diversos acordos com proprietários rurais da província para o recebimento dos cativos fugidos, em suas fazendas, na qualidade de trabalhadores assalariados. De acordo com Bueno de Andrada, inclusive, ele próprio havia atuado como intermediário em parte dos acordos travados entre Antonio Bento e fazendeiros paulistas cujas fazendas já haviam sido “despovoadas” pela ação dos *caifazes*. Segundo o autor, os compromissos firmados nestes contextos

²⁵¹ O autor cita, como componentes desta categoria,: Bernardino de Campos, almirante barão de Jaceguai, Muniz de Souza, Penaforte Mendes de Almeida, cônego Barroso, José Vieira de Almeida, Antonio da Veiga Cabral, José Luíz Flaquer (menciona que esse também foi à convenção de Itu). Santos, José Maria dos. *Os Republicanos Paulistas e a Abolição...* p. 182.

²⁵² Santos, José Maria dos. *Os Republicanos Paulistas e a Abolição...* p. 182.

²⁵³ Santos, José Maria dos. *Os Republicanos Paulistas e a Abolição...* p. 179-180.

visavam convencer estes proprietários, cujas fazendas, portanto, encontravam-se em *déficit* de trabalhadores, a empregar cativos fugidos de outros senhores, pagando, pelo seu serviço, a quantia de 400 réis diários. Nas palavras de Andrada, tal ação possuía as qualidades de “desoprimir trabalhadores, não perturbar completamente a lavoura” e, além disso, tornar fazendeiros anteriormente inimigos, em novos aliados²⁵⁴.

Recuperando o depoimento de Bueno de Andrada, José Maria dos Santos também faz menção a tais acordos e, enaltecendo os incentivos dados por Antonio Bento ao fim do cativo na província de São Paulo, afirma:

Esses contratos de trabalho, admitidos segundo um sistema de empreitada e oferecidos de preferência no momento justo em que a safra já madura estava a pique de perder-se por falta de quem a colhesse, tinham sempre, como fiscais de sua perfeita execução, um capataz de confiança, tirado da vigilante e intrépida legião dos caifazes. O fazendeiro via-se assim levado a optar entre sacrificar a sua safra ou trair a sua classe, arruinando-se ao abolicionismo pela mais inesperada, mais eficaz e mais cômica das adesões. Antonio Bento já não se contentava com arrancar os escravos ao cativo: educava-os e praticamente os preparava para o próximo regime do trabalho livre²⁵⁵.

O que estes relatos revelam, portanto, e que, a partir de nossa análise, procuramos cada vez mais fazer aparecer, é a amplitude e profundidade com que foram vistas as ações dos *caifazes*, e o quanto foram consideradas fundamentais à conquista da liberdade na província de São Paulo.

Vale a pena reafirmar aqui que, ainda que não pretendamos, por meio desta descrição, desautorizar esses relatos ou imputar como lendários todos os eventos neles descritos, visamos, de todo modo, demonstrar o modo romantizado e “novelesco” com que, muitas vezes, tais acontecimentos foram descritos – já vimos anteriormente, por exemplo, como o trabalho de Ronaldo dos Santos conseguiu identificar, em uma série de documentos oficiais produzidos à época, vestígios da fuga que, de acordo com essas obras, havia sido liderada pelo liberto Pio. Por meio de tal demonstração, por sua vez, buscamos levantar questões ao modo específico com que se elegeu narrar a história do abolicionismo paulista, e à forma com que, muito possivelmente, tal escolha acabou por moldar uma imagem específica de Antonio Bento e de sua atuação abolicionista na província.

Fechando, portanto, a análise desta produção construída sobre a história dos *caifazes*, gostaríamos de recuperar parte do depoimento escrito pelo Coronel Feliciano Bicudo por ocasião da publicação do livro *História de Santos*, de autoria de Francisco Martins dos Santos. Tal excerto, em nossa opinião, ilustra muito bem o modo com que, no interior da narrativa sobre os *caifazes*, a ideia de agência e protagonismo escravo acabou, na maioria das vezes, sobrepujada e retirada de foco em

²⁵⁴ Andrada, Bueno de. “Páginas esquecidas: A Abolição em São Paulo”... p. 220.

²⁵⁵ Santos, José Maria dos. *Os Republicanos Paulistas e a Abolição*... p. 240.

nome de uma ênfase exacerbada sobre a ação de homens livres e, em sua maioria, brancos, que teriam arriscado suas vidas e corrido uma série de riscos pela libertação dos cativos.

Nas palavras do autor:

Santos era o rumo dos **infelizes que nós conseguíamos arrancar ao cativeiro, conquistando-os** nas cidades, nos sítios ou nas fazendas, de qualquer maneira e contra qualquer risco. Ficávamos satisfeitos quando **os púnhamos** a caminho de Jabaquara, o famoso reduto santista, e, quando sabíamos que os **subtraídos** tocavam as raias do município do litoral, deixávamos de pensar neles, para pensarmos em **novos infelizes**, porque aqueles, já estavam então entregues à própria liberdade, sintetizada pela terra santista²⁵⁶. [grifos nossos]

O que a passagem revela sem meias palavras, portanto, é a tendência presente na maioria dessas obras, de apresentar o processo de emancipação dos escravos como uma conquista, fundamentalmente, de homens livres. Neste excerto, em especial, os cativos em fuga são apresentados como pobres infelizes, desprovidos de vontade própria e, de certa forma, “abençoados” pela atenção e proativismo de abolicionistas que punham em risco suas próprias vidas em nome de uma causa maior.

O que leituras como esta acabaram por induzir, por sua vez, foi a sedimentação de uma memória do abolicionismo paulista em que figuras como Antonio Bento são vistas como espécie de “salvadores da pátria”, heróis abnegados que concretizaram o sonho de toda uma geração, como afirmou Maria Helena Machado²⁵⁷.

Buscando analisar, portanto, o modo como tal sedimentação refletiu sobre trabalhos historiográficos dedicados à abolição produzidos nas últimas décadas do século XX, passaremos, na sequência, a um exame de parte desta produção, procurando, na mesma, tanto as reverberações, quanto as possíveis problematizações realizadas a partir do material analisado até aqui.

Reverendo o protagonismo “caifaz” nas libertações paulistas?

O primeiro estudo que optamos por recuperar aqui, *A prática abolicionista em São Paulo: Os caifases*, de Alice Aguiar Fontes – dissertação de Mestrado defendida no ano de 1976 –, procurou elaborar uma investigação sistemática da prática dos *caifazes*²⁵⁸. Por incrível que pareça, no intervalo de tempo transcorrido entre a publicação dos trabalhos analisados no item anterior e a pesquisa de Fontes, não houve qualquer estudo desenvolvido, ao menos no interior da academia

²⁵⁶ Santos, Francisco Martins. *História de Santos...* p. 57.

²⁵⁷ Machado, Maria Helena P. T. *O Plano e o pânico...*p. 133-138.

²⁵⁸ Fontes, Alice Aguiar de Barros. *Prática abolicionista em São Paulo: os Caifases (1882-1888)*. Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em História. São Paulo, 1976.

brasileira, sobre a *Ordem dos Caifazes* e a atuação de Antonio Bento. Mais surpreendente ainda, contudo, é saber que a pesquisa de Fontes configurou-se, em verdade, no único estudo especificamente destinado a tais questões produzido, em âmbito universitário, no país; uma vez que, se outros trabalhos sobre a abolição frequentemente citaram e comentaram as práticas de Antonio Bento e dos *caifazes*, nenhum deles dedicou-se exclusivamente a tais questões.

Ao apresentar os objetivos de seu trabalho, a autora diz:

Nosso estudo concentra-se na ação revolucionária dos caifazes, merecedora, por si só, de uma análise exaustiva. (...)

A ação revolucionária dos caifazes só poderá ser concebida a partir do duplo aspecto que assume: de um lado, o da desorganização do trabalho escravo, que inclui todo o processo de fuga do negro (do incitamento à chegada ao quilombo); de outro, o da organização do trabalho assalariado, isto é, a inserção do negro fugido no mercado de trabalho. É a complementariedade e a dinâmica desses dois aspectos que confere o atributo de revolucionário ao movimento dos caifazes, na realidade socioeconômica da Província de São Paulo²⁵⁹.

Como mencionamos acima, anteriormente à pesquisa de Fontes, nenhum historiador havia se debruçado sobre outros documentos, que não os produzidos por memorialistas da escravidão e pela historiografia tradicional da abolição, em busca da comprovação da atuação radical dos *caifazes*. Com esse intuito em mente, por sua vez, Alice Fontes perscrutou a prática desses homens a partir do cruzamento das informações presentes nesses dois gêneros de fontes, acrescentando às mesmas a análise de alguns artigos de jornal.

A partir desse levantamento, a historiadora chegou à conclusão de que a prática de inserção nas fazendas e incitamento dos escravos à fuga, existiu unicamente nos anos finais da escravidão, ou seja, entre 1887 e 1888, tendo o jornal *A Redenção*, papel de meio de comunicação entre os abolicionistas da cidade com os do interior²⁶⁰. Em sua opinião, porém, os *caifazes* já estariam organizados em período anterior, tendo atuado, desde 1882, no âmbito legal da propaganda e através da imprensa. Alice Fontes não faz nenhuma referência, portanto, à atuação jurídica de Antonio Bento, ou de qualquer outro membro da *Ordem dos caifazes*. Em seu trabalho a atuação de advogados que perpetravam ações de liberdade restringe-se a uma breve menção às atividades de Luiz Gama²⁶¹.

Apesar, portanto, de problematizar o legado de memorialistas e historiadores tradicionais da abolição sobre a atuação dos *caifazes*, Alice Fontes não deixa de fazer uso extensivo desta produção para embasar suas observações acerca do grupo. Para exemplificar a forma como a historiadora fez

²⁵⁹ Fontes, Alice Aguiar de Barros. *Prática abolicionista em São Paulo...* p. 11.

²⁶⁰ Sem realizar uma análise profunda do jornal *A Redenção* – mas, sugerindo, no entanto, que algum pesquisador o fizesse no futuro – Alice Fontes sugere a possibilidade de o jornal ter sido fruto da necessidade de comunicação entre os *caifazes* estabelecidos na cidade de São Paulo, e o restante de seus membros, espalhados pelo interior da província. Fontes, Alice Aguiar de Barros. *Prática abolicionista em São Paulo...* p.57

²⁶¹ Fontes, Alice Aguiar de Barros. *Prática abolicionista em São Paulo...* p.45 e 47

uso dos memorialistas ao apresentar a prática radical dos abolicionistas, transcrevemos o trecho em que ela descreve a inserção dos *caifazes* nas fazendas e quais foram suas referências:

A penetração dos caifazes nas fazendas exigia habilidade. Para tanto, a organização de Antonio Bento dividia as tarefas de acordo com as aptidões e funções sociais dos seus membros [nota de rodapé citando o depoimento de Andrada]. Os disfarces [nota de rodapé citando Castan, Andrada e Sampaio²⁶²] ou a penetração às escondidas [nota citando novamente Andrada] eram as táticas empregadas pelos caifazes para atingirem o eito e as senzalas das fazendas²⁶³.

Ainda de acordo com Fontes, é na atuação de Antonio Bento e dos *caifazes* que podem ser encontradas as causas mais imediatas da mudança de comportamento identificada entre os capitães do mato na província de São Paulo. Baseando-se em livros como *Um grande chefe abolicionista: Antonio Bento*, escrito por René Thiollhier, sobrinho de Antonio Bento²⁶⁴, em 1932, e *A Escravidão no Brasil*, de João Dornas Filho, publicado em 1939, a autora descreve a ocasião em que, insatisfeito com a conduta dos *caifazes* e os empecilhos colocados por ela ao sucesso na recaptura de negros fugidos, certo capitão do mato teria armado uma emboscada para Antonio Bento. Surpreendido, no entanto, por dois *caifazes* presentes na casa do líder, o homem teria tido seu bigode, sobrancelhas e cabelo raspados em represália. De acordo com a autora, este acontecimento teve grande repercussão e teria mudado, inclusive, a atitude dos capitães do mato: “Acuados e desmoralizados, os capitães do mato mudaram de atitude, passando a atacar os grupos de negros que fugiam, não hesitando em matá-los para servirem de exemplo”²⁶⁵.

Ao tratar, por sua vez, da tentativa de integração, por parte dos *caifazes*, dos cativos fugidos no mercado de trabalho assalariado, a historiadora recorre novamente ao depoimento de Bueno de Andrada, especificamente na passagem em que este descreve as negociações travadas entre Antonio Bento e certos fazendeiros paulistas para que os últimos empregassem em suas lavouras, pelo salário diário de 400 réis, cativos fugidos de outras propriedades. Buscando, no entanto, outros indícios capazes de sustentar o relato, Fontes menciona um artigo do *Diário Popular* de janeiro de 1888 que, sob o título de “Colonos pretos”, dizia: “Subiram ontem de Santos com destino a Dois Córregos, onde vão trabalhar por contrato 100 colonos pretos”²⁶⁶. Para além dessa menção, a historiadora dedicou-se a mapear o mercado de trabalho da cidade de Santos, buscando verificar se

²⁶² Antonio Gomes de Azevedo Sampaio foi mais um dos memorialistas da escravidão. Foi Presidente do Clube Abolicionista de Jacareí, fundado em 13 de agosto de 1887 e sua obra *Abolicionismo* trata dos acontecimentos na cidade nos últimos dois anos da escravidão. *Abolicionismo. Considerações Gerais do movimento anti-esclavagista e sua história limitada a Jacarahy, que foi o centro da ação no norte do Estado de São Paulo*, Tipografia Louzada & Irmão, 1890.

²⁶³ Fontes, Alice Aguiar de Barros. *Prática abolicionista em São Paulo...* p.63

²⁶⁴ O pai de René Thiollhier foi o francês Alexandre Honoré Marie Thiollhier, que se casou com Fortunata de Souza e Castro, irmã de Antonio Bento.

²⁶⁵ Fontes, Alice Aguiar de Barros. *Prática abolicionista em São Paulo...* p. 66.

²⁶⁶ *Diário Popular* – 12 de janeiro de 1888. Apud. Fontes, Alice Aguiar de Barros. *Prática abolicionista em São Paulo...* p.92

o mesmo comportaria a volumosa entrada de escravos fugidos encaminhados à cidade de Santos.

Para a elaboração desse mapeamento, levantou os anúncios publicados no jornal *Diário de Santos*, referentes à oferta e demanda de postos de trabalho na cidade. Partindo do pressuposto de que a cidade de Santos expandia-se e urbanizava-se em decorrência do crescimento da produção cafeeira, e trabalhando com uma série de outros fatores – como o crescimento da população urbana da cidade, os tipos de serviço oferecidos e anúncios que propunham oportunidades de trabalho a negros em troca de alforria, entre outras variantes –, a historiadora constatou a existência de uma oferta de trabalho efetivamente superior à oferta de mão de obra na cidade²⁶⁷. A partir da detecção desta dinâmica específica de oferta e demanda de mão de obra, Fontes concluiu pela efetividade da inserção dos negros no mercado de trabalho assalariado santista, confirmando, nesse sentido, o sucesso deste âmbito da empreitada radical dos *caifazes*.

A principal contribuição da dissertação de Alice Fontes nos parece ter sido, assim, a de sistematizar e organizar, sob a ótica da produção memorialista, o encadeamento das ações dos *caifazes*. Seu maior demérito, por outro lado, esteve na insuficiente problematização de tal fonte, que recebeu, em seu trabalho, valor de verdade. Ainda que, como afirmamos, a clandestinidade da atuação dos *caifazes* não facilite a vida dos historiadores, sendo absolutamente compreensível o recurso aos trabalhos sobre este grupo produzidos na primeira metade do século XX, tal não justifica a falta de rigor do historiador diante destas fontes – que devem ser amplamente questionadas –, além de não legitimar uma despreocupação de sua parte com a busca de novos documentos para a composição de tais análises.

Em *The Abolition of slavery in Brazil*, livro publicado, em 1971, por Robert Toplin, defende-se que, após a lei Saraiva Cotegipe, outorgada em 1885, parte dos abolicionistas teria tomado consciência dos limites a que chegara a luta contra a escravidão por vias legais no país, reivindicando, a partir de então, o emprego de meios clandestinos para a conquista da abolição²⁶⁸. Os homens capazes de empreender tal atuação, considerada, pelo historiador, uma prática radical, teriam ficado marcados, no pós abolição, como os heróis desse processo. Exemplificando tais práticas, Toplin cita os nomes de João Ramos, atuante em Pernambuco, e Antonio Bento, na província de São Paulo. Para o historiador, o sucesso da atuação de Antonio Bento teria inspirado, por sua vez, a ação de Carlos de Lacerda, na cidade de Campos de Goitacazes, e Americo Luz, em Outro Preto.

Para Toplin, a principal contribuição para o fim do cativeiro teria partido da desorganização

²⁶⁷ Alice Fontes realiza esse percurso no capítulo IV de sua dissertação, intitulado: *A organização do trabalho assalariado*. Fontes, Alice Aguiar de Barros. *Prática abolicionista em São Paulo...* p.92.

²⁶⁸ Toplin, Robert Brent. *The abolition of slavery in Brazil*. New York, Atheneum, 1975. p. 182-185.

do trabalho nas fazendas nos dois últimos anos de existência da instituição escravista. Na opinião do autor, as constantes fugas de escravos teriam proporcionado tal situação crítica, em especial ao abalarem a produção. Diante da possível perda de produção das lavouras cafeeiras, medidas teriam sido tomadas com a finalidade de retomar o cotidiano produtivo das fazendas. As fugas, para o historiador, não ocorriam de forma isenta de auxílio, aparecendo, antes, como resultado da radicalização das táticas abolicionistas: “The underground became most effective in São Paulo, where Antonio Bento was its principal leader. By coordinating the efforts of assistants called caifazes, Bento systematized the operations”²⁶⁹.

Conforme essa tática avançou pela província de São Paulo, consoante o incremento da recepção dos escravos fugidos nas cidades, a situação de crise teria se alastrado entre os fazendeiros²⁷⁰. Toplin discorre, nesse sentido, sobre a importância da cidade de Santos no processo, destacando – como, de todo modo, enfatizaram antes dele os memorialistas e historiadores tradicionais da abolição – sua população acolhedora e, principalmente, o papel exercido pelo Quilombo do Jabaquara como destino final dos cativos fugidos. Outro elemento evidenciado pelo historiador, utilizando como fonte o depoimento de Bueno de Andrada, foi a grande quantidade de fazendas que, abandonadas por seus escravos, teriam passado a empregar fugitivos oriundos de outras fazendas e que, portanto, viviam em igual situação²⁷¹.

A partir desta breve apresentação, portanto, fica patente a forte influência desempenhada pelos trabalhos analisados no item anterior sobre o livro de Toplin, ganhando destaque especial o reconhecimento da rede de fugas assistidas articulada por Antonio Bento como fator indispensável à desorganização das fazendas na província e a consequente conquista da abolição. Dedicando-se, assim, a uma interpretação de larga escala do fenômeno abolicionista no país, para as páginas que dedicou à província de São Paulo, Toplin recorreu, fundamentalmente, à produção memorialista e tradicional, mostrando a força ainda desempenhada pela mesma nas décadas finais do século XX.

Já o trabalho *Os últimos anos da escravatura no Brasil*, publicado em 1978 e da autoria de Robert Conrad, analisa a luta abolicionista na província de São Paulo de forma imediatamente relacionada à revogação, no país, da lei que permitia a aplicação de açoites como forma de castigo a cativos. Eliminando os castigos corporais dos estatutos do país, a lei aprovada em outubro de 1886 teria representado, na opinião do autor, um dos principais fatores para o desmoronamento da instituição escravista no Brasil²⁷².

²⁶⁹ Toplin, Robert Brent. *The abolition of slavery in Brazil...* p. 204.

²⁷⁰ Toplin, Robert Brent. *The abolition of slavery in Brazil...* p. 206.

²⁷¹ Toplin, Robert Brent. *The abolition of slavery in Brazil...* p. 208.

²⁷² Conrad, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil 1850-1888...* p. 287-289

No item *Antonio Bento, os Caifazes e o movimento dos fugitivos*, Conrad estrutura sua narrativa a partir da referência a alguns traços da personalidade e da fisionomia de Antonio Bento, mencionando, inclusive, a comparação realizada por Joaquim Nabuco entre o brasileiro e o abolicionista norte americano John Brown²⁷³.

Conrad imputa a criação da *Ordem dos caifazes* à insatisfação e ineficiência da luta empreendida contra o cativo até então, organizada, como vimos, em acordo com as possibilidades legais. Por volta de 1886, segundo o autor, alguns abolicionistas teriam montado “uma organização ramificada que se especializava em incitar os escravos a abandonarem as fazendas de seus donos, com ênfase, inicialmente, nas fazendas em que os escravos eram notoriamente maltratados”²⁷⁴. Utilizando-se do depoimento de Bueno de Andrada, Conrad relata os nomes e funções dos indivíduos que compunham o movimento ao lado de Antonio Bento, evidenciando sempre a forma como os militantes recebiam as tarefas de acordo com seus talentos.

Referindo-se, por sua vez, ao Quilombo do Jabaquara, o autor identifica seu nascimento já no avançado ano de 1887, no momento em que teriam se intensificado as fugas com destino à cidade de Santos. Estabelecida em Santos, parte dos fugitivos teria conseguido ainda trabalho nas docas, carregando café, e na manufatura do carvão.

Descrevendo ainda parte das técnicas utilizadas por Antonio Bento no trabalho de convencimento da população, Conrad destacou o modo com que: “para impelir a população provincial a apoiar o crescente movimento abolicionista, [Antonio Bento] apelou para poderosas tendências místicas que atingiam até a vida urbana sofisticada da capital provincial”. O evento referenciado no trecho foi a procissão, armada por Antonio Bento e narrada por Bueno de Andrada, na qual um escravo, retirado da posse de seu senhor, gravemente flagelado, fora colocado logo abaixo da imagem de Cristo crucificado, “expondo teatralmente os mais implacáveis aspectos da escravidão e intensificando, ao mesmo tempo, o destino do homem torturado e os escravos da nação com o martírio de Cristo”²⁷⁵.

De acordo com Conrad, tendo existido desde sempre, as fugas escravas teriam conquistado amplo crescimento nos anos de 1887 e 1888; momento em que, “com uma súbita consciência do novo estado de coisas”, os cativos teriam abandonado em massa as fazendas, não restando, em algumas ocasiões, sequer um homem²⁷⁶. De tão volumoso, diz-nos Conrad, o abandono coletivo das

²⁷³ Essa comparação foi feita por Nabuco nas páginas do jornal *Rio News*, na edição de 5 de maio de 1888. Conrad, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil 1850-1888...* p.294.

²⁷⁴ Conrad, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil 1850-1888...* p. 294.

²⁷⁵ Conrad, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil 1850-1888...* p. 297.

²⁷⁶ Conrad, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil 1850-1888...* p. 300.

fazendas teria inviabilizado, por sua vez, a ação dos agentes da ordem e dos capitães do mato – incapazes de contê-lo –, obrigando os fazendeiros a alterarem suas formas de negociação com os trabalhadores.

Na opinião de Conrad, entretanto, se tais fugas massivas foram responsáveis pela desestruturação do sistema escravista na província de São Paulo, o principal motivador das mesmas não teria sido, como opinavam correntemente, à época, jornais e políticos, o esforço abolicionista protagonizado por homens da estirpe de Antonio Bento, mas sim a abolição do açoite em finais de 1886.

Se parte dos abandonos de fazenda, nesse sentido, foi inegavelmente auxiliado pelos abolicionistas, muitos dos fugitivos atuaram de forma independente, encorajados pelo “novo clima de opinião” e pela “consciência do novo estado de coisas”, que “deve ter penetrado até mesmo nas fazendas mais isoladas”.

De acordo, portanto, com Conrad:

Bento e seus seguidores tiveram influência no processo, mas foi a decisão pessoal do escravo individual, multiplicada muitas vezes, que trouxe o rápido fim do cativo brasileiro.²⁷⁷

No trabalho *Resistência e Superação do Escravismo na província de São Paulo (1885-1888)*, publicado em 1980, Ronaldo Marcos dos Santos concebe a luta abolicionista em São Paulo como possuidora de dois níveis: o legal, fundamentado na propaganda, “através da luta parlamentar; da exigência de se fazer cumprir de fato as leis já existentes; da denúncia de qualquer evasão à lei ou do reforço e incentivo à sua obediência, tarefa levada à frente pela imprensa, que lentamente arrastou a opinião pública”; e aquele que denomina como nível da agitação, exterior, portanto, ao âmbito legal, e atuando pela via do incentivo à fuga dos escravos das fazendas²⁷⁸. Para o autor, ainda que corriqueiramente compreendidos de formas estanques, tais níveis de luta encontravam-se, antes, intimamente relacionados, incentivando-se mutuamente.

Para Ronaldo dos Santos, o início das práticas ilegais deve ser compreendido diante da insuficiência da atuação abolicionista propriamente legal, uma vez que, em grande medida, a propaganda acabava limitada aos centros urbanos do país, não alcançando as senzalas. De acordo com o autor, se Antonio Bento entrou na luta contra a escravidão após a morte de Luiz Gama, em 1882, e deu prosseguimento ao trabalho jurídico de seu predecessor, acabou, contudo, por modificá-lo amplamente, uma vez que os novos fatores com que se deparou, tornaram pouco eficazes as

²⁷⁷ Conrad, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil 1850-1888...* p. 301.

²⁷⁸ Santos, Ronaldo Marcos dos. *Resistência e superação do escravismo na Província de São Paulo...* ver principalmente o capítulo III “O movimento abolicionista”. p. 65-84.

táticas utilizadas até então²⁷⁹.

Apesar de separar sua análise em dois subitens, “propaganda” e “agitação”, Ronaldo dos Santos busca demonstrar a relação entre ambos elementos na prática de Antonio Bento. Apresenta nesse sentido como, paralelamente à esfera da “agitação”, cujo objetivo central era esvaziar as fazendas fazendo uso de estratégias clandestinas – divididas entre, inicialmente, o amparo e auxílio a fugas já existentes e, num segundo momento, a organização de uma rede capaz de “sistematizar e promover grandes abandonos em massa” –, Antonio Bento montou, em uma das salas laterais da Igreja de Nossa Senhora dos Remédios (da qual foi provedor), um museu com instrumentos de suplício retirados dos escravos, nos quais constavam os nomes do escravizado e do senhor que os havia utilizado, denunciando, portanto, as práticas de tortura empregadas pelos últimos. Da mesma forma que Conrad, Ronaldo dos Santos apresenta também a procissão do escravo martirizado como pertencente ao rol de técnicas empregadas pelos abolicionistas para sensibilizar a opinião pública. O historiador menciona ainda, como parte dos instrumentos de propaganda mobilizados por Antonio Bento, a produção do jornal *A Redenção*, descrito, no início do século XX como “terrível panfleto de propaganda da libertação condicional do escravo, que lançava mão de todos os meios, inclusive o ridículo, para desmoralizar a causa dos escravocratas (...)”²⁸⁰

Discorrendo sobre as práticas dos *caifazes*, sua hierarquia interna e estruturação, Ronaldo dos Santos manteve tônica semelhante à presente em outros trabalhos: “Antonio Bento aproveitou as diferentes aptidões de todos os elementos do grupo, entrosando-os, para formar uma rede eficaz na cobertura das fugas das fazendas em direção à Santista”. Um fator que distancia a narrativa de Ronaldo dos Santos de outras abordadas até aqui é o fato de, ao reconstruir a prática desses homens – seguindo, ao que tudo indica, os depoimentos dos memorialistas; ainda que sem citá-los diretamente neste momento específico do trabalho –, buscar respaldo constante, através da indicação em notas de rodapé, em notícias de jornal que confirmassem o desempenho de determinadas atividades pelo grupo de abolicionistas.

Ao se referir a tarefas arriscadas levadas a cabo pelos *caifazes*, como a inserção em fazendas, o contato direto com os cativos e a posterior fuga, Ronaldo dos Santos fez a seguinte afirmação: “Às escondidas, penetravam nas senzalas à noite ou empregavam-se nas fazendas para convencer os escravos a planejar as fugas, alguns disfarçados em caixeiros ou vendedores”²⁸¹. Essas informações, muito provavelmente, advieram do depoimento de Feliciano Bicudo presente no livro

²⁷⁹ O historiador, no entanto, não mencionou quais seriam esses novos fatores. Santos, Ronaldo Marcos dos. *Resistência e superação...* p. 77-78.

²⁸⁰ Affonso A. De Freitas. “A imprensa periódica de S. Paulo”. In: R.I.H.G.S.P., vol. XIX (1914), p. 635. APUD: Santos, Ronaldo Marcos dos. *Resistência e superação...* p. 78.

²⁸¹ Santos, Ronaldo Marcos dos. *Resistência e superação...* p. 79-80.

de Francisco Martins dos Santos. Na nota de rodapé localizada ao final da afirmação, contudo, o historiador não se referiu a esse depoimento, transcrevendo, antes, três artigos de jornal que “comprovavam” a veracidade da assertiva²⁸².

Uma das preocupações centrais do trabalho de Ronaldo Santos, foi a de mapear as modalidades de resistência escrava em vigência na província de São Paulo nos últimos anos da escravidão, investigando principalmente as fugas coletivas realizadas neste contexto e o modo como se relacionavam à campanha abolicionista. Após comentar a expansão vivida pela rede dos *caifazes* no interior da província (alcançando os grandes centros escravistas do interior, como Casa Branca, Bragança, Campinas, Caçapava e Jacareí, e incentivando a atuação, aí, de grandes chefes abolicionistas e dos *caifazes*), o historiador discorre sobre a intensificação das fugas coletivas sentida entre os meses finais de 1887 e o 13 de maio de 1888. De acordo com notícia publicada no “Diário Popular” de novembro de 1887, o descontrole gerado pelas fugas tomava já “proporções de uma verdadeira piracema”²⁸³.

O que a narrativa de Ronaldo dos Santos explicita, portanto, é a paridade existente entre a expansão da rede dos *caifazes* pelo interior de São Paulo e o aumento considerável das fugas em massa realizadas na província; confirmando, portanto, a ideia de uma orientação bem sucedida por parte da rede criada por Antonio Bento. Ao abordar, nesse sentido, a fuga de cativos liderada pelo liberto Pio (a que fizemos referência acima), trazendo à tona os detalhes já clássicos das narrativas de fugas auxiliadas pelos *caifazes* (conflitos, dúvidas, embates, auxílios, mortes e vitórias), o autor não deixa de avaliar também aquelas que considera as principais consequências da empreitada. Em sua opinião, portanto, a partir deste evento e de seus desdobramentos violentos e jurídicos (como o embate entre negros e militares travado no Largo do Palácio e o julgamento do alferes Carneiro Leão, afinal absolvido), o exército teria se recusado a continuar exercendo a função de capitão do mato.

Para além deste efeito, Ronaldo dos Santos identifica também um intenso aumento das fugas

²⁸² “Refere-se o correspondente da Penha do Rio do Peixe para o Diário de Campinas – Não há muitos dias estive nesta cidade um indivíduo, que inculcava-se agente de uma associação de seguros de vida e andou pelas fazendas desse município. Desconfiava-se que esse indivíduo era agente de alguma sociedade abolicionista e não de seguros, isso pela razão muito simples de terem alguns escravos das fazendas por onde ele andou, desaparecido”. Correio Paulistano, 8 de dezembro de 1885.

“Um sujeito preto, forte, anda pelas fazendas, induzindo escravos a largarem o serviço e irem para São Paulo, onde, diz ele, logo que ali cheguem ficam livres... Sabemos que há muitos libertos que trabalham no mesmo sentido”. Correio Paulista, 11 de setembro de 1886.

“O abaixo assinado declara que há quatro meses ou mais ou menos, lhe fugiu de Mogi das Cruzes o seu escravo Caetano; há doze dias lhe fugiu outro de nome Francisco e outro de nome João de 27 anos e, querendo libertá-los vem por meio da imprensa pedir aos senhores abolicionistas ou ao seu chefe, que não põe dúvida em aceitar qualquer indenização, que seja de justiça a fim de mostrar que não é o que dizem...” Correio Paulista, 24 de março de 1887. Apud: Santos, Ronaldo Marcos dos. Santos, Ronaldo Marcos dos. *Resistência e superação...* p. 89.

²⁸³ Santos, Ronaldo Marcos dos. *Resistência e superação...* p. 80.

de escravos no período que se sucedeu a este caso, afirmando que, à época, fazendas dos municípios de Itu, Capivari, Jacareí, Campinas, Amparo, Penha do Rio do Peixe, Mogi Mirim, Rio Claro, Limeira, Piraçununga e Araras, chegaram a ficar totalmente desprovidas de escravos. De acordo com o autor, em muitas propriedades, ainda quando os escravos não fugiam, acabavam por reivindicar aos seus senhores liberdade, salários, melhor alimentação e vestimenta, dentre outros direitos²⁸⁴.

Para além de confirmar, assim, a força da rede de auxílio à fuga tecida por Antonio Bento e por seu grupo, Ronaldo dos Santos aborda ainda o alcance desta trama no âmbito da inserção dos escravos no mercado de trabalho livre. Fazendo referência, uma vez mais, a questões bastante parecidas àquelas anteriormente abordadas por memorialistas como Bueno de Andrada – citando, contudo, uma vez mais, artigos de jornal para sua comprovação –, o historiador aborda os acordos travados entre Antonio Bento e fazendeiros paulistas para que os últimos recebessem, em suas fazendas despovoadas, e na qualidade de trabalhadores assalariados, cativos fugidos de outras localidades.

Seguindo, portanto, a linha assumida pelos trabalhos da primeira metade do século XX – ainda que povoando as conclusões ali estabelecidas com o aporte de documentos como artigos de jornal e relatórios de polícia – Ronaldo dos Santos atribui importância central à atuação dos *caifazes* no abolicionismo paulista. Nesse sentido, ainda que por vezes sugira que a principal contribuição do grupo foi a de potencializar um movimento de fugas pré-existente na província, o que a narrativa do autor acaba, afinal, por atestar, é o protagonismo dos *caifazes* na derrota do cativo. São bastante reveladoras, assim, as conclusões esboçadas por Ronaldo dos Santos ao final de seu livro. Nelas, o autor é explícito ao afirmar que, se o movimento abolicionista aproveitou-se da potencialidade do protesto dos negros, tomou, contudo, para si o movimento espontâneo de fuga dos escravos “para orientá-lo, sistematizá-lo e sobretudo fornecer-lhe uma estratégia, acabando por transformá-lo num mecanismo de pressão direta sobre o sistema econômico (...).”²⁸⁵.

A análise deste trabalho, portanto, é bastante interessante por explicitar a força do discurso construído por memorialistas e pela historiografia tradicional da abolição sobre a atuação e a importância dos *caifazes*. Ainda, portanto, quando a atividade do grupo é mais rigorosamente

²⁸⁴ Santos, Ronaldo Marcos dos. *Resistência e superação...* p. 83.

²⁸⁵ Nestas conclusões, Ronaldo dos Santos fala do que reconhece como os “limites e estreitezas” da concepção de liberdade pela qual os cativos (autonomamente) pautavam seus protestos. Limites e estreitezas portanto que, ultrapassados pela pauta agregada ao movimento pelos abolicionistas, teria, somente então, possibilitado a vitória da emancipação. De acordo com o autor, a conjuntura político-econômica específica do Segundo Reinado brasileiro teria excluído do horizonte de expectativas dos cativos qualquer outra possibilidade de reivindicação que não aquela por liberdade, considerada, contudo, por ele, como uma reivindicação “menor”. Nas palavras de Ronaldo dos Santos: “Excluídas as possibilidades de resistência cultural e da reintegração social do negro no trabalho assalariado, o protesto esvazia-se e se traduz meramente no desejo de libertar-se da escravidão.” p. 118-119.

localizada no espaço e no tempo, identificando-se o modo com que logrou, mais do que criar, auxiliar um movimento de busca por liberdade que já acontecia no interior das fazendas e senzalas da província, não é difícil que a análise recaia em afirmações um tanto lendárias e encobertas de certo heroísmo, elogiando predominantemente os agentes livres e brancos envolvidos no processo; acabando por sobrepujar, como dissemos, a autonomia, iniciativa e agência escravas presentes em todo esse movimento.

Já o trabalho *O Plano e o Pânico*, de Maria Helena Machado (1994), pode ser considerado, dentre a produção aqui analisada, aquele que mais se preocupa em ressaltar os cuidados necessários no trato dos depoimentos de memorialistas como fonte histórica. A historiadora faz essa advertência antes de iniciar sua análise sobre a campanha empreendida pelos abolicionistas, afirmando:

Citados ocasionalmente, sempre de forma romanceada, os episódios que envolveram abolicionistas e escravos, sobretudo das famosas fugas em massa, suscitam dúvidas tanto a respeito da veracidade dos fatos como de sua intensidade na desorganização do trabalho cativo nas fazendas²⁸⁶.

Maria Helena Machado afirma que as incertezas sobre a campanha abolicionista acabaram por gerar uma série de hipóteses historiográficas que enxergaram a abolição como uma ação modernizadora, resultante dos esforços de camadas populacionais urbanas; excluindo, nesse sentido, a atuação escrava. Imerso nessa avaliação e nas descrições da campanha abolicionista dela decorrentes, portanto, o escravo figuraria na qualidade de objeto paternalmente conduzido à liberdade²⁸⁷.

Buscando compreender a força do movimento abolicionista na década final da escravidão, a historiadora apresenta, por sua vez, a forma como esse foi capaz de agregar e catalisar, ao seu redor, diferentes camadas da população, atraindo principalmente os despossuídos e “mal agasalhados pelo figurino político dos finais do Império”²⁸⁸. No capítulo anterior, buscamos justamente demonstrar, a partir de uma avaliação dos quadros de habitantes da cidade de São Paulo nos anos 1880, o modo como essa população era diversificada e dinâmica, e a convivência próxima, permitida pela cidade, entre famílias de ricos fazendeiros, imigrantes pobres, advogados, escravos fugidos, burocratas, escravos, operários, libertos e comerciantes.

Neste contexto urbano, os setores mais privilegiados tinham a possibilidade de participar da luta abolicionista através de clubes abolicionistas e jornais, inacessíveis, em grande medida, aos analfabetos e àqueles que viviam de forma precária. Os membros dos setores desprivilegiados, contudo, chamados por Machado de “arraia-miúda”, também foram tocados pelos ideais

²⁸⁶ Machado, Maria Helena P. T. *O Plano e o pânico...* p.136.

²⁸⁷ Machado, Maria Helena P. T. *O Plano e o pânico...* p. 136.

²⁸⁸ Machado, Maria Helena P. T. *O Plano e o pânico...* p. 138.

abolicionistas e se inseriram na luta. O eixo norteador do capítulo que a historiadora dedica à atuação dos *caifazes*, portanto, funda-se justamente na análise dos espaços em que os populares estiveram presentes na luta pela abolição, iniciada nos *meetings* e manifestações de rua.

De acordo com a autora, a campanha abolicionista inevitavelmente atingiu os “estratos sociais perigosamente instáveis” e os despossuídos, complexificando e interagindo com projetos e atuações antes restritos, em grande medida, à imprensa e aos debates parlamentares. Com a entrada desses indivíduos na campanha abolicionista, Machado avalia ter sido colocada “em curso uma atuação política muito menos comprometida com os cânones do liberalismo, do imperialismo e do racismo científico do que até o momento se tem admitido”²⁸⁹. Em outras palavras, a historiadora concebe que os indivíduos de menor dimensão social, ao inserirem-se na campanha, teriam tido um outro tipo de envolvimento, muito mais efetivo, com a mesma, tendo sido capazes, assim, de idealizar e colocar em prática resoluções para o cativo que iam além daquelas estabelecidas por indivíduos dos setores privilegiados da sociedade.

A inserção dessa população na campanha abolicionista é apresentada por Maria Helena Machado, privilegiadamente, a partir das manifestações populares contrárias à escravidão ocorridas na cidade de Santos, em especial no âmbito das reações violentas dirigidas contra as autoridades em casos de apreensão de cativos ou nas ocasiões em que estas organizavam excursões pelos bairros populares e nos trapiches (região que daria lugar ao porto). O “popular” e sua “potência turbulenta” teriam sido intensificados, ali, pelo fato de a cidade portuária ser um dos principais destinos dos escravos fugidos, contando, ainda, com a população residente no Jabaquara. A historiadora menciona, assim, a ocasião em que tais manifestações teriam chegado ao ápice, em 1886, numa circunstância em que as ruas foram tomadas por “uma multidão de pretos armados de paus e revólveres, dispostos a invadir as delegacias e quartéis”. Esses homens exigiam a libertação de escravos apreendidos e vingavam-se das autoridades policiais e militares, impondo dificuldades ao restabelecimento da ordem²⁹⁰.

A luta dos *caifazes* e de Antonio Bento é, nesse sentido, analisada por Maria Helena Machado com o objetivo de evidenciar o seu caráter popular. O grupo, segundo a historiadora, poderia ser dividido em dois: a ala intelectual, formalizada no jornal abolicionista *A Redenção*; e os homens de ação, efetivamente envolvidos com os escravos nas fazendas. Na contra mão da tendência historiográfica de análise do movimento que a antecedeu, Machado buscou na documentação, ainda que sem sucesso, indícios que revelassem as identidades e as características

²⁸⁹ Machado, Maria Helena P. T. *O Plano e o pânico...* p. 137.

²⁹⁰ Machado, Maria Helena P. T. *O Plano e o pânico...* p.142

específicas da atuação deste segundo conjunto de indivíduos envolvidos com os *caifazes*.

O mapeamento da rede formada por esses homens, contudo, mostrou-se de muito difícil, senão impossível, efetivação. Para além de um outro nome previamente citado pelos memorialistas, pouco pode ser encontrado. O caso mais famoso é o das listas de abolicionistas reportadas à polícia, em 1884, por ocasião de denúncias anônimas; listas que a historiadora acredita produzidas, inclusive, por membros da própria polícia infiltrados no movimento. Em tais listas, de acordo com Machado, constavam os nomes de indivíduos de diferentes setores da sociedade paulistana de 1880. Como na intitulada “Escravos entregues a diversas pessoas pelo dr. Antonio Bento”, em que eram mencionados “‘a amásia do referido Antonio Bento na Rua dos Estudantes ou na Liberdade’, ‘os portugueses Ferreira que possuem chácara no Pari’, ‘o preso Vila Maria que reside no Pari’, ‘o sr. dr. Clímaco Barbosa’, ‘um vagabundo de nome Ezequiel Pinto’, ‘o riograndense Julio, escravo empregado em obras do palácio’”, entre muitos outros²⁹¹.

Deparando-se com a dificuldade em levantar esses nomes, mas mantendo o intuito de comprovar o caráter popular da luta abolicionista em São Paulo, Maria Helena Machado recorreu à análise das manifestações urbanas contra a escravidão, demonstrando o modo como indivíduos despossuídos participavam ativamente dos protestos, acrescentado aos mesmos um caráter incisivo de reivindicação, e encobrendo-os frequentemente de um teor tumultuoso e violento que afrontava diretamente os representantes da ordem. É nesse sentido que a autora menciona a forma com que um grupo de “mais ou menos dois mil desordeiros, na maior parte deles negros desconhecidos, tendo à frente a banda de música da Irmandade de Nossa Senhoras dos Remédios” – irmandade da qual Antonio Bento foi provedor durante a década de 1880 –, em agosto de 1887, ao percorrer as ruas, teria entrado em conflito com a guarda de permanentes²⁹². Outra menção de conflito entre “desordeiros” e ordem pública é relatado por ocasião do aprisionamento de alguns escravos, partidos de Cabreúva, na Serra do Mar, no mês de outubro do mesmo ano. Fazendo uso, para tal descrição, da mesma fonte utilizada por Ronaldo dos Santos, qual seja, a correspondência travada entre o Chefe da Polícia e o Presidente da Província, Machado também não associa a este acontecimento a figura do liberto Pio, nome que ficara marcado, para este episódio específico, em tantas outras obras²⁹³.

Finalizando sua apresentação sobre os *caifazes*, Maria Helena Machado faz um alerta para o modo com que a “apropriação da história das causas vencidas pelos vencedores, alimentando as versões bem talhadas, faz crer que, desde os seus inícios, o caminho retilíneo da vitória, traçado sob

²⁹¹ Machado, Maria Helena P. T. *O Plano e o pânico...* p.149

²⁹² Machado, Maria Helena P. T. *O Plano e o pânico...* p. 150.

²⁹³ Machado, Maria Helena P. T. *O Plano e o pânico...* p. 150.

a superfície dos fatos conflitantes, estava assegurado”²⁹⁴. A história construída sobre a liderança do abolicionismo paulista por Antonio Bento, como procuramos demonstrar até aqui, enquadra-se perfeitamente neste alerta. Abordada de forma quase perfeitamente retilínea, a narrativa de sua trajetória tem início no discurso pretensamente proferido sobre o túmulo de Luiz Gama; ganha dimensão radical a partir do incitamento à fuga dos escravos de sua irmã; passa pela articulação de uma vasta rede de auxílio à fuga dos cativos, povoada por uma série de indivíduos hierarquicamente organizados e possuindo, cada qual, seu espaço específico de atuação; e desemboca na viabilização da reinserção dos negros libertados em novos espaços de sociabilidade, como o Quilombo do Jabaquara, e no mercado de trabalho livre, em especial a partir dos acordos travados com uma série de fazendeiros paulistas. Ultrapassando, ainda, a causa da libertação dos cativos em si, sua atuação teria possibilitado o restabelecimento da ordem na produção cafeeira, ao “fornecer” a fazendeiros desamparados pela fuga de seus escravos, trabalhadores oriundos de diferentes partes da província e dispostos a trabalhar, na época da colheita, pelo salário de 400 réis ao dia.

Não é de se estranhar, enfim, que, como viemos afirmando até aqui, a memória sobre Antonio Bento tenha se cristalizado naquela de figura líder da ordem dos *caifazes*, abolicionista radical e protagonista da derrota do cativo em São Paulo. Ainda que, como também dissemos por diversas vezes, não pretendamos rejeitar por completo esta memória – acreditando, inclusive, que parte significativa dela recaia sobre dados concretos e documentos confiáveis condizentes à atuação de Antonio Bento –, faz parte de nossos objetivos, no entanto, chamar a atenção e problematizar a construção historiográfica empreendida sobre este personagem, destacando – como faremos na sequência – outras facetas de Antonio Bento e outros ângulos de sua trajetória de vida.

2.2. *No encalço do Bacharel Antonio Bento (1872-1886)*

Apenas 10 anos após a abolição do cativo no Brasil, morreu na cidade de São Paulo, aos 8 de dezembro de 1898, Antonio Bento de Souza e Castro, vítima de tuberculose, contando então com 55 anos. Nascido em São Paulo em 17 de fevereiro de 1843, Antonio Bento era filho de um abastado farmacêutico português, Bento Joaquim de Souza e Castro, e da brasileira Henriqueta Vianna de Souza e Castro. Ingressou no curso de Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco em 1864, como era corriqueiro para um filho da elite paulistana²⁹⁵. Após concluir o curso, em novembro de 1868, encontrou dificuldades para obter sua

²⁹⁴ Machado, Maria Helena P. T. *O Plano e o pânico...* p.151.

²⁹⁵ O Estado de São Paulo, 9 de dezembro de 1898.

colação de grau devido a um desentendimento com o professor Conselheiro Francisco Maria Furtado de Mendonça²⁹⁶. O imbróglio foi rapidamente resolvido e, em junho de 1869, Antonio Bento entrou no exercício do cargo de promotor público da Comarca de Botucatu²⁹⁷. Ficou pouco tempo neste termo, sendo rapidamente transferido para a comarca de Rio Claro, onde permaneceu até o início de 1870, sendo deslocado, em janeiro de 1871, para Atibaia, onde acumularia os cargos de delegado de polícia e juiz municipal e de órfãos. Entre 1875 e 1877, Antonio Bento voltou a São Paulo, trazendo consigo diversos problemas do tempo em que fora juiz municipal em Atibaia.

Nas próximas páginas, pretendemos abordar alguns traços biográficos de Antonio Bento, chamando a atenção às circunstâncias e atitudes que acreditamos elucidativas de sua personalidade. Faremos uso, para tanto, da análise previamente realizada por Elciene Azevedo sobre sua atuação jurídica – especialmente em Atibaia (1871-1875), como juiz municipal, e na cidade de São Paulo (em 1883), como advogado²⁹⁸ – e de artigos de jornal publicados entre 1872 e 1886 – de autoria do próprio Antonio Bento, ou referenciando-se, de alguma forma, a sua pessoa. A partir deste material, pretendemos demonstrar não apenas diferentes momentos da história deste personagem, destacando a atormentada e conflituosa vida pública experimentada pelo mesmo – a qual contribuiu, sem dúvida, para sua presença constante nas páginas dos jornais –, mas também investigar se, previamente à morte de Luiz Gama (1882), é possível identificar indícios de uma atuação, ou defesa ideológica, abolicionista da parte de Antonio Bento.

Como havíamos sugerido no item anterior, se a memória construída e cristalizada sobre a vida e as atividades desempenhadas por Antonio Bento associam-no, quase automaticamente, à causa abolicionista e ao emprego de táticas radicais em defesa da mesma (pasteurizando, com frequência, referências cronológicas mais precisas sobre seu envolvimento com tal causa), pretendemos abordar neste momento do trabalho – posteriormente às problematizações que acreditamos ter levantado à narrativa construída em torno de sua figura –, a atuação abolicionista “legal” de Antonio Bento, englobando nesta categoria tanto o âmbito jurídico de suas atividades, quanto a esfera propagandística da mesma, diretamente associada à imprensa. Ao fazê-lo, contudo, quebramos em certa medida com a tradicional divisão do movimento abolicionista em duas fases distintas, segundo a qual, a uma “primeira fase” marcada por campanhas no campo das ideias e da atuação jurídica abolicionista de alguns personagens, seguir-se-ia uma “segunda fase”, marcada por uma extrapolação do campo da legalidade por iniciativas de caráter prático e radical em nome da

²⁹⁶ Ficha do aluno Antonio Bento de Souza e Castro localizada no Arquivo da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco.

²⁹⁷ Diário de São Paulo, domingo, 20 de junho de 1869.

²⁹⁸ Parte significativa da vida de Antonio Bento foi abordado no livro *O direito dos escravos*, da historiadora Elciene Azevedo, no terceiro capítulo intitulado “Legalista e radicais”. *Azevedo, Elciene. O Direito dos Escravos...*

libertação dos cativos. O que defendemos é que, independentemente da possibilidade de afirmarmos, ou não, a presença de ideais abolicionistas na atuação jurídica de Antonio Bento previamente a 1883, posteriormente a este período, ou seja, concomitantemente à sua alegada atuação prática junto aos *caifazes* pela libertação dos cativos, Antonio Bento seguiu fortemente envolvido também no âmbito “legal” da causa, atuando tanto como advogado (até pelo menos o final de 1886), quanto na imprensa (escrevendo para diferentes jornais até 1887 e publicando sua própria folha abolicionista entre 1887 e 1888, intitulada *A Redenção*, que analisaremos no próximo capítulo).

Se é possível reconhecer, portanto, como veremos à frente, uma radicalização nos discursos de Antonio Bento a partir de 1885/1886, tal endurecimento não pode ser considerado predominantemente “extralegal”, uma vez que foi veiculado eminentemente através da imprensa e que, haja vista a pequena quantidade de provas documentais de que dispomos sobre a atuação dos *caifazes*, não podemos ignorar a possibilidade de que se tratasse, em alguma medida, de uma forma de assustar e exercer ainda mais pressão sobre os escravocratas.

O bacharel Antonio Bento e sua conflituosa vida pública em Atibaia e São Paulo: 1871 – 1882

Como mencionamos acima, em 1869, logo após sua formatura, Antonio Bento de Souza e Castro deixou a cidade de São Paulo e dirigiu-se a Botucatu, onde atuou como promotor público, seguindo dali para Rio Claro, onde manteve o mesmo cargo até o início de 1870. Em janeiro deste ano, pediu e lhe foi concedida sua exoneração²⁹⁹. No período em que atuou como promotor, o personagem praticamente não foi mencionado nos jornais da província, não tendo se envolvido, ao que tudo indica, em eventos dignos de nota e discussão na esfera pública (ainda que o cargo de promotor envolvesse uma série de atribuições e responsabilidades de não pequena monta³⁰⁰). O

²⁹⁹ Diário de São Paulo, 28 de janeiro de 1870.

³⁰⁰ Eram atribuições de um Promotor Público: 1) denunciar os crimes públicos e policiais e acusar os delinquentes perante os jurados; agir da mesma maneira quanto aos crimes de redução de pessoa livre à escravidão, cárcere privado, homicídio ou tentativa de homicídio, ferimentos com algumas agravantes previstas no Código Criminal, roubos, calúnias e injúrias contra o Imperador e membros da família Imperial, a Regência, a Assembleia Geral e cada uma de suas Câmaras; 2) solicitar a prisão e punição dos criminosos e promover a execução das sentenças e mandados judiciais; 3) dar parte às autoridades competentes das negligências, omissões ou prevaricações dos empregados na administração da Justiça. O Promotor Público atuava ainda na produção das listas de jurados produzidas nas localidades. Se as atribuições dos Promotores haviam sido estabelecidas pelo Código de Processo Criminal de 1832 e mantidas ao longo do Império, as condições de sua nomeação foram alteradas pela lei de 3 de dezembro de 1841, que reformou partes do código anterior. De acordo com tal lei, portanto, os Promotores deveriam ser diretamente nomeados e demitidos pelo Imperador ou pelos Presidentes da Província, preferindo-se sempre os bacharéis formados e idôneos. Vê-se, assim, que as funções ligadas ao desempenho do cargo de Promotor, bem como as condições associadas a sua nomeação, envolviam-no em não poucas responsabilidades e conexões políticas. Para a consulta do Código de 1832 e da Lei de 3 de Dezembro de 1841 ver:

período em que esteve nos cargos de delegado de polícia (1871-1873) e Juiz Municipal e de Órfãos (1873-1875), por outro lado, resultou em grande volume documental. Uma vez mais, tratava-se de cargos de grande responsabilidade jurídica e política, cuja nomeação ligava diretamente os indivíduos escolhidos ao Presidente da Província³⁰¹.

Já em janeiro de 1871, os jornais noticiaram a nomeação do bacharel Antonio Bento de Souza e Castro para o cargo de Juiz Municipal e de Órfãos nos termos reunidos de Atibaia e Nazaré³⁰². Antonio Bento permaneceu por quatro anos nesta localidade, deixando a função de delegado em 1872 e sendo exonerado, a contragosto, do cargo de Juiz Municipal, em março de 1875. Ao contrário de sua atuação junto à promotoria em Botucatu e Rio Claro, no período em que reuniu os cargos de Juiz Municipal, Juiz de Órfãos e delegado de polícia – e no período subsequente, em que atuou unicamente como Juiz Municipal e de Órfãos –, envolveu-se numa série de conflitos que ganharam as páginas dos periódicos e o mantiveram em evidência anos após seu retorno à São Paulo. Analisando a atuação de Antonio Bento no período, Elciene Azevedo classificou-a como “no mínimo, um tanto quanto conturbada”.

Em março de 1871, apenas 3 meses após tomar posse dos cargos supracitados, o nome de Antonio Bento já constava em um relatório da Assembleia Provincial, no qual requeria-se mais informações acerca dos processos instaurados contra ele, na qualidade de Juiz Municipal de Atibaia³⁰³. O relatório perguntava ainda se o dito Juiz se mantinha no exercício do cargo de delegado de polícia. A existência do Relatório, bem como suas demandas, foram mencionadas nas páginas do *Diário de São Paulo* de 7 de março de 1871, inaugurando as referências a Antonio Bento na imprensa provincial, tornadas constantes a partir de então.

Em artigo publicado em outubro de 1871 no mesmo *Diário de São Paulo* – jornal oficial do governo à época –, transcreveu-se uma petição de denúncia, aberta por Graciano Alves de Almeida

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LIM/LIM-29-11-1832.htm;

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LIM/LIM261.htm.

³⁰¹ O cargo de delegado de polícia, suprimido pelo diploma de 1832, havia reaparecido com grande importância no Império a partir da Lei de 3 de Dezembro 1841, quando passou a concentrar uma série de atribuições criminais e policiais anteriormente prescritas à figura do juiz de paz. As atribuições dos Juizes Municipais, por sua vez, reguladas pelo artigo 114 da Lei de 3 de Dezembro, definiam como de sua competência, dentre outras questões, conhecer e julgar definitivamente todas as causas cíveis, ordinárias ou sumárias, que se movessem no seu Termo, proferindo suas sentenças sem recurso, mesmo de revista, nas causas que coubessem em sua alçada. Já os Juizes de Órfãos, que deveriam se ocupar da administração dos órfãos, demandavam habilitações e possuíam ordenados em tudo semelhantes aos dos Juizes Municipais. Estas e outras particularidades da atribuição tornaram possível que, em algumas localidades, as duas funções fossem exercidas pela mesma pessoa. Os três cargos, portanto, possuíam importância significativa no arranjo jurídico do Estado brasileiro e sendo, todos eles, de indicação do governo central (via, especificamente, o Presidente da Província, diretamente escolhido, por sua vez, pelo Imperador), demonstram que Antonio Bento (ao acumulá-los), era figura de alguma relevância em âmbito provincial. Para uma consulta completa à Lei de 3 de dezembro de 1841, ver: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LIM/LIM261.htm.

³⁰² Diário de São Paulo, 20 de janeiro de 1871

³⁰³ Diário de São Paulo, 7 de março de 1871.

contra Antonio Bento³⁰⁴. As acusações presentes na denúncia reverberariam por todo o período de sua atuação como Juiz Municipal. De acordo com o documento, Antonio Bento não agia de acordo com a lei, abusando de seu poder e fazendo justiça como melhor lhe conviesse, abdicando da instauração de processos investigativos. Pela denúncia, Antonio Bento era acusado de confisco ilegal de armas em quatro diferentes ocasiões, afirmando-se que, nas mesmas, o delegado de polícia e Juiz Municipal havia procedido sem dar encaminhamento aos trâmites legais necessários e, como se não bastasse isso, disponibilizado as armas apreendidas à utilização de oficiais de seu destacamento.

A lista de acusações era longa. Para além da questão das armas, Antonio Bento era denunciado por, na condição de Juiz de Órfãos, usufruir dos bens de uma menor de idade que acabara de perder os pais e ficara sob sua custódia. Como herança, a órfã Maria havia recebido alguns poucos “cavalinhos” que, segundo a denúncia, Antonio Bento havia mantido sob sua guarda sem as formalidades necessárias, permitindo o uso de um deles por um seu oficial e vendendo outro³⁰⁵ – quando o procedimento correto, num caso como este, seria a venda dos animais em praça pública e a transferência das rendas à órfã.

O suplicante, Graciano Alves de Almeida, se referia ao bacharel como “dotado de um gênio diabólico e irascível, e de um caráter insolente a toda a prova, insulta, injúria e enxota a quase todos os cidadãos que com ele, como juiz, tem a infelicidade de tratar”. Dentre outras acusações, como as de injúria, prisão arbitrária seguida de libertação injustificada, e inviabilização da reunião de documentos que pudessem depor contra ele, a queixa que lhe trouxe mais problemas dizia respeito à cobrança de impostos feita a um negociante.

Graciano de Almeida acusava o bacharel, nesse sentido, de ter encarcerado injustamente o comerciante francês Jayme Dias, “por não ter pago um imposto sob seu negócio”, afirmando que o mesmo fora libertado, contudo, após pagar a taxa. De acordo com o texto da denúncia, a recusa à quitação do imposto por parte do comerciante decorrera de ser o mesmo de valor exagerado e, portanto, ilegal. “Singular meio de cobrar impostos”, afirmava Graciano Almeida.

No dia 17 de outubro do mesmo ano, três dias após a publicação da denúncia portanto, o mesmo periódico divulgava uma reclamação pedindo que as autoridades “livrem este lugar do tresloucado delegado de polícia, bacharel Antonio Bento”. De acordo com o artigo, se não se quisesse dar crédito às denúncias de Graciano Alves de Almeida, que se enviasse alguma autoridade ao local para “então terem ocasião de apreciar, no meio de tantas loucuras, ignorância de direitos e

³⁰⁴ Diário de São Paulo, 14 de outubro de 1871.

³⁰⁵ Segundo a denúncia o animal, após sua utilização, teria ficado: “depreciado e reduzido no último extremo da magreza!”. Diário de São Paulo, 14 de outubro de 1871.

maldades” praticadas por Antonio Bento³⁰⁶.

Ao que tudo indica, havia dois grupos em disputa em Atibaia e, se pelos componentes de um deles Antonio Bento foi constantemente criticado, sua atuação seria elogiada pelos membros do outro. Nesse sentido, oito dias após a supracitada denúncia, o *Correio Paulistano* publicou artigo intitulado *O Delegado de Atibaia*, em que a atuação de Antonio Bento recebia o apoio de 92 signatários, para os quais a reclamação anterior só poderia “ser filha[o] de algum descontente, sobre cuja cabeça tenha pesado a fria e imparcial espada da justiça, manejada pela mão de tão honesto quanto prova magistrado”³⁰⁷.

No mesmo exemplar do *Correio Paulistano*, de 25 de outubro de 1871, Antonio Bento veio a público defender-se do conteúdo da petição de denúncia engendrada por Graciano Alves de Almeida³⁰⁸. Iniciou sua defesa afirmando que as autoridades encontravam muitos obstáculos para desempenhar seus deveres “e, em seu caminho vão sempre deixando descontentes, ou nos homens ignorantes, ou nos inimigos da justiça”. Qualificou Alves de Almeida, na sequência, como apenas um testa de ferro, “um daqueles que não sabem o que fazem”, homem rude e subserviente, agindo como “instrumento das mesquinhas vinganças do sr. Joaquim de Assis, de cuja casa tive eu a ousadia de mandar conduzir preso um seu escravo criminoso: *pois ainda nenhuma autoridade se tinha atrevido a tanto*”. De acordo com Antonio Bento, o verdadeiro mentor das acusações levantadas contra ele, contudo, também não era Joaquim de Assis, e sim o advogado provisionado Carlos Álvares da Cruz, “indivíduo miserável”, cuja licença de advogado havia sido cassada por Antonio Bento³⁰⁹. Segundo ele, tal indivíduo não passava de um “bancarroteiro fraudulento”, tendo sido assim definido por sentença anterior, passada pelo Juiz de Direito de Atibaia, João Sertório.

Os desdobramentos deste conflito valem ser acompanhados e observados. Primeiramente, havia mais de um motivo para que Álvares da Cruz desejasse a desgraça de Antonio Bento. Ao chamá-lo de “bancarroteiro fraudulento” – transcrevendo, para tanto, parte da sentença de prisão recebida por Cruz algum tempo antes – Antonio Bento havia exposto o indivíduo em praça pública. Ao cassar sua licença, impossibilitando-o de advogar, havia muito provavelmente limitado seus

³⁰⁶ Diário de São Paulo, 17 de outubro de 1871.

³⁰⁷ Dentre os signatários constavam, como fazendeiros, José da Cunha Caldeira, Zeferino Alves do Amaral, Antonio Alves do Amaral, Antonio Oliveira Mattozinho e Silva (também capitão da guarda nacional) e João Alves do Amaral; como proprietários, Padre João Mariano do Prado, Theodoro Bueno de Aguiar e Castro, José Joaquim Medeiros, Augusto Steurer (também negociante e estrangeiro), Jacyntho Manoel Leite (também negociante e 1º suplente do juiz municipal e capitão da guarda nacional), João de Oliveira César e Honorato José de Oliveira Simas. O restante dos que subscreveram o artigo compunham as categorias de lavradores, artistas, negociantes, outras profissões autônomas e servidores públicos. *Correio Paulistano*, 25 de outubro de 1871.

³⁰⁸ *Correio Paulistano*, 25 de outubro de 1871.

³⁰⁹ De acordo com Antonio Bento, tendo estabelecido o critério de manter unicamente as licenças dos advogados provisionados há mais tempo na ativa, o “bancarroteiro fraudulento”, por ser mais moço, teria perdido a sua.

rendimentos.

Se a resposta de Antonio Bento havia sido publicada na edição do *Correio Paulistano* do dia 25 de outubro de 1871, pouco menos de duas semanas separariam tal publicação da primeira tentativa de homicídio sofrida pelo personagem, aos 8 de novembro de 1871, com uma das janelas de sua casa alvejada por um tiro de revólver. O principal suspeito do ataque, segundo Antonio Bento, era ninguém menos que Carlos Álvares da Cruz, seu principal oponente na região. O indivíduo preso e acusado pelo atentado, contudo, foi o oficial de justiça Benedicto Alves Guimarães³¹⁰. Dois dias depois do ocorrido, em ofício reservado enviado da Secretaria de Polícia ao Presidente da província, mencionavam-se os motivos que teriam levado à execução do crime: “Atribui-se esse atentado a energia com que o Dr. Castro tem perseguido a criminosos que há longos anos existiam no Município sem que alguém o fizesse capturar”³¹¹. Não esqueçamos que, na qualidade de Delegado, Antonio Bento encontrava-se diretamente subordinado ao Chefe de Polícia da Província e que, enquanto Juiz Municipal, é provável que tenha sido escolhido pelo Presidente da Província. Ainda que sua atuação, portanto, incomodasse de fato os “criminosos” locais – tendo provocado, nos mesmos, reações de violência possivelmente comuns entre indivíduos envolvidos em atividades extralegais –, ainda assim não se deve ignorar os laços que deviam ligar Antonio Bento aos cargos de chefia da Província e o modo com que, possivelmente, tenha-se buscado preservá-lo, ao menos inicialmente, das polêmicas em que se envolveu.

Ao final de novembro de 1871, diante da incontestável inquietação em que se encontrava a região, o governo provincial enviou ao Termo de Atibaia o Chefe de Polícia da Província, Sebastião José Pereira, com a finalidade de que este elaborasse um relatório sobre a situação³¹². O relatório, de 29 de novembro de 1871, mencionava que, de acordo com indivíduos desafeiçoados de Antonio Bento, ele seria “honesto, é justiceiro, é bem intencionado, é isento de paixões políticas – acrescentavam alguns; mas imprudente, e arrebatado”. Concluindo o relatório com sua própria opinião, o Chefe de Polícia afirmava:

Na verdade ele não tem a prudência e moderação que se deve desejar; diz o que pensa e o que sente, com franqueza um tanto rude; revolta-se contra os abusos, e ataca-os de frente; quer enfim reformar em um dia o

³¹⁰ De acordo com artigo do Diário de São Paulo de abril, em uma discussão entre deputados na Assembleia Provincial a respeito dos acontecimentos em Atibaia, houve grande debate acerca do encarceramento de Cruz, acusado da tentativa de homicídio a Antonio Bento. Valladão, que tentava por todos os meios convencer os outros deputados a duvidar das “faculdades mentais” do juiz municipal, inferiu que o crime tinha sido forjado com o objetivo de encarcerar Cruz, deixado, então, sem comunicação. Segundo o deputado, os autos do processo contra Cruz, julgado pelo juiz de direito de Bragança, “foram abertos pelo próprio delegado de polícia [Antonio Bento], que foi portador deles e os recebeu fechados; mas que, lendo a sentença subtraiu-a e a substituiu por outra sustentando a pronúncia.”. O Diário de São Paulo, 5 de abril de 1872.

³¹¹ Ofícios diversos de Atibaia, 10 de novembro de 1871. Apesp, CO 819

³¹² Ofícios diversos de Atibaia, 29 de novembro de 1871, Apesp, CO 819. Apud. Azevedo, Elciene. *O direito dos escravos...* p.178.

mal de muitos anos. Estes defeitos, em parte devidos a sua inexperiência de moço: hão de desaparecer ou minorar, e com a prática há de ele reconhecer que a energia não é incompatível com a prudência, e que os males crônicos demandam tempo para o curativo³¹³.

Avaliando as acusações levantadas contra Antonio Bento pela apreensão irregular de armas de fogo – tiradas daqueles que as portavam sem licença, mas não seguindo, para tanto, os trâmites legais –, Sebastião José Pereira avaliou como positivo o procedimento de que abria mão o personagem, repreendendo-o, contudo, por não abrir o processo necessário após a apreensão das armas. De acordo com o Chefe de Polícia, portanto, a irregularidade da atuação de Antonio Bento residia no fato de ele apenas retirar as armas aos portadores ilegais, deixando-os sair livres. Em confissão prestada a José Pereira, presente no relatório, Antonio Bento esclareceu que procedia dessa forma uma vez que outras autoridades também o faziam e porque avaliava a abertura de processos como uma medida vexatória e dispendiosa, de cuja ausência o serviço público como um todo poderia se beneficiar, empregando-se o tempo dos funcionários em proveito de outros de seus ramos.

Ao final da confissão, Antonio Bento reconheceu ao Chefe de Polícia que o exercício da função de delegado devia agravar os conflitos locais, pedindo sua exoneração do cargo – conquistada unicamente no ano seguinte.

O Chefe de Polícia retornaria a Atibaia no mês seguinte, incumbido, desta vez, da produção de um relatório para o Presidente da Província versando sobre o caso envolvendo Antonio Bento e o comerciante francês Jayme Dias – a cuja prisão pelo não pagamento de impostos fizemos referência anterior. A acusação levantada por Graciano Alves de Almeida no *Diário de São Paulo*, ganhou novas proporções quando o próprio Jayme Dias reclamou da atuação de Antonio Bento aos representantes de seu país, estabelecidos em São Paulo. A partir deste episódio, o vice-cônsul da França emitiu um documento requerendo ao Presidente da Província uma melhor averiguação do caso³¹⁴.

Em relatório datado de 28 de dezembro de 1871, Sebastião José Pereira afirmou que, no que dizia respeito ao caso de Jayme Dias, Antonio Bento havia procedido de forma parcialmente correta. De acordo com as averiguações do Chefe de Polícia, o imposto cobrado havia sido de fato alto devido à existência não só de uma loja, mas também de dois mascates trabalhando sob responsabilidade de Dias, cuja presença incrementava o valor a ser pago. Segundo o relatório, o

³¹³ Ofícios diversos de Atibaia, 29 de novembro de 1871. Apesp, Co 819. Apud. Azevedo, Elciene. *O direito dos escravos...* p.178

³¹⁴ Esse documento foi produzido dia 30 de outubro de 1871, mas parece que só chegou às mãos do presidente da província depois de o chefe de polícia já ter escrito seu 1º relatório e voltado à cidade de São Paulo. Ofícios diversos de Atibaia, 30 de outubro de 1871. Apesp, Co 819

francês havia sido preso por insultar o delegado Antonio Bento na ocasião da cobrança do imposto. Se para o Chefe de Polícia, portanto, Antonio Bento havia cobrado o imposto corretamente, havia agido de forma irregular, contudo, ao liberar Jayme Dias sem a abertura de um processo, uma vez que não competia às suas atribuições perdoá-lo ou não³¹⁵.

O Chefe de Polícia ressaltou que os problemas envolvendo Antonio Bento eram, em grande medida, incentivados pela presença e atuação de Carlos Álvares da Cruz, acusado de mentor da petição de denúncia aberta contra Antonio Bento e da tentativa de homicídio por ele sofrida. Na avaliação do Chefe de Polícia, Álvares da Cruz fazia de tudo para causar a desgraça do Juiz Municipal³¹⁶.

Em seu primeiro ano de atuação, portanto, Antonio Bento causou verdadeiro alvoroço no termo de Atibaia. Os eventos nos quais se envolveu acabaram por mobilizar diversas esferas de poder da Província de São Paulo – como o Juiz de Direito, o Chefe de Polícia e o Presidente da Província – chegando a ser debatidos, inclusive, em discussões travadas na Assembleia Legislativa Provincial³¹⁷. Citado, portanto, em diferentes esferas e contextos e frequentemente presente nas páginas dos jornais, os acontecimentos envolvendo Antonio Bento acabaram ganhando notoriedade para além do termo de Atibaia.

Em 1872, Antonio Bento conseguiu a exoneração do cargo de delegado de polícia, mantendo os cargos de Juiz Municipal e de Órfãos. Foi nomeado delegado, em seu lugar, José Amaral Lacerda, indivíduo que, de acordo com a documentação, manter-se-ia bastante próximo ao Juiz Municipal.

Havia, no relatório do Chefe de Polícia, certa esperança de que quando Antonio Bento se desvinculasse do cargo de delegado, deixasse de se envolver em problemas, uma vez que o acúmulo de cargos o expunha em demasia. O chefe da polícia estava enganado³¹⁸. Nos anos subsequentes, o bacharel manteve-se presente em diversos artigos de jornais, sempre envolvido em polêmicas.

Na edição de 24 de agosto de 1872, o *Correio Paulistano* noticiava uma dessas polêmicas,

³¹⁵ Ofícios diversos de Atibaia, 28 de dezembro de 1871. Apesp, Co 819. Apud. Azevedo, Elciene. *O direito dos escravos...* p.181.

³¹⁶ Ofícios diversos de Atibaia, 28 de dezembro de 1871. Apesp, Co 819. Apud. Azevedo, Elciene. *O direito dos escravos...* p.181.

³¹⁷ Diário de São Paulo, 5 de abril e 17 de maio de 1872. O deputado Olympio Valladão, por exemplo, procurou, em mais de uma ocasião, acusar Antonio Bento, sugerindo que o presidente da província o exonerasse do cargo. As faculdades mentais do juiz municipal foram questionados pelo deputado. Se não era louco, afirmou o parlamentar, era “mau-caráter, de juiz violento e prevaricador”. Os outros deputados presentes pediam mais ponderações sobre as acusações, que não deveriam ser julgadas por eles, mas sim pelo juiz de direito de Bragança, sob cuja responsabilidade se encontrava o termo de Atibaia. O deputado que mais defendeu Antonio Bento foi Joaquim Lopes Chaves, membro do partido conservador.

³¹⁸ Azevedo, Elciene. *O direito dos escravos...* p.181.

no caso, a abertura de uma sindicância contra Antonio Bento por suspeitas de que fraudara a votação ao cargo de presidente do colégio eleitoral – para a eleição de deputados provinciais que ocorreria no final do ano –, vencida por ele por um voto³¹⁹. Uma das acusações se referia à forma com que, visando amedrontar o votante Fortunato Manoel Rodrigues, Antonio Bento teria apreendido e mandado depositar uma sua escrava, “a pretexto de tratar-se de sua liberdade”.

Elciene Azevedo analisou a ação de liberdade da escrava de Fortunato Manoel Rodrigues, de nome Leonor, e é a partir desse exame que buscaremos reproduzir parte dos elementos do processo. Tal como divulgado pelo artigo, o processo teve início em agosto de 1882, quando teria chegado às mãos do Juiz Municipal Antonio Bento a petição do advogado José de Paula Machado, demandando a libertação da africana Leonor, sob o argumento de que a mesma era mantida escrava ilegalmente, porque traficada ao Brasil após a lei de 7 de novembro de 1831³²⁰. Ao receber a petição, o juiz exigiu apreensão da africana e seu encaminhamento aos cuidados do solicitador da causa, nomeado também curador e depositário da cativa³²¹.

O senhor de Leonor, Fortunato Manoel Rodrigues, na ausência de Antonio Bento, reclamou a devolução de sua escrava a um juiz substituto, uma vez que, após a apreensão desta, nada havia sido feito sobre o processo – com Leonor sendo mantida sob os cuidados do curador Paula Machado. O juiz substituto marcou um prazo de 15 dias para que o curador entrasse com a ação de liberdade. O advogado Paula Machado afirmou estar impossibilitado de dar prosseguimento à causa por “andar mal da saúde”, sendo substituído, então, por Olympio da Paixão³²². O advogado recém inserido no caso, apesar de ter acumulado experiência abolicionista ao lado de Luiz Gama e Américo de Campos na cidade de São Paulo, não pôde se encarregar da tarefa alegando “dificuldades insuperáveis” e “ainda mais porque em sua consciência lhe é repugnante advogar causas como a presente, onde o fim não é o da justiça, e sim caprichoso meio de perseguição política”. O depoimento de Paixão endossava a acusação do senhor da escrava (filhado ao Partido Liberal), que entendia que a apreensão da mesma se dera por motivos partidários³²³. Esse caso foi

³¹⁹ Correio Paulistano, 24 de agosto de 1872.

³²⁰ Sobre o caso da escrava Leonor, ver Apesp – Autos Cíveis de Atibaia. CO 3817, ref. 4902, ano 1872. “Autos Cíveis de Apreensão e Depósito da Africana Leonor para tratar de sua liberdade.” Apud Azevedo, Elciene. *O Direito dos Escravos...* pp.184-188.

³²¹ Para melhor compreender o modo como as ações de liberdade eram encaminhadas, ver o trabalho de Grinberg, Keila. *Liberata: a lei da ambigüidade – as ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX*. Editora Relume Dumará, 1994.

³²² “Recém-chegado em Atibaia, vindo da Capital e recentemente formado pela Faculdade de Direito, este bacharel havia sido companheiro do abolicionista negro Luiz Gama e de Américo de Campos em algumas causas de liberdade, sendo participante ativo do Clube Radical Paulistano e da Loja América”. Azevedo, Elciene. *O Direito dos Escravos...* p.186

³²³ A historiadora Elciene Azevedo descreve outros casos em que Antonio Bento atuou em ações de liberdade. Para esses casos ver, Azevedo, Elciene. *O direito dos escravos...* Cap.3 “Legalistas e Radicais”, pp. 184-196.

recorrentemente retomado por aqueles que objetivavam difamar Antonio Bento³²⁴.

As sugestões de que, em casos como esse, Antonio Bento atuava a partir de seus interesses políticos – atrelados ao Partido Conservador –, ficam ainda mais claras a partir de outras passagens da acusação por fraude eleitoral dirigida contra ele, como aquela em que era incriminado por prender injustamente eleitores do Partido Liberal³²⁵. Além dessas acusações, o *Correio Paulistano* – que àquela altura possuía orientação liberal – publicou artigo denunciando que, em conjunto com o delegado de polícia, José Amaral de Lacerda, o Juiz Municipal Antonio Bento teria feito de tudo para a vitória conservadora, mobilizando, inclusive, oficiais armados para impedir a entrada dos votantes liberais na paróquia em que se encontrava a urna³²⁶. O artigo terminava com a seguinte afirmação: “O sr. Antonio Bento é um bom obreiro de ruínas julgando que organiza o 'seu partido' nesta localidade, e nós já o saudamos do alto da montanha de suas loucuras e arbitrariedades”.

Por diversas vezes, Antonio Bento recorreu aos jornais para se defender das acusações que sofria. Em agosto de 1873, por exemplo, reclamou da constante perseguição exercida por Carlos Álvares da Cruz, que lançava mão de todos os meios possíveis para atingi-lo e desmoralizá-lo³²⁷. A certa altura do texto, Antonio Bento mencionou Olympio da Paixão como um de seus inimigos, afirmando que o advogado vinha atuando junto a Álvares da Cruz para atacá-lo. A defesa pública de Antonio Bento via imprensa conforma um indício de que os conflitos em Atibaia intensificavam-se. Um mês após a publicação, Antonio Bento sofreria uma segunda tentativa de assassinato na qual, de acordo com os laudos policiais, receberia um tiro à queima-roupa na cabeça, ficando com uma bala alojada no crânio. Como mandantes do crime, Antonio Bento acusaria Álvares da Cruz e Olympio da Paixão³²⁸.

Os dias de Antonio Bento no cargo de Juiz Municipal e de Órfãos no termo de Atibaia estavam chegando ao fim. Com a aproximação do vencimento de seu quadriênio, era grande a possibilidade de sua não renovação. Em 6 de junho de 1873, o Juiz de Direito do termo emitiu a usual avaliação dos funcionários sob sua responsabilidade. Nesta, mencionava que Antonio Bento

³²⁴ “Este indivíduo [dono de Leonor], sr. presidente, é liberal, e o sr. Antonio Bento, querendo persegui-lo, mandou arrancar do seu poder uma escrava, sob pretexto de proporcionar-lhe liberdade; teve a escrava muitos meses em depósito fantástico; e, afinal, mandou-a entregar ao seu dono sem formalidade alguma judicial”. *Correio Paulistano*, 30 de maio de 1874.

³²⁵ *Correio Paulistano*, 14 de setembro de 1872.

³²⁶ *Correio Paulistano*, 14 de setembro de 1872.

³²⁷ Neste artigo, o principal intuito de Antonio Bento é defender-se contra um processo instaurado contra ele, na tentativa de incriminá-lo pelo rapto de uma menor de idade. “O pai dessa mulher, por conselho de Carlos da Cruz, teria ido até o chefe de polícia da capital para denunciar Antonio Bento, o que acabou por resultar em um mandato de revista na casa do bacharel, que nada encontraram”. *Correio Paulistano*, 31 de agosto de 1873.

³²⁸ *Diário de São Paulo*, 28 de setembro de 1873. Ainda segundo o laudo criminal, quem realizou o crime foi Antonio Joaquim do Prado, também conhecido como “Ubatuba”. Esse seria, porém, somente o executor da tentativa e não o verdadeiro mandante da ação.

havia sido absolvido de dois processos de responsabilidade, mas que outros estavam sendo instaurados contra ele, por motivo de desobediência aos seus superiores. Em seguida, descrevia os vários defeitos do bacharel:

mostrando-se sempre insubordinado, pouco zeloso no cumprimento de seus deveres, tornando-se juiz político, fazendo garbo de abuso de autoridades, mormente depois de absolvido pela Relação, de ter a seu favor a proteção, tornando-se por seus atos, por seu temperamento colérico e pouco refletido bastante inimizado no termo em que exerce jurisdição, e reunindo a estes defeitos a nenhuma aplicação e conhecimento das matérias de direito³²⁹.

Elciene Azevedo faz referência a outro relatório do Juiz de Direito, dirigido ao Presidente da Província, produzido em meados de 1874. Neste, o Juiz de Direito não só deu continuidade às reclamações sobre a forma como Antonio Bento atuava, como anexou ao relatório “documentos que provavam seus atos irregulares e ressaltavam a insatisfação dos cidadãos de Atibaia”. Segundo a historiadora, os documentos foram reenviados ao Ministério da Justiça. Em 12 de março de 1875, findou o quadriênio de Antonio Bento e, em seu lugar, assumiu o cargo de Juiz Municipal e de Órfãos o 1º suplente Jacinto Manoel Leite³³⁰.

Anteriormente à concretização da exoneração de Antonio Bento, um artigo de dezembro de 1874, publicado no *Província de São Paulo*, fazia menção a um abaixo-assinado por meio do qual pedia-se que o juiz municipal não fosse retirado do cargo³³¹. O que o documento evidencia é que se a atuação de Antonio Bento desagradava parte dos cidadãos de Atibaia, tal não era o caso de todos os habitantes do termo. As acusações realizadas contra o personagem, assim como os relatórios produzidos pelo Chefe de Polícia, parecem indicar certo descaso frente aos procedimentos e normas jurídicas, acompanhado, no entanto, por uma tentativa de agilização dos processos e mais rápido alcance de resultados.

Vindo da cidade de São Paulo e há pouco tempo estabelecido no termo do interior da província, Antonio Bento parece ainda ter se imiscuído – na qualidade de autoridade legitimada pelo Estado – nos interesses políticos e pessoais dos poderosos locais, constantemente arbitrando, ao que tudo indica, em favor dos membros de seu partido, o Conservador. Paralelamente a isso, a personalidade controversa de Antonio Bento – descrito como pouco maleável e insubordinado pelos relatórios do Chefe de Polícia e a avaliação do Juiz de Direito –, parece ter contribuído às inimizades que angariou e às polêmicas em que se envolveu.

Analisando a atuação de Antonio Bento neste mesmo período, Elciene Azevedo procura identificar se, à altura do exercício de seus cargos em Atibaia, o personagem já possuía perfil e

³²⁹ Azevedo, Elciene. *O direito dos escravos...* p. 183

³³⁰ Província de São Paulo, 20 de março de 1875.

³³¹ Correio Paulistano, 24 de dezembro de 1874.

orientação abolicionistas. Ao final de sua análise, pautada fundamentalmente, como vimos, em documentação jurídica – como os auto-cíveis de Atibaia –, a autora afirma não ser possível reconhecer tal orientação em Antonio Bento no período³³². Nos artigos de jornal por nós analisados, tampouco conseguimos identificá-la, ausentes quaisquer menções, insinuações, acusações ou referências a um Antonio Bento abolicionista.

Nos meses que se seguiram à exoneração de Antonio Bento, o *Província de São Paulo* publicou uma série de artigos sobre a tentativa de assassinato sofrida pelo personagem, focando-se, especialmente, no suspeito do crime. No jornal, houve espaço tanto para a manifestação dos aliados de Antonio Bento, indignados com a concessão de liberdade ao “réu confesso de Ubatuba”, quanto para o grupo de seus inimigos, para quem o Juiz Municipal havia agido corretamente ao libertar o denunciado³³³.

Entre a exoneração de Antonio Bento do cargo em Atibaia, em 1875, e sua chegada a São Paulo, identificável em 1877, não se sabe ao certo por onde viveu e o que realizou o indivíduo. Encontramos indícios de que Antonio Bento tenha vivido ainda por um tempo em Atibaia, atuando como advogado e – como não poderia deixar de ser – mantendo conflitos de outrora ou adentrando em novos, principalmente com o novo Juiz Municipal do termo, Pedro Gomes Pereira de Moraes³³⁴.

No início de 1877, localizamos o primeiro indício de que Antonio Bento se encontrava em São Paulo. Na edição de 5 de janeiro de 1877 do jornal *Província de São Paulo*, o personagem assinou artigo em que abordava a disputa do inventário do Barão de Itapetininga – há pouco falecido –, com quem sua irmã fora casada³³⁵. Não entraremos no mérito das questões em disputa sobre o inventário, mas gostaríamos de frisar o modo com que, ao nosso ver, tal atitude é reveladora da prática de Antonio Bento de recorrer aos periódicos para proteger seus interesses³³⁶.

A disputa sobre o inventário deu origem a uma série de textos, por meio dos quais mais traços

³³² A historiadora analisou outros casos em que Antonio Bento arbitrou de forma favorável em favor de escravos. Percebeu, contudo como “em seu juízo, as apreensões de escravos fugidos são muitos frequentes, sempre ressarcidos a seus senhores, sem que impusesse a estes maiores obstáculos”, apesar de que, em alguns casos, era possível questionar a legalidade de algumas escravidões, pautando-se na lei de 1831. Azevedo, Elciene. *O direito dos escravos...* p. 195.

³³³ Os artigos no *Província de São Paulo* iniciam-se em 29 de janeiro de 1875 e vão até 25 de agosto de 1876, totalizando cerca de 30 artigos.

³³⁴ O artigo do *Província de São Paulo* de 11 de junho de 1876, menciona a atuação de Antonio Bento em uma série de processos de justificativa para o não alistamento militar.

³³⁵ A disputa se deu com o Barão de Três Rios, a quem o juiz de direito de São Paulo, Belarmino Peregrino da Gama e Melo, deixara a tutela do inventário de Itapetininga. *Província de São Paulo*, 5 de janeiro de 1877.

³³⁶ Tal atitude, de todo modo, não era exclusiva de Antonio Bento, representando, pelo contrário, certo padrão à época. No livro *Retrato em Branco e Negro*, por exemplo, Lilia Schwarcz demonstra como o recurso à imprensa para a publicização de conflitos configurava atitude comum no período: “tudo virava notícia, ou seja, transformavam-se sempre pequenos fatos particulares e mesmo brigas pessoais em notícias de importância geral”. Schwarcz, Lilia. *O retrato em branco e negro...* p.62.

da personalidade e da vida de Antonio Bento nos foram sendo revelados. Em um artigo em particular, antes de adentrar pela questão do inventário, Antonio Bento revelou sentir-se perseguido pelos acontecimentos que levava consigo, por onde ia, desde os tempos de Atibaia:

Nada tem poupado contra mim, nas conversações das lojas, e nos corrilhos em que matam o tempo, alguns banqueiros em bancarota, e certo juiz eivado de parcialidade, e que abandona os feitos, em sua casa, para viver proclamando uma independência que nunca teve, e dando provas de sua inépcia para a posição que ocupa³³⁷.

O mote deste artigo, no entanto, é a tentativa de defesa de Antonio Bento frente a acusação de que comprara “avultado número de escravos” para seus serviços. Do conteúdo do artigo é possível depreender que, para Antonio Bento, a compra dos escravos soou como uma acusação antes porque pressupunha o uso inapropriado do dinheiro do cunhado falecido, do que por representar qualquer tipo de incoerência com sua personalidade. Em suas palavras, portanto, a compra de escravos havia de fato ocorrido, não tendo sido feita, contudo, para seu próprio desfrute – alegou que não tinha meios para possuir semelhante força de trabalho – e sim para o de sua irmã, em cuja fazenda tais cativos trabalhariam, haja vista a grande necessidade de braços da mesma.

Aos questionamentos quanto à inclinação abolicionista de Antonio Bento na década de 1870, suscitados por uma afirmação como esta, soma-se um vestígio como o presente no anúncio a seguir, reportando a fuga de um escravo e publicado no *Província de São Paulo*, em junho de 1877:

Fugiu no dia 8 do corrente desta cidade o escravo Luiz, cabra, 22 anos, altura regular, cabelos grenhos e raspados de pouco, pouca barba e nó no queixo, olhos vivos e pequenos, falta de dentes na frente, corpo regular, sabe ler, escrever e contar, fala bem e muito explicado, é pedreiro e copeiro, costuma dizer que é forro.

É de Macaé, esteve algures em Itapetininga.

Quem o entregar a seu senhor dr. Belisário Francisco Caldas em Itapetininga, ou nesta capital ao dr. Antonio Bento de Souza e Castro será gratificado³³⁸.

Em outubro do mesmo ano, foi mencionada a recolha, à penitenciária, do “preto de nome Sidoni, escravo do dr. Antonio Bento de Souza e Castro, a pedido do mesmo senhor”³³⁹. Cinco dias mais tarde, um novo artigo reportava a saída do escravo da prisão³⁴⁰. O que tais menções fazem-nos pensar é que, muito provavelmente, o escravo de Antonio Bento cometera alguma falta ou desobediência a seu senhor, que, por sua vez, recorrera a uma instituição do Estado para o auxílio na sua punição. Frente às características da escravidão urbana e às dificuldades em se ter presente, nestes contextos, um feitor que executasse as punições aos cativos, não era incomum que os senhores recorressem ao Estado em casos como esse³⁴¹.

³³⁷ Província de São Paulo, 13 de maio de 1877.

³³⁸ Província de São Paulo, 10, 12, 15 de junho de 1877.

³³⁹ Província de São Paulo, 7 de outubro de 1877

³⁴⁰ Província de São Paulo, 12 de outubro de 1877.

³⁴¹ Em *A Escravidão na cidade de São Paulo*, Maria Helena Machado discorre sobre como os senhores de escravos urbanos não contavam com o aparato repressivo existente nas fazendas, como senzalas, feitores, troncos e portanto,

A localização de artigos como esses certifica-nos de que, até o final da década de 1870, a figura de Antonio Bento não pode ser identificada, ao menos em sua faceta pública, com a de um abolicionista. Um estudo mais profundo sobre a vida deste personagem, baseado, por exemplo, em documentação epistolar por ele legada, ou em qualquer outro tipo de documento de caráter privado, pode vir futuramente a revelar como, no foro pessoal, Antonio Bento defendia já o abolicionismo ou pensava possibilidades para por fim à instituição do cativeiro no país neste período. Uma vez, contudo, que documentos como estes não foram encontrados até o momento e que as manifestações públicas de Antonio Bento no período não revelam qualquer indício de que, à altura de 1870, ele partilhasse ou defendesse ideais abolicionistas, devemos manter os cuidados necessários com qualquer tipo de identificação e rotulagem apressada de sua figura.

Entre o fim dos anos 1870 e o período imediatamente posterior à morte de Luiz Gama, quando a figura pública de Antonio Bento já é indubitavelmente abolicionista, nosso personagem ainda apareceria por diversas vezes nas páginas dos jornais. Em tais menções, uma multiplicidade de aspectos da vida de Antonio Bento seria referida, como o escritório de advocacia aberto, em São Paulo, com seu irmão; as contínuas disputas travadas em torno do inventário de seu cunhado; dívidas de pagamento de um terreno do foro do chá; o oferecimento, por sua parte, de serviços gratuitos de qualificação de eleitores; dentre outras.

No começo de 1881, Antonio Bento surgiu ainda como um dos candidatos do Partido Conservador ao cargo de deputado provincial por São Paulo, aspirando eleger-se no pleito que ocorreria ao final daquele ano. Para alcançar tal objetivo, apresentou seu programa de candidatura nos dois maiores jornais da época, *Correio Paulistano* e *Província de São Paulo*³⁴². Tal programa, contudo, não apresentava pistas efetivas sobre suas intenções, ideias e projetos à altura, uma vez que, por meio dele, Antonio Bento afirmava curiosamente não possuir um programa – dizendo, antes, que tal programa seria redigido, em acordo com a vontade de seus eleitores, uma vez conquistado o cargo.

Sem antecedentes, que possam firmar o que sou, porque apenas fui ocupado, depois de formado, em modestos empregos de magistratura, não tendo exercido outro cargo de eleição popular, a não ser o de eleitor, apresento-me simplesmente como paulista e conservador, pedindo o valioso apoio de meus correligionários do 5º distrito. (...)

Tenho bastante força de vontade e independência necessária para ocupar um assento na câmara temporária e bem servir a província, que me viu nascer.

valiam-se, sobretudo, da municipalidade para conter a escravidão. Agentes dos estado como a polícia e funcionários da carceragem, executavam, nesse sentido, as funções do feitor ausente. Machado, Maria Helena. “Sendo cativos nas ruas: A escravidão Urbana na cidade de São Paulo”. In, Porta, Paula, *História da cidade de São Paulo*. São Paulo, Paz e Terra, 2004. p. 59-99. Para as características da escravidão urbana no Rio de Janeiro, principalmente no que diz respeito à ausência do feitor, ver Algranti, Leila. *O feitor ausente, estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Editora Petrópolis Vozes, 1988.

³⁴² Província de São Paulo, 24 de maio de 1881 – *Correio Paulistano*, 24 de maio de 1881.

Não tenho ascendentes que me deixassem a glória de seus nomes, para servir-me hoje de apoio. Sou filho do povo e só do povo desejo adesões. (...)
Não tenho programa, e os srs. eleitores dirão, depois de ser eu eleito, qual o programa que devo seguir. (...)

O *Correio Paulistano*, que a essa altura possuía orientação claramente atrelada ao Partido Conservador, em mais de uma oportunidade demonstrou apoio ao candidato Antonio Bento de Souza e Castro, que, ao lado de João Baptista de Moraes, era recomendado pelo jornal “aos nossos amigos”³⁴³. Baptista de Moraes acabou vencendo as eleições, com mais de 260 votos, enquanto Antonio Bento conseguiu apenas 94, ficando em sexto lugar.

Antonio Bento abolicionista: 1882 – 1886

Até a morte de Luiz Gama, em agosto de 1882, não foi possível identificar, portanto, a partir da exposição pública de Antonio Bento, qualquer forma de inserção do personagem na campanha abolicionista. O primeiro indício da inclinação abolicionista do futuro líder dos *caifazes* pode ser identificado por meio de texto publicado no jornal *O Arado*, que teve como diretor de redação e da tipografia um tal Doutor Fausto, indicado como pseudônimo de Antonio Bento³⁴⁴. No único número de que dispomos da publicação, de 8 de outubro de 1882 – posterior, portanto, à morte de Gama –, o artigo intitulado *O melhor da festa é esperar*, apesar de não apresentar nenhum programa abolicionista ou algo do gênero, diz:

Em uma fazenda do norte da província jazem, em rigoroso cativeiro oitenta e tantos infelizes, que deveriam a estas horas gozarem de plena liberdade, por ser essa a vontade de alguns herdeiros dos mesmos, mas, infelizmente um santo homem da Igreja aguardas as kalendas [sic], para solver tal problema. Em quanto espera, *colham café os infelizes e aplique-se o azorrague*³⁴⁵.

Em outra passagem do mesmo número, ao descrever um diálogo fictício, o autor faz críticas à Assembleia Provincial de São Paulo, que só empregaria os “urbanos” – grupo específico de policiais atuante à época – com a finalidade de servirem de capangas de ricos, descrevendo o caso em que os tais “urbanos” apreenderam um “moleque fugido” e o levaram de volta à fazenda do Barão de Tatuí³⁴⁶.

Para o período em que o líder abolicionista Luiz Gama esteve vivo, como vimos, não só não pudemos identificar tendências abolicionistas na figura de Antonio Bento, como não encontramos

³⁴³ Província de São Paulo, 10 de dezembro de 1881.

³⁴⁴ No livro *A Imprensa Periódica de São Paulo, 1823-1914*, Affonso de Freitas menciona que o periódico *O Arado*, um “semanário satírico e mordaz”, tinha como diretor da redação e da tipografia um tal Doutor Fausto, pseudônimo de Antonio Bento. Sua produção durou poucos meses, tendo seu primeiro número lançado em julho de 1882 e durando até meados de 1883. O único número a que tivemos acesso é de 8 de outubro de 1882 e, apesar de não apresentar nenhum programa abolicionista ou algo do gênero, ele possui alguns indícios de um possível desagrado com a instituição escravista. Freitas, Affonso de. *A Imprensa Periódica de São Paulo, 1823-1914*. p.278.

³⁴⁵ *O Arado*, 8 de outubro de 1882. Grifos do texto.

³⁴⁶ *O Arado*, 8 de outubro de 1882.

qualquer menção a uma possível relação entre os dois personagens. A análise da atuação mantida por Antonio Bento nas ações de liberdade impetradas na capital paulista a partir da morte de Gama, contudo, não nos deixa dúvidas de que, desse momento em diante, sua inserção na campanha abolicionista se deu de forma efetiva.

Partindo de um levantamento dos processos iniciados na capital paulista no ano de 1883, Elciene Azevedo averiguou que, das 62 ações de liberdade então abertas, 38 foram iniciadas por Antonio Bento e outras 24 por advogados membros da “Caixa Emancipadora Luiz Gama”, criada em 1881 e composta por indivíduos que atuaram ao lado de Luiz Gama até sua morte³⁴⁷. O grande número de ações de liberdade abertas naquele ano salta aos olhos, em comparação com os anos anteriores. Em 1880, por exemplo, foram impetradas sete ações de liberdade em São Paulo; em 1881, treze ações; e, em 1882, nove³⁴⁸. Durante esses três anos, segundo levantamento de Azevedo, das 29 ações de liberdade iniciadas, 19 foram solicitadas por Luiz Gama, e as 10 demais por membros da banca de advogados de Luiz Gama, composta por homens como Vicente Ferreira da Silva, Antonio Januário Pinto Ferraz e Brasil Silvado.

Perscrutando o ingresso de Antonio Bento na causa e na campanha abolicionista paulista na década de 1880, deparamo-nos ainda com a interessante informação de que, em setembro de 1883, escrevendo no jornal *Província de São Paulo* – juntamente a João Macedo Pimentel e João Fernandes da Silva – em nome dos abolicionistas da cidade, apresentou o tenente Antonio Arcanjo Dias Batista como candidato a deputado provincial, pelo que então chamou de “partido abolicionista”³⁴⁹.

Apesar destes vestígios, a análise da inserção efetiva de Antonio Bento na campanha abolicionista paulista ainda enseja uma série de dúvidas, falhando a documentação em esclarecer exatamente por que meios ele teria adentrado em tal atividade. Diferentemente do que costumam afirmar certos trabalhos, especialmente os realizados por memorialistas, após a morte de Luiz Gama, Antonio Bento não se juntou à causa abolicionista assumindo a direção do Centro Abolicionista de São Paulo. Pelo contrário, só viria a se tornar diretor do (refundado) Centro em janeiro de 1884, um ano e meio após sua primeira fundação, e depois de ter atuado durante todo o ano de 1883 em ações de liberdade³⁵⁰.

³⁴⁷ Azevedo abordou esse levantamento no livro *O Direito dos Escravos*. Já no *Orfeu da Carapinha*, citou alguns dos membros da Caixa Libertadora Luiz Gama os advogados João Fernandes da Silva, presidente da organização, João Evaristo, Hipólito Ladisláu Alvez Cruz, Brasil Silvado, Francisco Antonio Dutra Rodrigues. Segundo artigo da *Província de São Paulo*, de 8 de novembro de 1882, a Caixa Emancipadora, respondendo acusação de que formava pecúlio em favor dos escravos, disse que assim não procedia, mas que completava-os para facilitar tais liberdades. Azevedo, Elciene. *O direito dos escravos...* p. 165-166. e *Orfeu da Carapinha...* p. 260.

³⁴⁸ Azevedo, Elciene. *Orfeu da Carapinha...* p.260 -261

³⁴⁹ *Província de São Paulo*, 23 de setembro de 1883

³⁵⁰ *Gazeta da Tarde*, 16 de janeiro de 1884.

Apesar das dificuldades apresentadas à análise histórica do período, a atuação de Antonio Bento junto à Irmandade da Nossa Senhora dos Remédios, e a forma como tal instituição passou a ser utilizada pelos abolicionistas, pode nos trazer algumas indicações.

Desde os anos finais da década de 1870, Antonio Bento já fazia parte da Irmandade da Igreja de Nossa Senhora dos Remédios, organização de leigos católicos. Na década seguinte, tal agremiação viria a se tornar uma das principais instituições congregadora das ações abolicionistas da cidade de São Paulo. Ainda que tal Irmandade não fosse propriamente “de negros”, como o eram as Irmandades do Rosário, de Santa Ifigênia e de São Benedito, o trabalho *Irmandades negras: outro espaço de luta e resistência*, da historiadora Antonia Aparecida Quintão, aponta como, em conjunto com essas instituições e a partir da ajuda mútua existente entre elas, a Irmandade da Igreja de Nossa Senhora dos Remédios figurou como um dos espaços privilegiados para a resistência contra a escravidão em São Paulo na década de 1880³⁵¹.

Em seu estudo sobre a prática dos *caifazes*, Alice Aguiar Fontes indica que Antonio Bento tornou-se provedor da Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios no começo de 1880, mantendo-se no cargo – considerado o mais importante na hierarquia da Irmandade – até data posterior à abolição³⁵². O ocupante do cargo de provedor, também conhecido como de presidente da mesa, era escolhido mediante votações repetidas com certa periodicidade. O longo tempo no qual Antonio Bento se manteve na posição evidencia, a nosso ver, a conformidade de sua atuação com os interesses dos membros da Irmandade e o prestígio que possuía entre os irmãos da mesma³⁵³.

Ainda que os vestígios de que dispomos acerca da atuação de Antonio Bento junto a esta instituição não nos permitam descrever o modo específico e os meandros por que a mesma se deu, assim como não revelam, fundamentalmente, se a Confraria de Nossa Senhora dos Remédios já possuía inclinação abolicionista previamente à inserção de Antonio Bento, ou se, unicamente a partir de sua entrada no cargo de provedor, tais iniciativas passaram a ocorrer, acreditamos poder afirmar que tal Confraria assumiu, na década de 1880, caráter de verdadeiro centro abolicionista.

Em junho de 1883, encontra-se a primeira referência à entrega de cartas de liberdade por

³⁵¹ Quintão, Antonia Aparecida. *Irmandades negras: outro espaço de luta e resistência (São Paulo:1870-1890)*. São Paulo, Annablume, Fapesp, 2002. p.20.

³⁵² Alice Fontes consultou as atas da confraria de N. Sra. dos Remédios, que indicavam que Antonio Bento foi eleito como provedor em 1880, sendo mantido no cargo até período posterior à abolição. O ocupante do cargo era escolhido por meio de processo eleitoral e é certo que deveria possuir certo prestígio entre seus pares. Fontes, Alice Aguiar de Barros. *Prática abolicionista em São Paulo: os Caifases*. p.22.

³⁵³ Correio Paulistano, 23 de agosto de 1881. O juiz provedor de uma irmandade tinha as mesmas funções designadas ao presidente da mesa administrativa e ambos os cargos eram escolhidos por meio do voto. “A principal atribuição da Mesa Administrativa é representar a Irmandade e administrar todos os seus negócios internos e externos. A mesa é composta por um presidente, um secretário, um tesoureiro e mais 24 membros que, com a denominação de irmãos e irmãs que mais se distinguem pelo seu zelo e devoção ao serviço e prosperidade da Irmandade”. Quintão, Antonia Aparecida. *Irmandades negras: outro espaço de luta e resistência...* p 27.

aquela Confraria, após a celebração de uma festa. Ainda naquele mês, uma manifestação abolicionista teria sido realizada pela própria irmandade³⁵⁴. A partir de 1884, Antonio Bento passou a convocar os abolicionistas da cidade para reuniões que tomavam corpo em um dos salões da Igreja de Nossa Senhora dos Remédios.

No período em que Antonio Bento passou a atuar como advogado em prol da libertação de escravos, é possível reconhecer que fez uso de uma rede de solidariedade abolicionista preexistente – tecida, fundamentalmente, por Luiz Gama – que, há anos, vinha experimentado a manipulação de argumentos cabíveis à letra da lei. Procurando não se limitar ao espaço dos tribunais, os indivíduos que compunham essa rede exerceram constante pressão social pela causa abolicionista, procurando apoio nos espaços disponíveis – dentre os quais destacava-se a imprensa – e tornando públicos o desenrolar dos processos com a finalidade de constranger juízes, advogados e senhores de escravos³⁵⁵. Após a morte de Luiz Gama, os advogados que com ele atuavam nas causas de liberdade continuaram ativos na luta, como é possível averiguar a partir das 24 ações de liberdade impetradas, em 1883, por indivíduos anteriormente próximos à sua figura.

Antonio Bento, por sua vez, provou habilidade suficiente para fazer uso de uma tradição previamente estabelecida, aproveitando-se da rede que antecedeu sua inserção na causa abolicionista e mobilizando-a em prol da liberdade dos cativos. Paralelamente às boas intenções e à competência jurídica do personagem, a popularização dos ideais abolicionistas na cidade deve ter contribuído ao aumento das vitórias dos advogados envolvidos em causas de liberdade.

Os âmbitos a partir dos quais podia-se contribuir à conquista de liberdades por via jurídica eram diversos e aumentavam no período. Existiam, assim, as organizações propensas, ou de mote abolicionista, como caixas libertadoras, clubes abolicionistas, irmandades religiosas e confrarias, que se esforçavam por angariar fundos para a compra de liberdade dos escravos³⁵⁶. Havia os médicos que disponibilizavam atestados comprovando a frágil saúde do cativo e, com isso, ajudando na diminuição de seu valor³⁵⁷. Os juízes que desviavam dos obstáculos procedimentais,

³⁵⁴ As menções a essa festa e à manifestação abolicionista foram encontradas por Antonia Quintão nas atas da Irmandade. Quintão, Atonia Aparecida. *Irmandades negras: outro espaço de luta e resistência...* p.95

³⁵⁵ Na obra sua a biografia de Luiz Gama, Elciene Azevedo demonstrou como o abolicionista soube galgar e percorrer muito bem esses espaços. Azevedo, Elciene. *Orfeu da Carapinha...*

³⁵⁶ Renata destaca no artigo *Pacto de tolerância e cidadania na cidade de São Paulo (1850-1871)*, como a compra de liberdade por meio dessas instituições não confrontava a instituição escravista, antes sendo um mecanismo por eles autorizado, sendo pelo senhor escolhido qual escravo seria libertado, sem contar o fato do proprietário receber o valor do escravo em dinheiro. Francisco, Renata. “Pacto de tolerância e cidadania na cidade de São Paulo (1850-1871)”. In. Machado, Maria Helena. e Castilho, Celso. Orgs. *Tornando-se livres: Agentes Históricos e Lutas Sociais no Processo de Abolição*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2015. p. 237-256.

³⁵⁷ Azevedo identifica a atuação de Candido Barata Ribeiro, Clímaco Barbosa e Jaime Serva nessas circunstâncias. “Mantendo estreitas relações de amizade com Luiz Gama, estes médicos frequentemente, a pedido do advogado, se prestavam a examinar escravos, dando maior legitimidade à sua argumentação. Essas avaliações médicas eram elementos fundamentais porque de uma forma ou de outra poderiam acabar influenciando o olhar do arbitrador

acelerando, por exemplo, a nomeação do depositário do cativo cuja liberdade se julgava³⁵⁸. Homens dispostos a atuar como avaliadores no arbitramento do valor de escravos e que, puxando tal valor para baixo, facilitavam a compra da alforria. Autoridades identificadas como favoráveis aos cativos, a quem os escravos se entregavam, muitas vezes, confessando crimes, e prevendo a possível desvinculação de seus senhores. Ou ainda, advogados a quem os cativos recorriam em auxílio a suas causas.

Tudo indica que Antonio Bento se juntou aos homens que já sabiam manipular tais potencialidades, contribuindo à manutenção e fortalecimento da rede e somando, a tais táticas, outras que lhe pareciam promissoras³⁵⁹. Elciene Azevedo identificou, nesse sentido, outras estratégias empregadas por Antonio Bento, adicionando elementos de sua experiência pessoal, que chegam a lembrar um pouco os tempos de juiz municipal em Atibaia.

Uma de suas estratégias de libertação, por exemplo, consistia em, após a apreensão do escravo (através da disposição das leis de 1831 ou 1871), demorar em dar prosseguimento à ação de liberdade (levantando diversos obstáculos para que o arbitramento se realizasse), obtendo um distanciamento do cativo em relação a seu senhor e, neste interregno, a possibilidade de o mesmo vender sua força de trabalho na cidade (como escravo de ganho), acumulando o pecúlio necessário ao pagamento de sua própria liberdade – causando ainda prejuízos ao senhor por sua ausência³⁶⁰.

O emprego desta estratégia resultou em artigo no jornal *O Diário de São Paulo* – periódico liberal, defensor dos interesses dos grandes proprietários de terra – que acusou Antonio Bento de “papa-pecúlio” por entender que, por meio de tal prática, o advogado alugava os escravos sob seu depósito judicial e lucrava com os seus serviços³⁶¹. De acordo com o periódico, entre março e agosto de 1883, o advogado teria 45 escravos depositados, o que poderia lhe gerar uma renda de 8 contos e 900 mil réis.

O mesmo método – a demora no andamento do processo por parte do curador –, também fazia com que os senhores, mesmo não concordando com o valor apresentado como pecúlio pela liberdade de um cativo, acabassem aceitando a quantia com a finalidade de rapidamente reaver

sobre o escravo – sendo por isso quase sempre refutadas pelos senhores, que, no intuito de valorizarem sua propriedade, chamavam seus próprios médicos para fazer a avaliação”. Azevedo, Elciene. *O direito dos escravos...* p.255.

³⁵⁸ Em Orfeu da Carapinha, Elciene Azevedo apresenta um caso em que o juiz municipal suplente, Vicente Ferreira da Silva, deu rápido prosseguimento no processo e nos pedidos de Luiz Gama, facilitando a obtenção da liberdade da escrava Luzia. Azevedo, Elciene. *Orfeu da Carapinha...* p.232.

³⁵⁹ A partir de 1883, Antonio Bento passa figurar em alguns processos ao lado de indivíduos que atuavam com Luiz Gama em ações de liberdade, tal qual Clímaco Barbosa. Justo Nogueira de Azambuja no artigo do Correio Paulistano, 27 de maio de 1883.

³⁶⁰ Azevedo, Elciene. *O Direito dos Escravos...* p. 205.

³⁶¹ Diário de São Paulo, 7 de agosto de 1883. Apud. Azevedo, Elciene. *O direito dos escravos...* pp. 206-7

algum dinheiro³⁶². A aceitação do valor apresentado revelava ainda outra preocupação dos senhores, o medo de que acabassem sem escravos e sem qualquer indenização.

Outra prática evidenciada por Elciene Azevedo foi a denominada “simulação de depósito”. Como desdobramento de tal prática, alguns senhores de escravos que aceitavam o pagamento de indenização pela libertação de seus cativos em ações de liberdade, nada encontravam no cartório a que se dirigiam para recolher o valor acordado. A historiadora revela que os escrivães, muitas vezes, ao declararem nos autos a confirmação do depósito do pecúlio, escondiam, na verdade, o fato de o dinheiro nunca ter sido depositado, ficando o senhor sem o pecúlio e, na maioria das vezes, impossibilitado de recorrer judicialmente para a devolução de seu cativo³⁶³. Claramente havia ali uma aliança entre os donos de cartórios e advogados em prol da libertação dos escravos³⁶⁴.

Conforme os anos se passaram, tais estratégias foram sendo alargadas pela experiência dos abolicionistas. Os escravocratas, por sua vez, não podiam calar diante dos acontecimentos. Por meio do jornal *Diário de São Paulo*, defenderam sua posição e seus pontos de vista, pressionando o Judiciário até conseguirem, do Tribunal da Relação de São Paulo, um acórdão afirmando que nos “processos de arbitramento os senhores deveriam ser ouvidos nos foros de seus domicílios” e que seria considerada “‘violência’ contra a propriedade o depósito prévio do escravo em ações de arbitramento”³⁶⁵. Segundo Elciene Azevedo, a medida “representava a revogação do direito do escravo de contar com a proteção da Justiça – sendo depositado aos cuidados de pessoa idônea – quando litigava com seus senhores o preço de sua alforria”. Sob as novas circunstâncias, os escravos eram mantidos com seus senhores enquanto ocorria o arbitramento de seu valor, o que os expunha a possíveis represálias. Para além disso, a medida evidenciou uma propensão do Tribunal da Relação à defesa do cativo e do que então era visto como a ordem nacional.

Apesar da repercussão negativa despertada pela decisão do Tribunal da Relação e do impacto que, a princípio, ela teve sobre a atuação de homens como Antonio Bento – que, ainda em 1883, afirmou estar “descrente da justiça quando se trata de causas da liberdade”³⁶⁶ –, os acontecimentos dos anos seguintes evidenciam uma continuidade na luta contra o cativo da parte desses indivíduos, passível de ser averiguada, por exemplo, por meio de menções ao envolvimento de Antonio Bento em ações de liberdade ao longo de 1884³⁶⁷.

³⁶² Foi o que ocorreu, de acordo com Elciene Azevedo, no caso envolvendo o senhor de escravos Rafael Leite Canto. Azevedo, Elciene. *O Direito dos Escravos...* p. 203-205.

³⁶³ Azevedo descreve a complexidade dos mecanismos empregados por Antonio Bento para que o senhor ficasse sem pecúlio e sem o escravo. Algumas vezes estes mecanismos eram considerados irregulares ou ilegais. Azevedo, Elciene. *O Direito dos Escravos...* p. 203-205.

³⁶⁴ Azevedo, Elciene. *O Direito dos Escravos...* p. 203-205.

³⁶⁵ Azevedo, Elciene. *O Direito dos Escravos...* p.211.

³⁶⁶ A Província de São Paulo, 14 de setembro de 1883. Apud: Azevedo, Elciene. *O Direito dos Escravos...* p. 211

³⁶⁷ Correio Paulistano, 17 de julho, 23 de setembro de 1884. – Província de São Paulo, 13 de setembro, 1 de outubro,

A partir de 1884, portanto, fica evidente a inserção de Antonio Bento no grupo de abolicionistas pertencentes à antiga roda de Luiz Gama. Em janeiro desse ano, Antonio Bento convocou os abolicionistas da cidade para se reunirem em um dos salões da igreja de Nossa Senhora dos Remédios. Dessa reunião, deliberou-se a refundação do Centro Abolicionista de São Paulo, cuja direção ficou composta por Antonio Bento, Fernandes Coelho, João Fernandes da Silva, Antonio Arcanjo Dias Batista, Gaspar da Silva e Evaristo da Cruz³⁶⁸. A partir daí, as reuniões abolicionistas, publicamente convocadas através de artigos nos jornais, passaram a ocorrer no interior da igreja³⁶⁹. Ao que tudo indica, simultaneamente a tal concentração de abolicionistas no entorno do Centro Abolicionista de São Paulo – com aparente sede na Confraria –, a “Caixa Emancipadora Luiz Gama” passou a minguar. Artigos de jornal referentes à concessão de manumissões por parte da Caixa ficaram restritos ao ano de 1883, totalizando 8 escravos libertados no período que foi de junho a novembro daquele ano³⁷⁰.

A atuação abolicionista de Antonio Bento, e sua evidente liderança na campanha travada na cidade de São Paulo – perceptível a partir do cargo de presidente do Centro Abolicionista de São Paulo e de seu cargo de provedor da Irmandade – aparentemente ganhou reconhecimento em outras localidades. Em agosto de 1884, a Confederação Abolicionista da Corte pediu que Antonio Bento representasse a instituição nas cerimônias em homenagem à memória de Luiz Gama³⁷¹. No final do ano de 1885, a *Gazeta de Tarde*, órgão oficial da organização abolicionista da Corte, voltou a fazer referência a Antonio Bento como “ilustre chefe abolicionista daquela localidade” e “benemérito confrade”³⁷².

A que tudo indica, a partir de 1886, os laços entre a luta abolicionista travada no Rio de Janeiro e em São Paulo estreitaram-se ainda mais. No começo deste ano, o caso de um escravo do interior da província de São Paulo, de nome Honório, fugido para a Corte, ganhou notoriedade, sendo bastante comentado nos jornais. Segundo relatos de seu próprio senhor, Honório, teria ficado no Rio de Janeiro por 3 anos³⁷³. A certa altura, em Sepetiba (RJ), foi preso, amarrado, espancado e mandado, de trem, a São Paulo. Segundo o relato do escravo, que teria ido até o escritório do jornal *Gazeta da Tarde* para relatar os eventos que vivera, ao chegar em São Paulo, foi mantido amarrado

de 1884.

³⁶⁸ Foram nomeados suplentes da diretoria do Centro Abolicionista: coronel Pimentel, Antonio M. Lobo Pessanha, Julio Mauricio da Silva, Albino Soares Bairão, Raul Pompeia, Domingos Coelho e T. M Miranda. *Gazeta da Tarde*, 16 de janeiro de 1884.

³⁶⁹ Alguns artigos de convocação de reuniões na Igreja de Nossa Senhora dos Remédios podem ser vistos nas edições do *Província de São Paulo*: 16 de agosto e 13 de novembro de 1884. 7 de novembro de 1886.

³⁷⁰ *Província de São Paulo*: 17 de junho, 15 de julho, 5 de agosto, 19 de agosto, 16 de setembro e 18 de novembro de 1883.

³⁷¹ *Gazeta da Tarde*, órgão oficial da Confederação Abolicionista. 23 de agosto de 1884.

³⁷² *Gazeta da Tarde*, 19 de outubro de 1885.

³⁷³ *Província de São Paulo*, 10 de fevereiro de 1886.

e confinado por uma noite na estação de urbanos para, no dia seguinte, ser levado a Rio Claro, onde se encontrava seu senhor. Passara os três dias do trajeto entre Sepetiba e Rio Claro sem comer ou beber. Em busca de Honório, o Chefe de Polícia da Província de São Paulo teria telegrafado para que ele fosse retido na estação de Rio Claro. Transportado de volta a São Paulo no dia seguinte, na companhia de um praça, Honório era já tratado como liberto, “graças aos esforços do sr. dr. Antonio Bento”.

Segundo artigo do jornal *O Paíz*, Antonio Bento teria depositado o preço da liberdade do escravo perante o Juiz de Direito de São Paulo logo após um telegrama vindo da Corte, em que José do Patrocínio solicitava semelhante medida³⁷⁴. A soma de 900\$000, depositada por Antonio Bento não pertencia a ele e tampouco a José do Patrocínio, mas sim à Casa Comercial dos srs. Pereira & Neves. Um dos sócios, Manoel José Pereira, inclusive, teria vindo a São Paulo para buscar Honório, que com ele seguiu de volta à Corte³⁷⁵. Depois de discorrer sobre esses acontecimentos, o jornal *O Paíz* teceu graves críticas ao “monstro Saraiva-Cotegipe”, referindo-se à lei que estipulava uma tabela de valores aos cativos e, segundo a qual, a liberdade de Honório pressupunha o pagamento da alta quantia de 900\$000³⁷⁶.

A fama de Antonio Bento, contudo, não ficou restrita aos grupos pró abolição do país. A edição de 14 de novembro de 1885 do *Gazeta da Tarde* fez menção, por exemplo, a artigo publicado no *Correio de Campinas* no qual revelava-se que, nas circunstâncias de uma reunião de fazendeiros em Itu – tendo em vista a criação de uma associação agrícola –, um fazendeiro da cidade sede sugeriu que a primeira verba fosse destinada a matar “certo advogado da capital, conhecido por suas ideias e sentimentos abolicionistas”. De acordo com o redator do *Gazeta da Tarde*, “todos sabem que o advogado em questão, é o conhecido chefe abolicionista, o ilustrado sr. dr. Antonio Bento”³⁷⁷.

O renome de Antonio Bento, a esta altura, também já chegara à polícia, como demonstra o cerco policial de três dias montado ao redor de sua casa, e no bairro em que vivia, na mesma época da reunião dos fazendeiros de Itu. Segundo notícia do *Diário Popular* – jornal fundado, em 1885, por José Maria Lisboa e Américo de Campos, saídos do *Província de São Paulo* – a polícia assim agira para prender cerca de 20 cativos fugidos do interior – não se podendo precisar se de Atibaia, Bragança ou Itu –, que teriam buscado refúgio na casa do advogado³⁷⁸. A polícia teria revistado não

³⁷⁴ O País, 7 de fevereiro de 1886.

³⁷⁵ O artigo presente n’O Paíz foi transcrito a partir de original publicado no *Gazeta da Tarde*. O Paíz, 9 de fevereiro de 1886.

³⁷⁶ Para mais informações sobre as tabelas de valor estabelecidas para a compra de liberdade dos escravos, ver a transcrição da lei na íntegra em Mendonça, Joseli. *Entre a mão e os anéis...* p.341-349.

³⁷⁷ *Gazeta da Tarde*, 14 de novembro de 1885.

³⁷⁸ *Diário Popular*

apenas a casa de Antonio Bento, mas também as propriedades vizinhas, não encontrando absolutamente nada.

O periódico de propriedade de Lisboa e Campos, que possuía grande afinidade com os ideais abolicionistas, concedera, desde sua criação, amplo espaço à publicação de artigos de autoria de Antonio Bento. Ao final do artigo de 14 de outubro de 1885, no qual se revelara a revista empreendida na casa e bairro de Antonio Bento, o jornal ironizava a atuação da polícia: “A polícia não encontrou em casa do dr. Antonio Bento nem um dedinho de escravo fugido para compensar a fadiga e o zelo que tão guapamente desenvolvera”.

Entre este ano e a fundação do *A Redenção*, em janeiro de 1887, o *Diário Popular* publicou grande número de textos de Antonio Bento. Dois dias após a divulgação da revista policial a sua casa, Antonio Bento foi às páginas do *Diário Popular*, em 16 de outubro de 1885, comentar os eventos sucedidos. Depois de mencionar que os escravos procurados não haviam estado em sua casa, Antonio Bento afirmou:

Não tenho responsabilidade alguma em dar consultas em minha casa a quem quer que seja. Para mim é indiferente que procure a minha casa o dr. Elias Chaves ou o Pelludo, dou conselhos a todos e especialmente a escravos, porque promovo causas de liberdade. Honro-me muito com isso³⁷⁹.

Nos artigos publicados no *Diário Popular*, Antonio Bento deixou claro que continuava no ofício jurídico de libertar escravos. Em 6 de novembro de 1886, por exemplo, afirmou: “sou advogado e só trato de causas de liberdade sem interesse algum, porque, mercê de Deus, não dependo da advocacia para viver”³⁸⁰. Por “mercê de Deus”, muito provavelmente, referia-se aos negócios no ramo de drogarias que seu pai havia lhe deixado e que permitiam-no dedicar-se a outros interesses.

Sua dedicação às causas jurídicas dos escravos à época pode ser comprovada, ainda, por artigos publicados em outros periódicos. Em julho de 1886, por exemplo, artigos publicados no *Província de São Paulo* em nome, respectivamente, da ex-escrava Margarida e do ex-escravo João de Camargo, revelavam os auxílios prestados por Antonio Bento em suas conquistas de liberdade. O artigo sobre a liberdade de João de Camargo é mais completo, possibilitando-nos observar, em maiores detalhes, o modo com que fora conquistada. João de Camargo conquistou sua liberdade após o pagamento de 600\$000. Segundo o artigo, o liberto havia juntado o próprio pecúlio. O

A busca de refúgio, por parte dos cativos fugidos, junto a Antonio Bento, pode indicar que a fama do abolicionista alcançara, para além das esferas citadas até aqui, as senzalas das fazendas do interior da Província.

³⁷⁹ *Diário Popular*, 16 de outubro de 1885.

³⁸⁰ O artigo em que Antonio Bento faz essa menção, pertence a uma série de 3 artigos intituladas *A S. M. o Imperador*, produzidos na ocasião em que D. Pedro II esteve na província de São Paulo. *Diário Popular*, 6 de novembro de 1886.

andamento do processo de libertação, contudo, ao que tudo indica, demandou o auxílio jurídico de um advogado abolicionista, no caso, Antonio Bento. Ao final do artigo afirmava-se que, restituído à sociedade, João de Camargo “será mais um humilde soldado a unir-se a essa plêiade que trabalha em favor da liberdade, e nesse posto tudo fará em favor da causa de seus infelizes ex-companheiros de infortúnio, que, para vergonha desse país, ainda gemem debaixo do cativeiro”³⁸¹.

Ao que tudo indica, portanto, Antonio Bento conquistara, com sua atuação jurídica, mais um aliado na luta contra o cativeiro. Aliado ainda mais necessário se levarmos em conta que, a esta altura, como indica parte da bibliografia, o grupo da *Ordem dos Caifazes* já se encontrava em atividade na província, com suas táticas de inserção nas fazendas. Veremos adiante como, em artigos publicados no *Diário Popular*, o discurso de Antonio Bento alude de forma mais incisiva aos encaminhamentos que lhe pareciam necessários na luta contra o cativeiro, apresentando evidências sugestivas da adoção de práticas que extrapolavam a luta em âmbito jurídico³⁸².

Em 16 de outubro de 1885, comentando, como vimos, nas páginas do *Diário Popular*, a revista realizada pela polícia em sua casa, para além de explicitar seu posicionamento na luta pela libertação dos cativos e indicar uma atuação jurídica ativa, de sua parte, nesta causa, Antonio Bento ainda afirmava: “Se não resisti ao mandado de busca é porque os escravos não estavam em minha casa e **nem o povo está ainda preparado para uma revolução**”³⁸³ (grifo nosso). Estaria ele sugerindo que se os escravos lá se encontrassem ele teria resistido e, quem sabe, iniciado um embate com a polícia? Estaria, mais que isso, sugerindo que, quando o momento chegasse, uma “revolução” talvez se fizesse necessária para pôr fim ao cativeiro no país?

O aparecimento de um discurso de teor mais radicalizado da parte de Antonio Bento fez-se ainda mais claro em abril de 1886, na ocasião em que, escolhido pela Câmara Municipal de São Paulo para compor a comissão responsável por angariar recursos para a elaboração do Livro de Ouro – em cujas páginas deveriam constar os nomes daqueles que contribuíam financeiramente à causa da liberdade dos cativos –, recusou a “honraria” alegando não ser “emancipador, mas sim abolicionista”, e afirmando na sequência:

Entendo que a escravidão existe só por inépcia dos escravizados.
Não há direito de um povo escravizar o outro.

³⁸¹ Província de São Paulo, 27 de junho de 1886.

³⁸² Podemos conjecturar aqui se evidências como estas já não se faziam presentes em um periódico como o *Jornal do Commercio*, cuja redação fora assumida por Antonio Bento em dezembro de 1883. Nascido quatro meses mais cedo, em agosto de 1883, o periódico em questão era de responsabilidade de Raul Pompeia e Gaspar da Silva, ambos portadores de ideais abolicionistas. Tal possibilidade, contudo, permanece uma conjectura no momento, uma vez que a coleção do periódico em questão, atualmente sob a guarda do Arquivo Público do Estado de São Paulo, encontra-se inacessível – ausentes as condições necessárias ao seu manuseio –, e uma vez que são poucas as referências bibliográficas disponíveis sobre o periódico.

³⁸³ *Diário Popular*, 16 de outubro de 1885

Ora, andar eu pelas ruas esmolando para encher a barriga de pançudos, seria sancionar um direito que não reconheço.

Embora abolicionista, não posso, todavia, deixar de apreciar tudo quanto faz o sr. Moreira a favor dos escravizados.

O sr. Moreira, como vereador, tem o dever de estar dentro da legalidade; eu, porém, que não exerço emprego algum público, **contento-me com a posição de revolucionário.**

Só o que lastimo é não encontrar no grande número de escravizados que hei libertado pelo menos cem que queiram comigo proclamar a abolição completa da escravidão³⁸⁴. [grifos nossos]

Fica sugerido, portanto, nestas falas, o recurso a uma prática abolicionista distinta da empregada por Antonio Bento até então. Em dezembro de 1885, escrevendo uma vez mais no *Diário Popular* e abordando os boatos de que o delegado de polícia – Lopes dos Anjos – procurava, por todos os meios possíveis, abrir um inquérito contra ele e processá-lo pelos conselhos que dava aos escravos, Antonio Bento disse não temer tal perseguição e, mais do que isso, afirmou que quanto maiores fossem os esforços do delegado, com mais força ele e seus companheiros lutariam³⁸⁵. A luta a que fazia referência nesta ocasião, no entanto, não parecia ser aquela empregada até então, desempenhada junto aos tribunais. Nas palavras de Antonio Bento, pelo contrário, revelase certa descrença nesta possibilidade: “Não trato mais da abolição, porque esgotamos todos os nossos esforços afim de conseguirmos do governo uma lei que fosse favorável aos escravos”.

É bastante provável que a lei a que Antonio Bento fazia referência fosse a famigerada lei “Saraiva-Cotegipe”, também conhecida como “Lei dos Sexagenários”, promulgada em 28 de setembro daquele ano³⁸⁶. Anteriormente a esta, o governo havia sancionado a chamada Lei do Ventre Livre, em 1871. Em 1884, em consequência da necessidade apontada pelo imperador D. Pedro II de que se elaborasse uma lei para o encaminhamento da questão servil, tomou posse o Ministério Dantas e foi apresentado um projeto para a emancipação. Passados 13 anos da aprovação da Lei de 1871, devia ser grande a expectativa dos abolicionistas por uma lei “favorável aos escravos”. O abolicionismo havia ganhado terreno nesse interregno e, como demonstramos no capítulo anterior, era clara a pressão exercida por setores consideráveis da sociedade nacional para a resolução da questão servil no país e o encaminhamento da abolição.

É possível que o projeto Dantas tivesse agradado Antonio Bento, ficando rejeitado, contudo, como vimos, pela Câmara dos Deputados. A lei Saraiva-Cotegipe, por outro lado, elaborada pelo sucessor de Dantas na chefia do Ministério, imprimiu modificações à proposta anterior no intuito de favorecer escravocratas, e não cativos, evidenciando provavelmente, para parte dos abolicionistas, o esgotamento das possibilidades de viabilização legal de uma medida “favorável aos escravos”³⁸⁷.

³⁸⁴ Diário Popular, 30 de abril de 1886.

³⁸⁵ Diário Popular, 1 de dezembro de 1885.

³⁸⁶ Para um estudo aprofundado a respeito da produção de lei de 1885 e suas implicações, ver Mendonça, Joseli. *Entre a mão e os anéis...*

³⁸⁷ Para mais informações sobre as mudanças entre o projeto Dantas e a lei Saraiva-Cotegipe ver Mendonça, Joseli.

Teria sido esta “desilusão” a materializar a inflexão reconhecível no discurso do advogado abolicionista a partir de então?

Nas palavras de Antonio Bento:

Não conseguimos [a lei]; portanto, tratamos de extinguir a escravidão, e **havemos de conseguir isso aconselhando aos escravos que trabalhem para quem lhes convier.**

Sempre entendi que **a escravidão é um roubo**; portanto, aconselhando os escravos que procuram minha casa a trabalhar para quem lhes convier, não faço mais do que cumprir um dever de consciência³⁸⁸.

O texto de Antonio Bento sugere, aqui, clara radicalização. As ameaças de uma possível “revolução”, e de um fim imediato à escravidão caso possuísse apoio de 100 ex-escravos por ele libertados, também podem ser fruto, não podemos ignorar, do uso da retórica, da construção de um discurso com vistas a exercer pressão e medo sobre os escravocratas locais. Pode ser representativo, contudo, de uma verdadeira guinada de Antonio Bento e de parte dos abolicionistas do país, cuja mudança de estratégias é também reconhecível em parte da documentação do período, como os artigos de jornal, relatórios de polícia e mesmo relatos de memorialistas abordados no item anterior. No próximo capítulo, veremos como o tipo de discurso radical assumido por Antonio Bento perpassou parte significativa do jornal *A Redenção*, não tendo sido, contudo, uníssono nas páginas da publicação, que agregou uma série de outras propostas para o encaminhamento do fim do cativeiro no país.

A forma como Antonio Bento enfrentou as autoridades policiais e o modo com que recorrentemente reclamou dos policiais urbanos, por sua vez, foram constantes no *Diário Popular* e tiveram ainda maior ênfase na folha abolicionista lançada em janeiro de 1887, o *A Redenção*. Tal enfrentamento esclarece, em certa medida, o porquê de Antonio Bento ter sido tão perseguido por essas autoridades. Em artigo de maio de 1885, reclamava da forma como capitães do mato, acompanhados de oficiais da polícia, haviam invadido a casa de um morador de São Paulo, sob o pretexto de buscar escravos fugidos. Faz questão de esclarecer, contudo, no início do artigo, que sob a chefia de polícia anterior – de Arnaldo de Oliveira – tais casos haviam diminuído³⁸⁹.

O grande número de artigos da autoria de Antonio Bento, publicados entre 1885 e o final de 1886 no *Diário Popular*, reclamando das autoridades, pode estar relacionado a um aumento da repressão aos cativos fugidos e aos abolicionistas, elevando as tensões na cidade planaltina. O aumento da repressão e da violência, por sua vez, podem estar relacionados – como buscamos demonstrar no capítulo anterior – às mudanças ocorridas, no mesmo período, na presidência do Ministério, e na substituição de Dantas – cujo projeto apontava a uma resolução da questão servil –

Entre a mão e os anéis...

³⁸⁸ Diário Popular, 1 de dezembro de 1885.

³⁸⁹ Diário Popular, 26 de maio de 1885.

pelos ministros Saraiva e, em seguida, Cotegipe, representantes, de certa forma, de uma reação escravocrata.

Dentre os ataques proferidos por Antonio Bento aos oficiais da polícia de São Paulo, destacam-se os direcionados a um indivíduo em particular, o delegado de polícia Lopes Capello dos Anjos Júnior. Enviado às proximidades da cidade, em outubro de 1885, para reprimir escravos vindos do interior da província, o delegado tornou-se protagonista de uma série de oito longos artigos redigidos por Antonio Bento, caracterizados, eminentemente, pelo deboche contra sua pessoa³⁹⁰. Os “feitos” de Lopes dos Anjos, apelidado por Antonio Bento de “general Borla e Capello, o Barão do Capim”, foram comparados às aventuras de Dom Quixote em quase todos os oito artigos.

Nem Alexandre, nem Xerxes, Napoleão, Nelson, em todos os combates que tiveram, fizeram mais do que o general Borla no célebre combate que ontem se travou no vale do Anhangabaú e Pinheiro.

Os preparativos que se fizeram pertencem à história. (...)

Por mais que os abolicionistas queiram morder a reputação dese herói, ficarão reduzidos à hidra da fábula. (...)

Imediatamente o intrépido general Borla mandou pôr todas as forças em prontidão e fez partir para esse lugar uma brigada composta de 5 soldados de cavalaria, 50 do corpo policial, e em falta de artilharia, mandou duas dúzias de urbanos, levando as peças na culatra. Tocava a alvorada no corpo de polícia, e já o nosso herói carregava o seu armamento que consistia em duas garruchas, um revolver e... um espeto de assar carne. (...)

Munido deste talismã [umas pilulas laxativas que seu pai havia lhe entregado], segue o nosso herói caminho acima dos Pinheiros, e, porque as pilulas já estavam produzindo efeito, antes de serem tomadas, e suas náveas ceroulas já estavam também tomando uma cor amarelada, desiste das ordenanças, e nomeia um secretário e um ajudante de ordens, colocando-se entre os dois. (...)

Cheio de coragem, sentindo, porém, as calças úmidas, parte para o campo de combate, e lá encontra 7 pobres pretos, mortos de fome e de cansaço, sendo três maiores de 80 anos, que vinham pedir proteção à polícia, pelos maus tratos que recebiam.

Eis um combate importante, que tem de ocupar as colunas do Correio Paulistano por muito tempo.

Recomentados, pois, ao sr. conselheiro presidente da província este importante feito do general Borla e peço-lhe que não dê risadas³⁹¹.

Como se não bastasse a série de oito artigos, entre outubro de 1885 e junho de 1886, o *Diário Popular* publicou por 100 vezes um mesmo texto de Antonio Bento contra o delegado de polícia. A reclamação de Antonio Bento, exposta nessa nova série, dizia respeito a uma petição dirigida ao delegado de polícia. Redigida por outras mãos em nome de Antonio Bento, a petição referia-se ao abolicionista como “Doutor” e, ao que tudo indica, não foi sequer considerada pelo delegado sob o argumento de que não poderia fazer uso de um título, aquele que não o possui. Uma vez que a publicação da série de oito artigos debochando de Lopes dos Anjos já havia se iniciado à altura deste acontecimento, é razoável supor que o delegado se aproveitara do envio da petição para vingar-se de Antonio Bento, conquistando, ao final, uma exposição ainda maior de seu nome no

³⁹⁰ Essa série de artigos foi publicada nas seguintes edições do *Diário Popular*: 24, 26 e 30 de outubro; 6, 12 e 18 de novembro; 5 e 24 de dezembro de 1885.

³⁹¹ *Diário Popular*, 26 de outubro de 1885.

Diário Popular, que publicaria por cem vezes o mesmo artigo expondo a situação vivida.

Em setembro de 1886, Antonio Bento voltaria às páginas do *Diário Popular* para reclamar do comportamento da polícia, especialmente do famigerado chefe da instituição na província e do subdelegado de Santa Efigênia, Francisco José Cascão. A crítica às duas autoridades dizia respeito à prisão, supostamente ilegal, de um dos músicos da Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios, o menor de idade Artur, que teria aprendido seu ofício na escola de música estabelecida no interior da Irmandade. Ao final do artigo, Antonio Bento afirma: “Como não temos tempo, na Redenção havemos de desenvolver a matéria e então mostraremos que o senhor chefe de polícia é digno de um Cascão e o Cascão do sr. chefe de polícia”³⁹².

No texto de outubro de 1886, portanto, Antonio Bento evidenciava que o projeto do jornal abolicionista *A Redenção* já se encontrava em curso, encaminhando-se, quem sabe, sua viabilização. O espaço concedido a Antonio Bento, ao longo de 17 meses, pelos proprietários do *Diário Popular*, mostrara-se, ao que tudo indica, extremamente útil à propaganda abolicionista, com a publicação de 25 artigos de sua autoria – para além do texto republicado por uma centena de vezes nas páginas do jornal. É possível, contudo, que, à altura de 1886, frente ao recrudescimento da repressão escravocrata, tal espaço tenha parecido insuficiente aos intuítos de Antonio Bento.

O conteúdo dos textos publicados por Antonio Bento nos últimos meses, assim como o vocabulário por ele utilizado nesta conjuntura (de que são exemplares os termos “revolução” e “revolucionário”), indicam a adoção de um discurso mais incisivo contra a escravidão e apontam para uma possível radicalização da luta. Diante de tal quadro, é possível que os veículos impressos da província tenham se mostrado limitados ao alcance dos discursos almejados pelo abolicionista, parecendo-lhe necessária a criação de um espaço exclusivo à causa da abolição, no qual abolicionistas de diversos matizes pudessem proferir livremente seus discursos e expor suas ideias de combate ao cativo, denunciando, sem censuras, aqueles que porventura cometessem injustiças contra escravos, libertos e abolicionistas. Vale ressaltar, nesse sentido, que José Maria Lisboa e Américo de Campos, proprietários do *Diário Popular*, pertenciam ao Partido Republicano Paulista, sendo razoável supor que pudessem sofrer sanções por divulgar as ideias de Antonio Bento, podendo ter exigido, inclusive, mais moderação de sua parte.

No próximo capítulo veremos como, no interior do *A Redenção*, caracterizado como apartidário, Antonio Bento e outros redatores teceram uma série de críticas aos partidos Conservador, Liberal e ao Partido Republicano Paulista, identificando-os todos, como imersos no jogo de interesses da classe senhorial. A fundação de um novo jornal, nesse sentido, pode ter sido

³⁹² *Diário Popular*, 26 de outubro de 1885.

levada a cabo, dentre outros, com o objetivo de criticar livremente todos os partidos e indivíduos sem submeter-se a censuras e sanções como as possivelmente impostas pelo jornal de Lisboa e Campos.

Como procuraremos demonstrar na sequência, os discursos elaborados por Antonio Bento contra o cativo e as propostas apresentadas por ele para pôr fim à instituição, não tiveram exclusividade nas páginas do jornal *A Redenção*. Pelo contrário, é possível perceber, na folha abolicionista, a existência de uma multiplicidade de projetos e meios propostos para a abolição. Apesar de tais projetos, muitas vezes, discordarem entre si – alguns mais alinhados aos desejos escravistas e outros totalmente refratários ao *status quo* –, é preciso evidenciar que a ideia central do periódico era a apresentação de estratégias para o rápido alcance da abolição, deixando-se em segundo plano, muitas vezes, os detalhes implícitos a cada uma das propostas ali apresentadas.

À altura de 1887, frente ao crescimento do número de escravos que abandonavam as fazendas, aumentavam, proporcionalmente, os meios da repressão, composta por perseguições policiais, revistas e prisões nas estações de trem, punições pela população livre assustada e enfurecida, e milícias de capitães do mato patrocinadas pelos senhores. Diante deste quadro, potencializado, quiçá, pela incapacidade da lei de 1885 em resolver de melhor maneira a questão servil, é possível que Antonio Bento tenha sentido a necessidade de fundar um periódico em cujas páginas pudesse atacar de frente a escravidão, apresentando os mais distintos projetos para o seu fim.

A urgência do momento, nesse sentido, parece ter exigido dos abolicionistas a assimilação do maior número possível de homens, possuidores de diferentes projetos e concepções de liberdade, passíveis de serem arranjados sob as hastes de um digno representante do guarda-chuva ideológico da abolição, o jornal *A Redenção*.

Cap. III. A Redenção, um retrato dos discursos abolicionistas

Este capítulo tem por objetivo descrever e analisar o jornal abolicionista *A Redenção*, do qual Antonio Bento de Souza e Castro foi redator-chefe. Observamos no capítulo anterior diversos momentos em que o abolicionista serviu-se da imprensa de São Paulo para defender suas ideias e atacar seus opositores, sendo por meio dela atacado também em diversas ocasiões. A partir de janeiro de 1887, Antonio Bento deixou de publicar seus artigos nos diferentes veículos em que vinha escrevendo até então. O motivo para a interrupção desta prática esteve na criação e editoração de seu próprio periódico: o *A Redenção – folha abolicionista, comercial e noticiosa*. De um dos salões da Confraria da Igreja de Nossa Senhora dos Remédios, local onde se localizava sua tipografia, passaram a sair centenas de jornais que ganharam as ruas da cidade de São Paulo e alcançaram localidades do interior da província³⁹³. Tendo seu primeiro número publicado no dia 2 de janeiro de 1887, foi impresso bissemanalmente, aos domingos e quintas-feiras, até a derrocada da instituição escravista, em 13 de maio de 1888.

Os artigos publicados por Antonio Bento no *Diário Popular* entre o final de 1885 e o de 1886, permitiram-nos observar a forma como o abolicionista propagandeou um discurso mais incisivo contra a instituição escravista, afirmando, por exemplo que o “povo ainda não estava preparado para uma revolução” – sugerindo que, quando estivesse, ele se faria necessário³⁹⁴ –; que “a escravidão é um roubo”³⁹⁵; e que se considerava pronto para proclamar a abolição total do cativeiro, não contando, contudo, com o apoio da maioria dos que havia libertado para levar a cabo a empreitada³⁹⁶. No ano seguinte, no jornal *A Redenção*, é possível observar uma série de textos com características bastante semelhantes. Escrevendo em sua própria publicação, contudo, era de se esperar que Antonio Bento e seus companheiros fizessem uso da autonomia de que agora usufruíam para propagandar projetos radicais para a libertação dos escravos, condizentes com a fama e a memória construídas sobre a atuação da *Ordem dos Caifazes*.

Destacamos desde já, no entanto, que o periódico não explicitou em suas páginas as concepções políticas do abolicionista e tampouco apresentou a prática libertadora empreendida pelos *caifazes* ou a formalização e defesa escritas da mesma, uma vez que, como já apontamos, o caráter clandestino de tal luta muito provavelmente inviabilizou sua descrição pública à época. A

³⁹³ A igreja, demolida em 1943, localizava-se no antigo Largo da Cadeia, atual Praça João Mendes.

³⁹⁴ *Diário Popular*, 16 de outubro de 1885.

³⁹⁵ *Diário Popular*, 1 de dezembro de 1885.

³⁹⁶ *Diário Popular*, 30 de abril de 1886.

inexistência de tal explicitação, contudo, não significa que abdicaremos da tentativa de entrever como Antonio Bento, principalmente nos editoriais de sua autoria – analisados no próximo capítulo –, posicionou-se a respeito do encaminhamento da luta contra a escravidão.

A coleção do jornal, afinal, configura documentação privilegiada para observarmos o modo como, nos estertores da escravidão, uma pluralidade de projetos visando o fim do cativeiro encontrava-se na arena pública nacional. O jornal *A Redenção*, nesse sentido, surge como um verdadeiro quebra-cabeças, composto por uma diversidade de apreciações acerca de como se deveria encaminhar a abolição da escravidão. Durante a análise da coleção do periódico, foi ficando clara, pouco a pouco, a ausência de uma linha editorial definida e restrita, revelando-se, pelo contrário, a orientação heterodoxa e múltipla da publicação, que agregava em suas páginas projetos discordantes – por vezes refratários à ordem vigente e, por outras aproximando-se dos desejos escravistas. A única ideia consensual do periódico, que agregava e respaldava todos os seus artigos, era a da necessidade urgente do encerramento do cativeiro no Império do Brasil. Essa era a premissa básica para a publicação no jornal.

Procuramos demonstrar no primeiro capítulo desta dissertação, o modo como o abolicionismo, em suas múltiplas vertentes, teve de lidar, ao longo da década de 1880, com um adversário que custava a abrandar, representado pela resistência escravocrata – com seu tenaz objetivo de perpetuação do cativeiro –, respaldada e orientada por representantes do Estado como o Barão de Cotequipe. Em São Paulo, província com grande representatividade econômica nacional, pautada na produção do café e que, àquela altura, ainda se expandia, demandando cada vez mais braços para a lida na lavoura, a obstinação escravocrata foi ainda maior e a resistência ao fim do cativeiro ainda mais violenta. Confrontados pela insuficiência estatal em reprimir as crescentes fugas de escravos, os fazendeiros paulistas procuraram ocupar os espaços desguarnecidos, organizando-se em torno de clubes de lavoura e criando suas próprias milícias.

A luta abolicionista, por sua vez, apesar de enfrentar um inimigo comum – a instituição escravista –, contava com militantes provenientes dos mais distintos grupos sociais e com uma profusão de propostas e projetos para o fim do cativeiro e o futuro dos libertos, muitas vezes discordantes. Evidenciando justamente esta pluralidade, Maria Helena Machado caracterizou-a como espécie de “guarda-chuva ideológico”, abrigando, sob suas hastes, os mais distintos posicionamentos.

Em nossa opinião, o jornal *A Redenção* configura *locus* privilegiado para a observação de tal característica uma vez que, em seu interior, ideias e discursos de diferentes matizes e, por vezes, em aberto confronto, foram contempladas e tiveram espaço de exposição. Seus redatores, no

entanto, mantiveram-se unidos em prol da causa da abolição, tecendo redes de solidariedade com vistas ao fortalecimento da campanha e elaborando alternativas que lhes pareciam as melhores para pôr fim ao cativo.

Apresentar o jornal *A Redempção*, portanto, é retratar essa pluralidade de projetos abolicionistas, por vezes ambíguos e contraditórios, em disputa nos estertores da escravidão.

Uma das mais marcantes características do jornal foi o seu forte teor de denúncia. Dando continuidade, nesse sentido, a uma estratégia de exposição de que Antonio Bento já vinha lançando mão nos jornais em que escrevera anteriormente, qualquer um que, no período, cometesse injustiça a um escravizado, corria o risco de ter seu nome estampado no *A Redempção*. Denúncias contra maus senhores, autoridades policiais, urbanos e capitães do mato foram uma constante. Longos relatos sobre castigos, torturas e sofrimentos de escravos, com toda uma linguagem dramática, estiveram presentes em todos os números do jornal. Ter seu nome publicado no jornal abolicionista, estampado como o de um escravocrata perverso e cruel, definitivamente não era do interesse da maioria dos proprietários de escravos. Assim como Antonio Bento fizera no *Diário Popular*, escrevendo, como vimos, diversos artigos em ataque ao delegado de polícia Lopes dos Anjos, as opiniões e críticas dos redatores do *A Redempção* foram reiteradas, em certos casos, pela quantidade de vezes necessária à máxima exposição do atacado.

A descrição da estrutura do periódico, objeto da primeira parte desse capítulo, permitirá que nos deparemos, por diversas vezes, com o teor de denúncia nele presente. Neste primeiro momento, partindo da descrição do jornal, procuraremos apresentar suas seções fixas e os nomes dos redatores que por mais vezes assinaram seus artigos, mapeando, em suma, o conjunto da publicação.

Em um segundo momento, apresentaremos o aparecimento de temáticas específicas nos artigos do jornal, revelando seu caráter plural e os distintos projetos que, congregados em suas páginas, encontravam-se em disputa naquele momento. Elegemos, para tanto, a abordagem de temas que nos pareceram de fundamental importância à compreensão dos formatos de libertação propostos através do periódico e que, por sua vez, dizem-nos muito sobre as avaliações políticas, sociais e econômicas de seus autores.

3.1. *A Estrutura do A Redenção*

A coleção do jornal consultada para o desenvolvimento da pesquisa possui 119 exemplares, não contemplando todas as suas edições, que totalizam 138 números. Corresponde, contudo, a mais de dois terços da totalidade de páginas publicadas, alcançando 378 das 552 páginas existentes. Trata-se de número bastante expressivo, ainda mais se considerarmos que, do total de páginas do periódico, um quarto (138 páginas) destinou-se exclusivamente a anúncios e que, em grande medida, as páginas ausentes da coleção consultada compõem tal categoria.

Cada edição do jornal *A Redenção* era composta por 4 páginas, como grande parte dos periódicos do período, e sua última página era destinada exclusivamente a anúncios. Pelos 17 meses de sua existência, o jornal possuiu o mesmo formato, compondo-se por um total de quatro páginas e – à exceção de seus três primeiros números – tendo seus artigos distribuídos em 5 colunas por página³⁹⁷.

O nome do jornal *A Redenção* conota o efeito de resgatar, redimir, retirar o indivíduo do cativeiro, contendo, portanto, a ideia de uma concessão propiciada por indivíduo livre a um cativo. Como estudos recentes têm indicado, a representação (textual ou imagética) da libertação dos escravos no mundo ocidental como um presente a eles concedido por indivíduos brancos – sob cujo poder se encontraria, dentre outras, a capacidade de ceder a liberdade a seres desprovidos de qualquer autonomia sobre suas próprias vidas –, não foi fenômeno incomum à altura do chamado “emancipation moment”³⁹⁸. Nesse sentido, o título do jornal aqui analisado pode representar mais um exemplar do modo como a ideologia do “presente da liberdade” fez-se sentir em conjunturas semelhantes vividas no ocidente.

A escolha desse nome também pode ser explicada pela ampla influência da religiosidade cristã sobre o redator-chefe do periódico, criando uma relação com a imagem de Cristo, o Redentor, que expiou os pecados dos homens, salvando-os da perdição. No editorial de um dos primeiros números do jornal, publicado aos 13 de janeiro de 1887, Antonio Bento divulgou um dos significados de seu título:

Redenção! Palavra sublime que encerra em si a manifestação mais nobre do sentimento humano – o amor da igualdade.

Redenção é a expressão mais viva da abnegação da vida; é Cristo morrendo sobre a cruz para salvação do gênero humano.

Vocabulo sublime que, significando um dogma da religião católica, é também, podemos dizer, um dogma desta grande religião – a liberdade, em cujo seio se contam também fanáticos que, como mártires do

³⁹⁷ Nas edições de 2, 6 e 9 de janeiro de 1887, os artigos eram organizados em 4, e não 5, colunas.

³⁹⁸ Wood, Marcus. *The Horrible Gift of Freedom*. Athens: The University of Georgia Press, 2010; ver especialmente p.1-34.

cristianismo, estão prontos a imolar-se para triunfo de tão santa causa³⁹⁹.

O redator do jornal defendeu que a luta pelo fim da escravidão deveria ser tratada por seus combatentes tal como uma religião. Estes eram aconselhados, assim, a atuar como verdadeiros fanáticos, associando suas práticas àquelas de Cristo e sacrificando suas vidas em prol da luta pela liberdade de outros homens. A utilização do termo “Redenção” com a conotação de retirada dos cativos da escravidão, contudo, não foi exclusividade do periódico de Antonio Bento, sendo bastante utilizado previamente na imprensa por uma série de outros abolicionistas – como é possível observar em diversos artigos publicados no periódico carioca *Gazeta da Tarde*, de propriedade do abolicionista José do Patrocínio.

Abaixo do título, vinha anunciado que o redator-chefe do jornal era Antonio Bento. No cabeçalho do jornal declarava-se ainda que este era de “Propriedade de uma associação” e que sua redação encontrava-se na Rua da Esperança, número 11. Entre o exemplar de número 8, de 27 de janeiro, e o de número 9, de 30 de janeiro de 1887, contudo, o endereço da redação foi alterado para Largo 7 de setembro, sem especificação de número, mantendo-se desta forma até a extinção do periódico, em 13 de maio de 1888. Não houve, em suas páginas, qualquer menção aos motivos que levaram à mudança da localização da redação.

À exceção de menos de uma dezena de seus exemplares, na parte inferior da primeira página do *A Redenção* vinham publicados trechos do folhetim *A Cabana do Pai Thomaz*, romance da autora estado-unidense Harriet Beecher Stowe. Era comum, à época, que os periódicos publicassem romances em formato de folhetim, os quais, de acordo com Nelson Werneck Sodré, representavam para os leitores “o melhor atrativo do jornal, o prato mais suculento que podia oferecer”⁴⁰⁰. O romance publicado no jornal abolicionista teve como centro temático a escravidão nos Estados Unidos da América, tratando também da luta abolicionista naquele país e das diferenças existentes entre suas regiões Norte e Sul.

O livro *A Cabana do Pai Thomaz* (*Uncle Tom's Cabin*) foi originalmente publicado em 2 volumes, ambos lançados nos Estados Unidos em 1852. A versão publicada no *A Redenção*, contudo, possui algumas diferenças com relação à versão original em inglês⁴⁰¹. O livro de Stowe

³⁹⁹ *A Redenção*, “Escravidão, Escravidão”, 13 de janeiro de 1887.

⁴⁰⁰ Sodré, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p. 243.

⁴⁰¹ A título de exemplificação, vale ressaltar que a uma passagem presente no jornal foi adicionado um trecho que não consta do original: “responde Haley, que assim se chamava esse traficante de escravos, enchendo ao mesmo tempo um copo de água ardente, que despeja de um trago”. No original: “said Haley, helping himself to a glass of brandy”. No texto em inglês não há qualquer especificação sobre o ofício de traficante de escravos de Haley e, tampouco, sobre o “despejo de um trago”, o que talvez indique uma “edição” brasileira em que se buscasse acentuar a faceta depreciativa do traficante de escravos. Outras adições foram feitas ainda com o intuito de esclarecer o leitor brasileiro acerca dos Estados Unidos. Não sabemos, contudo, de quem foi a autoria da tradução, ou adaptação, do romance para sua publicação em formato de folhetim. Parece-nos, contudo, que existe uma edição em português do

não pôde ser publicado em sua totalidade no *A Redenção*, uma vez que, aos 13 de maio de 1888, quando do encerramento das atividades do jornal, o folhetim encontrava-se em seu capítulo XXXVI, intitulado “Liberdade”, restando ainda oito capítulos da versão original a serem publicados⁴⁰².

Em *Os Republicanos Paulistas e a Abolição*, José Maria dos Santos chegou a avaliar a criação do pensamento abolicionista no Brasil como decorrência da tradução do livro de Stowe, no ano de 1852, mesmo ano em que fora lançado nos Estados Unidos⁴⁰³. Esse romance deve ter causado grande impacto na sociedade escravista brasileira. Apesar de discordarmos da avaliação de Santos, vale ressaltar que a encenação do romance *A Cabana do Pae Thomaz* sofreu resistências e chegou a ser cerceada pelas autoridades nas cidades de Campinas e de São Paulo no ano de 1878, indicando certa cautela por parte dos escravocratas com a obra⁴⁰⁴. Em junho de 1886, no *Gazeta da Tarde*, jornal de José do Patrocínio da Corte, foi mencionado que o dinheiro destinado para compras de liberdades teria mais efeito para a luta abolicionista, se fosse empregado na publicação do *A Cabana do Pae Thomaz*⁴⁰⁵. O caráter de “propaganda abolicionista e democrata” do romance, como afirmado em artigo de fevereiro de 1881 do jornal *Província de São Paulo*, deve ter concernido aos interesses abolicionistas de Antonio Bento, incitando-o a publicá-lo como folhetim em seu periódico⁴⁰⁶.

Nos quatro exemplares em que não consta a publicação do texto de autoria de Stowe, foram impressos poemas integrantes da coleção “Os Latifúndios”, da autoria de Hipólito da Silva, que, assim como o romance estadunidense, tinham por objetivo desmoralizar a instituição escravista e os senhores de escravos⁴⁰⁷. Tal série de poemas ganhou as páginas do jornal entre o final de outubro e o começo de novembro de 1887 e, de acordo com algumas das edições comemorativas do *A Redenção*, seu autor foi redator ativo do jornal⁴⁰⁸.

livro “Cabana do Pai Thomaz”, traduzido pelo português Francisco Ladislau Alvares d'Andrada, com data de publicação de 1853, localizada na biblioteca Brasileira Mindlin.

⁴⁰² Há, entre a versão do jornal e a original uma discrepância no que se refere ao número do capítulo intitulado “Liberdade”, de número XXXVII na original e XXXVI no da *Redenção*. Os oito capítulos que não tiveram tempo de serem publicados nas páginas do *A Redenção* eram: “The Victory”, “The Stratagem”, “The Martyr”, “The Young Master”, “An Authentic Ghost Story”, “Results”, “The Liberator” e “Concluding Remarks”. Stowe, Harriet Beecher. *Uncle Tom's cabin...* Vol. II. p.4.

⁴⁰³ Santos, José Maria dos. *Os republicanos paulistas e a abolição...* p.24.

⁴⁰⁴ A encenação, contudo, acabou sendo autorizada e foi realizada naquele mesmo ano. *Província de São Paulo*, 16 de janeiro de 1878.

⁴⁰⁵ *Gazeta da Tarde*, 7 de junho de 1886. Apud. Toplin, Robert. *The Abolition of Slavery in Brazil...* p. 178.

⁴⁰⁶ *Jornal da Tarde*, 20 de fevereiro de 1881.

⁴⁰⁷ *A Redenção*, “Os Latifúndios”, 13, 20, 27 de outubro de 1887 e 3 de novembro de 1887.

⁴⁰⁸ Hipólito da Silva era republicano e natural de Campinas, tendo participado ativamente da redação de muitos jornais, como O Diário de Santos, Diário de Notícias, O Raio, *Gazeta de Campinas*, *Correio da Tarde*, até estabelecer-se na cidade de São Paulo na década de 1880 e auxiliar Antonio Bento na redação do *A Redenção*. Edição comemorativa do *A Redenção*, “Hippolyto da Silva”, 13 de maio de 1899. M. Pires do Prado.

Os versos abordavam uma multiplicidade de questões afins ao cativo, contemplando desde uma metáfora do surgimento do primeiro senhor de escravos – enfatizando seu caráter execrável –, até a não aplicação das leis abolicionistas. O último poema do conjunto publicado no *A Redenção*, intitulado “Conclusão”, versava sobre a urgência da abolição:

Libertar! Abolir! - Eis a senha de guerra!
Libertar o trabalho é enobrecer a terra!
Abolir o escravo é enobrecer o homem!
Libertar! Aboli [sic]! Aqueles que consomem
A vida no trabalho escravo, e que um perverso
Condenou a galés perpétuas desde o berço,
– São vítimas da fraude, explora-os a cobiça!
Libertar! Aboli! Em nome da Justiça!
Por honra do país! sem perda de um minuto!
Sem indenizações, sem ônus, sem tributo,
Porque o homem não é d'outro homem propriedade!
Libertar! - O resgate humano é a Liberdade!
Aboli! - A expiação do crime é a Abolição!

E seja esta senzala imensa – uma Nação!⁴⁰⁹

A utilização de poemas pela causa abolicionista foi bastante comum à época, apelando ao lado sentimental de seus leitores. Luiz Gama muito se utilizou desse recurso (como em seu livro *Trovas burlescas de Getulino*), também comumente presente no *Gazeta da Tarde* e no próprio *A Redenção*, principalmente pela pena de Amélio Braga, um dos colaboradores do jornal.

Se a publicação de poemas e folhetins, para além de reiterar os lemas da causa abolicionista, visava atrair leitores (e, portanto, compradores) para o jornal, vale a pena recordar que não apenas dos recursos provenientes de suas vendas (avulsas ou vinculadas a assinaturas), bem como daqueles provenientes de associações auxiliaadoras, viviam as publicações periódicas. Dependentes, como até a atualidade, de recursos financeiros outros para sobreviver, os periódicos recorriam, com imensa frequência, à publicação de anúncios pagos⁴¹⁰.

Ainda que a coleção por nós utilizada disponha de pouquíssimas quartas páginas (como afirmamos acima), uma breve análise dos anúncios a que tivemos acesso indica a presença frequente de dois anunciantes principais: a loja de roupas masculinas “A La Belle Jardinière”, pertencente à “A. Lino & Comp.”, e a loja de sapatos “Loja do Rocha”⁴¹¹.

Com valor idêntico ao de outros diários vendidos na cidade, como o *Correio Paulistano* e o

⁴⁰⁹ *A Redenção*, “Os Latifúndios”, 4 de dezembro de 1887, Hipólito da Costa.

⁴¹⁰ Ao contrário de outros periódicos do período, no entanto, os anúncios publicados no *A Redenção* concentravam-se, todos, na quarta e última página do periódico – ocupando, apenas muito raramente, também parte de sua terceira página.

⁴¹¹ Sobre a loja “A La Belle Jardinière”, o *A Redenção* publicou o seguinte elogio, em formato de artigo: “Ali se encontra o que há de mais chic, bom e agradável em costumes, sobretudo, gravatas, camisas, etc”. No final ainda elogia o proprietário, sr. Lino. *A Redenção*, “A La Belle Jardinière”, 17 de março de 1887.

Província de São Paulo, a edição avulsa do *A Redempção* era comercializada por 60 réis, enquanto sua assinatura mensal saía por 500 réis, tanto para assinantes da capital quanto para aqueles do interior da província de São Paulo. Apesar, portanto, de frequentemente proclamar-se um jornal destinado ao “zé povinho” – justificando, com tal discurso, sua pretensa desconsideração frente a questões estilísticas e de gramática – os valores do *A Redempção* não diferiam daqueles dos periódicos cujos interlocutores conformavam a elite letrada da província. Se a tiragem dos grandes jornais do período, no entanto, não é de difícil mensuração, haja vista constar, na maioria das vezes, na primeira página das publicações, o mesmo não se aplica ao *A Redempção*⁴¹².

Ainda que não divulgasse sua tiragem, o *A Redempção* proclamou-se, em mais de uma ocasião, o jornal de maior circulação na província, afirmando remeter pelos correios o dobro da quantidade remetida pelo *A Província de São Paulo*⁴¹³. Uma vez que afirmações desse tipo não deviam ser incomuns à época, haja vista a disputa travada entre os periódicos por um reduzido público leitor, faz-se necessário buscar indícios que auxiliem na estimação do efetivo alcance do jornal. Para tanto, pode auxiliar-nos a análise da seção “Correspondências”, destinada à publicação de cartas encaminhadas pelos leitores, nas quais, dentre outras coisas, comunicava-se o andamento da luta abolicionista nas diferentes localidades e delatava-se “maus senhores” e feitores⁴¹⁴.

⁴¹² No livro “Retrato em Branco e Negro”, ao estudar a forma como os brancos representavam o negro na imprensa paulista no final do século XIX, a antropóloga Lilia Schwarcz apresenta dados referentes à tiragem diária de jornais da província para o ano de 1886. Seguem os dados: *A Província de São Paulo*: 3300 exemplares; *Correio Paulistano*: 2500; *Diário Mercantil*: 3000; *Gazeta do Povo*: 1300; *Diário Popular*: 2200. Apesar de incluir o *A Redempção* em seu estudo, a autora não apresenta, contudo, os números referentes a este. Schwarcz, Lilia. *Retrato em Branco e Negro*... p.83.

⁴¹³ Na ocasião de aniversário de um ano do *A Redempção*, o redator afirmou: “Apesar de todos os defeitos de nossa folha, por não ser estilista e nem usar de rigor gramático, é contudo o jornal de mais circulação que atualmente conta a província de S. Paulo”. *A Redempção*, sem título, 1 de janeiro de 1888. As outras edições em que também foram afirmados ser o *A Redempção* o jornal de maior circulação na província de São Paulo foram: “Revoluções jornalísticas”, 16 de outubro de 1887. “*A Redempção*”, 14 de julho de 1887. Foi nesta última edição em que o redator afirmou que remetia pelos correios o dobro do que remetia a folha *A Província de São Paulo*. Na ocasião em que tal fato é comentado, o autor não se refere propriamente à tiragem do periódico, mas sim ao montante enviado pelos correios: possivelmente assinaturas na cidade de São Paulo ou em outros municípios, não sendo incluída, portanto, a venda avulsa.

⁴¹⁴ Tratando-se de jornal explicitamente abolicionista, publicado na província de São Paulo e destinado majoritariamente a seus moradores, vale destacar os riscos a que provavelmente se expunham os autores de missivas destinadas à publicação, especialmente vulneráveis à retaliação por parte de fazendeiros da região. Como exemplo da violenta reação de escravocratas, podemos citar os acontecimentos de Penha do Rio de Peixe, em que um delegado de polícia, Joaquim Firmino de Araújo Cunha, foi linchado e assassinado por uma turba de aproximadamente 200 pessoas em represália à sua atuação abolicionista. Apesar de todo esse panorama hostil, diversos abolicionistas parecem ter assumido o risco e mandado acusações e delações à seção “Correspondências” d'*A Redempção*, sendo a maioria dessas cartas assinadas. Em que situação ficavam estes indivíduos com a sua comunidade quando descobertos como abolicionistas, tendo seus nomes expostos no jornal? Muito provavelmente, sujeitos a represálias. É o que inclusive sugerem algumas cartas publicadas pelo periódico, por meio das quais indivíduos solicitavam esclarecimentos acerca da autoria de alguns artigos presentes nesta seção. Tratava-se, na maioria das vezes, de sujeitos provavelmente confundidos com os verdadeiros autores das missivas publicadas – possivelmente por conta de semelhanças nos nomes – e que por isso recebiam sofrer retaliações de escravocratas, se já não as estavam sofrendo. Para o caso de Penha do Rio do Peixe ver Machado, Maria Helena. “Teremos grandes desastres, se não houver providências enérgicas e imediatas”: a rebeldia dos escravos e a abolição da escravidão”...

Contando com não pequeno número de correspondências advindas do interior da província de São Paulo, a seção publicou missivas remetidas de suas mais distintas regiões⁴¹⁵, sugerindo, de fato, o amplo alcance geográfico do jornal.

As seções fixas do jornal

As seções fixas do jornal, localizadas em sua terceira página, foram, para além do editorial produzido por Antonio Bento (de que trataremos no próximo capítulo), o espaço da publicação em que identificamos um maior controle por parte do redator-chefe. Com papel central na divisão espacial do periódico, ocupando mais de um terço de seu conteúdo total, as seções que abordaremos na sequência denominavam-se, respectivamente, “Crônica de Anos”, “Álbum Abolicionista”, “Propaganda Abolicionista”, “Crônica Negra” e “Crônica da Assembleia”.

A principal característica das seções fixas do periódico esteve, como dissemos, em seu forte teor de denúncia, indicando que, por meio delas, Antonio Bento manteve uma prática iniciada nos periódicos em que tivera a oportunidade de escrever anteriormente. Partindo de sua experiência no *Jornal do Comércio*, por exemplo, Antonio Bento continuou a publicar, no *A Redenção*, o nome de fazendeiros, capitães do mato e autoridades que cometiam injustiças com os escravizados, criando, para tanto, a seção “Crônica de Anos”. Ademais, tal como no *Diário Popular* – na ocasião em que escreveu uma série de narrativas irônicas e fez publicar o mesmo artigo por uma centena de vezes com a finalidade de criticar o delegado de polícia Lopes Capello dos Anjos Júnior –, Antonio Bento parece ter recorrido, também no *A Redenção*, à tática de publicação reiterada e insistente dos nomes de indivíduos diretamente relacionados à escravidão, incomodando, assim, em diversas frentes, os escravocratas e aqueles que os auxiliavam na manutenção do cativeiro.

Para a elaboração dessas seções, o redator-chefe não se baseou, contudo, apenas nas experiências vividas nos jornais aos quais contribuíra diretamente, apoiando-se também em segmentos de sucesso e impacto presentes em outros periódicos do período. Do periódico abolicionista *Gazeta da Tarde*, do Rio de Janeiro, por exemplo, Antonio Bento tomou de empréstimo o modelo presente na seção *Crônica do Bem*, elaborando, a partir da mesma, o “Álbum Abolicionista” do *A Redenção*, no qual foram publicadas uma série de cartas de liberdades concedidas ao redor do Império.

A seção fixa mais frequente no jornal *A Redenção*, publicada de forma quase perene ao

⁴¹⁵ Algumas das localidades que se correspondiam com o *A Redenção* eram: Campinas, Taubaté, Santos, Jundiaí, Mogi Guassu, Lorena, Caçapava, Atibaia, Amparo, Itu, Rio Claro, São José dos Campos, Botucatu, Tatuí, Nazaré, Araraquara, Araras, Mogi das Cruzes, Piracicaba, Jacareí, Bragança, Itatiba, Casa Branca, entre outros.

longo da existência do jornal, foi a supracitada “Crônica de Anos”. Dentre os 119 exemplares de que dispomos, tal seção deixou de aparecer em menos de 10 ocasiões, chegando a ocupar, por vezes, uma coluna inteira da terceira página – perfazendo, assim, um quinto da mesma. Iniciada obrigatoriamente com a divulgação dos nomes de indivíduos que, nos dizeres da folha, “faziam anos”, tal seção referia-se, de forma cômica e irônica, a pessoas que, na opinião do periódico, seguiam vivas quando, em verdade, já deveriam ter deixado de existir – como se cumprissem anos a mais na Terra. Tratava-se principalmente de capitães do mato, maus senhores ou autoridades que arbitravam em favor dos potentados, denunciando, assim, a todos os que liam o noticioso, os indivíduos considerados “inimigos da liberdade”.

Apresentando, no primeiro número do jornal (2 de janeiro de 1887), as seções que futuramente o comporiam e suas razões de ser, dizia Antonio Bento sobre a “Crônica de Anos”:

Hão de estar lembrados os antigos leitores do Jornal do Comércio, que tanto prejuízo deu ao seu redator-chefe, que havia umas crônicas de anos, em que certo major fazia anos de 8 em 8 dias, e de envolta com este, faziam também anos outros maiores como – o Batata etc., e alguns pegadores de pretos fugidos. Esta seção está aberta a concorrência pública, e podemos afirmar com certeza que, de hoje a oito dias faz anos o capitão do mato Pedro de Castro, solicitador de Campinas⁴¹⁶.

Antonio Bento trazia para o *A Redenção*, portanto, como dissemos acima, uma tática previamente empregada contra a escravidão (no caso, quando de sua colaboração na redação do *Jornal do Commercio*, em 1882) e que muito provavelmente havia apresentando “bons resultados” (no âmbito do incômodo despertado nos escravocratas), merecendo continuidade. Numa das primeiras edições do periódico, de 9 de janeiro de 1887, os objetivos da seção foram reiterados e cumpriu-se, ainda que de forma tímida, o seu propósito, apresentando-se alguns poucos “fazedores de anos”:

De Campinas continua a descer para a Capital, uma chusma de vagabundos vulgarmente conhecidos por *capitães do mato*.

A maior parte dessa honrada gente pertence à raça cruzada de brancos e pretos.

Bêbados, jogadores e frequentadores de bordéis, gastam nesse passadio o fruto do torpe ganho.

Nesta cidade também existem vagabundos que se ocupam nesse torpe comércio.

Breve, daremos uma relação dessa gente, para que os abolicionistas conheçam todos; enquanto tal não fazemos, fazem anos, hoje, o Pancrácio, o Fortunato Retrartista e o Romão; e de hoje a 8 dias com todos os dentes o Josephat, da Normal, o Maneco Bahiano, e o Pernambuco; em Campinas, o Manecão, fazendo nas Perdizes o Maneco Flautim, ficando esperado para fazer anos, o célebre Pelotas, abolicionista do Braz.

Em Campinas, faz anos de 3 em 3 dias o queimador de pretos João Ferraz de Campos Souza, ficando esperando o Souza pela certa e o João Marthe⁴¹⁷.

Na edição de 20 de janeiro, a “Crônica de anos” já parece um pouco mais consolidada, apresentando um formato que se repetiria ao longo das outras edições do jornal, expondo alguns nomes de forma relativamente simples e indicando sempre a região onde se encontrava o malfeitor

⁴¹⁶ A Redenção, “Crônica de anos”, 2 de janeiro de 1887.

⁴¹⁷ A Redenção, “Crônica de anos”, 9 de janeiro de 1887.

e, por vezes, também sua ocupação:

(...) diremos que fazem anos: no Amparo o major Batata; em Campinas, o Antonio Americo, o Manecão e Adão Quirino; em Santos, o Belarmino, alfaiate, único estrangeiro que naquela terra livre é negreiro e anda procurando a negrinha Caolha; na capital, o preto Ludgero, o Pernambuco, o Pacau e seu companheiro Alfredo, escravo do dr. Augusto de Queiroz; em Limeira, Candido Serra, serrano de cima por lá e de baixo por cá; no Monjolinho, Augusto de Camargo, administrador da dita (...) ⁴¹⁸

Algumas menções eram mais descritivas, como as do excerto que transcrevemos abaixo, de fevereiro de 1887:

Também faz anos no mesmo lugar Antonio Machado de Campos Barros, republicano da gema, que há poucos dias levou a chicote para a sua fazenda um pobre escravizado, que sonhando com a liberdade pregada pelos republicanos, ausentou-se dela.

Também fazem anos Antonio Cyrino e Manoel Garoto, ambos apreciadores da raça feminina escravizada.

Também faz anos no mesmo lugar, quer chova, quer faça sol, Joaquim Antonio Machado Campos e seus filhos José, Joaquim, Antonio e Augusto, republicanos, de raça mestiça (como o vigário Oliveira, que também faz anos), por darem de bacalhau nos escravos, alguns mais claros do que eles todos; por atacado e varejo fazem anos ⁴¹⁹.

Outras possuíam um discurso mais violento, como as presentes na edição de 18 de setembro de 1887:

Fazem anos os capitães do mato de Campinas, até que os corvos se lembrem de comer as suas nojentas carnes.

Faz anos, a cabeleira do Pereréca, até que se liquide o emprego que se deve dar a ela.

Faz anos, o Salengo *torto rolo*, comparsa do Pereréca, em reduzir a escravidão pessoas livres por testamento (...)

O major Batata sempre faz anos, que chova, quer faça sol ou vento e até... serenando ⁴²⁰.

Nas três últimas menções transcritas, nota-se ainda certo teor cômico e jocoso por parte dos redatores do jornal. Vale ressaltar, neste ponto, que as “Crônicas de anos” nunca vinham assinadas.

Apesar de não apresentar projetos políticos para a abolição, a seção “Crônica de anos” possui grande riqueza documental. Para além da evidente divulgação e possível mapeamento das localidades em que havia maior presença de capitães do mato e, conseqüentemente, busca por pretos fugidos, é possível perceber, num caso como o que segue, os motivos pelos quais os nomes de tais homens ganhavam as páginas do jornal:

Faz anos, na Limeira, o Republicano Vergueiro, todas as vezes que manda à Estação do Tatuí o seu feitor Joaquim, no pega-pega de pretos fugidos.

Faz anos, como acessório do dito supra, o feitor Joaquim capitão do mato ⁴²¹.

Aqui, assim como em outros trechos das crônicas, evidencia-se uma questão recorrentemente denunciada pelo jornal: a prática de envio de capitães do mato às estações de trem

⁴¹⁸ A Redenção, “Crônica de anos”, 20 de janeiro de 1887

⁴¹⁹ A Redenção, “Crônica de anos”, 13 de fevereiro de 1887.

⁴²⁰ A Redenção, “Crônica de anos”, 18 de setembro de 1887.

⁴²¹ A Redenção, “Crônica de anos”, 1 de setembro de 1887.

à busca de pretos fugidos⁴²².

As companhias não tem que saber se os que tomam lugar nos trens são livres ou não.

Os infelizes que o parasitismo explora não trazem marca ou letreiro na testa, e desde que pagam sua passagem a companhia tem obrigação de pô-los no lugar a que se destinam⁴²³.

Ontem em Jundiahy causou indignação ao chegar do trem o sr. alferes de Polícia Baumann fazer com que um sargento negro fizesse desaparecer diversos homens e mulheres do trem por serem de cor. Houve reclamação da parte dos passageiros, e o sargento só respondia: é ordem do chefe de polícia⁴²⁴.

Existia, portanto, uma forte relação entre a linha editorial do jornal e as denúncias expressas nas “Crônica de anos”. Os exemplos mencionados acima, referentes a ocorrências transcorridas nas estações de trem, inserem-se num universo muito mais amplo de vínculos existentes entre esta seção específica e as discussões mais profundas presentes no periódico. Dentre outros exemplos, poderíamos citar as recorrentes denúncias acerca de senhores que mantinham sua força produtiva sob o jugo da escravidão de forma ilegal – principalmente por não terem matriculado seus escravos e pago os devidos impostos, como exigido pela lei de 1885 – e os casos em que tais escravos não matriculados eram libertados com o ônus de continuar a prestar seus serviços nas fazendas, como se escravos fossem⁴²⁵. Sobre esses assuntos, contudo, trataremos de forma pormenorizada adiante.

A segunda seção fixa merecedora de destaque é a intitulada “Álbum abolicionista” que, assim como a “Crônica de anos”, também foi brevemente descrita no primeiro número do jornal. Esta seção funcionou quase como um espelho invertido da “Crônica” e, ao invés de apontar os inimigos da liberdade, serviu para a publicação da “relação de todas as cartas de liberdade que forem concedidas em qualquer província do império”. Ao apresentar tal seção aos leitores, Antonio Bento afirmou ainda que os nomes ali publicados representavam os “beneméritos da grande causa” e que, por isso, o “Álbum abolicionista” configuraria um “Álbum de ouro” – em clara alusão ao livro de ouro⁴²⁶.

⁴²² A partir de junho já é possível observar as denúncias sobre o que estava acontecendo nas estações de trens, como o excerto a seguir: “Que fizeram anos, na estação daquela Jundiaí onde mora o Sacy, diversos tipos de Campinas, de cacete em punhos a cata de pretos fugidos”. A Redempção, “Crônica de anos”, 12 de junho de 1887. Outro exemplo pode ser visto na edição de 3 de julho de 1887: “Em Jundiaí, faz anos, o povo todo, por consentir que na Estação daquela cidade se deem cenas vergonhosas”. A Redempção, “Crônica de anos”, 3 de julho de 1887. Outras edições em que é possível observar a busca de pretos fugidos nas estações de trem são: A Redempção. “Acudam que fogem os passarinhos”. 12 de junho de 1887. A Redempção. “Viva o Zé Povinho”. 02 de junho de 1887. A Redempção. “Independência de caráter” e “Qual a garantia do passageiro de Campinas”. 16 de junho de 1887. Durante os meses de julho de 1887 e março de 1888, foram publicados mais de 20 artigos tratando desse assunto.

⁴²³ A Redempção. “O que faz o medo”. 27 de outubro de 1887.

⁴²⁴ A Redempção. “O chefe de polícia”. 8 de janeiro de 1887.

⁴²⁵ Lei nº 3270, de 28 de setembro de 1885. Artigo 1º. Parágrafo 6º - “Será de um ano o prazo concedido para a matrícula, devendo ser este anunciado por editais afixados nos lugares mais públicos com antecedência de 90 dias, e publicados na imprensa onde houver”. A lei foi acessada em 10 de dezembro de 2014 na página de internet do senado do Brasil: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66550>.

⁴²⁶ Os “livros de ouro” foram criados, principalmente, por assembleias legislativas e câmaras municipais com o intuito de angariar fundos para a compra de alforrias indenizatórias. Os escravos, libertados por esse meio, comumente recebiam suas cartas de alforria durante algum tipo de comemoração.

Ao que tudo indica, a seção cumpriu com os objetivos que se propôs, publicando indistintamente cartas de liberdade concedidas por todo o Império. Tal como a “Crônica de anos”, adotou um formato simples para a publicação das libertações efetivadas: menção ao nome do fazendeiro, localidade e quantidade de escravos libertados. Por vezes, foram mencionados o nome e a idade dos escravizados e, em alguns casos, fez-se referência à existência, ou não, de condições para a libertação. No “Álbum abolicionista” de 13 de janeiro de 1887 podemos identificar o formato mais comumente adotado pela seção:

D. Angelica de Jesus e Silva, em Niterói, alforriou três de seus escravizados.
O dr. Manoel Honorato Peixoto de Azevedo, na Corte, libertou uma sua escravizada⁴²⁷.

Em ambos os casos, não se especificou se a liberdade havia sido concedida mediante o pagamento de alguma quantia ou o estabelecimento de anos de serviços. Em alguns casos, contudo, foram mencionadas libertações sem ônus algum ao escravizado:

D. Maria Archangela da Visitação do Yporanga, alforriou, sem condição alguma, a sua escravizada Rita⁴²⁸.
O dr. José Antonio Coelho Ramalho, nas Alagoas, libertou, sem ônus, a única escrava que possuía⁴²⁹.

Por outro lado, quando houve o estabelecimento de prazo para prestação de serviços ou a necessidade de pagamento de indenização do escravo ao senhor, tais condicionantes foram, por vezes, mencionadas:

D. Emygdia Soares de Camargo, em Tatuí, libertou dois escravizados, sendo um com indenização e outro isento de ônus⁴³⁰.
D. Antonia Maria Leite, em Campinas, alforriou mediante a quantia de 100\$, uma sua escrava⁴³¹.
O sr. dr. Almeida dos Santos, na mesma cidade [Rio Claro], alforriou um seu escravizado, ainda moço, com a condição de servir-lhe por mais 5 anos⁴³².
A sra. Anna Eufrosina de Camargo e o sr. Domingos Leite Penteado, na mesma cidade, libertaram ontem todos os seus escravizados, em número de 56, com a cláusula de servi-los por mais 4 anos⁴³³.
O sr. Antonio Dias Ferraz, na Cristina, província de Minas, libertou quarenta e sete escravizados, sendo dois sem ônus algum, vinte e nove mediante prestação de serviços por três anos e dezesseis pelos valores da matrícula⁴³⁴.

A ausência de menções a condicionantes na libertação dos cativos não significava, contudo, que as mesmas não tivessem ocorrido. A imposição de condições podia simplesmente não ser comentada. Em alguns casos específicos, porém, parece ter havido claramente a intenção de esclarecer como os escravos haviam alcançado a liberdade, caso, por exemplo, da menção de compra da liberdade de cativos por terceiros:

⁴²⁷ A Redempção. “Álbum abolicionista”. 13 de janeiro de 1887.

⁴²⁸ A Redempção. “Álbum abolicionista”. 03 de abril de 1887.

⁴²⁹ A Redempção. “Álbum abolicionista”. 10 de abril de 1887.

⁴³⁰ A Redempção. “Álbum abolicionista”. 16 de janeiro de 1887.

⁴³¹ A Redempção. “Álbum abolicionista”. 12 de fevereiro de 1887.

⁴³² A Redempção. “Álbum abolicionista”. 17 de março de 1887.

⁴³³ A Redempção. “Álbum abolicionista”. 24 de março de 1887.

⁴³⁴ A Redempção. “Álbum abolicionista”. 15 de maio de 1887.

O sr. Venâncio Correa de Paula Vianna, em Campinas, obteve a liberdade do escravizado Belchior, de Abilio de Camargo Andrade, mediante a quantia de 600\$⁴³⁵.

O sr. José Bueno de Gouveia, na Penha do Rio do Peixe, forneceu a quantia de 450\$ para a liberdade do preto Manoel, escravizado de Anna Rodrigues de Jesus⁴³⁶.

Houve, ainda, menções a escravos manumitidos por meio dos fundos de emancipação. A divulgação de tais casos permitiu que observássemos que os escravos que tinham sua liberdade paga pelos fundos de emancipação podiam, por vezes, contribuir com um pecúlio de sua própria parte:

Por conta do fundo de emancipação foram manumitidos:

Na província do Maranhão, em Arary, dois escravizados, por 800\$000

Na de Pernambuco, em Pau de Alho, sete, por 3:550\$000

Na do Piauí, em treze municípios, setenta e nove escravizados, por 25:305\$, inclusive pecúlios na importância de 1:440\$000⁴³⁷.

Por conta do fundo de emancipação foram ultimamente manumitidos na província da Bahia, em três municípios, quatorze escravizados, por [preço ilegível]. Preço médio, 316\$.

Na mesma província, tem sido alforriado, desde que começou a ser ali empregado aquele fundo, três mil e trezentos e quarenta e sete escravizados, mediante a indenização de 1.602:245\$148, contribuindo os libertos com pecúlios na importância de 188:730\$759. preço médios 470\$, frações desprezadas⁴³⁸.

Em S. Carlos do Pinhal, nesta província, foram manumitidos, por conta do fundo de emancipação, dezoito escravizados, mediante a despesa de 9:200\$. preço médio de 511\$⁴³⁹.

Apesar de seu caráter árido e da apresentação de poucos detalhes sobre as libertações que vinham ocorrendo no Império do Brasil, a seção “Álbum abolicionista” pode ser de enorme valia a pesquisas sobre liberdades no país, em especial na medida em que as informações quantitativas por ela disponibilizadas parecem contribuir, por exemplo, a uma avaliação das regiões que mais alforriavam seus cativos e do modo com que tais libertações se davam, se coletiva ou individualmente. Tudo indica que Antonio Bento inspirou a produção do “Álbum Abolicionista” na seção “Crônica do Bem”, publicada pelo jornal abolicionista *Gazeta da Tarde*, do Rio de Janeiro, de propriedade de José do Patrocínio. A comparação entre as publicações da “Crônica do Bem” e do “Álbum Abolicionista” no ano de 1887 indicam, inclusive – para além das semelhanças de forma e conteúdo existente entre as seções –, a reprodução, no jornal de Antonio Bento, de nomes anteriormente publicados no periódico da Corte⁴⁴⁰.

De forma interessante, a publicação do “Álbum abolicionista” foi constante unicamente até maio de 1887. Das 31 vezes em que tal seção foi publicada no jornal, 26 se concentraram nos seus

⁴³⁵ A Redempção. “Álbum abolicionista”. 13 de fevereiro de 1887.

⁴³⁶ A Redempção. “Álbum abolicionista”. 12 de maio de 1887

⁴³⁷ A Redempção. “Álbum abolicionista”. 10 de março de 1887.

⁴³⁸ A Redempção. “Álbum abolicionista”. 17 de março de 1887.

⁴³⁹ A Redempção. “Álbum abolicionista”. 09 de junho de 1887.

⁴⁴⁰ Ao que tudo indica, a seção “Crônica do Bem” passou a ser publicada na *Gazeta* em 1881, deixando, contudo, de aparecer com assiduidade nas páginas do jornal a partir da segunda metade de 1885. A análise das poucas publicações da “Crônica do Bem” para o ano de 1887 demonstra, como dissemos, que o “Álbum Abolicionista” do *A Redempção* baseou-se, por mais de uma vez, em informações previamente publicadas no jornal da Corte. Apesar de tal “inspiração”, o “Álbum Abolicionista” contava com grande quantidade de informações advindas de outras fontes que não a *Gazeta*, haja vista ter sido publicado por mais vezes, ao longo de 1887, que a seção semelhante do jornal carioca. Para uma análise da “Chronica do Bem” ver: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>.

cinco primeiros meses de existência. Em junho de 1887, foi publicada por apenas duas vezes; sua próxima ocorrência se deu em setembro do mesmo ano e sua última aparição no mês da abolição da escravidão, em maio de 1888. Nas últimas duas aparições de 1887, o “Álbum” foi bastante mais conciso, e em 6 de maio de 1888 afirmou que “Sob este título, dora em diante publicaremos em nossa folha os nomes das pessoas que cederam liberdade incondicional a seus escravizados”, terminando por mencionar apenas duas liberdades⁴⁴¹.

Aventamos a hipótese de que o fim da seção “Álbum abolicionista” esteve relacionado com o posicionamento do jornal acerca do formato das libertações concedidas aos escravos, uma vez que tais libertações ocorriam predominantemente, àquela altura, mediante pagamento ou imposição de prestação de serviços por certo número de anos. Por conta de tal formato, os “beneméritos da grande causa” parecem ter deixado de merecer, a partir de determinado momento, os louros que, até então, a concessão de liberdades condicionais lhes havia angariado nas páginas do *A Redenção*. Passando a exigir, a partir de então, a libertação imediata e incondicional dos escravizados, os redatores do periódico parecem ter optado pela extinção da seção.

Tal hipótese, contudo, não pode ser integralmente confirmada uma vez que (como ficará claro com o desenrolar do trabalho), os artigos publicados no *A Redenção* possuíam grande heterogeneidade, abarcando posicionamentos muitas vezes distintos acerca de uma mesma questão. Nesse sentido, ainda que a extinção da seção “Álbum Abolicionista” pareça estar relacionada à mudança de posição do jornal quanto às libertações condicionais no país, ainda assim mantiveram-se presentes, em suas páginas, artigos defendendo a abolição por outras vias, inclusive a das liberdades com condições. Como veremos no próximo capítulo – ao analisar o editorial de Antonio Bento no *A Redenção* –, a cambiante avaliação das necessidades imediatas da luta contra o cativeiro parece ter tido maior influência nas defesas da abolição realizadas pelo periódico do que qualquer teoria ou estratégia prévias e engessadas.

Outra seção fixa bastante presente no *A Redenção* foi a denominada “Propaganda abolicionista”. Essa seção, segundo o próprio jornal, teve por objetivo homenagear os homens que lutavam contra o cativeiro e que faziam “da pena, arma da liberdade”. O conteúdo desta “propaganda” era composto pela transcrição de artigos abolicionistas publicados na “imprensa de nossa pátria”⁴⁴² e, na grande maioria das vezes, seus textos possuíam caráter artístico, carregados de sentimentalismo e emoção, objetivando convencer seus leitores sobre a necessidade de extinguir o cativeiro. O formato que mais se fez presente em tal seção foi o poema. Em sua primeira aparição

⁴⁴¹ *A Redenção*. “Álbum abolicionista”. 6 de maio de 1888.

⁴⁴² *A Redenção*. “Propaganda abolicionista”. 2 de janeiro de 1887.

no jornal, a seção apresentou o poema póstumo de autoria de José Bonifácio, intitulado “Saudades do escravo”, de 1850⁴⁴³.

O poema também foi a opção estilística adotada pelo autor mais recorrentemente publicado na seção “Propaganda abolicionista”, Amelio Braga, mencionado como agente do jornal na cidade de Itatiba⁴⁴⁴. Das mais de 40 vezes em que a “Propaganda abolicionista” foi publicada, cerca da metade de seus textos foi da autoria de Amelio Braga.

A “Propaganda” teve sua primeira publicação no mês de fevereiro de 1887 e perdurou até novembro do mesmo ano. Nem todos os textos presentes na seção foram poemas referentes às mazelas da escravidão e à sofrida vida dos escravos nas fazendas, já que alguns não apelaram ao emocional e apresentaram, em realidade, propostas efetivas. Como exemplo desses textos, mencionamos o artigo da edição de 23 de janeiro de 1887, sem título e assinado por “D'A Procellaria⁴⁴⁵”, que tratou, para além da urgência da abolição, da necessidade da província de São Paulo separar-se do restante do Império⁴⁴⁶. O separatismo foi mais uma questão, dentre outras, que pôs em evidência o caráter plural do jornal, obtendo bastante espaço em seu interior. Um dos principais ideólogos do separatismo paulista, Martim Francisco teve ampla atuação no movimento abolicionista, principalmente de Santos, e foi, ao que tudo indica, bem próximo dos redatores do *A Redenção*⁴⁴⁷.

Também no artigo “O Africano é livre”, publicado em 17 de fevereiro de 1887 e assinado por A. Galvão, encontramos um exemplar desta categoria de textos propositivos no interior da seção “Propaganda abolicionista”⁴⁴⁸. Neste artigo, A. Galvão procurou demonstrar como, segundo as leis

⁴⁴³ A Redenção. “Propaganda abolicionista – Saudades do Escravo”. 02 de janeiro de 1887. José Bonifácio.

⁴⁴⁴ Na primeira coluna do jornal, a partir da edição de 24 de abril de 1887 passou a ser publicado o “Expediente”, nesta coluna foi anunciado repetidamente, a partir de 13 de outubro de 1887 até o encerramento do jornal em 13 de maio de 1888, que: “É nosso agente em Itatiba o sr. Amelio Braga”. A Redenção. “Expediente”. 13 de setembro de 1887.

⁴⁴⁵ Segundo Affonso de Freitas, D'A Procellaria era um semanário independente, redigido por Julio Ribeiro e editado por J. Lousada. Freitas, Affonso A. de. *A imprensa periódica de São Paulo desde os seus primórdios em 1823 até 1914*. São Paulo. Tipografia do 'Diário Oficial'. 1915. p.316-319.

⁴⁴⁶ Sobre a questão do separatismo paulista ver Adduci, Cássia Chrispiniano. *A “Pátria Paulista”: o separatismo como resposta à crise final do Império Brasileiro*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2000.

⁴⁴⁷ Abordaremos a presença de Martim Francisco no *A Redenção*, assim como a presença do separatismo paulista adiante nesse capítulo.

⁴⁴⁸ A lei de 1871 para além de libertar os ingênuos nascidos de ventre escravo, de normatizar o acúmulo de pecúlio por parte do escravo, obrigou que os senhores matriculassem seus escravos. Alguns senhores de escravos africanos, muito sabiamente, mentiram nas matrículas desses escravos, objetivando que a legalidade da escravidão de tais homens não fosse contestada, pois em 1871, se um escravo africano fosse matriculado com idade inferior a 50 anos, tal significava, quase automaticamente, que em 1831 ele fora traficado com menos de 10 anos de idade – raramente isso acontecia – ou que o mesmo havia sido trazido ao Brasil numa altura em que o tráfico já se fizera ilegal. Os senhores que assim não procederam corriam o risco de ter seus escravos libertados nas barras dos tribunais por advogados abolicionistas.

Em 1885, com a outorga da Lei dos Sexagenários – que determinou a libertação dos escravos maiores de 65 anos –, foi exigida nova matrícula. A. Galvão argumentou que os escravos africanos que então contavam com 50 anos na data da primeira matrícula em 1871, quatorze anos depois, em 1885, passariam a integrar o grupo de escravos

aprovadas respectivamente, em 1831 (proibindo o tráfico negreiro para o Brasil), 1871 (conhecida como Lei do Ventre Livre) e 1885 (Leis dos Sexagenários), todos os escravos africanos no Brasil deveriam ser livres. Segundo o autor do artigo, as autoridades nada faziam para facilitar a liberdade desses homens, tendo-se transformado, pelo contrário, “em capitães do mato, auxiliam, promovem e empenham-se mesmo pela captura desses infelizes, que, escapando aos grilhões do cativo, procuram a sombra da lei, que devia ser o amparo e garantia de seus direitos”⁴⁴⁹.

A seção “Crônica negra” também esteve bastante presente no jornal e, de forma simples e direta, procurou divulgar a relação de escravos que se encontravam em “ferros e martírios nas fazendas”, possuindo muitas similaridades com o formato da “Crônica de anos”. Ao longo da seção, mencionava-se o nome do dono da fazenda na qual o escravo vinha sendo punido, a localização da propriedade, o nome do escravizado, o tipo de punição por ele recebida e, por vezes, uma estimativa de por quanto tempo vinha sendo mantido em tal situação. O objetivo da seção era o de constranger os escravocratas diante dos leitores, fato que se evidenciou já à altura da inauguração do jornal, em 16 de janeiro de 1887:

Vamos ver se assim fazemos moderar a feracidade dessa gente que confunde um estabelecimento agrícola, onde deve reinar a alegria de envolta com o trabalho, com uma casa de correção, onde confusos se ouvem o tinir dos ferros, gemidos, suspiros e ais.

Lá vai a obra:

Na fazenda do senhor Candido Senna, na Limeira, acha-se o escravizado Lourenço com uma pega no pé, encambulhado com o escravizado João Miguel;

Clandino e Procopio, presos pelo pescoço por uma imensa corrente;

A preta Gertrudes, de gancho no pescoço por ter brigado com o marido de nome Brasilino⁴⁵⁰.

Esta seção foi publicada por mais de 20 vezes durante os seis primeiros meses de existência do jornal. Entre janeiro, fevereiro e março, foi possível identificar uma maior assiduidade da mesma, que apareceu por 16 vezes. Pudemos identificar, no entanto, certa dificuldade na manutenção da “Crônica negra”. Mais difícil que identificar escravocratas ou libertações, a necessidade de uma informação do recôndito da fazenda, provavelmente dificultara a manutenção de tal seção. Transcrevemos abaixo mais um exemplo de como a mesma era apresentada:

Em São Carlos do Pinhal, tem uma fazenda, que pelo nome, parece grande coisa, pois tem o nome de Babilônia, mas não é; é uma fazendola pertencente ao sr. Pedro de campos *Negreiros*, que não perca pelo último apelido, pois que a sua fazenda tendo apenas sete escravos, e três escravas, tem os seguintes em

maiores de 65 anos e, portanto, merecedores de liberdade segundo as premissas da lei de 1885. O autor do artigo afirmou, nesse sentido, que todos os escravos africanos deveriam ser libertados, uma vez que eles necessariamente integrariam o grupo libertado pela idade de 65 anos, ou por terem sido traficados depois da ilegalização do comércio negreiro. Na obra “Entre a mão e os anéis”, Joseli Mendonça também chamou a atenção para como a burlamento da lei de 1871 acabou por libertar alguns escravos que não possuíam, verdadeiramente, 65 anos como resultado da lei em 1885. Mendonça, Joseli Maria Nunes. *Entre a mão e os anéis: a lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. Campinas, SP, Editora Unicamp, 1999. A Redempção. “O africano é livre”. 17 de fevereiro de 1887. A. Galvão.

⁴⁴⁹ A Redempção. “O africano é livre”. 17 de fevereiro de 1887. A. Galvão.

⁴⁵⁰ A Redempção. “Crônica de anos”. 16 de janeiro de 1887.

ferros:

João, ferro nos pés, com corrente atada à cintura, isto há cinco anos;

Manoel, preto, com gancho no pescoço.

Esta fazenda torna-se notável, porque tendo apenas dez escravos possui no entretanto, tronco, bacalhau, gancho, algemas, duas palmatórias, todos os sábados tem um preto que entra no tronco para dormir, e sai na segunda feira para trabalhar⁴⁵¹.

Por vezes, porém, a “Crônica negra” foi além de seus próprios objetivos, agregando mais informações à explicitação das condições em que se encontravam os cativos. Não tendo abandonado, assim, seu principal objetivo, a partir da edição de 27 de fevereiro de 1887, pautou-se pela crítica aos republicanos de Campinas, acusando a região de ser aquela na qual mais se pregava a liberdade, mas em que os escravos mais sofriam. Apresentaremos, mais adiante neste capítulo, os principais motivos que levaram os redatores do *A Redenção* a criticarem por tantas vezes o Partido Republicano Paulista (doravante PRP). Em 13 de março de 1887 assim foram formuladas as críticas aos republicanos de Campinas:

Hoje, quando o dr. Ubaldino do Amaral, no Club Republicano de Campinas, estiver com sua costumada eloquência, verberando os monarquistas e provando que o atraso todo do nosso país vem da forma do governo e não dos homens; quando esse ilustre orador estiver sendo entusiasticamente aplaudido por aqueles republicanos de meia tigela, os infelizes escravos do distrito de Campinas, estarão nessa hora carregados de ferro, fazendo o costumeado serão nas terras republicanas, porque em Campinas esse dia denominado domingo, que foi feito pelo Criador para descanso do trabalho não existe. (...)

Ali, o homem que é escravo, porque nasceu neste desgraçado país, deve trabalhar de sol a sol, desde que se torna máquina do trabalho, até o dia em que tem de morrer. (...)⁴⁵²

Após dedicar uma coluna inteira do jornal aos sofrimentos impostos aos cativos da região de Campinas, o autor da “Crônica” finalmente mencionou que “Na chácara do sr. Joaquim Celestino tem um preto de nome Manoel com uma pega de ferro no pé. Alimentação: Feijão e angu”⁴⁵³.

Percebemos, assim, as dificuldades previamente mencionadas em manter-se a linha da seção tal qual originalmente planejada, muito provavelmente devido às custosas informações necessárias para sustentá-la. Durante sua existência, portanto, a “Crônica negra” passou por uma série de alterações: tendo se iniciado como um projeto simples, informativo, tal qual a “Crônica de anos”, empenhou-se, na sequência, em atacar os escravocratas de Campinas para, nas edições de abril, maio e junho, altura em que já não era publicada com muita frequência – apenas duas vezes ao mês –, denunciar de forma prolongada e descritiva um fazendeiro específico por edição até, finalmente, minguar nos primeiros dias de junho de 1887⁴⁵⁴.

A “Crônica da Assembleia” foi outra seção recorrente no periódico e fez uso em larga medida das possibilidades estilísticas da ironia, comédia e jocosidade. Ao descrever os

⁴⁵¹ A Redenção. “Crônica negra”. 3 de fevereiro de 1887.

⁴⁵² A Redenção. “Crônica negra”. 13 de março de 1887.

⁴⁵³ A Redenção. “Crônica negra”. 13 de março de 1887.

⁴⁵⁴ A Redenção. “Crônica negra”. 3 e 17 de abril de 1887; 8 e 26 de maio de 1887; 2 e 9 de junho de 1887.

acontecimentos das sessões da Assembleia Provincial de São Paulo, seu redator, Chico Barriga, fazia o divertimento dos leitores. As longas descrições frequentemente chegavam a preencher mais de uma coluna inteira do jornal, compondo-se de comentários cômicos acerca das discussões políticas internas à Assembleia. Grande parte de seus textos dedicava-se, assim, a contar a quantidade de carecas presentes nas sessões – na primeira aparição da crônica no jornal, foram contabilizadas nove carecas –, comentar o estilo de barba utilizado pelos presentes, os cochilos dos deputados, entre outras peculiaridades, como, por exemplo, a descrição jocosa sobre o estilo do sr. Augusto Queiroz em discursar, descrita na edição de 30 de janeiro de 1887:

O sr. Augusto Querioz, entende que ser orador é dar ao final de cada palavra, o som de ré, fá, si, e depois si, dó, lá; de sorte que, quando fala o ilustre deputado, parece-nos estar ouvindo um órgão harmônico desmanchado.

Se fosse possível nós escrevermos o seu discurso em música, seria assim: Si...nhor...mi....dente...o...do...pre...o...lá,...sol...si...ré,ré,ré...sol.

Ora bolas, não podemos pôr em música⁴⁵⁵.

Nem mesmo o *A Redenção* saiu ileso das troças do redator da “Crônica”, que em 3 de fevereiro de 1887, questionou se o verdadeiro ofício do revisor do periódico era ser ferreiro ou carpinteiro, devido a uma confusão de termos cometida por este⁴⁵⁶.

A imagem caricatural dos políticos brasileiros elaborada por essa seção tinha o objetivo específico de desmoralizar os políticos paulistas. O presidente da assembleia, Rodrigo Augusto da Silva, por exemplo, por diversas vezes foi associado ao seu forte aroma, ao que tudo indica, exageradamente perfumado⁴⁵⁷. Chico Barriga, autor da “Crônica”, pouco se importava com a filiação partidária dos políticos, não tendo poupado liberais, conservadores ou republicanos, e desferindo seu humor ácido e crítico a todos os políticos participantes de conluíus apontados como ativos no retardamento da resolução da questão servil. O excerto que abaixo reproduzimos compõe, quiçá, um de seus melhores exemplares, exibindo as principais características e objetivos desta seção:

Pede a palavra o ilustre discípulo do sábio Alan Kardec, o espiritista Almeida Nogueira, que, contra as doutrinas de seu mestre, tem sido companheiro do Celidonio, Lobato e outros tais, e principia a desenvolver a doutrina da formação e aperfeiçoamento da sociedade e faz sentir que embora o escravo seja homem...

⁴⁵⁵ A Redenção. “Crônica da Assembleia”. 30 de janeiro de 1887

⁴⁵⁶ Em sua crônica anterior, Chico Barriga havia comparado o parlamentar Queiroz Telles a um “Taborda carcereiro”, ele reclamou, porém, que na versão impressa havia saído “Thabor do carcereiro” e por isso reclamou: “Não sei se algum ferreiro ou carpinteiro é revisor do Redenção”. A Redenção. “Crônica da Assembleia”. 3 de fevereiro de 1887.

⁴⁵⁷ Assim foi descrita a chegada do presidente da assembleia, Rodrigo Silva, na edição do jornal de 23 de janeiro de 1887: “Batia onze horas o relaxado sino da Sé, e já os deputados das galerias tomavam seus assentos no poleiro, e os ilustres pais da pátria iam tomando assento em suas poltronas, quando sentiu-se um cheiro de ambrosia, almíscar, água florida, patchuli frangipani e incenso, com mistura de alfazema, e julgavam todos os deputados das galerias que era Nosso Pai que ia para algum pobre enfermo, mas qual: era o ilustre presidente que saía de sua casa a essa hora, procedendo todo esse cheirume, como batedores anunciando a sua chegada”. A Redenção. “Crônica da Assembleia. 23 de janeiro de 1887. Chico Barriga

Neste ínterim o cônego Rodrigues ficou admirado por saber que o escravo era homem, e continuou o sr. Almeida Nogueira a sustentar que na sociedade as opiniões ou as ideias precisavam ser bem remoidas, como fazia o sr. cônego Rodrigues com seu almoço, para depois adotadas como lei. Que esta questão do elemento servil era preciso ir bem de vagar, pois que faziam apenas cem anos que ela tinha sido agitada; precisava outros cem para ser bem remoida⁴⁵⁸.

A “Crônica da Assembleia” foi publicada por mais de dez vezes nos três primeiros meses do periódico, depois ficou ausente por nove meses, ressurgindo apenas em janeiro de 1888. Quando de seu ressurgimento, foi novamente publicada por apenas três meses, até março de 1888, somando pouco mais de dez aparições. Comparando os dois conjuntos de publicações, identificamos que seu conteúdo e suas principais características linguísticas mantiveram-se praticamente idênticas. A única alteração notável na seção neste interregno foi a de autoria, anteriormente imputada a Chico Barriga e, nesta segunda fase, a Ignacio Trahira. As semelhanças entre os textos, contudo, levantam dúvidas quanto à efetiva alteração do indivíduo por trás de tais nomes, sugerindo que o anúncio de tal modificação não tenha passado de uma estratégia para despistar possíveis opositores do jornal.

Alguns nomes recorrentes e as ideias de Galnei e Rei Lottor

Após analisar as principais seções do jornal *A Redenção*, passemos ao exame dos nomes e codinomes dos redatores que mais frequentemente assinaram seus artigos, destacando, desde já, as dificuldades encontradas para um mapeamento dos escritores fixos do periódico.

Analisando os artigos assinados do *A Redenção*, percebemos que não foi grande o número de redatores escrevendo com constância no periódico. Dos mais de cento e vinte diferentes nomes e codinomes identificados no jornal, somente cinco tiveram mais de dez textos publicados⁴⁵⁹. Dentre estes cinco, foi possível identificar ainda contribuições com frequência oscilante ao longo da existência do *A Redenção*. Se Franklim, por exemplo, pseudônimo de Luíz Murat, teve 22 textos de sua autoria impressos nos 17 meses de existência do periódico, em oito desses meses não possuiu nenhuma publicação. Para além disso, os artigos de sua autoria se concentraram nos dois primeiros meses de existência do jornal, totalizando dez textos publicados entre janeiro e fevereiro de 1887. Caso parecido foi o do pseudônimo Lincoln – cuja real identidade suspeitamos ser Rui Barbosa –, cujos textos versavam sobre acontecimentos da cidade de Santos, e que teve 17 de seus 20 artigos publicados em um espaço de quatro meses, entre março e junho de 1887.

Semelhantes são os casos dos outros três redatores que tiveram mais de dez artigos

⁴⁵⁸ *A Redenção*. “Crônica da assembleia”. 23 de março de 1887

⁴⁵⁹ Outras assinaturas que apareceram com maior periodicidade no jornal estão: Acrisio Araujo, 5 vezes; Angelo Aristides Lobo, 5 vezes; pseudônimo Argos, 4 vezes; B. Vital, 4 vezes; Balthazar da Silva Carneiro, 5 vezes; D. Bibas, 5 vezes; Fucio Roberto, 11 vezes; G.B., 5 vezes; Galnei, 6 vezes; pseudônimo Margar, 6 vezes; P.G., 4 vezes; Pif, 4 vezes; pseudônimo Rei Lottor, 6 vezes; pseudônimo Spartacho, 6 vezes; Tanho, 6 vezes.

publicados no jornal: o pseudônimo Agnus – referência à Agnus Dei, o cordeiro de Deus –, que teve 17 publicações, 12 delas nos cinco primeiros meses de existência do periódico; Fernandes Coelho, com 15 textos no total, 13 deles publicados em um intervalo de quatro meses, entre agosto e novembro de 1887; e Marco Aurélio, de Caçapava, com 14 publicações, 13 delas nos meses de maio, junho e julho de 1887.

A grande oscilação na publicação de artigos assinados por estes homens não nos permite confirmar sua participação no corpo editorial da folha abolicionista *A Redenção*. Apesar disso, acreditamos na existência de um forte vínculo entre eles e o jornal, comprovada por sua larga contribuição ao periódico. As poucas pistas de que dispomos para seu reconhecimento – presentes, em geral, em menções e referências encontradas nas memórias escritas após a abolição – não são suficientes para que possamos confirmar a identidade dos indivíduos que conviviam com Antonio Bento na redação do jornal. Um texto de autoria de Hipólito da Silva publicado em edição comemorativa do *A Redenção*, aos 13 de maio de 1899 – 11 anos após a abolição e pouco mais de 6 meses após a morte de Antonio Bento –, apesar de citar os nomes de uma série de colaboradores de Antonio Bento na propaganda abolicionista, faz raras menções a indivíduos identificados como redatores do jornal. Ressalte-se assim que, de nomes como “Julio Ribeiro, Muniz de Souza, Vieira de Almeida, Fernandes Coelho, Martim Francisco, Bueno de Andrada, padre Barros, Horácio de Carvalho, dr. Domingos Jaguaribe”⁴⁶⁰, citados por da Silva, apenas Fernandes Coelho teve série de artigos assinada no jornal.

Dentre os redatores encontrados por diversas vezes nas páginas do *A Redenção*, chamam especialmente a atenção aqueles que atendiam sob os pseudônimos de Galnei e Rei Lottor, protagonistas de uma interessante discussão travada internamente ao jornal. Com concepções bastante diferentes para o encaminhamento do fim do cativeiro no Brasil, tais redatores manifestaram suas ideias nas páginas do periódico, recebendo espaços de semelhante importância, com a publicação de seis artigos cada um.

A apresentação de ideias dicotômicas como as dos redatores supracitados, evidencia-nos a existência de mais de uma vertente abolicionista no interior do periódico, corroborando com a noção de que o *A Redenção* atuou como espécie de “guarda-chuva ideológico” para diferentes leituras abolicionistas na São Paulo de finais dos anos 1880⁴⁶¹. Por vezes, a existência de embates de propostas no jornal, dá-nos realmente a impressão de se tratar de uma contradição. No entanto, devemos compreender o jornal como um espaço que possibilitava a abordagem de uma ampla

⁴⁶⁰ *A Redenção*, “Dr. Antonio Bento”, 13 de maio de 1899, Hipólito da Silva.

⁴⁶¹ Machado, Maria Helena. “Sendo cativo nas ruas: a escravidão urbana na Cidade de São Paulo”. In. Porta, Paula. *História da Cidade de São Paulo*. São Paulo, Editora Paz e Terra, 2004.

diversidade de temas, desde que objetivassem a abolição.

Não apresentaremos aqui a construção e tampouco a análise de cada um dos artigos antagonistas de Galnei e Rei Lottor, mencionando apenas os dois principais pontos de discórdia entre eles. O projeto idealizado pelo pseudônimo Galnei – apresentado em 4 artigos publicados no primeiro mês de existência do jornal e em outros dois textos dos meses subsequentes –, segundo suas próprias palavras, derivava da orientação da “ciência que reina e governa”⁴⁶². Os escravizados, segundo a premissa dos valores científicos, deveriam ser declarados livres e estabelecida uma lei reguladora da prestação de serviços por um certo número de anos⁴⁶³. Para Galnei, a lei Saraiva-Cotegipe não estabelecia um marco claro para o fim do cativeiro no Império, prolongando a existência da escravidão e alimentando a inquietação dos escravos nas fazendas. A libertação imediata, mediante prestação de serviços, seria, nesse sentido, a resolução final para a questão. O redator defendeu que a liberdade imediata do escravo representaria, contudo, um mal à pátria, reivindicando a libertação mediante uma “transação mais suave”. Os ex-escravos, portanto, deveriam continuar trabalhando para seus ex-senhores por um determinado período de tempo – entre três e cinco anos –transformando-se, aos poucos, em “homens livres e laboriosos”. Tais indivíduos, contudo, não seriam chamados de libertos, mas sim de “homens livres contratados por lei especial”:

Pelas ideias que enunciamos, reconhecerão os abolicionistas que consideramos uma indenização ensinar os ex-escravizados a amar o trabalho.

O trabalho nobilita o homem, engrandece-o, enriquece-o e santifica-o.

Não queremos que o escravizado tenha a liberdade completa, absoluta, no dia da abolição.

Desde hoje estariam livres; porém só tomariam posse completa da liberdade, de hoje a três anos. Neste espaço de tempo de transição, deveriam prestar serviços aos contratantes ex-senhores⁴⁶⁴.

Ainda que a questão da liberdade condicional (mediante prestação de alguns anos de serviço), tenha permeado a totalidade do jornal, este tipo específico de “liberdade” foi defendido enquanto projeto abolicionista unicamente por Galnei. Na maioria dos textos em que a liberdade condicional foi abordada no periódico, seus autores consideraram-na aceitável apenas na medida em que era necessário transigir com os fazendeiros e políticos escravistas pelo fim do cativeiro no país. No restante das vezes a questão foi duramente criticada. À altura de 1887 e 1888, eram poucos os que consideravam a escravidão viável por muito mais tempo no país. Quanto mais os dias passavam, mais ficava clara a proximidade da abolição. Nesta conjuntura, uma das principais questões levantadas versava sobre a possibilidade da liberdade condicional e indenização, uma vez que a libertação dos escravos era vista, pelos senhores, como uma forma de destituição, pelo

⁴⁶² Os artigos de Galnei foram publicados nas seguintes datas: 2, 9, 16 e 20 de janeiro de 1887; 14 de julho de 1887; 18 de agosto de 1887.

⁴⁶³ A Redempção, “Orientação abolicionista I”, 9 de janeiro de 1887, Galnei.

⁴⁶⁴ A Redempção, “Orientação abolicionista III”, 20 de janeiro de 1887, Galnei.

Estado, de uma propriedade sua.

Devemos, nesse sentido, buscar compreender as posições apresentadas pelo jornal no tocante a essas questões. Se de um lado possuíamos Galnei, no oposto possuíamos Rei Lottor.

As ideias de Rei Lottor confrontavam diretamente aquelas de Galnei, estabelecendo um debate explícito nas folhas do jornal. Lottor chegou a acusar Galnei de possuir uma postura escravocrata⁴⁶⁵. As críticas a Galnei foram publicadas, em sua maior parte, no mês de março, e a discussão estendeu-se até agosto de 1887. Defendendo-se cinco meses após as críticas de Lottor, Galnei argumentou que objetivava primeiramente a abolição, não importando se pelas vias que ele mesmo defendia ou se pela “forma anárquica” e “revolucionária” propostas pelo “Rei” (ainda que, em suas próprias palavras, considerasse tais formas absolutamente desnecessárias).

As propostas de Rei Lottor, concebidas como anárquicas por Galnei – ponto de vista provavelmente compartilhado pelos escravocratas –, giravam em torno da ideia de que a escravidão era um roubo⁴⁶⁶. Compreendendo a escravidão na qualidade de roubo, a abolição deveria ocorrer de forma imediata e sem nenhuma mediação. Nesse sentido, era inconcebível o pagamento de qualquer indenização ao senhor. A liberdade mediante prestação de serviços, defendida por Galnei, seria tal qual o pagamento de uma indenização, legitimando moralmente a existência do cativo⁴⁶⁷. Lottor sugeria ainda que, caso houvesse quem o acompanhasse, pegaria em armas e lutaria fisicamente pelo fim do cativo⁴⁶⁸. Para além dessas ideias, afirmou que não somente desejava a libertação imediata dos cativos, mas também que os benefícios e garantias concedidos aos imigrantes que chegavam ao Brasil fossem estendidos aos libertos:

Concedemos ao imigrante todos os favores possíveis: passagem nos vapores e no trem de ferro gratuitamente, hospedaria, alimentação, subsídio em dinheiro, abono de mantimento e terreno barato e a crédito.

Ao brasileiro, que regou a terra com o seu suor, que arrancou dessas florestas o ouro que representa a riqueza nacional, não se concede nada; considera-se como réprobo, porque quer reaver a liberdade que se lhe roubou.

Basta de crimes!

Sejam reparados os nossos erros, sejamos redimidos dos nossos crimes, pelos favores que concedermos e que merecem, as infelizes vítimas que arrastaram os grilhões da escravidão.

⁴⁶⁵ A Redenção, “Evolucionismo III”, 17 de março de 1887, Rei Lottor.

⁴⁶⁶ Os artigos assinados por Rei Lottor foram publicados nas seguintes datas: 10, 13, 17 e 20 de março de 1887; 31 de julho de 1887 e 7 de agosto de 1887.

⁴⁶⁷ Assim contestou Rei Lottor os argumentos de Galnei: “Ainda, é ser cúmplice do crime de pirataria, é reconhecer o falso direito de propriedade, é legalizar moralmente a existência da escravidão, conceder aos algozes escravocratas, o direito de martirizar as suas vítimas durante mais três anos. Queremos a abolição imediata e sem indenização. A prestação de serviços, por espaço de três anos, embora aclamados livres, desde já, todos os escravizados, parece reconhecer aos senhores o direito a uma indenização qualquer, e que na falta de outra se lhes ofereceria essa. Nós, os abolicionistas, não devemos reconhecer direito algum, porque consideramos todos os senhores dos escravizados como algozes criminosos perante a pátria e a moral”. A Redenção, “Evolucionismo II”, 13 de março de 1887, Rei Lottor.

⁴⁶⁸ A Redenção, “Evolucionismo II”, 13 de março de 1887, Rei Lottor.

Substitua-se, na lei que concede favores aos estrangeiros, a palavra – ao imigrante pelas seguintes: ao cidadão nacional e estrangeiro⁴⁶⁹.

De acordo com seus textos, Rei Lottor não desejava apenas a libertação dos cativos, mas também reparação. As ideias desse redator, contudo, não podem ser lidas como exemplar absoluto das propostas da folha abolicionista. Ao fim e ao cabo, era somente mais uma dentre tantas outras vozes presentes no *A Redempção*.

3.2. *O A Redempção: abolicionismos*

Ao longo desta dissertação, mencionamos por diversas vezes o caráter multifacetado do jornal *A Redempção*, destacando a inexistência de uma linha editorial rígida no mesmo e a necessidade de falarmos sempre da pluralidade de projetos abolicionistas por ele preconizados. Neste subcapítulo, pretendemos preencher de conteúdo tais afirmações, demonstrando efetivamente a perspectiva plural da publicação no tocante à avaliação dos caminhos possíveis à abolição no país. Os temas presentes n'*A Redempção* são muitos e não teremos espaço para tratá-los em sua plenitude, no entanto, optamos por abordar aqui assuntos que possibilitem vislumbrar o teor de algumas das principais proposições do jornal. Quando nos referimos aos projetos, os colocamos no plural, uma vez que não se faz possível o delineamento de um projeto fechado no jornal, mas sim a percepção de como, nele, diversas propostas foram apresentadas e debatidas. Nesse sentido, estudamos a relação crítica do jornal com o Partido Republicano (principalmente os republicanos de Campinas), reiteradamente acusado de não incluir em sua “república” o “Zé Povinho”; a apresentação das ideias separatistas paulistas pelos redatores do jornal, com toda sua carga excludente e alinhada aos interesses da elite rural do Oeste da província; a relação dos redatores do periódico com a ideia da necessária vinda de imigrantes europeus para trabalharem na lavoura nacional e suas implicações aos libertos; as concepções racialistas do jornal, através das quais os redatores apropriaram-se e manipularam ideologias que ora concebiam a assimilação do negro na sociedade – não o compreendendo, portanto, como um elemento impeditivo ao projeto de inserção do Brasil no rol de países civilizados –, ora negavam essa possibilidade; e, finalmente, a perspectiva dos redatores d'*A Redempção* no tocante às liberdades condicionais em massa concedidas pelos senhores de escravo do país na segunda metade dos anos 1880.

⁴⁶⁹ *A Redempção*, “Evolucionismo IV”, 7 de agosto de 1887, Rei Lottor.

O Partido Republicano como alvo

Ao longo desse capítulo, em especial durante a exposição das seções fixas do jornal, já foi possível delinear a forma incisiva como os redatores do *A Redempção* censuravam, sempre que possível, os comportamentos dos membros do Partido Republicano Paulista com relação à questão da escravidão. Tal característica não ficou restrita àquelas seções, sendo também observada em grande quantidade pelo restante do periódico abolicionista. Um dos principais pontos condenados, nos republicanos, pelos redatores do jornal, era a falta de interesse que tinham em incluir o povo em seu projeto de república.

Em artigo de junho de 1887 intitulado “A República e o Zé Povinho”, o redator declarava sua desconfiança nos republicanos e a justificava fundado em dois argumentos principais: pelo fato de a maior parcela dos abolicionistas nacionais ser declaradamente monarquista; e por terem sido os escravocratas republicanos aqueles a apresentarem maior resistência à libertação de seus cativos⁴⁷⁰. O redator comentou em seu texto a ausência da parcela popular nos projetos de república, indicando que só com a inclusão desses indivíduos seria possível instituí-la: “O Zé Povinho e os Caifazes não são convidados para a República? Felizes monarcas, com os republicanos que temos não há receio de coisa alguma. Durmam sossegados amigos”. Interessante a forma como o autor fez referência aos *caifazes*, relacionando-os ao zé-povinho, indicando, quem sabe, que aqueles que eram conhecidos por *caifazes* pertenciam ao mesmo grupo social do “zé-povinho”.

No mês seguinte, outro texto veio a reiterar a ausência do “Zé Povinho” nos planos dos republicanos: “Os republicanos, imbuídos em suas ideias, trabalhando sempre de cabeça, pela solução da grande ideia, esquecem-se que o povo é o principal elemento para solução das grandes ideias”⁴⁷¹. Artigo similar esteve presente em uma das edições de março de 1888⁴⁷². Parece claro para os redatores d'*A Redempção*, que a insegurança em alterar a ordem vigente fazia o Partido Republicano abdicar da ideia de abolição da escravidão, mostrando sua faceta antidemocrática ao excluir o povo de seus projetos políticos.

Esse “medo” foi motivo de ironia em outro artigo, no qual, ao comentar a enfermidade que

⁴⁷⁰ A Redempção, “A República e o zé-povinho”, 5 de junho de 1887. sem assinatura. Há menos de um mês do 13 de maio, em abril de 1888, tal assertiva foi reiterada, afirmando-se que: “Na propaganda abolicionista foi mais difícil para nós liberar escravos de republicanos, do que de monarquistas”. Os redatores não fizeram, contudo, qualquer referência aos meios empregados para tal libertação: se concedida pelos próprios escravocratas por meio de carta de alforria – desatrelada de quaisquer condições ou atrelada à prestação de serviços por alguns anos –, ou se empregados métodos de libertação no formato da prática dos *caifazes*. A Redempção, “A República e a Monarquia”, 19 de abril de 1888.

⁴⁷¹ A Redempção, “Saldanha Marinho brincando”, 7 de julho de 1887.

⁴⁷² “Duas coisas tem o partido republicano de inferior a todos os outros partidos que militam nesta província. // A primeira é não ter zé povinho; a segunda e não ter um chefe, ou por outra ter muitos chefes”. A Redempção, “O partido Republicano”, 4 de março de 1888.

abalou D. Pedro II em abril de 1887, o redator afirmou estarem muito receosos os republicanos de Campinas, pois a possível morte do imperador resultaria em verdadeira desgraça. Esta preocupação, segundo o redator, estava completamente relacionada à questão servil, uma vez que, morto o rei, este problema ainda não se encontraria resolvido. A ideia do artigo era criar justamente uma quebra de expectativa, um estranhamento. A morte do rei deveria ser compreendida pelos republicanos como um atalho para a implementação da República. Objetivando acusar o Partido de inerte, contudo, o redator demonstrou que a provável “solução” para tais republicanos seria, antes, um problema. As críticas, contudo, não se limitaram à questão servil. Segundo o artigo, os “tipos” do partido desejariam tomar conta do Brasil somente após a resolução de todos os seus problemas, inclusive o desaparecimento de toda a família imperial “por um cholera-morbus, ou bexigas”⁴⁷³.

Os três partidos existentes no Império Brasileiro àquela altura (Liberal, Conservador e Republicano) foram amplamente criticados pela folha abolicionista, assim como os políticos que deles faziam parte. É possível analisar o andamento da política nacional pelo prisma do jornal abolicionista – de forma cômica e irônica – por meio da seção “Crônica da Assembleia”, já descrita no subcapítulo anterior. O redator de tal coluna, que assinava sob o pseudônimo de Chico Barriga, descrevia, sempre de forma sarcástica, as ações – na maioria das vezes, a ausência delas – e a postura dos políticos na Assembleia:

O partido liberal é representado pela serpente, que, debaixo da beleza de sua pele encera o veneno mortífero de suas ideias; é uma garrafa de vinagre podre com rótulo de vinho do porto fino.

O partido republicano é representado pelo cão, que espera a morte do imperador, filhos, netos e bisnetos, ladrando sempre, para obter o governo do país, roendo, de vez em quando, um ossinho...

O partido conservador, é representado pelo macaco que assobiando e fazendo carantonhas e com o rabo grudado ao governo, sempre domina todas as situações.⁴⁷⁴

Apesar dos partidos Conservador e Liberal também sofrerem, portanto, com as acusações realizadas pelos redatores do jornal abolicionista, a quantidade de críticas dirigidas ao Partido Republicano é incomparavelmente superior. Ao fazer uma crítica a algum fazendeiro pertencente a esse partido, por exemplo, o *A Redenção* quase nunca deixava de generalizá-la à totalidade do partido, como no caso de um escravocrata republicano de São Carlos do Pinhal que libertou seus escravos, já no avançado mês de abril de 1888, mas não permitiu que esses deixassem a fazenda: “O partido republicano para nós, não é mais do que esses frutos produzidos em mal terreno, que ainda verdes já estão bichados”⁴⁷⁵.

Em mais de uma ocasião, os redatores deixaram clara sua perplexidade pelo não posicionamento do PRP diante da questão da abolição. No artigo de 27 de fevereiro de 1887, por

⁴⁷³ A Redenção, “Doutrina republicana”, 10 de abril de 1887.

⁴⁷⁴ A Redenção, “Crônica da Assembleia”, 30 de janeiro de 1887.

⁴⁷⁵ A Redenção, “Liberdades republicanas”, 8 de abril de 1888.

exemplo, um republicano santista, A. Alves, demonstrou-se contrariado com o modo com que o Partido havia se eximido da questão no Congresso Republicano de julho de 1873. Segundo Alves, os republicanos avaliaram o fim do cativeiro como problema social e não político, a ser resolvido por aqueles que estavam no poder⁴⁷⁶. A partir desta assertiva, o republicano santista – parte de um grupo tido pelo *A Redenção* como formado por verdadeiros republicanos e abolicionistas sinceros, ao contrário daqueles de São Paulo e, principalmente, de Campinas – complementou a informação dizendo que:

[...] o dia em que o último escravo brasileiro redimir-se das cadeias do cativeiro, será a véspera do enterramento do império. O partido republicano procurando, pois, exterminar a monarquia americana, e substituí-la pelo único governo compatível com os brios de uma nação: o partido republicano, almejando o governo do país em época que não vem longe, deve concorrer poderosamente, para a solução do elemento servil.

Faz-se importante ressaltar que o PRP não era homogêneo e possuía, dentre os seus correligionários, indivíduos de diferentes matizes, como já abordamos no capítulo I dessa dissertação. Apesar das diferenças existentes entre clubes republicanos de distintas localidades, contudo, os republicanos paulistas foram tratados de forma homogênea pelo periódico. Somente foram distinguidos, em um ou outro momento, os republicanos santistas. Para os redatores do jornal, não fazia sentido algum que os republicanos não fossem abolicionistas; o que lhes parecia, antes, uma grande contradição. Em março de 1887, inclusive, após comentar a atitude de um Barão Conservador que emitira liberdade condicional a 80 escravizados seus, a publicação afirmava que: “Quando os conservadores, libertam escravos condicionalmente, os republicanos devem libertar sem condição alguma”. Na sequência, defendia ainda que a escravidão era um roubo e que, diante disso, dever-se-ia exigir a libertação de todos os escravos sem prazo ou condição alguma⁴⁷⁷. Em março do mesmo ano, ao criticar as libertações condicionais então em curso, o jornal mencionava que: “ser republicanos e não ser abolicionista é contradizer as ideias que prega”, apregoando ainda que a abolição era inevitável e que quem deveria pedir indenização era o cativo, que trabalhara sem nada receber⁴⁷⁸.

Os artigos do jornal abolicionista não cansavam de questionar o PRP acerca de seu projeto, que dizia pretender criar mais liberdade aos cidadãos mas que, no entanto, previa a manutenção da escravidão para parcela substantiva da população. Já no primeiro número do jornal, nesse sentido, um redator publicou: “Com republicanos que plantam café com o suor dos escravos, que pregam a liberdade aos que não precisam dela, e conservam no cativeiro uns sem número de brasileiros,

⁴⁷⁶ *A Redenção*, “III Partido Republicano – Província de São Paulo”, 27 de fevereiro de 1887.

⁴⁷⁷ *A Redenção*, “O exm. sr. Barão do Grão-Mogol”, 10 de março de 1887

⁴⁷⁸ Artigo de Lucrecio Biloschi, *A Redenção*, “Aos escravocratas”, 20 de março de 1887

pode-se fazer tudo, menos república”⁴⁷⁹.

As críticas ao PRP imprimem a ideia de que o principal interlocutor do jornal era o “populacho”. A ausência do povo neste projeto de república foi o principal argumento dos contínuos ataques do periódico ao partido. O Separatismo Paulista – apresentado a seguir –, que possuía grande parte de seus ideólogos associados ao PRP, contudo, foi apresentado nas páginas do *A Redenção* sem maiores problemas. O teor abolicionista desses artigos, talvez, fosse suficiente para legitimá-los no interior da publicação.

O Separatismo Paulista no periódico A Redenção

Ainda que pareça estranho o alinhamento do *A Redenção* às ideias separatistas defendidas por um partido ao qual, no geral, a publicação era extremamente crítica, deve-se ressaltar, neste ponto, que as principais críticas do jornal dirigiam-se não à instauração do regime republicano no Brasil, mas antes à forma como o partido se posicionava, em especial no tocante à abolição. Desejando e reivindicando, portanto, a abolição, não parece ter havido grandes empecilhos à publicação dos textos de ideólogos do separatismo paulista no jornal.

Em artigo publicado em 13 de março de 1887, assinado por Alberto Souza, ficou clara a opção partidária do autor, defensor do separatismo paulista, pela república⁴⁸⁰. O autor atacou severamente a monarquia, acusando-a de saqueadora da “bolsa inesgotável” (referindo-se aos recursos da província de São Paulo), tratando-a como hidra monárquica, qualificando-a como desmoralizada, caduca, imoral, afrontosa e exagerada. Em suas críticas, até o grito da independência foi avaliado como ridículo e antipatriótico.

A manutenção da província anexada, segundo Alberto Souza, fez com que São Paulo mantivesse o oneroso custeio de grande parte das despesas do Império, inclusive de províncias que nada rendiam, em detrimento do desenvolvimento daquela que era a “mais adiantada do país”. A incompatibilidade da próspera situação de desenvolvimento econômico dos cafeicultores do Oeste Paulista e o seu limitado poder político foi um dos principais argumentos utilizados pelos ideólogos do separatismo. Essa ideia, contudo, não se restringia aos separatistas, sendo amplamente utilizada também pela classe senhorial paulista, como abordado no capítulo I. O poder centralizado na monarquia e o sentimento de não representação por parte desta elite rural acabaram por criar um ambiente de reivindicações que apontou para o federalismo – defendido principalmente pelo Partido Liberal – e o Republicanismo – que passou a ter uma ala defensora do separatismo.

⁴⁷⁹ *A Redenção*, “Notícias”, 2 de janeiro de 1887.

⁴⁸⁰ *A Redenção*, “Separemo-nos”, 13 de março de 1887. Alberto Souza.

A faceta abolicionista de seus argumentos era a defesa de que os recursos capitaneados pelo governo central poderiam servir para a compra de liberdade dos escravos junto aos seus senhores, acabando, deste modo, com a escravidão na província. Projetava, deste modo, uma abolição indenizatória, apesar de afirmar que o ideal da libertação era a não indenização ao proprietário: “enquanto o povo não deixar o seu egoísmo indiferente, e, de armas na mão, não exigir a libertação pronta dos cativos, estes serão redimidos por meio do dinheiro”. A urgência da abolição não poderia esperar por “situações ideais”, dando prosseguimento à resolução através dos meios disponíveis⁴⁸¹.

Alberto Souza ambicionava que o separatismo fosse incorporado às bandeiras reivindicatórias do PRP e acreditava que suas ideias já haviam conquistado muitos republicanos sinceros. No mês de maio de 1887, contudo, a rejeição à moção separatista apresentada no Congresso do Partido Republicano Paulista frustrou Alberto Souza e outros ideólogos do separatismo, como apontou Cássia Adduci em seu estudo sobre o separatismo da província de São Paulo⁴⁸². Os principais artigos sobre essa temática presentes no *A Redenção* coincidem com o período pré rejeição da moção pelo PRP.

Para termos uma ideia de como o separatismo esteve interligado às ambições de alguns membros do Partido Republicano, Cássia Adduci constatou que, dos quatro maiores ideólogos do separatismo, reconhecidos nas figuras de Alberto Salles (irmão de Campos Salles), Joaquim Fernando de Barros, Francisco Eugênio Pacheco e Silva (também conhecido por Feps) e Martim Francisco (que algumas vezes escrevia sob o pseudônimo Nemo), os três primeiros estavam ligados ao PRP e o último ao Partido Liberal⁴⁸³.

Interessante que, segundo a nossa análise d'*A Redenção*, o único dentre os quatro ideólogos não pertencente ao Partido Republicano, era justamente aquele que possuía alguma intimidade com os abolicionistas do periódico⁴⁸⁴. Em abril de 1887, Martim Francisco enviou seu folheto com ideias separatistas à redação do jornal⁴⁸⁵. Foi-lhe prometida a leitura do material e a elaboração de um parecer sobre o mesmo, que acabou não sendo transformado em artigo. Em setembro do mesmo ano, sob o pseudônimo de *Nemo*, Martim Francisco criticou o Partido Republicano por não empregar forças na libertação dos escravos em artigo intitulado “A abolição

⁴⁸¹ *A Redenção*, “Separemo-nos”, 13 de março de 1887. Alberto Souza.

⁴⁸² Adduci, Cássia Chrispiniano. *A “Pátria Paulista”: o separatismo como resposta à crise final do Império Brasileiro*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2000. p.70.

⁴⁸³ Adduci identifica como os maiores ideólogos separatistas Alberto Salles (irmão de Campos Salles), Joaquim Fernando de Barros, Francisco Eugênio Pacheco e Silva (também conhecido por Feps) e Martim Francisco, que também escrevia sob o pseudônimo de Nemo. Adduci, Cássia. *A “Pátria Paulista”...*

⁴⁸⁴ Vale ressaltar que Martim Francisco em 1887 – momento em que as ideias separatistas estavam mais presentes no debate público –, teria declarado sua luta como “política e não partidária, impessoal”, desvencilhando-se de qualquer partido, tal qual Antonio Bento. Adduci, Cássia. *A “Pátria Paulista”...* p.66 – 67.

⁴⁸⁵ *A Redenção*, “Propaganda separatista”, 24 de abril de 1887.

dos escravos”, publicado n’*A Redenção*⁴⁸⁶. Um mês depois, um artigo do periódico comentou sua mudança à cidade de Santos. Neste artigo, Francisco foi tratado pela folha abolicionista como “honrado amigo e colaborador”⁴⁸⁷. Vale ressaltar que tal tipo de tratamento não era comum e que somente os mais chegados foram mencionados no periódico da forma como Martim Francisco o foi.

O primeiro artigo a tratar do separatismo da província foi publicado logo no mês inicial de existência do jornal, em edição de 23 de janeiro de 1887 e, no entanto, não demonstrou sua orientação partidária⁴⁸⁸. O texto, intitulado “Propaganda abolicionista”, apresentou duas ideias pelas quais os paulistas deveriam se sacrificar: a luta para acabar com o elemento servil – que é a “hidra que nos estrangula economicamente, moralmente, de todos os modos” – e o laço que prende a província de São Paulo ao Império – que, por sua vez, “é o tubo de transfusão, por onde foge o sangue que conseguimos fazer, por onde escoar a nossa robustez”.

O autor do texto – que não o assinou, mas assinalou ao seu final a origem do artigo: “D’A Procellaria”, um semanário independente, redigido por Julio Ribeiro e editado por J. Lousada⁴⁸⁹ – argumentou que as características da lavoura da província de São Paulo haviam se tornado incompatíveis com aquela que lhe servira de modelo, mais especificamente, a lavoura fluminense. A lavoura paulista, de acordo com este raciocínio, havia precisado primeiramente surgir e se desenvolver à semelhança do modelo escravista de produção de café advindo do Rio de Janeiro, para somente então alcançar o grau de prosperidade encontrado em 1887 que, por sua vez, tornara-a incompatível com o uso da mão de obra escrava.

Buscando legitimar a tese da distinção entre as duas províncias, o redator detratou as condições físicas da província do Rio de Janeiro e, para tanto, mencionou seu “clima senegalesco” e a pobreza de sua terra vermelha, que “fazem com que eles [os fluminenses] sejam outros homens”, contrapondo-as à “amenidade do clima” de São Paulo, à “fertilidade inesgotável” de suas terras roxas, e às “vantagens” mesológicas. Utilizando-se fortemente da teoria do determinismo geográfico, o redator entendeu que a abolição seria uma tragédia para a lavoura do Rio de Janeiro, uma vez que as “desvantagens físicas” não permitiriam que ali se estabelecesse o trabalhador europeu⁴⁹⁰. Este seria o principal motivo, na sua opinião, para a defesa ferrenha que os políticos do

⁴⁸⁶ A Redenção, “A abolição dos escravos”, 29 de setembro de 1887.

⁴⁸⁷ A Redenção, “Martim Francisco”, 27 de outubro de 1887.

⁴⁸⁸ A Redenção, “Propaganda abolicionista”, 23 de janeiro de 1887. D’A Procellaria

⁴⁸⁹ Freitas, Affonso A. de. *A imprensa periódica de São Paulo desde os seus primórdios em 1823 até 1914*. São Paulo. Tipografia do ‘Diário Oficial’. 1915. p.316-319.

⁴⁹⁰ Segundo Lilia Schwarcz, em seu livro *O espetáculo das raças*, o determinismo geográfico possuiu dois principais teóricos Friedrich Ratzel e Henry Thomas Buckle. Para esses teóricos o desenvolvimento cultural de uma nação seria totalmente condicionado pelo meio em que essa se desenvolve. Outra teoria em voga no período foi o determinismo de cunho racial, também conhecido por *darwinismo social* ou *teoria das raças*. Essa teoria compreendia uma estratificação das raças, em que cada qual era possuidora de características próprias. A raça, para

Rio de Janeiro haviam feito da manutenção da escravidão⁴⁹¹.

As leis “físico-sociológicas”, nesse sentido, eram tidas como determinantes dos caracteres éticos e dos costumes, fazendo dos habitantes de São Paulo os antípodas de seus vizinhos fluminenses; os quais deviam, portanto, ser regidos por outras leis. A província banhada “pelas bacias do Paranapanema, do rio Pardo, do Tietê e do Mogy Guassú”, comporia o ambiente perfeito para o estabelecimento do imigrante europeu, que “dar-se-ia bem”, aclimatando-se, enriquecendo, tomando amor pelo solo e, finalmente, abrasileirando-se.

Contrariando a argumentação do artigo supracitado, que diferenciava o posicionamento dos fazendeiros de São Paulo e Rio de Janeiro diante da abolição, o historiador Robert Conrad afirmou que, caso dependesse dos interesses dos fazendeiros do Oeste Paulista, a escravidão certamente seria mantida⁴⁹². Segundo Conrad, historiadores como Richard Morse, Richard Graham, Emilia Viotti da Costa, Warren Dean e Eugene Genovese⁴⁹³ identificaram os fazendeiros paulistas, devido ao seu desenvolvimento econômico e à sua inserção no mercado comercial (haja vista sua não restrição, na década de 1880, ao setor produtivo), como possuidores de uma ideologia progressista e até mesmo burguesa. De acordo com esses historiadores, para os fazendeiros do Oeste Paulista, o fim da escravidão representaria a possibilidade de inserção de imigrantes europeus brancos no país. Conrad, porém, defende que apesar da iminência da abolição e dos altos preços do cativo, a necessidade de braços e a rentabilidade do café ainda faziam do escravo um investimento lucrativo, em São Paulo, assim como no Rio de Janeiro.

Assim como as historiadoras Maria Helena Machado e Celia Maria de Azevedo, Conrad chama atenção para a grande quantidade de fugas de cativos em curso nos últimos anos de existência da escravidão e, nesse sentido, reconhece que o que tornou os fazendeiros paulistas emancipacionistas foi a necessidade de manutenção da força de trabalho nas fazendas⁴⁹⁴. A

os cientistas adeptos desta teoria, era um fenômeno imutável e entendiam a miscigenação de forma pessimista. Para mais informações sobre esse tema, ver o capítulo 2, “Uma História de Diferenças e Desigualdades”, subitem *O darwinismo social: a humanidade cindida*. Schwarcz, Lilia. *O espetáculo das raças*. Companhia das Letras, São Paulo, 2002.

⁴⁹¹ “Tirar o escravo à província do Rio seria matar-lhe a lavoura. O fazendeiro fluminense compreende isso, e treme: razão mais egoística do que patriótica, mas enfim com razão, aferra-se ao que ainda o pode sustentar por algum tempo. (...) Essa zona (região do vale do Paraíba, àquela altura decadente e por isso, entendida pelo redator como pertencente ao Rio de Janeiro), como parte integrante da zona fluminense, obedecendo às mesmas leis físico-sociológicas que a esta regem, é, e necessariamente deveria ser, escravagista: só coagida pela força abandonará ela os seus escravos. A intransigência ferrenha, mas leal, heroica, legendária, do sr. Moreira de Barros, nesta questão, é característica, é típica: tem razão de ser, tira a sua origem da própria natureza das coisas”. A Redempção, “Propaganda abolicionista”, 23 de janeiro de 1887. D'A Procellaria

⁴⁹² Conrad, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil...*

⁴⁹³ Robert Conrad elenca entre os historiadores que se alinham essa interpretação Richard Morse, Richard Graham, Emilia Viotti da Costa, Warren Dean e Eugene Genovese. Conrad, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil...* p. 160.

⁴⁹⁴ Uma das principais formas de constatação das fugas, é através da análise do apelo dos escravocratas pedindo auxílio ao governo provincial para auxiliá-los na contenção das fugas em massas de escravos, ou diante do temor de

libertação condicional e o estabelecimento de longos contratos de trabalho, ou seja, a alteração do *status* do trabalhador servil para o de trabalhador livre, foi, nesse sentido, uma medida tomada unicamente com o objetivo de manter o plantel de trabalhadores nas fazendas.

O historiador Peter Eisenberg buscou se inserir nesse debate e, para tanto, presumiu que se houvessem diferenças entre a mentalidade de fazendeiros do Vale do Paraíba e do Oeste Paulista, elas se manifestariam nos discursos proferidos pelos mesmos no Congresso Agrícola de 1878 – evento convocado pelo Governo Imperial com o intuito de identificar diagnósticos e demandas da lavoura brasileira⁴⁹⁵. Ao analisar estes discursos, contudo, o historiador apontou para a inviabilidade de “identificar determinadas ideias com determinadas regiões”, pois fazendeiros de ambas áreas defendiam tanto ideias “atrasadas” quanto “progressistas”.

Retomando a análise do artigo publicado na seção “Propaganda Abolicionista” do *A Redenção*, é explícito que seu interesse no fim da escravidão vinculava-se diretamente à atrações de mais imigrantes para a região. O que o texto não explicou, contudo, foi a forma como, a seu ver, os imigrantes desenvolveriam a província, nem qual seria o futuro dos negros dentro da nova conjuntura. O imigrante foi apresentado, nesse sentido, como o elemento mágico para o fim dos problemas reinantes, tanto econômicos quanto de “moralidade”, resultantes de quatro séculos de escravidão.

Em muitos sentidos, podemos aproximar as ideias separatistas presentes n'*A Redenção* com as dos principais ideólogos do separatismo abordados pelo trabalho de Cássia Adduci. Naquele momento, teorias “biológicas” aplicadas ao meio social, tal como o darwinismo social, o determinismo geográfico e o racismo científico, circulavam por meios de livros e da imprensa em geral, atraindo aqueles que buscavam respostas ou justificativas para a situação social do país e para sua modificação. Os propagandistas do separatismo, crentes no cientificismo como legitimador de suas ideias, buscaram uma fórmula que garantisse o desenvolvimento, chegando, de acordo com Adduci, a uma teoria essencialmente excludente⁴⁹⁶. Neste projeto, em linhas gerais, grande parte do Brasil encontrava-se descartada – inclusive as regiões do norte da província de São Paulo –, considerada incapaz de se desenvolver devido ao determinismo geográfico que orientava a moral e a ética de sua população. Em contraposição, as regiões ao sul, incluindo São Paulo, eram consideradas possuidoras de um clima ameno e ideal para a prosperidade de sua população, assim como para a vinda daquele povo tão desejado, que chegava aos poucos e que ainda estava por vir

que essas ocorressem. Conrado. Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil...* p. 298. Machado, Maria Helena. *O Plano e o Pânico...* Azevedo, Celia Maria de. *Onda negra, medo branco...*

⁴⁹⁵ Eisenberg, Peter. A Mentalidade dos fazendeiros no congresso Agrícola de 1878. In. Lapa, Amaral (org.) *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis, Editora Vozes, 1980. p.167-194.

⁴⁹⁶ Adduci, Cássia. *A “Pátria Paulista”...* p. 210

aos montes: o imigrante. Vale ressaltar que, para seus ideólogos, o motivo da tímida vinda de imigrantes até então era a existência da escravidão e a falta de incentivos por parte do governo central.

O imigrante cumpria papel fundamental na proposta de desenvolvimento da província articulada nos termos apresentados acima, contribuindo à já distinta população habitante de São Paulo⁴⁹⁷. Adduci, por diversas vezes, reiterou que o projeto dos separatistas encontrava-se atrelado aos anseios e interesses da elite rural cafeeicultora do Oeste Paulista⁴⁹⁸. O elemento a destoar destes interesses, segundo a autora, era a defesa da abolição da escravidão. A pesquisadora, porém, não deixou de explorar o “formato” desse abolicionismo que, na sua opinião, objetivava a manutenção da ordem e o incentivo para a vinda dos imigrantes.

A questão racial também foi abordada, neste contexto, através de argumentos de apelo científico, colocando no horizonte de expectativas a vinda maciça de imigrantes e, assim, a realização da potencialidade embranquecedora da população que viria contribuir para o desenvolvimento da “pátria paulista”⁴⁹⁹.

As ideias de Martim Francisco, separatista com o qual o *A Redenção* possuía certa intimidade, não escapavam às linhas gerais do separatismo apresentado por Adduci. Reconhecendo a incorporação histórica do ex-escravo no desenvolvimento da cidade em artigo do jornal *A Província de São Paulo*, Martim Francisco buscou analisar de perto, no entanto, o modo específico com que se dava tal incorporação:

[...] os ex-escravos se vão recolocando nos estabelecimentos rurais, a colonização nacional firma-se em nossa zona e o trabalho nobilita-se pelo aproveitamento de uma raça afetiva que, digam o que quiserem os ignorantes, ainda alcançará posição, modesta embora, no largo quadro do progresso humano.⁵⁰⁰

Por mais que o autor se esforçasse em conceder participação aos libertos no progresso paulista, tais atores estavam fadados, de acordo com seu discurso, a possuir uma determinada e

⁴⁹⁷ Segundo Adduci os separatistas argumentavam que a população paulista já era distinta da do resto do Brasil, marcada principalmente pela sua origem na figura do bandeirante e suas características: iniciativa, coragem, audácia, vigo, capacidade de conquista e elemento civilizatório. Adduci, Cássia. *A “Pátria Paulista”*... p. 143.

⁴⁹⁸ Adduci, Cássia. *A “Pátria Paulista”*... p. 212

⁴⁹⁹ Adduci, Cássia. *A “Pátria Paulista”*...p. 142. A autora ao tratar do cientificismo em Alberto Salles, um dos quatro principais propagandistas do separatismo, demonstrou como esse entendia a questão da raça atrelada ao passado escravagista, e portanto negro, com a vinda de imigrantes. Adduci, Cássia... p. 103. No mesmo estudo, ao tratar de Martim Francisco, a pesquisadora reproduz um dos artigos do separatista, em que discutiu o problema racial e sua relação com a definição do 'paulista': “Embora não predomine e nunca predominasse, é livre de dúvida que o sangue negro existiu e existe na província, tendo sido praticados em território paulista (...) os últimos crimes do tráfico. À antiga mescla do etíope com o caucásio e com o indígena, anexa-se a ação da climatologia, a recente imigração italiana; a influência da tradição e tantos outros fatores – e ninguém recusará aplauso à verdade que se deduz dessa parte do trabalho do dr. Alberto Salles: o paulista já não é um brasileiro”. *Diário Popular*, “A Pátria Paulista pelo dr. Campos Salles”, 9 de agosto de 1887. Apud. Adduci, Cássia. *A “Pátria Paulista”*... p. 121-122.

⁵⁰⁰ *Província de São Paulo*, “Os escravos e a separação”, 10 de janeiro de 1888. Apud. Adduci, Cássia. *A “Pátria Paulista”*... p.121.

indelével posição social: comporiam a classe subalterna daquela sociedade.

Reiteramos a ideia de que muitas abolições cabiam sob o “guarda-chuva ideológico” do periódico *A Redenção*. Ainda que fossem apresentadas ideias excludentes e atreladas aos anseios da elite rural do Oeste Paulista – como as teorias separatistas acima analisadas –, veremos a seguir o modo como o jornal, em diversas ocasiões, colocou o liberto brasileiro como merecedor das mesmas prerrogativas oferecidas àquele que parte significativa da sociedade da época compreendia como o solucionador dos problemas nacionais: o imigrante. Neste âmbito, chama a atenção a defesa empreendida pelos redatores do jornal de que estrangeiros e libertos partilhassem das mesmas condições de “liberdade de trabalho” – materializadas em medidas governamentais como a gratuidade nas passagens de trem e a hospedagem temporária para indivíduos em busca de um lugar para se estabelecer.

O imigrante europeu e suas implicações

No período em que o *A Redenção* passou a ser publicado, a província de São Paulo já havia conseguido estabelecer certo fluxo de imigrantes europeus, principalmente italianos. Este afluxo, contudo, ainda não era suficientemente volumoso para substituir os trabalhadores escravos, possuindo ainda a desvantagem de não ser espontâneo. A figura do imigrante, para além de representar mais força de trabalho nas fazendas de café, que ainda se expandiam, significava, em grande medida, o caminho de entrada do Brasil no rol de nações civilizadas, como veremos nessa e na próxima seção.

Apesar dos altos custos para o estabelecimento dos imigrantes em São Paulo, e do desejo, por parte dos senhores, de introduzir esses indivíduos em suas fazendas, dois artigos do *A Redenção* do ano de 1887 denunciaram as más condições nas quais os colonos ainda eram submetidos a viver. Em um desses artigos, de 5 de junho, intitulado “A colonização é impossível enquanto existir escravos”, afirmava-se que os fazendeiros eram “ignorantões sem educação de espécie alguma” e que, por isso, tratavam os trabalhadores, que deveriam ser vistos como “auxiliar poderoso para a riqueza do país”, como máquinas de trabalho. Enquanto “rios de dinheiro” eram gastos no custeio do ingresso do colono na província, argumentou o redator, atrasados fazendeiros os colocavam para trabalhar lado a lado com escravos e acabavam por rebaixá-los a tal condição. O autor, nesse sentido, afirmava que tal qual o “antigo ditado” em que “burro velho não toma passo”, os senhores de terras não aprenderiam as formas de tratamento necessárias para a satisfação do

trabalhador livre enquanto existisse o cativo, daí a urgência na extinção da escravidão⁵⁰¹.

Nos artigos publicados no *A Redenção* em que a temática central foi a imigração, a extinção do cativo foi tratada quase sempre como um estágio a ser cumprido para o alcance de uma causa maior: o incremento da população de origem europeia em terras paulistas⁵⁰². Grande parte dos redatores pertencia à elite letrada urbana de São Paulo e alguns deles compartilhavam de uma ideologia liberal-paternalista, uma vez que seus argumentos contra a escravidão estavam fundados, em grande medida, em motivos econômicos, compreendendo os libertos como incapazes e despreparados para adentrarem à sociedade de homens livres. Os egressos da escravidão, portanto, para parte dos abolicionistas, necessitavam de mais tempo sob os “cuidados” de seus antigos senhores até que o “aprendizado da liberdade” se concretizasse.

No segundo mês de existência do periódico, publicou-se uma série de três artigos intitulados “Imigração”, “Imigração II” e “Imigração III”, que seguiram os preceitos acima expostos. Apesar de não podermos confirmar se os três textos possuíam o mesmo redator, a consonância de suas ideias – possivelmente resumidas na frase: “se a escravidão é um obstáculo evidente para a imigração, seja ela abolida” –, indica que sim⁵⁰³.

No primeiro artigo dessa série, o autor mobilizou seus argumentos contra as acusações com que os abolicionistas, principalmente aqueles d’*A Redenção*, tinham que lidar, uma vez que eram corriqueiramente acusados de “precipitados” e “incendiários” por defenderem a abolição imediata⁵⁰⁴. Este formato de abolição resultaria inevitavelmente, para esses críticos, em “desordem” e “vagabundagem”. O redator, nesse sentido, tentou se justificar e demonstrar os verdadeiros objetivos da luta abolicionista, cuja vitória prometia vantagens morais e materiais para toda a sociedade e principalmente à lavoura. Com a finalidade de fortalecer seu argumento, defendeu que a ordem fosse mantida a qualquer custo, até mesmo, se necessário, através da coação do liberto ao trabalho: “Entendemos que o liberto que não quiser trabalhar, preferindo a vadiação e a mendicância, deve ser coagido ao trabalho, sob as mais severas penas⁵⁰⁵”. No interior deste discurso, evidencia-se que o projeto imigrantista foi tratado como combustível essencial para o alcance de vantagens, enquanto o trabalhador nacional egresso da escravidão estaria fadado à continuidade do trabalho na lavoura, sob a ameaça constante de “severas penas”.

⁵⁰¹ *A Redenção*, “A colonização é impossível enquanto existir escravos”, 05 de junho de 1887.

⁵⁰² O raciocínio é o mesmo em um texto do início de abril, em que foi demonstrado como para os imigrantes europeus havia uma preleção da Argentina sobre o Brasil. O motivo desta escolha era uma só: a existência do elemento servil em terras brasileiras. Resolvido esse problema o Brasil passaria a ter prioridade sobre o seu vizinho. *A Redenção*, “A abolição em Campinas”, 3 de abril de 1887.

⁵⁰³ *A Redenção*, “Imigração II”, 20 de fevereiro de 1887.

⁵⁰⁴ *A Redenção*, “Imigração”, 17 de fevereiro de 1887.

⁵⁰⁵ *A Redenção*, “Imigração”, 17 de fevereiro de 1887.

No artigo de número III foi defendida a necessidade de retomada da “Sociedade de Imigração”, anteriormente encabeçada pelo general Couto de Magalhães, mas que deixara de se reunir⁵⁰⁶. A associação protetora dos imigrantes, defendia o autor, deveria ser reativada “agora que a imigração só aumenta, e que mais se aumentará com a diminuição dos escravizados”. A certa altura do artigo, foi defendida a urgência na abolição da escravidão em função de sua influência negativa e direta sobre a vinda de europeus para o Brasil. O redator afirmou que o Brasil faria em 20 anos o que outros países haviam feito em 5, e nesse sentido apontou o exemplo dos Estados Unidos e os dois principais fatores que faziam os europeus preferirem imigrar para aquele país: “1º À possibilidade que lhes dão as leis de naturalização de participar prontamente dos direitos de cidadãos americanos; 2º Às facilidade que eles acham na lei de alienação territorial, para obter terra imediatamente e barato”. Percebe-se, nesse artigo, que há certo desejo em estabelecer o imigrante europeu na pequena propriedade, e não na unidade produtora senhorial, sob a qual estava estruturada a principal produção nacional, o café.

Outra ideia associada aos malefícios da utilização do trabalho escravo foi o arcaísmo das técnicas empregadas na produção do café. Somente o emprego de mão de obra livre possibilitaria, nesse sentido, o desenvolvimento tecnológico da agricultura. Esse foi o posicionamento do artigo intitulado “Agricultura II”⁵⁰⁷. O autor deste texto, contudo, avaliou a inépcia do estrangeiro no trato das terras brasileiras e concluiu que este ainda não estaria apto para o estabelecimento vantajoso da pequena lavoura. Em sua opinião, era necessário que os imigrantes passassem por um processo de aprendizagem na grande lavoura para, posteriormente, estarem capacitados para a fundação de suas próprias propriedades. Uma vez mais, vemos aqui o desejo do estabelecimento dos imigrantes em pequenas propriedades de terras seguindo o modelo dos Estados Unidos.

Apesar de o redator da série “Imigrantes” discorrer sobre a necessidade de se seguir ambas orientações por ele indicadas, sabemos que o segundo fator contrapunha-se aos interesses dos cafeicultores paulistas, haja vista a urgência de braços para a grande lavoura. O modelo de colônia de povoamento, tal como existente no país da América do Norte, nesse sentido, em nada concorria para a resolução do problema brasileiro de oferta de mão de obra. No artigo “Agricultura II” o autor advertiu ainda que mesmo que houvesse terras disponíveis para os imigrantes que aqui chegavam, eles não estariam aptos a lidar com o a terra nacional.

A série de artigos “Imigração” evidenciou, portanto, o desejo de instauração de um fluxo de imigrantes europeus para Brasil e de seu estabelecimento em pequenas propriedades produtivas, tal

⁵⁰⁶ A Redempção, “Imigração III”, 27 de fevereiro de 1887.

⁵⁰⁷ A Redempção. “A agricultura II”, 3 de fevereiro de 1887

como ocorrera nos Estados Unidos, sem, no entanto, que seu autor questionasse a produção extensiva nos latifúndios nacionais. Os esforços para o estabelecimento do imigrante na grande unidade produtora partiam, evidentemente, dos mais interessados em sua força de trabalho: os fazendeiros, que desejavam um incremento na mão de obra, e o governo, que financiava o transporte desses trabalhadores, desde seu local de origem – principalmente a Itália –, até a unidade produtora no interior da província de São Paulo.

Uma proposta que possibilitava ultrapassar este modelo de produção, contudo, foi apresentada no jornal através da transcrição do “Manifesto abolicionista militar”, elaborado por Henrique Baurepère (Beaurepaire) Rohan, publicado no primeiro mês de existência do periódico⁵⁰⁸. O militar iniciou seu manifesto abordando como a escravidão impedia o Brasil de entrar para a “fileira das nações civilizadas”, uma vez que afetava a moralidade, a economia e era o motivo do atraso do país nas indústrias e na lavoura.

“Ela [a escravidão] inutiliza milhões de braços livres que vivem dispersos por nossos campos, ao mesmo tempo que impossibilita a imigração espontânea, não obstante as somas consideráveis que temos despendido para atrair colonos europeus. E, finalmente, é ela um constante embaraço à constituição da pequena propriedade, na qual devemos firmar as mais gratas esperanças do nosso desenvolvimento agrícola.

Enquanto houver escravos, há de haver a grande propriedade territorial, e com ela a cultura extensiva, em grave detrimento não só de milhares de famílias pobres, que vegetam na miséria em falta de terras onde exerçam a sua atividade, como também de um bom sistema de colonização”.

Até este momento de seu discurso é possível reconhecer os mesmos elementos apresentados em outros artigos, como o desejo de estabelecimento da pequena propriedade e a abolição em função do imigrantismo. Em seguida, contudo, Rohan argumentava contra a indenização como condição para a libertação dos escravos, uma vez que, em sua opinião, cinco anos trabalhados pelo cativo seriam suficientes para o senhor recuperar com “usura o valor venal da propriedade servil”. Para além desta libertação sem indenização, o artigo de Rohan reiterou o projeto que anteriormente apresentara no Congresso Agrícola de 1878⁵⁰⁹, que consistia na transformação dos escravos em colonos. Essa transformação, segundo o autor, deveria ocorrer mediante condições razoáveis, que consistiam no retelhamento e distribuição das grandes propriedades mediante concessão, com o ex-escravo recebendo a terra por meio do aforamento⁵¹⁰.

Emília Viotti da Costa comentou esse projeto de Rohan, o qual, segundo a historiadora, tinha o desígnio de criar “colmeias agrícolas”, deixando os domínios úteis sob responsabilidade dos

⁵⁰⁸ A Redenção. “Manifesto abolicionista militar”, 30 de janeiro de 1887

⁵⁰⁹ Tudo indica que esse Congresso Agrícola citado por Beaurepaire Rohan tenha sido a reunião que ocorreu em 1878.

⁵¹⁰ “Consistia esse meio na transformação dos escravos em colonos, mediante condições razoáveis, sendo uma delas o retelhamento da propriedade territorial, cedendo por aforamento um prazo a cada um de seus escravos”. A Redenção. “Manifesto abolicionista militar”, 30 de janeiro de 1887

ex-escravos, que seriam seus foreiros perpétuos. Essa proposta era bem similar às ideias de André Rebouças sobre o princípio de centralização agrícola, como bem apontou a historiadora. No livro “Agricultura nacional: Estudos Econômicos”, André Rebouças teorizou acerca dos benefícios para a lavoura e para o Brasil advindos da divisão dos latifúndios em lotes que deveriam ser vendidos, aforados ou arrendados “aos seus [dos fazendeiros] [escravos] emancipados, a imigrantes, ou a colonos nacionais e estrangeiros”⁵¹¹. A parte produtiva da terra, para Rebouças, ficaria a cargo desses últimos, enquanto ao fazendeiro ficaria a responsabilidade de investir em “estabelecimentos especiais, dotados com as melhores condições técnicas e econômicas, todas as operações necessárias para preparar os produtos, obtidos na primeira operação [da produção agrária], para exportação ou para o consumo imediato”. O princípio da centralização agrária defendido por Rebouças, pode ser resumido na ideia de concentrar o processo que demandava maior investimento e tecnologia nas mãos dos proprietários, enquanto o manejo da terra ficaria a cargo de imigrantes e libertos⁵¹². Caso o fazendeiro não possuísse capital para tal investimento, Rebouças sugeriu que ele se juntasse vantajosamente a outros indivíduos, seus pares.

O exemplo da série de artigos “Imigração” demonstrou como o fim da escravidão foi defendido apenas como uma etapa necessária para a vinda de mais imigrantes, compreendida, deste modo, como a única solução para o problema de mão de obra do país. Alguns redatores do *A Redenção*, contudo, entendiam que a solução não estava somente no imigrante, mas concediam ao liberto equivalente importância, defendendo que ambos recebessem igual tratamento.

Rei Lottor, pseudônimo previamente abordado nesta dissertação, foi responsável por uma série de artigos publicanos no *A Redenção*, intitulados “Evolucionismo”. No artigo de número VI, de agosto de 1887, o redator clamou por um estudo que resolvesse o destino dos libertos, devendo instaurar, segundo as mais justas aspirações, meios com que fosse possível aproveitar as aptidões destes trabalhadores⁵¹³. Para o “rei”, a vinda dos europeus não bastaria para o estabelecimento de uma organização do trabalho. Os brasileiros, principalmente escravos e libertos, não poderiam ser simplesmente abandonados.

Seguindo a linha de raciocínio apresentada nos outros artigos sobre o imigrantismo, poderíamos concluir que a “proteção aos nacionais” fundava-se, para os redatores do jornal, na manutenção dos postos dos libertos nas fazendas, coagidos a trabalhar, no mesmo local da época de

⁵¹¹ Ver principalmente a introdução ao trabalho de Rebouças. Rebouças, André. *Agricultura Nacional: Estudos Econômicos; Propaganda Abolicionista e Democrática*. Recife, FUNDAJ, Editora Massangana, 1988.

⁵¹² Vale ressaltar que com esse projeto André Rebouças tinha como um dos objetivos aumentar os lucros dos nacionais, uma vez que o produto agrário brasileiro seria exportado já em sua forma final para o consumo, eliminando o beneficiador estrangeiro. Rebouças, André. *Agricultura Nacional...* p.6.

⁵¹³ *A Redenção*, “Evolucionismo VI”, 7 de agosto de 1887.

seu cativo, sob longos contratos de trabalho. Fugindo dessa linha, no entanto, Rei Lottor reivindicou para o brasileiro “que regou a terra com o seu suor, que arrancou dessas florestas o ouro que representa a riqueza nacional”, os mesmos regalos concedidos pelo governo aos imigrantes: “passagem nos vapores e no trem de ferro gratuitamente, hospedaria, alimentação, subsídio em dinheiro, abono de mantimento e terreno barato e a crédito”; sugerindo, nesse sentido, uma verdadeira liberdade ao ex-escravo, muito além do que havia sido proposto até então.

O autor do artigo não só colocou o europeu e o liberto no mesmo patamar como, com o intuito de interceder pelo trabalhador nacional, de forma inédita no jornal, criticou o imigrante. Rei Lottor desaprovava o abandono da pátria por parte dos imigrantes. Mais do que isso, afirmava que esses trabalhadores se deslocavam para o Brasil com o objetivo de enriquecer, explorar o país estrangeiro e depois regressar a seu país de origem. Em sua opinião, portanto, tratava-se de aproveitadores.

O questionamento da forma tendenciosa com que o Estado lidava com o europeu e o nacional não foi tema exclusivo do “Rei”, sendo também abordado em artigo de outubro de 1887⁵¹⁴. Para o autor – que, uma vez mais, não foi identificado – representantes da ordem – os guardas urbanos, mas principalmente o chefe da polícia – deveriam efetivar o cumprimento das posturas ao capturar um “preto fugido” (averiguando as matrículas, se os senhores pagavam os devidos impostos, se tinham título de domínio; verificando, enfim, a legalidade de sua condição de escravo). O Estado, contudo, dizia o autor, só voltava sua atenção e seus cofres à tarefa de trazer imigrantes, consentindo, nesse sentido, com que os guardas urbanos vivessem “à cata de negros fugidos”, ou que indivíduos convertessem suas casas em xadrezes de “preto fugido”.

Aos 13 de maio de 1888, (momento em que Antonio Bento não mais fazia parte do Jornal Abolicionista⁵¹⁵), um artigo denominado “Leis compressoras” explicitou, a partir da postura de desaprovação do senador e chefe do partido Liberal, Affonso Celso, que medidas repressivas estavam sendo discutidas na câmara vitalícia com o objetivo de serem aplicadas especificamente sobre os libertos⁵¹⁶. O temor de que os libertos abandonassem as fazendas, optando por vender seu trabalho em outras paragens, fez com que tal disposição fosse colocada em pauta. O artigo, porém, questionou se o liberto, ao invés de trabalhar sob as implicações de leis coercivas, não mereceria tratamento semelhante ao recebido pelos imigrantes que “são recolhidos a uma hospedaria, onde esperam que os procurem para contratarem seus serviços. Não será permitido também aos libertos que não quiserem ficar nas fazendas, retirarem-se e procurarem trabalho em outra parte?”.

⁵¹⁴ A Redenção, “Liberdades condicionais”, 16 de outubro de 1887.

⁵¹⁵ Trataremos dessa questão no próximo capítulo.

⁵¹⁶ A Redenção, “Leis Compressoras”, 13 de maio de 1888.

Claro está que até a data da abolição e no período posterior a ela, nenhuma providência governamental foi tomada no sentido de amparar o trabalhador nacional. Muito pelo contrário, as discussões apontavam para maneiras coercivas de viabilizar a manutenção dos trabalhadores em fazendas onde eles outrora haviam sido escravos, e que coibissem a vagabundagem. Cenário completamente distinto encontravam os brancos imigrantes europeus que chegavam no Brasil àquela época.

A questão da imigração é peça fundamental para a compreensão dos distintos projetos abolicionistas presentes no jornal *A Redenção*. Não podemos nos esquecer dos projetos políticos que estavam em pauta no Brasil do final de 1880, nos quais muitas vezes o trabalhador branco europeu era diretamente associado à ideia de civilização e contraposto ao negro escravo ou liberto, ligado, por sua vez, à ideia de barbárie. Esta dicotomia já havia sido colocada pelos cientistas naturalistas europeus e estadunidenses, desde o começo do século XIX, e no Brasil passou a ser recebida e apropriada pelos intelectuais a partir, principalmente, da década de 1870. Vejamos a seguir como a ideia de raça foi manipulada pelos redatores d'*A Redenção*, que ao mesmo tempo em que objetivavam a abolição do cativeiro, estavam imersos nos conceitos cientificistas de raça cunhados em países do hemisfério norte com o expresse objetivo de legitimar a estratificação social.

A Raça

Não há dentre os artigos do *A Redenção* a apresentação ou explicitação de nenhum projeto que vislumbresse o branqueamento da população brasileira. É perceptível, contudo, a associação explícita, pelo jornal, entre a ideia de civilização e a imagem do imigrante europeu. Logo no primeiro número do jornal, em artigo intitulado “Letras – o escravo”, um redator descreveu de forma romanceada o momento em que encontrou um “negralhão” escravo que havia sofrido com severos castigos⁵¹⁷. Sua situação concedia-lhe a aparência de um animal, com suas faces “hirtas, ferozes, medonhas, barbas hispidas e os olhos chamejantes”. Esses aspectos eram o resultado de uma vida sob o julgo da escravidão, que “havam calcado, haviam destruído a delicadeza dos sentimentos até o último resto, num sempre crescente requinte de perversidade”. Na avaliação do redator, a vida de um escravizado era inclusive “pior que a das brenhas africanas” uma vez que, de acordo com ele: “não sabe bem tratar quem nunca foi bem tratado. Não sabe ser bom, não sabe ser generoso, quem nunca viu bondades, quem nunca viu sentimentos generosos”⁵¹⁸.

⁵¹⁷ *A Redenção*, “Letras – o escravo”, 2 de janeiro de 1887.

⁵¹⁸ *A Redenção*, “Letras – o escravo”, 2 de janeiro de 1887.

Muitas das ideias presentes neste pequeno texto se repetiram ao longo de vários dos exemplares do *A Redenção* e serão utilizadas aqui para abordarmos o modo como o jornal enxergava o negro, bem como as concepções de raça por ele publicizadas. Primeiramente podemos discorrer sobre a caracterização do escravizado enquanto “não humano”. Bastante recorrente entre os cientistas naturais do século XIX, a associação entre raça negra e animalidade esteve presente nas formulações de cientistas como Louis Agassiz e Arthur de Gabineau, para quem, assumindo-se a existência de uma estratificação entre os seres humanos, podia-se afirmar a maior proximidade entre a raça negra e os símios do que entre a primeira e o homem branco europeu⁵¹⁹. Desembarcando em solo brasileiro, tais ideias foram manipuladas por parte das elites intelectuais e políticas do país⁵²⁰. Eximindo-nos de uma comparação profunda entre as formulações raciais expressas pelos redatores do *A Redenção* e o processo mais amplo de assimilação, pelos intelectuais brasileiros, das teorias racialistas produzidas no exterior, procuraremos atentar, aqui, ao modo como os colaboradores do jornal expuseram, ou deixaram involuntariamente transparecer em seus artigos, suas concepções sobre tais teorias raciais⁵²¹.

Se do discurso identificado já no primeiro número do jornal – no artigo “Letras – o escravo” – pode-se extrair que a condição animalesca do indivíduo retratado foi associada, pelo autor, mais à sua situação como cativo no Brasil, do que à sua origem racial, não deixa de constar, no mesmo texto, uma menção velada aos perigos e à bestialidade das “brenhas africanas”. Afinal, em sua opinião, a vida de um escravizado era “ainda pior” que aquela vivida no continente originário dos negros trazidos ao Brasil. Ressaltando o elemento brutalizador da escravidão brasileira, portanto, “destruidora da delicadeza dos sentimentos”, emitiu seu juízo de valor comparando o cativo com

⁵¹⁹ Stephen Jay Gould, importante biólogo e historiador da ciência chega a afirmar que os cientistas naturais europeus e estado-unidenses do século XIX, apesar da existência de diferentes concepções sobre a raça – por vezes mais racistas ou liberais – tendiam a acreditar na inferioridade da raça negra ou na sua aproximação, biológica ou cultural, aos macacos. Gould, Stephen Jay. *A falsa medida do homem*. Martins Fontes, São Paulo, 2003. cap. 2. e Schwarcz, Lília. *O espetáculo das raças...*

⁵²⁰ Dois trabalhos referência para a compreensão da importação dessas ideias para o Brasil são o de Schwarcz, Lília. *O espetáculo das raças...* e o de Karoline Carula, em que foram analisados os discursos cientificistas de letrados brasileiros conferencistas em cursos públicos no Rio de Janeiro, que tinham por objetivo apresentar projetos modernizadores para a nação. Carula, Karoline. *Darwinismo, raça e gênero: conferências e cursos públicos no Rio de Janeiro (1870-1889)*. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

⁵²¹ Ao estudar o discurso de homens das ciências no Rio de Janeiro, Karoline Carula percebe, assim como Schwarcz, que os brasileiros se apropriaram somente dos preceitos teóricos que mais lhes convinham e que eram compatíveis com sua realidade. Objetivando alçar o Brasil ao rol de países civilizados, esses homens não podiam incorporar teorias que concebiam o mestiço como elemento degradado – tal qual o cientista naturalista europeu Louis Agassiz, que profetizou a impossibilidade de civilização para essas sociedades. Enquanto existiu a escravidão, debates mais profundos sobre a raça negra foram pouco abordados no Brasil. A existência do cativo tornava desnecessária a argumentação da inferioridade desta raça, uma vez que a cisão entre as raças já estava dada pelas relações sociais, econômicas e culturais estabelecidas pela instituição do cativo. A historiadora Karoline Carula ressaltou que a elite letrada do Rio de Janeiro, objeto de seu trabalho, tampouco abordou o assunto, sinal do quão problemática era a questão.

aquilo que, no seu imaginário, aludia a um ambiente selvagem e embrutecedor⁵²². As “brenhas africanas” e possivelmente a África como um todo pareciam ser, para esse redator, sinônimos de barbárie.

Podemos citar outras circunstâncias em que a escravidão foi avaliada como motivadora da condição inferior do negro, como no artigo intitulado “Away”, assinado por A. Ritzman, de 13 de fevereiro de 1887⁵²³. Nele, Ritzman defendeu que a escravidão era uma instituição tanto violadora do Direito Natural, quanto incompatível com sua época e que, por isso, deveria ser extinta. Os abolicionistas, nesse sentido, deveriam germinar a revolução, podendo ser a mesma pacífica ou não. Foi categórica a forma como o autor observou a situação do negro enquanto escravo: “raça escravizada, embrutecida e quase inutilizada pelas consequências da escravidão”.

Talvez o artigo que melhor compendiou a forma como a ideia de raça esteve presente no jornal *A Redenção*, tenha sido aquele intitulado, justamente, “A raça negra”⁵²⁴. Nele, ficaram explícitas as dificuldades e contradições com que os redatores do jornal incorreram ao lidar com a questão da raça. Como viemos demonstrando até aqui, se a concepção de raça presente no *A Redenção*, nas vezes em que apareceu, demonstrou que a categoria negro podia ser aproximada das ideias de maus costumes, inferioridade, sujeição à opressão e infelicidade, ou ignorância, esses elementos negativos eram quase sempre vistos, ou como decorrentes do processo pelo qual passou esse grupo quando inserido na sociedade brasileira na condição de escravo, ou como consequência das determinações geográficas de sua origem africana.

A escravização do negro proveio do atraso dos povos dessa raça, habitantes da África, e da ganância dos brancos, e não da inferioridade da raça.

Os africanos são povos ignorantes, e azeados às barbaridades e às injustiças, mas não se segue por isso que devemos escravizá-los.

A raça branca civilizada podia estender os benefícios da civilização até as Costas da África; poderia ter povoado o Brasil com negros, estabelecendo-os sob o regime do trabalho livre; mas tudo isso sem cometer a maior iniquidade e o maior atentado que se conhece – a escravidão do homem.

Dizer-se que a escravidão é natural, porque a raça negra é inferior, porque a religião ou a bíblia legitima a escravidão é desconhecer dos princípios eternos de justiça e de direito, é desmerecer os próprios intuítos da religião⁵²⁵.

O autor do artigo esforçou-se para argumentar que a raça negra não era inferior, reconhecendo, antes, no “ambiente” ao qual eram submetidos os negros, o fator determinante de sua dominação, tanto em África como quando escravizados no Brasil. Com o objetivo de colocar em pé de igualdade as raças negra e branca, o autor sugeriu que aqueles que o liam observassem a sociedade em que viviam, dizendo que, a partir daí, constatariam a existência de negros e seus

⁵²² A Redenção, “Letras – o escravo”, 2 de janeiro de 1887.

⁵²³ A Redenção, “Away”, 13 de fevereiro de 1887. A. Ritzman.

⁵²⁴ A Redenção, “A raça negra”, 14 de julho de 1887.

⁵²⁵ A Redenção, “A raça negra”, 14 de julho de 1887.

descendentes em todas as classes da sociedade, “nas letras, nas artes, nas indústrias, e na política”.

Neste artigo, contudo, é possível identificar contradições, como no momento em que, ao buscar apresentar características positivas da raça negra, o autor menciona que ela “resiste mais as intempéries do tempo e aos sofrimentos da vida”. Colocando a questão desta forma, o autor nos leva a crer que essa raça era mais apta a compor o estrato social responsável pelo trabalho braçal e, portanto, estaria fadada a manter-se como setor menos favorecido da sociedade. Outra contradição de natureza parecida surge quando o artigo faz comentários acerca de uma raça negra habitante da África e detentora de inteligência evoluída: os “fulla ou fellata”. Ao descrever esse povo, contudo, o autor deixa subentendido que sua maior inteligência teria decorrido da presença do elemento branco, uma vez que ressalta a hipótese de que esses eram povos resultantes da mescla entre negros e brancos.

Ainda de acordo com o artigo, o caráter de inteligência subdesenvolvida dos indivíduos da raça negra não era resultado de características incipientes à raça, mas sim do ambiente em que essa “raça” se desenvolveu e que, ao priorizar uma série de outras características, teria deixado a inteligência em segundo plano. Partindo das concepções teóricas presentes neste artigo, podemos inferir duas possibilidades para o “progresso” intelectual do negro: habitar um ambiente propício para seu desenvolvimento (a África não entra no rol desses ambientes), ou cruzar com a raça branca, uma vez que a última representava a raça detentora da qualidade da inteligência. Nota-se, nesse sentido, a presença de uma concepção velada de superioridade da raça branca, uma vez que herdeira de uma civilização propiciadora das condições para o desenvolvimento da inteligência. Para os negros no Brasil, por outro lado – com raras exceções, haja vista, nas palavras do próprio autor, a existência de negros “nas letras, nas artes, nas indústrias, e na política” –, seria necessário mais algum tempo para o desenvolvimento de sua inteligência, inexistente, ainda, um ambiente ideal para que isso viesse a acontecer.

Compreendemos, a partir destas análises, que ambas raças poderiam compartilhar de um mesmo ponto de chegada, desde que comungassem de um mesmo ambiente. O ponto de partida de brancos e negros, no entanto, diferia por conta de distintas condições históricas. A opinião presente no artigo, nesse sentido, concebia a diferença entre as “raças”, como afirmou seu autor, “apenas pela cor e pela maior ou menor civilização dos indivíduos”⁵²⁶.

Um artigo de fevereiro de 1887 também trabalhou com a ideia de que a inferioridade do indivíduo negro não era uma questão de inferioridade da raça negra. O autor, “dr. Balthazar” descreveu com linguagem rebuscada o caráter humano do escravo e de sua potencialidade: “Se

⁵²⁶ A Redenção, “A raça negra”, 14 de julho de 1887.

educais o escravo, se lhe comunicais ideias, sentimentos, ciência e moralidade, ele se eleva até nossa altura, ou nos excede; torna-se nosso igual, ou superior”⁵²⁷. Ele sugeriu que exercício inverso fosse feito com o branco e o resultado seria um indivíduo brutalizado. Ao citar alguns exemplos de notáveis escravos romanos e suas ascensões sociais, Balthazar elaborou um interessante paralelo entre o escravo romano e o escravo brasileiro, com a intenção de atribuir as fraquezas dos escravos ao regime escravista. Ao fazê-lo, Balthazar ignorou a questão da raça, transferindo toda a responsabilidade da condição do escravo à sua situação enquanto cativo.

Alguns artigos do *A Redenção* esperavam e exigiam, do negro livre e de seus descendentes, a cooperação na luta contra a instituição escravista. Essa demanda explicita a relação problemática com o conceito de raça. O Barão de Cotegipe, chefe do gabinete conservador e responsável, em grande medida, pela repressão ao movimento abolicionista, nesse sentido, foi três vezes criticado pela folha, pois era “homem negro no corpo e n'alma”, era “mulato” e inimigo de sua raça, além de ser acusado pelo jornal de assassino de abolicionistas⁵²⁸.

Em outubro de 1887, Angelo Aristides Lobo, escrevendo desde Mogy das Cruzes na seção “Correspondências”, mencionou que “os maiores inimigos da martirizada raça negra, são os mais próximos descendentes dela” e em seguida explicou sua observação dizendo que “os morenos de origem negra e proprietários de negros, são os mais emperrados escravocratas”⁵²⁹. No mês de janeiro de 1888 foram publicados outros dois artigos com críticas a negros e mulatos que, na opinião do jornal, concorriam para a manutenção da escravidão. Em ambos os textos a desaprovação foi direcionada a indivíduos pertencentes à guarda policial: um delegado que tem “19 partes de negro e 1 de branco” e foi acusado de perseguidor de sua própria raça, enquanto o outro era um sargento negro, que fez com que os passageiros desembarcassem do trem pelo fato de serem “de cor”⁵³⁰. Nesses exemplos evidencia-se como, ao mesmo tempo em que alguns redatores proclamavam a inclusão dos negros na sociedade civil, outros escancaravam que a questão não estava totalmente circunscrita à condição da escravidão, com características indesejáveis alcançando também os homens negros livres.

O artigo mais controverso no âmbito das críticas aos próprios negros é “Mulatos e negros escravocratas”, publicado em 25 de setembro de 1887⁵³¹. Primeiramente, o autor criticou negros e mulatos por atuarem como capitães do mato. No seu entendimento, esses deveriam ser os primeiros

⁵²⁷ A Redenção, “Pensamentos III”, 3 de fevereiro de 1887, Dr. Balthazar. Este autor era Balthazar da Silva Carneiro.

⁵²⁸ Essas menções ocorreram nas edições do jornal que datam de 10 de fevereiro e 5 de maio de 1887, com os títulos “Para os mulatos e negros lerem” e “Fala do trono”, respectivamente.

⁵²⁹ A Redenção, “Mogy das Cruzes”, 23 de outubro de 1887. Angelo Aristides Lobo.

⁵³⁰ A Redenção, “O delegado de polícia de Taubaté”, 3 de janeiro de 1888 e “O chefe de polícia”, 8 de janeiro de 1888.

⁵³¹ A Redenção, “Mulatos e negros escravocratas”, 25 de setembro de 1887.

a auxiliarem seus ascendentes e parentes, quando, no entanto, auxiliavam o branco “no flagelo de sua própria raça”. A crítica presente neste artigo, contudo, não se limitava àqueles que poderíamos chamar de negros livres pobres, os quais, a partir da concepção de raça apresentada até aqui, seriam também indivíduos errantes, uma vez que não teriam passado por algum tipo de processo “civilizador”. Ainda que livres, o artigo reconhece estes indivíduos como possuidores de comportamentos característicos dos tempos do cativo. Para além dos negros livres pobres, contudo, os indivíduos “educados e graduados que pertencem à raça mestiça de branco e preto”, são também acusados de negarem a causa da liberdade e, dentre este grupo, estão indivíduos como o Barão de Cotegipe e outros mulatos, inclusive advogados que atuavam contra a liberdade. Nunca incluindo aqui o próprio escravo, mas somente o negro livre, o redator critica que, “salvo raríssimas exceções”, são sempre os brancos que se dedicam ao abolicionismo.

Grande número de mulatos e negros entendem que defender a sua raça os desdoura; porque acreditam eles que a liberdade os fez brancos e que o cativo é que enegrece os homens e não a cor. (...)

A ignomínia da escravidão infiltrou-se de tal forma nessa pobre gente, que muitas gerações são precisas para purificar-se e dar os sentimentos próprios daqueles que nunca tiveram sangue escravo. É voz pública que não há senhor mais bárbaro do que o mulato ou o preto quando tem escravos (...)

Se os mulatos e negros compreendessem seus deveres, se essa gente tivesse brio, já não haveria mais um só escravo no Brasil. É que eles entendem que por serem livres mudarem de pele e são brancos.

Até aqui, nenhum outro artigo havia mencionado qual seria o tempo necessário para que os negros alcançassem a condição “civilizacional” dos brancos. Esse debate havia ficado em suspensão. Decerto que, a partir da conceituação de raça presente em outros artigos do jornal *A Redenção* – por mais que percorressem essa argumentação de maneira, muitas vezes falha e controversa –, os negros, vivendo em liberdade e convivendo com valores positivos, progrediriam. Tais artigos buscaram demonstrar, muitas vezes de forma contraditória e incoerente, como tais valores seriam assimilados pela “raça”. O texto supracitado, porém, apresentou a vertente infausta da questão, ao discorrer sobre como o sangue escravo era determinante e influente para a raça negra e demoraria gerações até que pudesse se “purificar”. De acordo com esse artigo, a presença do sangue escravo faria com que esses indivíduos, por mais livres e educados que fossem – até mesmo nos moldes burgueses, como o autor do texto demonstrou ao mencionar advogados mulatos e também Cotegipe – se mantivessem possuidores de resquícios da brutalidade herdada da escravidão.

Na obra *Onda negra medo branco*, Célia Maria Marinho de Azevedo também destacou a importância do artigo “Mulatos e negros escravocratas”⁵³². A pesquisadora, porém, apresentou este texto como exemplo limite para a compreensão da forma como o *A Redenção* conceituou a raça negra. Segundo a pesquisadora, apesar do artigo supracitado reportar a inferioridade dos negros à

⁵³² Azevedo, Célia Maria Marinho de. *Onda Negra, Medo Branco...* p.223-225.

sua condição de escravos, e não à raça em si – como fizeram outros dos artigos anteriormente abordados por nós –, a forma como o redator demonstrou a impregnação deste “sangue escravo” nos negros, e o tempo que levaria até que esses se “purificassem”, leva a crer que o conceito de raça presente no jornal fundava-se em “argumentos especificamente racistas”. O sentido da inferioridade do negro no jornal, para a autora, foi apenas travestido pela roupagem da escravidão. “Sangue escravo”, nesse sentido, significaria “sangue africano”.

Uma vez mais, vale a pena enfatizarmos o caráter de “guarda-chuva ideológico” assumido por este periódico, acomodando sob sua proteção uma gama de projetos abolicionistas. Apesar de não ter se equivocado ao apontar o caráter racista do artigo em questão, Azevedo deu a entender que seria possível expandir o significado identificado em um único artigo à totalidade do jornal. Ao lermos o trecho de *Onda negra, medo branco* em que a autora trabalha sobre o periódico, temos a impressão de que as categorias “raça”, “negro” e “escravidão” foram ininterruptamente articuladas no jornal de forma similar ao texto de “Mulatos e negros escravocratas”. Os excertos aqui apresentados (com o objetivo de discutir a questão da raça no jornal), contudo, não explicitaram opiniões necessariamente semelhantes às presentes no artigo mencionado, e, nesse sentido, não podemos estender a esses uma leitura fundada nas bases conceituais reconhecidas em “Mulatos e negros escravocratas”, como sugeriu Azevedo. Enquanto os outros textos deixaram em aberto a possibilidade da inserção do ex-escravo na sociedade “civilizada” que então se constituía, preferindo não posicionar-se nessa complexa questão, a leitura destes pelo prisma sugerido por Azevedo leva-nos necessariamente a deslocar tal inserção para um futuro longínquo ou quiçá negá-la.

Liberdades condicionais

Neste subcapítulo, dando continuidade à tarefa de apresentar o caráter multifacetado do jornal abolicionista *A Redenção*, exploraremos as diferentes perspectivas dos redatores no tocante às liberdades condicionais em massa concedidas pelos senhores de escravo do país na segunda metade dos anos 1880. Trabalharemos inicialmente, com exemplos de artigos publicados no jornal, nos quais, a partir de diferentes argumentações, foram admitidas libertações condicionais dessa categoria. Nestes casos, como veremos, o posicionamento dos redatores nem sempre veio acompanhado de uma defesa explícita da prática de libertações condicionais em si, revelando como, por vezes, os abolicionistas parecem ter se sentido “obrigados” a transigir com a ordem escravista – apoiando iniciativas de libertação independentemente do formato por elas assumido – e deixando para um segundo plano reflexões mais profundas sobre as consequências de tais práticas no futuro

dos libertandos.

Opondo-se abertamente a tal posicionamento, a intransigência frente aos projetos escravistas de manutenção a todo custo do elemento cativo, conforma um segundo conjunto de textos acerca das libertações condicionais, analisado na sequência. Nestes casos, a libertação condicional foi veementemente condenada pelos autores, demonstrando como, às vésperas da abolição, diferentes projetos de liberdade encontravam-se em disputa, ainda que no interior de um mesmo periódico.

Em 10 de fevereiro de 1887, o *A Redempção* noticiou que o deputado geral pelo PRP, Campos Salles, concedera liberdade a todos os seus 25 escravos, condicionando sua libertação total, no entanto, à prestação de quatro anos de serviços⁵³³. O autor do artigo classificou de forma jocosa a atitude do deputado e daqueles que libertavam condicionalmente seus cativos, como “sujeitos que querem dizer – amor, mas não lhe chegam os beijos”⁵³⁴. Para finalizar o artigo, o redator escreveu:

Assim mesmo – justiça se faça, o sr. dr. Campos Salles, que apesar de ter o nariz pequeno, fez mais do que os republicanos de grandes narizes que não querem dar liberdades a seus escravos para não desgraçar suas famílias.

E querem, ser chefes de republicanos!

A Redempção envia ao sr. dr. Campos Salles um aperto de mão pela liberdade e um beliscão pelos 4 anos.

Pela perspectiva do jornal, não se esperava que republicanos de Campinas libertassem seus escravos e, nesse sentido, o redator realiza, justamente, uma quebra de expectativas, materializada no bom exemplo representado por Salles. Por esse motivo, o deputado foi parabenizado com um “aperto de mão”, sem deixar de ser advertido, no entanto, com um “beliscão” pelos anos de serviços a serem prestados por seus “ex-escravos”.

Uma semana depois, o episódio em que Salles libertou seus escravos mediante prestação de serviços ganhou novamente as páginas do periódico. O artigo intitulado “Club Republicano de Campinas” teceu graves críticas ao Partido: “Continuam os republicanos campineiros, a maior parte coberta do sangue que corre das nádegas de seus escravizados, a fazer as costumadas conferências, que não passam de elogios mútuos[...]”⁵³⁵. Nesta ocasião, Salles não escapou às críticas direcionadas ao seu partido e sua atitude foi comparada a um “escarro” pelo redator do jornal, demonstrando seu desprezo às liberdades condicionais que, em sua avaliação, “não é resolver a questão do elemento servil, é adiá-la”.

No exemplar do já avançado dia de 8 de setembro de 1887, um artigo festivo, intitulado de forma bastante significativa, “Fazendeiro abolicionista”, enaltecia o “nosso honrado amigo e

⁵³³ Sobre a trajetória política de Campos Salles dentro do Partido Republicano Paulista, ver José Maria dos Santos. *Os republicanos paulistas e a abolição*. São Paulo, Editora Livraria Martins, 1942.

⁵³⁴ Nos periódicos do século XIX, era recorrente que os artigos não fossem assinados. O *A Redempção* não escapou a essa regra. A Redempção, “O sr. Campos Salles”, 10 de fevereiro de 1887. sem assinatura.

⁵³⁵ A Redempção, “Club Republicano de Campinas”, 17 de fevereiro de 1887. sem assinatura.

companheiro, tenente-coronel Claudio Pereira de Souza Camargo” por ter dado liberdade a todos os seus escravos, com “muito pequeno prazo de serviços”⁵³⁶. O redator do artigo afirmou ser Souza Camargo um amigo de infância e acrescentou: “De um caráter tão nobre, de uma alma tão elevada, de um amigo tão dedicado, não poderíamos esperar senão atos dessa natureza”.

Não possuímos informações suficientes acerca do tipo específico de negociação existente entre os senhores de escravos e seus plantéis nos contextos que deram origem a essas libertações em massa. Às vésperas da ruína da escravidão, contudo, a forma como o jornal tratou esse formato de libertação – perceptível em diversos artigos e pela seção “Álbum abolicionista”, em que eram publicadas concessões de manumissões de toda ordem –, fornece-nos indícios para asseverar que tal prática caracterizava-se essencialmente pelo desespero da classe senhorial diante da possibilidade de se ver abandonada por suas forças produtivas. Afirmção presente em artigo publicado em julho de 1887 reforça tal visão. De acordo com seu autor: “Essas libertações são dadas em grande parte a medo, e por isso alguns prazos e condições que tem sido estabelecidos, são irrisórios e refletem o temor da passagem do antigo para o novo regime”⁵³⁷.

Semelhante interpretação encontra ressonância no trabalho *Os últimos anos da escravatura no Brasil*, de Robert Conrad, que demonstra como a libertação condicional passou a ser uma prática recorrente dentre os senhores de escravos. Para o historiador, tal medida era um sinal do desespero da classe senhorial que, antevendo o esvaziamento da força produtiva de suas fazendas, buscava a manutenção dos trabalhadores na lavoura a qualquer custo – tentativa que, àquela altura, significava até mesmo “abrir mão” de sua propriedade⁵³⁸.

Outros artigos coniventes com as libertações condicionais surgiram no *A Redenção*. Na edição de 10 de março de 1887, por exemplo, a libertação condicional de 80 cativos pelo membro do Partido Conservador, Barão de Grã-Mogol, foi lida pelo periódico como uma “bofetada” nos escravocratas republicanos, que, na opinião do jornal, deveriam ser os verdadeiros libertadores e não o eram⁵³⁹. Com tal formulação, o redator encarava, uma vez mais, as libertações condicionais como meio legítimo de encaminhamento da abolição no país, reforçando a positividade da medida pela filiação do senhor em questão às fileiras do Partido Conservador. Na sequência, no entanto, afirmava: “Para nós [abolicionistas] há um só meio de resolver a questão do elemento servil: é a libertação de todos sem prazo e sem condição. Sendo a escravidão um roubo, não podemos admitir

⁵³⁶ A Redenção, “Fazendeiro abolicionista”, 8 de setembro de 1887. sem assinatura

⁵³⁷ A Redenção. “S. Paulo caminha”. 28 de julho de 1887. sem assinatura

⁵³⁸ Celia Maria Marinho de Azevedo também compartilha dessa opinião. Segundo a historiadora, principalmente a partir de outubro de 1887, os escravos, impacientes com a demora da liberdade, passaram a simplesmente abandonar as fazendas. Azevedo, Celia. *Onda Negra, Medo Branco...* e Conrad, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil...* p.164.

⁵³⁹ A Redenção. “O exm. sr. Barão do Grão-Mogol”. 10 de março de 1887. sem assinatura

outra solução a não ser esta”.

O grande número de menções às libertações condicionais nas páginas do *A Redenção* está em sintonia com os acontecimentos na província de São Paulo, onde as libertações desse tipo ocorriam, em grande quantidade, independentemente do partido dos senhores. A região de Campinas também esteve nesse movimento de libertação, mencionou o artigo de 17 de março de 1887⁵⁴⁰. De acordo com o redator, até mesmo na região que ficara conhecida como o “inferno dos escravos”, referindo-se à Campinas, libertações passaram a ocorrer, “civilizando-se” a localidade. Ainda que, na sequência, o redator tenha mencionado que tais libertações ocorriam mediante o estabelecimento de contratos de serviços por alguns anos, não problematizou a questão.

O artigo de 24 de junho de 1887, por sua vez, reiterou o posicionamento de parte dos redatores d’*A Redenção*, que viam nas liberdades condicionais praticadas pelos senhores de escravos, um caminho para o enfraquecimento da instituição escravista e, portanto, para o abreviamento da instituição⁵⁴¹. Ao tratar da libertação condicional concedida pelo “honrado” Visconde de Parnaíba a seus escravos, portanto, o texto afirmou que tal atitude enfraquecia as acusações de escravocrata a ele dirigidas:

[O Visconde] fez sacrificio de seus bens, para honrar a província de S. Paulo, mostrando que ela não precisa regular-se pelo diapasão dos manda-chuvas da Corte, para resolver a maior questão deste século, é justo que todos os outros fazendeiros tenham igual procedimento ao que teve o honrado visconde de Parnaíba⁵⁴².

Para o redator do artigo em questão (novamente não assinado), portanto, as liberdades condicionais pareciam representar uma via válida para a resolução da escravidão – opinião evidenciada, por exemplo, no momento em que aconselha outros senhores de escravos a tomar “igual procedimento ao que teve o honrado Visconde de Parnaíba”. Mais à frente, contudo, o mesmo autor afirma que a maneira como os senhores de escravos estavam libertando seus cativos não era a ideal: “Se bem que sejamos [nós os abolicionistas] adeptos da liberdade imediata e sem condição, *sabemos, contudo, que muitas vezes é preciso transigir para conseguir-se aquilo que se deseja*”⁵⁴³.

Este texto, assim como outros apresentados nesta seção, transmite-nos a ideia de que, para esses redatores, a abolição deveria vir a qualquer custo, deixando para segundo plano a situação específica em que se encontraria o egresso do cativo assim que alcançada a liberdade. O

⁵⁴⁰ A Redenção. “A morte do bacalhau em Campinas”. 17 de março de 1887. sem assinatura

⁵⁴¹ A Redenção. “Caroço...”. 24 de junho de 1887. sem assinatura.

⁵⁴² Este artigo apresenta evidências da insatisfação dos abolicionistas com a demora do posicionamento da Corte em relação a questão da abolição. Como vimos nessa dissertação, essa insatisfação levou, até mesmo, ao surgimento do separatismo paulista.

⁵⁴³ A Redenção. “Caroço...”. 24 de junho de 1887. sem assinatura. Grifo nosso.

cotidiano do escravo na fazenda, vivendo na condição entre a autonomia de sua pessoa e o cativo, era questão de segunda importância. A libertação proveniente do senhor de escravos, por outro lado, mesmo quando mediante condicionantes, era uma ação digna de ser reconhecida, uma vez que os fazendeiros paulistas eram os principais interessados na perpetuação do cativo e, naquele momento, inclinavam-se à crescente do abolicionismo. Admitir e até apoiar as libertações condicionais, nesse sentido, poderia representar uma tática para enfraquecer, ainda mais, a instituição escravista.

O caráter transigente com que os redatores do *A Redenção* se posicionaram acerca das liberdades condicionais já foi tema de análise no trabalho *Onda negra, medo branco*, de Celia Maria Marinho de Azevedo. Segundo a historiadora, tal posicionamento do periódico era condizente com o projeto abolicionista do jornal, que previa um processo de libertação sem alteração da ordem social: “Era preciso, portanto, assegurar o seu [do liberto] enquadramento na sociedade, coagindo-o suavemente ao trabalho mediante a criação de uma categoria ilusória de liberdade, de meio caminho entre a escravidão e o estado livre”⁵⁴⁴.

Segundo Azevedo, o periódico somente mudaria de posicionamento em outubro de 1887, como resultado da percepção do incremento desordenado de fugas em massa das fazendas. A partir desta percepção, diz a autora, o *A Redenção* necessitou de uma reorientação com vistas à adoção de um formato mais ativo, passando a reivindicar, nesse sentido, a abolição imediata dos escravos, ausente o estabelecimento de quaisquer condições. Segundo a análise da historiadora, diante da nova conjuntura, os artigos do *A Redenção*, passaram a se preocupar com os possíveis meios de se “pedagogizar” o negro, “procurando-se criar condições para que o negro assimilasse uma disciplina de trabalho livre”, objetivando, principalmente, o restabelecimento da ordem social.

Os artigos apresentados acima em torno da temática das libertações condicionais veem corroborar a teoria de Celia Marinho de Azevedo. Havia realmente uma parcela significativa de redatores do *A Redenção* que, apesar de desejar a abolição, vinculava tal acontecimento à atração de mais imigrantes, ou a um maior desenvolvimento econômico do país. Reiteramos, porém, que, assim como a questão da raça, essa análise não pode ser generalizada para a totalidade do periódico. Devemos compreender o jornal como um espaço que possibilitava a abordagem ampla de temas e projetos abolicionistas em disputa às vésperas da abolição, analisando, para tanto, propostas de diferentes matizes para a libertação presentes na publicação.

Os artigos analisados a seguir, portanto, diferem, em certa medida, daqueles que viram com bons olhos, ou transigiram, com as libertações condicionais. Em janeiro de 1887, por exemplo, o *A*

⁵⁴⁴ Azevedo, Celia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco...*

Redenção já denunciava as práticas de libertação mediante o estabelecimento de contratos de prestação de serviços, os quais, dizia a publicação, ocorriam desde 1882⁵⁴⁵. Para o redator deste artigo os senhores partidários desta prática objetivavam passar-se por emancipadores, abstendo-se das pressões resultantes da luta abolicionista e dando continuidade à exploração dos libertos condicionais – atitude evidenciada, em sua opinião, na recusa ao fornecimento de roupas aos libertos. De acordo com o autor, diante da insuficiência material fornecida pelo senhor, os libertos condicionais viam-se obrigados ao roubo e, no caso das mulheres, à prostituição. Quando os escravos ficavam doentes, os senhores se eximiam de conceder-lhes médicos, botica e os mandavam para a Santa Casa, como se libertos fossem. O artigo denunciava, portanto, o empenho da classe senhorial em espoliar até o limite a força de trabalho desses homens.

Ainda nos primeiros meses de 1887, um artigo assinado por Lucrecio Biloschi veio criticar os republicanos escravocratas que, segundo o autor, queriam o impossível: uma república com escravos. Ao longo do texto, o autor procurou justificar por que a classe senhorial não conseguia “deixar num golpe os seus infelizes escravizados. Estão tão acostumados aos serviços dos pobres escravos, que nada lhes é tão custoso como deixá-los livres”⁵⁴⁶. Para Biloschi, tal impossibilidade se manifestava na libertação condicional que prorrogava o fim do cativeiro. A abolição, para o redator, era uma “fatalidade”, no sentido de que ocorreria de qualquer maneira. Em sua opinião seria preferível se a mesma se efetivasse “pelas forças” – sem explicitar, contudo, a que tipo de processo tal afirmação se referia. Revertendo a lógica implícita ao desejo dos escravocratas de serem indenizados pela libertação de seus cativos, Biloschi sugeria que tal indenização favorecesse, antes, os ex-cativos:

A indenização que querem os proprietários não tem razão de ser; e que indenização dão ao escravo que trabalhou muitos anos sem receber só um vintém pelo seu trabalho? E com mais razão não poderia ele exigi-la.

E se o escravo exigisse o fruto de seu trabalho, o faria com razão.

Indenizemos o escravo e não o senhor que este deve compreender que o escravo tem mais direito à indenização⁵⁴⁷.

A inexistência de outros artigos assinados por Biloschi no periódico nos impossibilita de compreender melhor sua concepção de uma abolição “pelas forças”. Suas ideias acerca de quem deveria ser indenizado quando libertado o escravo, contudo, sugerem uma concepção de liberdade muito menos precária para o egresso da escravidão.

Em 10 de julho de 1887, foi a vez de o artigo intitulado “Liberdades Condicionais” tratar desta temática. Após criticar a forma irregular com que diferentes senhores libertavam seus

⁵⁴⁵ A Redenção. “Estes escravocratas são uns trancas”. 13 de janeiro de 1887. sem assinatura

⁵⁴⁶ A Redenção. “Aos escravocratas”. 20 de março de 1887. Lucrecio Biloschi

⁵⁴⁷ A Redenção. “Aos escravocratas”. 20 de março de 1887. Lucrecio Biloschi

escravos, estabelecendo prazos os mais distintos em acordo unicamente com suas próprias vontades, o artigo afirmava: “considerando a escravidão um roubo, não podemos admitir escravos por um minuto que seja”⁵⁴⁸. O autor asseverava ainda que as libertações condicionais não trariam o sossego desejado aos proprietários, uma vez que os diferentes prazos adotados em outras fazendas, levariam à inquietação dos plantéis:

Tanto direito tem um escravo como outro, se uns dão liberdade com a condição de prestação de serviço por dois anos e meio, porque os outros não seguem esse exemplo.

Quer se conceder aos colonos [imigrantes], terras para serem proprietários.

Além de terras se lhe dá passagem comida e ordenado.

No entretanto o mísero escravo que trabalha tantos anos, a quem o nosso país deve a riqueza que atualmente possui, dá-se a liberdade com a condição ainda de ficar escravo por alguns anos findo os quais esses pobres miseráveis hão de sair unicamente com os mulambos que trazem sobre o corpo⁵⁴⁹.

Outra temática merecedora de destaque abordada pelo autor referia-se à atitude, injustificável de seu ponto de vista, de se conceder benefícios como terras, passagem, comida e ordenado aos colonos (leia-se imigrantes), em contraposição à situação do “mísero escravo”. Ideias essas possuidoras de similaridades com as de Rei Lottor.

Posicionando-se favoravelmente à libertação imediata, o redator rebateu também o argumento dos escravocratas que defenderam tal medida como promotora de grande número de “vagabundos e ratoneiros” nas ruas. De acordo com ele, se em virtude da lei de 1871, mais da metade dos escravos matriculados havia sido libertada, dos 200 criminosos encarcerados na penitenciária, nem 3 eram libertos. Seu artigo afirmava ainda que na cidade de São Paulo havia mais de 6 mil libertos, e nem por isso via-se nas ruas os perigos de que tanto falavam os escravocratas.

Exatos quatro meses antes, em 10 de abril de 1887, o jornal *A Redenção* publicara artigo, sob o mesmo título de “Liberdades Condicionais”⁵⁵⁰, denunciando outra tática empregada para dar continuidade à exploração do escravo, mantendo-o de forma ilegal:

Consta-nos que muitos indivíduos que deixaram de matricular seus escravos, por esquecimento, estão dando na grandíssima bandalheira de passar carta de liberdade condicional e a mandar averbar nas antigas matrículas⁵⁵¹.

Tanto a lei de 1871, conhecida como Lei do Ventre Livre, quanto a de 1885, Lei dos Sexagenários, determinaram a matrícula de todos os escravos do Império. Caso a determinação não fosse cumprida, a punição prevista aos proprietários era a libertação imediata de seus escravos não matriculados⁵⁵². O redator, nesse sentido, denunciava abertamente o burlar da lei na província e a

⁵⁴⁸ A Redenção. “Liberdades condicionais”. 10 de julho de 1887.

⁵⁴⁹ A Redenção. “Liberdades condicionais”. 10 de julho de 1887.

⁵⁵⁰ A Redenção. “Liberdades condicionais”. 10 de abril de 1887.

⁵⁵¹ A Redenção. “Liberdades condicionais”. 10 de abril de 1887.

⁵⁵² A lei nº 2040, de 28 de setembro de 1871 previu em seu artigo 8º, §2º, a libertação dos escravos não matriculados

consequente manutenção em cativeiro de homens que deveriam estar livres. Tal denúncia era fundamental dentro da luta abolicionista, uma vez que adicionava novos argumentos para armar e dar continuidade à tradição – consolidada por Luiz Gama e seus companheiros – de lutas travadas por advogados em ações de liberdade⁵⁵³.

Como viemos demonstrando até aqui, as libertações empreendidas por senhores de escravos vinham acontecendo, e parece notória a preocupação dos redatores do *A Redenção* em reivindicar um posicionamento perante a matéria. Compreendidas por outros periódicos da época, e por parte dos redatores do *A Redenção*, como uma forma positiva para o abreviamento da existência da escravidão, as libertações (e os interesses nelas envolvidos) parecem ter sido problematizadas contudo, por poucos indivíduos para além dos redatores do jornal de Antonio Bento. Buscando, justamente, esclarecer o público em geral quanto ao verdadeiro teor de tais liberdades, o artigo de 18 de agosto de 1887, afirmava o seguinte:

Quem de longe ler os jornais desta província há de julgar que realmente é grande o movimento abolicionista.

Nós, porém, que vemos estas coisas de perto, sabemos perfeitamente que esse movimento não passa de uma mera fantasmagoria.

O fazendeiro, com ar brutal, depois de tossir bastante e dar uma escarrada, perfila os míseros escravos, e promete-lhes liberdade se bem servirem por espaço de três anos. (...)

Os jornais do interior ávidos de notícias, publicam logo os nomes desses indivíduos como beneméritos, e os jornais desta capital copiam sem o mínimo de critério essas notícias⁵⁵⁴.

Essas liberdades nunca se concretizariam, segundo o redator, uma vez que, findos os prazos, não haveria qualquer garantia de liberdade aos cativos. Os senhores libertavam seus escravos sem as devidas formalizações legais, deixando de dar baixa na coletoria e de requisitar o registro dos ditos escravos a tabeliães. Em acordo com o artigo, portanto, advogados, juízes e mesmo a polícia eram vistos como desqualificados ao cumprimento das leis e estreitamente vinculados aos interesses dos proprietários, nada fazendo em função do escravo. O artigo finalizava com um dito popular expressando insatisfação com tais “alforrias”: “são liberdades daquela moda”! Para outro artigo, publicado no mesmo mês no *A Redenção*, as libertações mediante contrato “não passam de mel-rosado que querem esfregar na boca dos abolicionistas”⁵⁵⁵.

No avançado mês de janeiro de 1888, a mesma crítica persistia. O redator, na ocasião, avaliava tal formato de libertação como um engodo à luta contra o cativeiro, colocando os escravos

por seus senhores em até um ano após a promulgação da lei. A lei nº3270, de 28 de setembro de 1885, por sua vez, veio a exigir nova matrícula sob possibilidade da mesma pena ao escravocrata: a libertação de seus escravos. Artigo 1º. Parágrafo 7º - “Serão considerados libertos os escravos que no prazo marcado não tiverem sido dados à matrícula, e esta cláusula será expressa e integralmente declarada nos editais e nos anúncios da imprensa”. Idem. <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66550>.

⁵⁵³ Sobre a luta abolicionista nos tribunais ver Elciene Azevedo. *O Direito dos Escravos...*

⁵⁵⁴ *A Redenção*, “Liberdade daquela moda”, 18 de agosto de 1887.

⁵⁵⁵ *A Redenção*, “Promessas de liberdade”, 28 de agosto de 1887.

em uma condição ainda mais pesada⁵⁵⁶. Diante deste panorama hostil, havia unicamente dois meios para a resolução da questão do elemento servil:

Ou a liberdade sem condição, ou a fuga em massa dos escravos, mesmo libertados condicionalmente.

Liberar com prazo de tempo, obrigar os infelizes libertos a trabalhar de sol a sol, mortos a fome e a nudez, será tudo, menos liberdade.

Todos os dias recebemos do interior, dos nossos companheiros da grande causa da liberdade, comunicações de que os escravos que foram libertos com condição de tempo, são tratados ainda com mais vigor, do que antes eram⁵⁵⁷.

Uma vez mais, portanto, fica patente o modo como, às vésperas da abolição do cativo, diferentes projetos de libertação encontravam-se em confronto na Província de São Paulo. No universo específico aqui analisado, qual seja, o do periódico abolicionista *A Redenção*, a força de tal embate é ainda mais evidente, uma vez que tais disputas foram travadas nas páginas de um mesmo jornal. Tal convivência de proposições, por sua vez, reforça a característica de “guarda-chuva ideológico” assumida pela luta abolicionista na década de 1880. Das ideias e discursos analisados neste artigo inferimos ainda que, à altura de 1887-1888, a simultaneidade das fugas e revoltas escravas e da campanha abolicionista abreviava a existência da instituição escravista, cabendo a diferentes indivíduos, unidos por uma causa comum, tecer redes e elaborar alternativas que lhes pareciam as melhores para o país.

⁵⁵⁶ *A Redenção*, “Liberdades condicionais”, 8 de janeiro de 1888.

⁵⁵⁷ *A Redenção*, “Liberdades condicionais”, 8 de janeiro de 1888.

Cap. IV. O editorial d'*A Redenção*: os arranjos de Antonio Bento

Neste capítulo, apresentaremos parte do editorial do jornal *A Redenção*, especificamente aquela que identificamos como produzida pelo redator-chefe da folha, Antonio Bento de Souza e Castro. A partir da análise do editorial, buscaremos evidenciar não apenas o conteúdo plural da folha, mas também a forma como a abolição foi defendida por Antonio Bento, o qual, ao que tudo indica, reorganizava suas propostas públicas e estratégias de luta a partir das mudanças políticas conjunturais identificadas na província de São Paulo e no país como um todo. Se Antonio Bento era, portanto, indubitavelmente, um abolicionista, parece ter construído discursos cambiantes quanto ao fim do cativeiro a depender do momento específico vivido pelo país. Mais que isso, talvez seja possível afirmar que, porta voz de uma luta com um só objetivo, a libertação dos escravos no Brasil, Antonio Bento tenha se aproveitado de todas as circunstâncias e conjunturas possíveis para vê-la concretizar-se, assumindo discursos distintos a depender das oportunidades políticas que apareciam e negociando, com seus leitores e com os políticos e poderosos nacionais, os possíveis contornos do fim da escravidão.

Ao longo desta dissertação, afirmamos por diversas vezes a pluralidade do jornal *A Redenção* e a inexistência, em seu interior, de uma linha editorial pautada por um projeto rígido e preciso para a libertação dos cativos⁵⁵⁸. Tal característica, apesar de verdadeira, dificultou o delineamento da figura de Antonio Bento, impondo obstáculos à apreensão efetiva de seus projetos. Ao assumirem posições distintas daquelas frequentemente reiteradas pelo personagem nos tempos do *Diário Popular*, por exemplo, parte dos artigos publicados n'*A Redenção* reforçou a sensação de que ou Antonio Bento desconhecia os textos publicados em seu jornal, ou coadunava com a amplitude de possibilidades exposta na folha de que era redator-chefe. A análise da folha abolicionista acabou por inclinar-nos à segunda opção.

Buscando identificar a presença de Antonio Bento nas ideias e projetos presentes nas páginas do *A Redenção*, recorreremos a uma análise de fôlego da coleção de que dispomos, reconhecendo, afinal, o modo como o personagem colocou-se à frente do periódico por meio de seu editorial e o modo como, por meio de suas seções fixas (brevemente descritas acima), compôs um projeto – já previamente delineado, em especial nos jornais em que publicara seus textos anteriormente – de denúncia aos senhores de escravos, capitães do mato e autoridades que colaboravam com a repressão aos cativos.

558

A apresentação desse caráter múltiplo foi realizado na segunda parte do capítulo III dessa dissertação: “A Redenção, um retrato dos discursos abolicionistas”.

Fundamentados no estilo da escrita e nas temáticas abordadas pelos editoriais que abriam o periódico⁵⁵⁹, pudemos identificar que grande parte deles, principalmente quando não assinados, saiu da pena de Antonio Bento. De acordo com nossa análise, portanto, cerca de metade dos editoriais publicados no *A Redenção* pode ter sua autoria atribuída ao redator-chefe da folha. Outros dois redatores muito presentes no editorial foram “Franklin” (pseudônimo) e Fernandes Coelho⁵⁶⁰. Analisaremos, no entanto, unicamente os editoriais que identificamos como da autoria de Antonio Bento.

Para a apresentação do editorial de Antonio Bento optamos por uma exposição cronológica que, acreditamos, possibilitará o reconhecimento da forma como o redator-chefe da folha endossou, a depender das possibilidades abertas pelos acontecimentos, diferentes percursos a serem trilhados pelos abolicionistas⁵⁶¹. Uma das características mais marcantes do editorial, portanto, foi a forma como Antonio Bento reorganizou a proposição de caminhos para o fim do cativeiro aproveitando-se das diferentes conjunturas da situação escravista na província de São Paulo.

Ainda que a leitura deste capítulo possa sugerir, portanto, uma mudança constante de posicionamento, da parte de Antonio Bento, no tocante às estratégias necessárias para o fim do cativeiro no país, parece-nos mais interessante avaliar tais mudanças como representativas das diferentes facetas de uma mesma luta e da argúcia de um de seus mais significativos porta vozes em São Paulo. Ao nosso ver, portanto, plenamente consciente de que a abolição estava próxima, Antonio Bento procurou mobilizar, no calor dos momentos e das inflexões vividas, diferentes estratégias para apressá-la, esforçando-se por imprimir derrotas à resistência escravocrata. Sempre dentro do vasto corpo de ideias abolicionistas, intensificou o tom e as dimensões de seu discurso ora num sentido, ora em outros, o que significou, por vezes, explorar as possibilidades reais da abolição pela via político-parlamentar e, por tantas outras, ressaltar que a abolição não seria feita pela

⁵⁵⁹ Por convenção de época, o editorial costumava localizar-se no canto superior esquerdo da primeira página dos jornais, e com o *A Redenção* não foi diferente.

⁵⁶⁰ Franklin escreveu 16 editoriais, enquanto Fernandes Coelho ficou responsável por 12 deles. Os dois foram os nomes mais comuns, afora Antonio Bento, no editorial. Uma característica interessante é a flutuação da presença desses nomes. Franklin, por exemplo, concentra grande parte de sua presença em determinados períodos. Até maio de 1887 escreveu grande parte de seus textos, voltando a publicar os últimos 4 em dezembro de 1888. Algo similar é possível de ser observado para Fernandes Coelho, que teve seus editoriais concentrados nos meses de agosto e setembro de 1887, escrevendo 1 vez em outubro, 2 em novembro e uma mais em janeiro de 1888.

⁵⁶¹ Um tema bastante abordado no mês de fevereiro, por exemplo, foi o conflito criado pelo jornal católico *Thabor*, que criticou por diversas vezes a Igreja da Nossa Senhora dos Remédios e o provedor de sua confraria, Antonio Bento, por manterem na propriedade da igreja católica a tipografia da qual saía o *A Redenção*, logo nos primeiros momentos de sua fundação. Evidencia-se, na análise das repostas produzidas por Antonio Bento às acusações realizadas pelo *Thabor*, que o problema central do periódico católico era o conteúdo abolicionista d'*A Redenção*. Defendendo-se das acusações, Antonio Bento mencionou que em realidade o órgão católico deveria elogiar a irmandade pelos esforços que tem feito, uma vez que a igreja, antes de possuir Antonio Bento como provedor, estava abandonada, incapaz de sustentar o culto e despossuída de recursos para manter um capelão e um sacristão. Afora isso, o editorial menciona que grande parte das feitorias foram realizadas com recursos particulares do provedor e que, portanto, ao invés de tecer críticas à Irmandade dos Remédios, deveria ocupar-se das diversas igrejas que encontravam-se abandonadas na cidade de São Paulo. As respostas produzidas por Antonio Bento estão nos editoriais das edições de 3, 6, 12, 15 e 17 de fevereiro, 12 de maio e 13 de novembro de 1887 do *A Redenção*.

política, uma vez que caberia ao povo libertar-se⁵⁶².

Na ausência de um documento definitivo declarando o formato desejado e idealizado por Antonio Bento para o fim da escravidão no país (se é que o personagem chegou, de fato, a um único desenho para o acontecimento), cabe-nos avaliar os discursos publicizados no jornal *A Redenção* como sua tentativa de, manipulando diferentes experiências e vicissitudes, contribuir com a derrota do cativo.

Se, por um lado, a memória construída sobre Antonio Bento (em especial no que diz respeito à sua atuação junto aos *caifazes*), influenciou-nos, inicialmente, na busca por um posicionamento único e definitivo de sua parte para o fim da escravidão, ao longo da pesquisa fomos não apenas detectando a multiplicidade de avaliações por ele deixadas sobre a questão, mas também percebendo que, tendo optado pela criação de um jornal, fazia sentido que Antonio Bento privilegiasse um trabalho cotidiano de solapamento do cativo e não a defesa de uma tese definitiva contra sua existência. A escolha de Antonio Bento pela criação de um jornal, nos parece, inclusive, dizer muito sobre a substância de suas próprias ideias abolicionistas, fazendo muito mais sentido, por exemplo, do que a escrita de um livro sobre a questão.

Passemos, então, à análise do editorial.

No artigo de inauguração d'*A Redenção*, Antonio Bento deu continuidade ao que já vinha afirmando nas páginas do *Diário Popular*, antes da publicação de sua própria folha:

Nós queremos a libertação imediata, sem prazo; para consegui-la aceitamos a própria revolução, porque não podemos admitir que continuem debaixo do azorrague e da escravidão tantos brasileiros que, livres, poderiam concorrer vantajosamente para a felicidade de nossa pátria.

Também trataremos no progresso moral e material de nossa província, profligando energicamente todos os abusos, onde quer que eles apareçam, e indicando os melhoramentos de que ela precisar.

De passagem diremos que, para nós, todos os homens são iguais, tanto faz se marquês, conde, alferes ou soldado.

Desde que cometam abusos encontrarão o nosso jornal sempre pronto a descascá-lo, escrevendo os seus nomes para que o público conheça os tartufos que querem governá-lo.

Estamos cansados de aturar tartufos, é preciso purificar a sociedade. Contudo, prometemos que a nossa linguagem, se bem que severa e enérgica, será polida e conveniente.

Contamos com o povo e nada mais⁵⁶³.

O discurso do primeiro editorial, portanto, apresentou-se com conteúdo bastante radical. A sugestão do incitamento a uma revolução para a libertação dos escravizados no contexto problemático de tentativa de controle dos plantéis na província de São Paulo, ainda que possivelmente fruto dos artifícios da retórica, deve ter causado inquietação em determinados setores da população, esperando outros. A defesa da libertação imediata e sem prazo dos cativos não era novidade dentro de algumas alas do movimento abolicionista, sendo defendida, por exemplo, por lideranças da Corte como José do Patrocínio, João Clapp, Joaquim Nabuco e André Rebouças. Ao

⁵⁶² *A Redenção*, “Não se iludam os jornais”, 18 de março de 1888.

⁵⁶³ *A Redenção*, 2 de janeiro de 1887.

fundar uma nova folha, contudo, Antonio Bento fez questão de demarcar que a libertação concebida por ele e por seu novo jornal era a imediata e sem prazo algum. Posicionar-se de tal maneira, àquela altura, fazia muito sentido, pois significava demarcar uma apreciação precisa frente aos múltiplos projetos de abolição em disputa no país, dentre os quais vários previam justamente a libertação com a condição de prestação de serviços ou mediante indenização aos senhores.

Ainda neste primeiro editorial, Antonio Bento fez menção àquela que, em nossa avaliação, foi uma das principais armas do jornal: a denúncia. O redator afirmou, nesse sentido, que para sua luta não importava a origem dos indivíduos, uma vez que, sendo todos iguais, eram todos passíveis de serem “descascados” nas páginas do jornal. Artigos com viés de denúncia transpassaram todo o periódico, mas localizaram-se, em maior quantidade, em suas seções fixas, como procuramos demonstrar no capítulo anterior.

As denúncias cumpriam papel central na folha abolicionista uma vez que, sob vários aspectos, a defesa da escravidão no país, especialmente em termos morais, encontrava-se cada vez mais ameaçada. A crescente do movimento abolicionista e de seus ataques à perpetuação do cativo constrangiam cada vez mais os escravocratas que ainda defendiam a instituição publicamente, forçando-os a abrirem mão de uma defesa moral do cativo – ainda que não evitando que parte deles justificasse o uso da mão de obra escrava como mal necessário à prosperidade e expansão da lavoura do café, enfatizando os riscos impostos pela abolição à estruturação do trabalho agrário. De todo modo, dentre a população urbana de cidades como São Paulo, Santos e a Corte do Rio de Janeiro, crescia cada vez mais a defesa da abolição (ainda que não necessariamente de forma imediata e irrestrita) e o desejo de novas medidas que atualizassem o projeto gradualista iniciado com a lei do Ventre Livre de 28 de setembro de 1871, e prosseguido com a malfadada lei dos Sexagenários, de 28 de setembro de 1885⁵⁶⁴. Neste panorama, ter seu nome publicado no jornal abolicionista e caracterizado como o de um escravocrata perverso, cruel e desumano, não estava nos planos de nenhum senhor de escravos, transformando tais denúncias em arma poderosa do jornal.

No editorial de Antonio Bento de 5 de maio de 1887, temos um bom exemplo do modo como essas denúncias podiam repercutir no interior da província de São Paulo, incomodando os fazendeiros⁵⁶⁵. Neste texto, recriminava-se o capitão da Guarda Nacional e vereador de Campinas, José Bento dos Santos, pela tentativa de impedir a venda do *A Redenção* naquela cidade⁵⁶⁶.

⁵⁶⁴ Machado, Maria Helena. *O Plano e o Pânico...* p.135. Para mais informações sobre o projeto gradualista ver Mendonça, Joseli. *Entre a mão e os anéis...*

⁵⁶⁵ *A Redenção*, “A Redenção e Campinas”, 5 de maio de 1887.

⁵⁶⁶ Depois do artigo sobre o interesse do vereador em cercear a circulação do *A Redenção*, seu nome apareceu ainda nas edições seguintes, de 8, 12 e 19 de maio, na seção denominada “Crônica de Anos”: “Participamos ao Zé Povinho que em Campinas faz anos o José, ficando esperando o Bento dos Santos para o primeiro dia de chuva”. Todos aqueles que “faziam anos” nesta seção eram capitães do mato, maus senhores ou autoridades que arbitravam

Aparentemente, as más relações entre o periódico e Bento dos Santos vinham já de longa data, remontando, pelo menos, à edição de fevereiro de 1887, quando o jornal denunciara o vereador pela publicação de um anúncio de busca por dois escravos fugidos, nas páginas do *Correio Paulistano*⁵⁶⁷.

Ao que tudo indica, portanto, os artigos do *A Redempção* vinham trazendo problemas aos fazendeiros e as críticas ao vereador teriam alcançado o limite de sua paciência, resultando na solicitação da proibição do jornal no município. Após o episódio na Câmara de Campinas, o vereador tornou-se inimigo declarado da folha e foi por ela acusado de atuar como “nos tempos coloniais”, sendo “convidado”, em outro artigo, a um jantar que não parecia dos mais amistosos:

Para mostrar que não ficamos mal com o sr. capitão Bento dos Santos, o convidamos para jantar conosco a primeira vez que vier a S. Paulo, pois temos uma curiosidade extraordinária em saber como não sendo o sr. capitão paralítico dos braços, come só com a boca sem fazer uso dos mesmos⁵⁶⁸.

Para além de sua ênfase no recurso à denúncia, portanto, e de uma defesa da libertação imediata e sem indenização dos escravizados do país, o primeiro editorial de Antonio Bento marcou seu posicionamento no tocante aos partidos políticos do Império e, principalmente, às especificidades destes na província de São Paulo. De acordo com o redator, o jornal que agora inaugurava divergia dos liberais resistentes, discordava das ideias conservadoras e, aludindo aos republicanos, “detestava” os que “trazendo o capacete frígio na cabeça, trazem na mão o bacalhau com que cotidianamente surram os seus míseros escravos”⁵⁶⁹. Ao enfatizar a divergência com aqueles que, trazendo o “capacete frígio”, eram também escravocratas, Antonio Bento inaugurava uma temática recorrente no periódico, e por nós já trabalhada: o ataque constante aos republicanos paulistas. Ao longo do periódico, no entanto, os três partidos – Liberal, Conservador e Republicano – sofreram críticas em maior ou menor grau, a depender dos acontecimentos políticos transcorridos na província e na Corte.

A afirmação de discordâncias com aquelas que chamou de “ideias conservadoras” e a proclamação, em mais de uma ocasião, do “apartidarismo” do periódico, contudo, não devem nos enganar quanto às proximidades efetivamente existentes entre Antonio Bento e o Partido Conservador (pelo qual, vimos no segundo capítulo, o abolicionista se candidatara ao cargo de deputado em 1881). Para além de afirmações esparsas realizadas por Antonio Bento, portanto, o que uma análise minuciosa do periódico revela é uma maior transigência do redator chefe com os posicionamentos defendidos por este agrupamento político⁵⁷⁰. Tal transigência pode ser observada,

em favor dos potentados, como já apresentamos no capítulo anterior. *A Redempção*, “A 'Redempção' e Campinas”, 5 de maio de 1887. O jornal *A Província de São Paulo*, na data de 4 de maio de 1887 também publicou a notícia sobre a intenção do vereador José Bento dos Santos de Campinas.

⁵⁶⁷ *A Redempção*, 13 de fevereiro de 1887.

⁵⁶⁸ *A Redempção*, “Campinas”, 5 de maio de 1887.

⁵⁶⁹ O capacete frígio é uma referência ao gorro frígio, alegoria da liberdade e da república. Esse tipo de gorro foi utilizado por aqueles que lutaram pela república na Revolução Francesa. A Marianne, símbolo da República Francesa recorrentemente é representada com esse gorro.

⁵⁷⁰ Sobre a neutralidade do *A Redempção* em relação aos partidos, podemos mencionar que por diversas vezes foi

por exemplo, no editorial de 6 de janeiro de 1887 (segundo número do jornal), em que Antonio Bento comentou a proposta de Joaquim Nabuco de criação de um Partido Abolicionista no país⁵⁷¹. O editorial do *A Redenção* aplaudiu o conteúdo da carta-proposta de Nabuco, tratou o político como “nosso ilustre chefe” e, como veremos adiante, depositou na criação desse partido suas esperanças para o alcance do fim do cativeiro. O texto, contudo, também criticou a proposta por convidar unicamente liberais e republicanos humanitários a comporem as fileiras do futuro partido, excluindo, deste modo, os membros do Partido Conservador⁵⁷². Em defesa dos conservadores, Antonio Bento afirmou:

[...] dentre os abolicionistas existe um sem número de conservadores, que, fazendo abnegação de suas pessoas, e deixando de ocupar posições que em seu partido poderiam ter, tudo sacrificam pela grande causa da abolição dos escravos.

É preciso que o nosso ilustre chefe fique sabendo, de uma vez para sempre, que no partido conservador da província de São Paulo há mais abolicionistas do que nos outros dois partidos reunidos, mas não queremos com isto manifestar mágoa, e apenas provar que o distinto chefe não conhece o elemento abolicionista de São Paulo.

Ao que tudo indica, Antonio Bento fazia referência, neste editorial, à sua própria trajetória e, quem sabe, a de alguns de seus companheiros de luta. Por diversos outros editoriais, Antonio Bento voltou a defender que, na província de São Paulo, os conservadores eram mais propensos ao emancipacionismo do que os membros dos Partidos Republicano e Liberal. O mesmo comportamento é possível de ser apreendido em artigos de outros redatores no corpo do jornal.

As críticas de Antonio Bento aos partidos e ao modo como regiam a atividade política no Império foram, desta forma, uma constante nos editoriais da publicação. Em artigo intitulado “A situação”, de 13 de março de 1887, por exemplo, Antonio Bento acusou a política brasileira de ser realizada por conchavos e motivada por interesses individuais, imperando o egoísmo que, em sua opinião, passara a ser o “principal motor” das ações humanas⁵⁷³. De acordo com o autor, não importava se o Brasil fosse governado por uma monarquia ou por uma república, desde que a nação brasileira vivesse sob influências democráticas. Discorrendo brevemente sobre os gabinetes Dantas – “quis abrir um período patriótico na carreira abastardada do liberalismo degenerado” – e Saraiva,

reafirmado que o mais importante era a Liberdade e não os partidos políticos, pois esses nada resolveriam. O editorial de 4 de dezembro de 1887, escrito pelo próprio Antonio Bento, viria a consolidar esse posicionamento: “Nós os abolicionistas vivemos completamente separados dos três partidos reinantes, embora pertençamos a todos eles, não devemos nem guerrear o que pretendem fazer os lavradores nem tão pouco apoiá-los. Aconselhamos a neutralidade aos nossos companheiros de trabalho”. Retomaremos essa discussão adiante. A *Redenção*, “Aos abolicionistas”, 4 de dezembro de 1887.

⁵⁷¹ A *Redenção*, “1887”, 6 de janeiro de 1887.

⁵⁷² Na Província de São Paulo havia uma especificidade na relação entre partido e abolição. Enquanto em âmbito nacional havia uma, a essa altura, já estabelecida luta abolicionista parlamentar por parte do Partido Liberal, representados, principalmente por Dantas e Nabuco, tudo indica que em São Paulo, grande número dos membros desse partido mantinham-se aferrados à manutenção da escravidão. Sobre a campanha abolicionista de oposição ao ministério Cotegipe levada a cabo pelo Partido Liberal, ver Ribeiro, Filipe Nicoletti. *Império das incertezas: política e partidos nas décadas finais da monarquia brasileira (1868-1889)*. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História Social da Universidade de São Paulo. 2015. Capítulo “3.1. Federação e democracia”, p.176-201.

⁵⁷³ A *Redenção*, “A situação”, 13 de março de 1887.

comentou, afinal, como o gabinete Cotegipe lhe parecera o executor “implacável do mais ferrenho despotismo”, sob o qual “A lei é letra morta; domina o arbítrio e pende a reação brutal e acintosa contra quem ousa reclamar”. O editorial terminava esperançoso quanto ao possível surgimento de uma união nacional, “que restabeleça a pátria, sob as bases da justiça e da liberdade de todos”⁵⁷⁴.

Pelo trecho, entrevemos que, ainda que descesse dos partidos existentes, Antonio Bento não estendia tal incredulidade à política em si, apresentada como via válida para a conquista da abolição. A esperança repousava, naquele momento, no surgimento de um partido da união nacional – o mesmo propagandeado por Joaquim Nabuco em momento anterior. Os editoriais políticos de Antonio Bento permitem-nos ainda entrever o modo distinto com que o abolicionista encarava os partidos Conservador e Liberal em suas instâncias provincial e imperial. Se de um lado, portanto, o Partido Conservador da província de São Paulo era defendido por Antonio Bento, a política repressiva e ostensiva praticada pelo ministério Cotegipe devia, em sua opinião, ser combatida. Os membros do Partido Liberal a nível nacional, por sua vez, exerciam importante oposição a Cotegipe, enquanto os Liberais de São Paulo, ao que tudo indica, não seguiam, aos olhos de Antonio Bento, a prática de seus companheiros estabelecidos na Corte, sendo por ele acusados de escravistas “emperrados”.

A análise dos editoriais em que Antonio Bento defendeu o fim do cativeiro por vias políticas é ilustrativa do modo como o discurso do abolicionista se adequou às contingências vividas pelo Brasil, aproveitando-se dos diferentes quadros com que o país se deparava para sempre defender a abolição.

Em editorial publicado aos 14 de abril de 1887, por exemplo, intitulado “Os comedores de pecúlio”, Antonio Bento destacou a diminuição do número de escravos no Império, demonstrando como seu montante havia caído de 1 milhão e 700 mil – contabilizados a partir das matrículas exigidas pela lei de 1871 – para 500 mil – número levantado pelas matrículas decorrentes da lei de 1885⁵⁷⁵. Evidenciando o grande feito, Antonio Bento responsabilizava, provocativamente, unicamente “aos abolicionistas, aos ladrões de escravos, aos comedores de pecúlio, aos perturbadores da ordem pública!” pela conquista⁵⁷⁶. Diante desses números, o redator defendia que a escravidão já não era questão que, como outrora, “fazia medo aos políticos e derrubava ministérios”, estando melhor encaminhada e, portanto, possibilitando que qualquer estadista a abolisse sem causar grandes desordens públicas. Na opinião do redator, assim como houvera diminuição dos escravos, seguramente o número de senhores no país teria também diminuído⁵⁷⁷.

⁵⁷⁴ A Redenção, “A situação”, 13 de março de 1887.

⁵⁷⁵ A Redenção, “Os comedores de pecúlio”, 14 de abril de 1887.

⁵⁷⁶ Não fora resultado, segundo Antonio Bento, dos fundos de emancipação “que só serviu para acobertar mil tratantadas”, e tampouco efeito da morte dos escravos. A Redenção, “Os comedores de pecúlio”, 14 de abril de 1887.

⁵⁷⁷ A abolição mediante indenização dos senhores foi avaliada como ação calamitosa para o país, sendo argumentado

As fugas escravas coletivas desprovidas da orientação de abolicionistas que, àquela altura, amedrontavam não somente escravocratas, mas a quase totalidade dos homens livres, não foram explicitamente computadas por Antonio Bento dentre as atividades que concorreram para a diminuição do número de cativos. Sem conseguirmos estimar exatamente quais fugas em massa receberam auxílio de abolicionistas para se efetivarem, podemos afirmar, no entanto, que seu grande número esteve fortemente relacionado a uma crescente insatisfação dos escravos frente à perda de suas margens de autonomia e à exigência de maior produtividade. Como apresentamos no Capítulo I dessa dissertação, a demanda por café no mercado mundial fazia com que os senhores exigissem um ritmo cada vez maior de produção de seus escravos, esmagando as pequenas conquistas resultantes de anos de negociação⁵⁷⁸. Ao mesmo tempo em que este quadro revoltoso estava colocado, chegavam às senzalas rumores que incentivavam a sublevação escrava, como o da eminência do fim da escravidão, ideias abolicionistas das cidades, notícias de revoltas escravas e fugas em massa ocorridas nas proximidades. As promessas realizadas pelos senhores, de alforrias ou de melhores condições, que não se concretizavam, frustravam as esperanças escravas e também conformavam mais um elemento que instigava a rebeldia. Esse panorama viveu por toda a década de 1880, mas, principalmente, foi se agravando com o passar dos anos⁵⁷⁹. Em 1887, a disciplina dos plantéis em muitas fazendas encontrava-se insustentável e os escravos fugiam em massa⁵⁸⁰.

A publicização de tais fugas pela imprensa da época foi, no entanto, abordada de maneira peculiar em editorial de Antonio Bento de 16 de junho de 1887⁵⁸¹. Intitulado “Estratégia eleitoral”, o texto discorreu sobre o crescimento do número de notícias relativas a revoltas escravas no país e ao fato de tal aumento, em períodos específicos, dever-se aos interesses do próprio governo⁵⁸². Para o redator, era unicamente nas proximidades das eleições que tais notícias ganhavam as páginas da imprensa e, categorizando-as como “falso alarde”, Antonio Bento afirmava aquele que lhe parecia ser o seu objetivo evidente:

O atual governo quando percebe que o movimento abolicionista está adiantado e a sua política enfraquecida no ânimo dos lavradores, convictos de que a escravidão chegou a seu fim, procura falar-lhes à ambição

que o baixo número de cativos e escravocratas sobrecarregaria de impostos todos brasileiros, para indenizar somente “meia dúzia deles”. A Redenção, “Os comedores de pecúlio”, 14 de abril de 1887.

⁵⁷⁸ Algumas dessas conquistas eram “uma cadência de trabalho orgânica ao grupo, uma organização social independentemente, uma incipiente produção de subsistência na forma de roças e de uma microeconomia monetária”, direitos à folga e “justiça” nos castigos. Machado, Maria Helena Pereira Toledo. *Crime e escravidão...*

⁵⁷⁹ Azevedo, Célia Maria Marinho de. *Onda Negra, Medo Branco...* e Machado, Maria Helena P. T. *O Plano e o pânico...*

⁵⁸⁰ Segundo levantamento de revoltas escravas de Ronaldo Marcos, somente entre o início de 1885 e até junho de 1887, momento em que Antonio Bento escrevia esse artigo, foram noticiadas nos jornais 18 revoltas escravas na província de São Paulo. Santos, Ronaldo Marcos dos. *Resistência e superação do escravismo...* cap. II.

⁵⁸¹ Apesar de diversas notícias na imprensa a respeito dessas revoltas, mencionamos também como as autoridades policiais, conjuntamente aos governos provinciais, tiveram especial zelo em censurar e desinformar sobre essas questões, com o objetivo, segundo Maria Helena Machado, de manter a segurança pública e a ordem. Para mais informações sobre a tese da estratégia da censura e desinformação, ver: Machado, Maria Helena P. T. *O Plano e o pânico...*

⁵⁸² A Redenção, *Estratégia eleitoral*, 16 de junho de 1887.

dando seguranças momentâneas e ineficazes de que o cativo pode perdurar e a força pública garanti-lo. É o sentimento do terror, o recurso a que se apegam o governo nas épocas eleitorais, inventando insurreições para assustar o espírito público e com o movimento de forças engodar os fazendeiros, alegando serviços que lhe rendam apoio nesta pirataria de votos do curso político. É o que se deu na eleição para deputados gerais, na de senadores, e agora está se reproduzindo com a reeleição do ministro da agricultura. O resultado das matrículas demonstrou que a escravidão está reduzida e entretanto todos os libertos têm ficado no país, procurando ocupação livre de que vivam. Libertações em massa se tem feito de estabelecimentos rurais, e os libertados têm recorrido à misteres, que lhes proporcionem restos de existência livre e pacificamente gozada. Não há portanto pensamento de insurreição da raça infeliz, contra as classes livres que por ela trabalham e sofrem.

Parece-nos interessante a forma como, neste artigo, Antonio Bento procurou enfatizar que “não há insurreições, a sociedade está em paz”. Descolado de outros textos produzidos pelo abolicionista, este editorial suscita certo estranhamento, em especial se tentarmos compreendê-lo a partir de um raciocínio comum segundo o qual, quanto pior estivesse a situação nas fazendas paulistas – e quanto mais tal fosse afirmado –, maior seria a urgência para o fim do cativo. Raciocínio esse que, por sinal, apontava de forma incisiva à necessidade de resolução do cativo pelos políticos imperiais, e que foi utilizado por outros redatores do *A Redenção* a partir do mês de outubro de 1887⁵⁸³. Nesse momento, contudo (junho de 1887), Antonio Bento possuía projeto distinto para o encaminhamento da questão. No artigo “Os comedores de pecúlio”, como vimos, o redator ressaltou o papel dos abolicionistas na diminuição de escravos no Império, enfatizando como, àquela altura, a questão lhe parecia facilmente resolvível. Neste segundo momento, por meio do artigo “Estratégia eleitoral”, procurava acalmar a população, demonstrando que a sociedade não se encontrava em erupção e que os escravos libertos seguiam trabalhando, não se fazendo necessários grandes alardes: “Os homens [escravos e livres] que vivem de seu trabalho de todos os dias, continuam a exercê-lo com paciência, realizando seu destino no mundo, de conformidade com a lei de desigualdade pela diversidade das tendências e aptidões”⁵⁸⁴.

Antonio Bento procurava demonstrar, portanto, que não havia razão para desespero, uma vez que a escravidão minguava e que somente alguns “ociosos” e “usurpadores do trabalho alheio” ainda resistiam, referindo-se aos senhores de escravos que resistiam ao, ainda incipiente, movimento emancipacionista da classe senhorial⁵⁸⁵. Os motivos pelos quais Antonio Bento vinha

⁵⁸³ Para a argumentação de que quanto mais desordenada estiver a situação nas fazendas cafeeiras, melhor para o encaminhamento da abolição, ver: *A Redenção*, “Fuga de escravos, a chefia de polícia e o povo” e “Quanto pior melhor”, 20 de outubro de 1887; “Fazendeiros bárbaros”, 23 de outubro de 1887; “S. João no Deserto” e “Aos abolicionistas do Exterior”, sem dia, novembro de 1887; “Piracicaba”, 15 de janeiro de 1888.

⁵⁸⁴ Segundo o redator, aqueles que estavam desassossegados: “é a classe dos homens que se conspiraram contra as leis de criação humana vivendo na ociosidade, para descarregar sobre uma raça infeliz toda a soma de trabalhos, que lhes pague os caprichos, de uns para com os outros, as vaidades no cortejo da vida social, e o poder de perseguir ou corromper as classes livres”. *A Redenção, Estratégia eleitoral*, 16 de junho de 1887.

⁵⁸⁵ No capítulo I dessa dissertação fizemos uma rápida retomada da crescente do movimento emancipacionista entre os fazendeiros de São Paulo, que iniciaram as libertações em massa de seus cativos, mediante estabelecimento de contratos de prestação de serviços, de forma individual – cada fazendeiro alforriando seus escravos –, para depois fazerem de forma coletiva, onde fazendeiros de certa localidade se organizavam para libertar seus escravos e depois em âmbito provincial, com a chamada de reunião de lavradores de província de São Paulo por Antonio Prado.

construindo estes textos, nos quais evidenciava certa “facilidade” na resolução do cativo, ficam explícitos ao fim do editorial “Estratégia eleitoral”:

A subida dos liberais abolicionistas, representando a regeneração do seu partido envergonhado ou a união de todos os abolicionistas reunidos sem cor política, formando o novo partido presidido pelo senador Dantas, o herdeiro de José Bonifácio, é fato inevitável, se a monarquia quiser ainda contar um terceiro reinado⁵⁸⁶.

Os editoriais apresentados até aqui, redigidos e publicados por Antonio Bento entre os meses de janeiro e junho de 1887, demonstram, como pudemos perceber, uma mudança de perspectiva, de sua parte, com relação a pontos de vista previamente explicitados, por exemplo, nos artigos que escrevera para o *Diário de São Paulo*. À altura de 1885 e 1886, Antonio Bento parecia investir na sistematização de fugas escravas e em ameaças de revolução como forma de pressionar os políticos e fazendeiros para a tomada de decisões no sentido de enfraquecer a instituição escravista. Vimos ainda, no capítulo II, o modo como a promulgação da Lei dos Sexagenários, em 1885, aumentou as dúvidas de Antonio Bento quanto a um possível encerramento da escravidão por vias políticas. Havia por parte do redator, portanto, uma descrença na possibilidade da atuação política “oficial” acabar em qualquer tipo de resultado satisfatório no âmbito da abolição.

A crescente desestruturação da instituição escravista no correr desses dois anos, no entanto, parece tê-lo feito admitir, já em 1887, a possibilidade de uma resolução política da questão servil – ainda que os méritos da conjuntura favorável então identificada fossem depositados, por ele, sobre os esforços abolicionistas. O elogio à proposta de Nabuco de criação de um partido abolicionista, nesse sentido, parecia fundar-se no reconhecimento de que a instituição escravista fora efetivamente desestruturada no país, cabendo à política oficial colocar agora o ponto final no cativo. Se foi esta, de fato, a perspectiva de resolução da questão servil adotada por Antonio Bento na primeira metade de 1887, em julho deste mesmo ano, ao que tudo indica, o abolicionista teve que reorganizar o encaminhamento da campanha.

O editorial “Deportação do Imperador”, publicado em 3 de julho de 1887, revela, nesse sentido, que as esperanças de Antonio Bento para a resolução da questão servil, mais do que depositadas sobre a situação política do Império do Brasil, pareciam residir, naquele momento, sobre a figura do Imperador. Sendo assim, a retirada de Pedro II para a Europa, lamentada pelo redator neste editorial – e nele reconhecida mais como uma deportação do que como ação tomada por livre e espontânea vontade –, parecia representar uma reviravolta imprevista e um verdadeiro balde de água fria em seus recentes anseios pela abolição⁵⁸⁷.

Sem maiores esclarecimentos, o artigo sugeria que a retirada do imperador se dera em decorrência das pressões escravocratas e, mais que tudo, da influência desempenhada pelo principal

⁵⁸⁶ A Redempção, “Estratégia eleitoral”, 16 de junho de 1887.

⁵⁸⁷ A Redempção, “Deportação do Imperador”, 3 de julho de 1887.

líder dos escravistas, o então chefe do Gabinete ministerial, Barão de Cotegipe. Possivelmente reconhecendo no imperador a única autoridade moral capaz de conter os intentos de Cotegipe àquela altura, é possível que Antonio Bento tenha visto sua partida como um contra golpe poderoso dos escravocratas e de seus projetos de perpetuação do cativeiro e repressão aos abolicionistas⁵⁸⁸. A partida de D. Pedro II e a possibilidade de seu não regresso, apareciam, assim, para o abolicionista, como a imposição de um novo obstáculo à resolução da questão servil. Em sua opinião, enfim, “O terceiro reinado, começa sem alegrias”⁵⁸⁹.

Nos editoriais que se seguiram à partida de D. Pedro II, foi possível identificar um claro distanciamento de Antonio Bento da defesa do fim do cativeiro pelo caminho político, inexistindo, por mais de dois meses, textos de sua autoria com esse teor. Entre o final de julho e o mês de agosto, o editorial foi dedicado à discussão de questões legais referentes à escravidão, abordando temas como o cativeiro ilegal de grande número dos escravizados do país e defendendo que a legislação “emancipacionista” tivera, em grande medida, o intuito de prolongar a escravidão⁵⁹⁰. Antonio Bento buscou demonstrar ainda, nesses artigos, a impossibilidade de a escravidão ser legalmente sustentada no país, armando com argumentos os advogados abolicionistas que atuavam a favor de escravos em ações de liberdade nas barras dos tribunais. A partida do Imperador para a Europa representou, assim, um duro golpe nas esperanças do abolicionista na resolução política da questão servil, obrigando-o a reorientar seus argumentos com o objetivo, uma vez mais, de enfraquecer a instituição escravista (apresentada, pouco antes, porém, como seriamente debilitada no país). A campanha contra o cativeiro devia, portanto, continuar e ainda havia muito a ser feito.

A luta abolicionista prática voltou aos editoriais de Antonio Bento, quando, no artigo de 7 de agosto de 1887, descreveu uma série de ilegalidades cometidas pelos capitães do mato e o imobilismo das autoridades diante de tal fato⁵⁹¹. Em contraposição ao tratamento recebido por aqueles que coadunavam com a perpetuação da escravidão, os abolicionistas sofriam com a repressão das autoridades: “Onde está no código o crime de aconselhar homens livres que não

⁵⁸⁸ Angela Alonso avalia que, mesmo estando doente, D. Pedro II era a única autoridade moral capaz de brear a repressão escravista do Barão de Cotegipe. *Flores, votos e balas...* p.303.

⁵⁸⁹ A Redempção, “Deportação do Imperador”, 3 de julho de 1887.

⁵⁹⁰ Uma das principais questões abordadas dizia respeito ao termo “filiação desconhecida”, uma vez que enquanto na matrícula exigida pela lei de 1871, era obrigatório precisar “nome, sexo, estado, aptidão para o trabalho e filiação de cada um, se for conhecida”, na regulamentação da lei de 1885 – José do Patrocínio a denominou como “regulamento negro” –, tais reconhecimentos ficaram excluídos. A lei de 7 de novembro de 1831, que proibiu o tráfico de escravos para o país, era um ótimo exemplo. Além da lei não ter dificultado a entrada de mais escravos, segundo o redator, os filhos desses indivíduos que foram inseridos no Brasil de forma ilegal compunham grande parte da população cativa do país: “Ora, estando em vigor a lei de 7 de novembro de 1831, e estando provado que ela foi fraudada e largamente, como provam as leis de 1850 e 1854, está claro que não se pode prescindir da filiação do escravizado para se conhecer juridicamente a sua condição, porque sem a filiação é impossível saber se ele descende de escrava, ou de mulher africana criminosamente conservada em escravidão pela pirataria”. A Redempção, “Filiação desconhecida”, 7 de julho de 1887.

Os editoriais que abordaram esses assuntos foram. A Redempção: “Como se perde o caráter”, 21 de julho de 1887; “Filiação desconhecida e liberdades condicionais”, 28 de julho de 1887. “Matrículas”, 4 de agosto de 1887.

⁵⁹¹ A Redempção, “Os abolicionistas e os capitães do mato”, 7 de agosto de 1887.

trabalhem e que tomem o destino que lhes convier?”, perguntava-se o redator, indicando que os abolicionistas estavam aconselhando indivíduos ilegalmente escravizados a deixarem de trabalhar e abandonar as fazendas. A atuação da polícia e das autoridades, atesta o abolicionista, era de responsabilidade do presidente da província e, nesse sentido, Antonio Bento afirma:

Pretenderá por ventura o sr. presidente da província [Visconde de Parnaíba] matar o abolicionismo, fazendo arreganhos e caretas?

Já houve tempo em que o povo tinha medo de cucas.

O abolicionismo não é a república que está se organizando com eleitores.

O abolicionismo é uma coisa real, é inspirada na fé, em uma crença que nasce no coração.

Não é a prisão de um ou dois abolicionistas que pode entorpecer a nossa marcha triunfal.

Não tenha medo – Zé Povinho, que o dia da Glória está chegado⁵⁹².

Mais do que apresentar projetos de abolição imediata, identificamos que os acontecimentos passaram a ditar os temas dos editoriais escritos por Antonio Bento. O artigo publicado em 18 de setembro de 1887, intitulado “O senador Antonio Prado e o diretório liberal”, apresenta-nos, assim, indícios de como Antonio Bento procurava diferentes meios para enfraquecer a instituição, ajustando sua propaganda, procurando novas alianças de acordo com a situação, em função do abreviamento da existência da instituição⁵⁹³. Neste editorial, Antonio Bento optou por transcrever um interessante discurso do senador Antonio Prado, chefe do partido conservador de São Paulo, registrando a aproximação daquele político ao emancipacionismo.

Discursando na Câmara Alta do Parlamento Nacional, Antonio Prado demonstrou, na ocasião, a impossibilidade de o senador Dantas contar com os correligionários de seu próprio partido na luta abolicionista na província de São Paulo, afirmando serem justamente os escravistas liberais os primeiros a resistirem, com todas as forças, ao processo emancipacionista então em curso⁵⁹⁴. De acordo com o chefe do Partido Conservador da província, os correligionários de cada partido tinham perspectivas extremamente distintas, por exemplo, acerca das fugas em massa ocorridas na região de Campinas⁵⁹⁵. Enquanto os senhores de escravo conservadores, de acordo com Prado, concediam libertações em massa mediante contratos de prestação de serviços, visando, desta forma, manter suas forças produtivas nas fazendas, – acreditando, portanto, na “transformação do trabalho”, atribuída “a um sentimento que não seja o da generosidade ou de humanidade” –, os

⁵⁹² A Redempção, “Os abolicionistas e os capitães do mato”, 7 de agosto de 1887.

⁵⁹³ A Redempção, “O senador Antonio Prado e o diretório liberal”, 18 de setembro de 1887.

⁵⁹⁴ Dantas, em resposta ao Antonio Prado, afirmou que buscava a união com Antonio Prado: “A minha questão não é de pessoa, é de ideias e princípios”. A Redempção, “O senador Antonio Prado e o diretório liberal”, 18 de setembro de 1887.

⁵⁹⁵ Antonio Prado, então Ministro da Agricultura, elaborou a regulamentação da recém-promulgada lei dos sexagenários, de 1885. Segundo Angela Alonso, a aplicação desta regulamentação teria grandes implicações: “Adicionou ano e meio no prazo de serviços indenizatórios, postergando a vigência da lei, ao marcar a matrícula da escravaria entre março de 1886 e março de 1887 (Decreto 9517, artigo 1, parágrafo 1). E reiterou (artigo 2, parágrafo 1) que na matrícula não se perguntaria a origem do escravo, mas sua filiação, de modo que toda a propriedade espúria se regularizasse como de ‘filiação desconhecida’. Mesmo a proibição de tráfico interprovincial, clara na lei, o ministro, em brilhante análise semântica, concluiu que se restringia à relação entre províncias, excluía a Corte, que era município neutro”. Alonso, Angela. *Flores votos e balas...* p. 277.

liberais diziam libertar seus cativos por ausência de opção, afirmando-se desamparados e desprotegidos pelo Estado. Para além disso, dizia Prado, era prática comum entre os liberais o envio de representações à Câmara Provincial, assinadas por seus dirigentes, solicitando a manutenção da ordem, repressão enérgica e apreensão dos cativos.

Para Antonio Prado, apesar de fazer o possível para conter as fugas escravas, o presidente da província havia se negado a desempenhar o papel que os senhores de escravos liberais exigiam dele, o de capitão do mato. A única forma de reprimir as fugas, àquela altura, dizia o senador paulista, era “distribuir a força pública pelas fazendas na proporção de um soldado por escravo”, condição, portanto, inexecutável. Em sua opinião, os antigos métodos repressivos de intimidação e castigos corporais eram ineficazes e a resolução da questão só poderia ser uma: a reforma da lei de 1885, com o estabelecimento de um prazo curto para o termo da escravidão⁵⁹⁶. Para o chefe do partido conservador, enfim, o verdadeiro responsável pelas fugas no interior paulista não era a falta de repressão, mas os fazendeiros “emperrados”, que resistiam ao “movimento emancipador”, não acompanhando “seus colegas dos outros municípios que estão marcando o prazo de dois ou três anos para o termo da escravidão”⁵⁹⁷.

As constantes fugas de escravos das fazendas paulistas exigiram dos senhores medidas alternativas à já insuficiente coerção violenta levada a cabo por eles e pelo governo. Desde os meses finais de 1886, intensificando-se, assim como as fugas escravas, pelos meses subsequentes, alguns fazendeiros procuraram novos acertos para manterem suas forças de trabalho na lida da lavoura, alforriando em massa seus cativos mediante o estabelecimento de contratos de prestação de serviços. Apresentamos no Capítulo I dessa dissertação os formatos assumidos por esses contratos e o modo como essa proposta, muitas vezes, apresentou-se de forma insuficiente aos anseios escravos por não modificar significativamente o cotidiano desses indivíduos. O que queremos demonstrar nesse momento, por sua vez, é a forma como os senhores buscaram novos arranjos para não verem suas fazendas despovoadas – sendo esta a lógica no interior da qual compreendemos melhor a fala de Antonio Prado. A partir da segunda metade de 1887, portanto, os lavradores passaram não só a libertar seus cativos com condições de trabalho, como passaram a fazê-lo de forma conjunta, em reuniões regionais. Acreditavam que com essa medida os anseios escravos, assim como os dos abolicionistas, seriam alentados, e que os últimos deixariam de incentivar “homens livres” a fugir. A partir de setembro de 1887, portanto, foi a vez de Antonio Prado levantar a bandeira da necessidade de seus companheiros fazendeiros alforriarem condicionalmente seus escravos⁵⁹⁸.

Que objetivos teria Antonio Bento ao reproduzir o discurso do senador Prado? Demonstrar

⁵⁹⁶ A Redempção, “O senador Antonio Prado e o diretório liberal”, 18 de setembro de 1887.

⁵⁹⁷ A Redempção, “O senador Antonio Prado e o diretório liberal”, 18 de setembro de 1887.

⁵⁹⁸ Para acompanhar melhor o desencadeamento da mudança dos fazendeiros sentido ao emancipacionismo, ver, principalmente, Conrad, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil...* p. 301 - 313.

que os conservadores de São Paulo estavam cada vez mais alinhados às ideias emancipacionistas? Atacar os liberais? Seria tal discurso bem visto por Antonio Bento? Dentre as diversas dúvidas levantadas por tal publicação, parece vigorar a certeza do estarecimento de Antonio Bento quanto aos posicionamentos do Partido Liberal da província sobre o fim do cativeiro. No editorial seguinte ao do discurso de Prado, Antonio Bento acusou o periódico oficial do diretório liberal de São Paulo, *O Liberal Paulista*, de atribuir ao senador liberal Saraiva palavras de resistência a ideias atribuídas a Prado, mas não efetivamente pronunciadas por ele⁵⁹⁹.

Parece-nos, de todo modo, que em setembro de 1887 a política conservadora de São Paulo convergia para as ideias emancipacionistas. Segundo Antonio Prado, assim como ele próprio, muitos cafeicultores paulistas não viam, àquela altura, outra opção que não a libertação de seus escravos mediante contratos de prestação de serviços. Idealizador, dois anos antes, como Ministro da Agricultura do Gabinete Coteigipe, de uma medida de protelação da escravidão em solo nacional, o “Regulamento Negro”, Antonio Prado levantava agora a bandeira do emancipacionismo, objetivando salvar as fazendas paulistas de um completo abandono por suas forças produtivas. Suas ideias, portanto, iam na contramão dos desejos do presidente do conselho dos ministérios, o conservador Barão de Coteigipe, que, naquele momento, ainda tentava de todas as maneiras perpetuar a “instituição maldita” em solo brasileiro. Diante da postura do senador e chefe conservador paulista, o político liberal Dantas, uma das principais lideranças abolicionistas no Senado, afirmou juntar-se a ele para alcançar seus objetivos⁶⁰⁰. Tudo indica que nos últimos meses de existência do cativeiro, as lideranças dos partidos conservador e liberal da província de São Paulo estavam em desavença com as ideias defendidas por alguns de seus membros na câmara vitalícia e no ministério.

Os editoriais do mês de setembro sugerem que Antonio Bento, embora defensor do abolicionismo imediato e incondicional, sabia que naquele momento o mais importante era determinar o fim do cativeiro em data mais breve possível, recorrendo a proposições com vistas ao enfraquecimento da instituição. Como não apoiar, naquele momento, as ideias emancipacionistas de um senhor de escravos que dois anos antes elaborara o “Regulamento Negro”, fora Ministro da Agricultura de Coteigipe e, portanto, figurava como uma das figuras mais representativas da resistência escravista? A mudança de Antonio Prado, se bem que para defender seus interesses, foi mais um elemento que contribuiu para abalar as estruturas da resistência escravista. Angela Alonso chegou a qualificar essa atitude de Prado como o “golpe mais duro no gabinete [Coteigipe] porque

⁵⁹⁹ Segundo o jornal liberal, no contexto da discussão a respeito do discurso de Prado, Saraiva teria dito que a lei de 28 de setembro de 1885 acabaria com a escravidão, não havendo necessidade de alterações e, conseqüentemente, sem perturbações para o trabalho e a tranquilidade pública. A Redempção, “O diretório liberal e o senador Saraiva”, 22 de setembro de 1887.

⁶⁰⁰ A Redempção, “O senador Antonio Prado e o diretório liberal”, 18 de setembro de 1887.

de dentro”⁶⁰¹. Antonio Bento, nesse sentido, transigiu com as propostas de Prado também com vistas a seus próprios objetivos. O apoio ao emancipacionismo de Prado, contudo, não fizera Bento abandonar suas convicções e os acontecimentos transcorridos no dia 27 daquele mês fizeram-no retomar, no jornal, a defesa de uma campanha abolicionista mais incisiva.

Neste dia, conforme noticiado pelo editorial de 29 de setembro, havia sido julgado o pedido de *habeas corpus* de alguns abolicionistas (Pedro Mineiro, Francisco Romão, Lourenço Pereira de Andrade, Joaquim Dias Tatú, José Ignácio Palmeira e José Benedicto Portella) acusados de auxiliar a fuga de escravos em Caçapava⁶⁰². A prisão desses abolicionistas pode ser identificada como mais uma das manifestações da expressa política repressiva ao movimento abolicionista, levada a cabo pelo Barão de Cotegipe. Esses indivíduos foram presos sob a acusação de auxílio à fuga de escravos e, portanto, responderiam ao crime de “furto”, segundo a regulamentação da lei Saraiva Cotegipe de 1885⁶⁰³. Apesar da concessão de *habeas corpus* aos respectivos indivíduos, chamaram a atenção de Antonio Bento os acontecimentos transcorridos nas ruas de São Paulo em decorrência da decisão, levando-o a escrever sobre o assunto em mais de uma ocasião.

Concedido o *habeas corpus*, a grande população que saíra às ruas de São Paulo para comemorar a decisão teria sido provocada, segundo Antonio Bento, por guardas urbanos disfarçados, originando grande tumulto. Forças oficiais que acompanhavam os acontecimentos teriam intervindo e reprimido a confusão, avançando com sua linha de cavalaria sobre a população⁶⁰⁴. Indignado com as cenas “bárbaras” ocorridas nas ruas da capital, Antonio Bento teceu graves críticas ao chefe de polícia da província, dr. Ferreira Lima, responsável pelos oficiais e, na opinião do redator-chefe d’*A Redenção*, também pelos acontecimentos⁶⁰⁵.

Para Antonio Bento, a repressão à população livre que sucedeu ao julgamento fazia parte de uma política que não ficava restrita à província de São Paulo, mas que, orientada pelo barão de Cotegipe, fazia-se executar por todo o Império com o único objetivo de perpetuar a escravidão, suspendendo e anulando, para tanto, as garantias e liberdades constitucionais⁶⁰⁶. Enquanto o abolicionista presenciava, assim, as cenas bárbaras descritas em seu artigo na capital da província,

⁶⁰¹ Alonso, Angela. *Flores, votos e balas...* p.320.

⁶⁰² *A Redenção*, “Abolicionistas de Caçapava”, 29 de setembro de 1887.

⁶⁰³ Com o objetivo de coagir a tática abolicionista de incentivar e auxiliar os escravos a fugirem, Antonio Prado, mentor da regulamentação da lei de 1885, elaborou uma cláusula em que era determinado que os indivíduos que assim se comportassem seriam julgados e penalizados segundo as premissas do crime de “furto”. Conrad, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil 1850-1888...* 283-7

⁶⁰⁴ Pelo crime de serem abolicionistas, foi o que disse, segundo o jornal *Diário Popular*, o carcereiro ao ser interrogado por qual justificativa aqueles homens haviam sido presos. *A Redenção*, “Abolicionistas de Caçapava”, 29 de setembro de 1887.

⁶⁰⁵ Apesar da província ser governada por um membro do Partido Conservador, Antonio Bento não deixou de acusar o Partido Liberal como responsável dos acontecimentos, sob a alegação de que eram os liberais quem deveriam exercer a oposição, mas teriam abandonado o povo “para montar guarda à porta dos latifúndios da escravidão”. *A Redenção*, “A chefia de polícia e o povo”, 9 de outubro de 1887.

⁶⁰⁶ *A Redenção*, “A chefia de polícia e o povo”, 13 de outubro de 1887.

em outras localidades tais ações faziam-se igualmente sentir, caso de Santos (para onde eram enviadas autoridades policiais com a finalidade de capturar os escravos que para ali fugiam) e da Corte, onde reuniões abolicionistas em teatros eram coibidas pela força policial⁶⁰⁷.

De acordo com o Antonio Bento, as ações de Cotegipe não eram ignoradas pelo povo, que “começa a despertar-se e a compreender estar chegada a hora, de assumir o brio de nação livre ou desaparecer no heroísmo”⁶⁰⁸. Misto de diagnóstico, súplica e incentivo, a passagem parecia conclamar o povo a interceder pela realização da abolição, buscando alcançá-la com suas próprias mãos. Para o redator, mais “revolucionária” que os escravos fugidos e que o próprio abolicionismo, era a política empreendida pelo ministério Cotegipe, já que a repressão por ele exercida, assim como pelos escravocratas em geral, incitava cada vez mais a população ao abolicionismo e à radicalidade⁶⁰⁹.

Outros dois editoriais de outubro, não escritos por Antonio Bento, voltaram a tratar da violenta repressão imposta aos abolicionistas e escravos em consequência do julgamento de Caçapava, ressaltando, uma vez mais, o “roubo de direitos”, e enfatizando a responsabilidade de Cotegipe pela situação em que se encontrava o Brasil⁶¹⁰. A ideia de que os responsáveis pela fuga em massa dos escravos, e portanto, pela desordem, eram os próprios repressores, foi tema abordado por alguns artigos do *A Redempção* e já vimos como o discurso de Antonio Prado na Câmara Vitalícia – reproduzido em um dos editoriais do jornal – seguira linha argumentativa similar⁶¹¹.

Os textos de Antonio Bento e dos outros dois editoriais de outubro sugeriam, portanto, o desenrolar de uma verdadeira revolução no país. Seria efetivamente este, no entanto, o cenário

⁶⁰⁷ Toplin, Robert Brent. *The abolition of slavery in Brazil...* p.191. Conrad, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil...* p. 320-321. Alonso, Angela. *Flores, votos e balas...* cap. 8 Balas: movimento e contramovimento. p. 265-310.

⁶⁰⁸ *A Redempção*, “A chefia de polícia e o povo”, 13 de outubro de 1887.

⁶⁰⁹ No editorial de 20 de outubro foi afirmado: “Os perturbadores da ordem pública pela desarmonia das forças sociais e políticas, desorganizando os partidos e plantando a discórdia e a injustiça em nome do interesse individual, são os que se queixam da desordem de que são os ousados promotores”. *A Redempção*, “Fugas de escravos, a chefia de polícia e o povo”, 20 de outubro de 1887.

⁶¹⁰ O roubo de direitos pela polícia repressiva de Cotegipe foi o argumento central do editorial de 20 de outubro. Dentre as perdas de direitos apresentadas nesses editoriais podemos citar a forma como homens negros e pardos estavam sendo presos nas estações de trens como se escravos fossem, sem ao menos haver averiguação legal sobre suas situações; o encarceramento de abolicionistas acusados pelo crime de sedição, sendo que uma lei de 1886 regulamentava a possibilidade de um homem livre dar abrigo a um escravo e que esse poderia fugir de seu senhor sob justificativa de graves punições ou ameaças, também era um indício da supressão de direitos empreendida pelo ministério; ou pelo simples fato de manifestar-se, incorrendo na possibilidade de ter sua vida perdida por uma tropa de cavalaria. “Não há lei, não há direito, nem há justiça”, afirmou o redator, “porque as decisões dos tribunais são anuladas pela polícia”. *A Redempção*, “Fugas de escravos, a chefia de polícia e o povo”, 20 de outubro de 1887.

⁶¹¹ Alguns dos artigos que responsabilizavam uma suposta “anarquia” no interior da província de São Paulo aos fazendeiros emperrados defendiam, inclusive, que quanto pior a situação melhor seria para a mais rápida resolução da questão servil. *A Redempção*, “Fuga de escravos, a chefia de polícia e o povo” e “Quanto pior melhor”, 20 de outubro de 1887; *A Redempção*, “Fazendeiros bárbaros”, 23 de outubro de 1887; *A Redempção*, “S. João no Deserto” e “Aos abolicionistas do exterior”, (sem identificação de dia) novembro de 1887; *A Redempção*, “Piracicaba”, 15 de janeiro de 1887; *A Redempção*, “Não se iludam os jornais”, 18 de março de 1888; *A Redempção*, “Ministério 10 de março”, 22 de março.

desejado pelos abolicionistas do *A Redenção*?⁶¹² Ainda que o histórico de posicionamentos de Antonio Bento permita que identifiquemos, em outros momentos da luta abolicionista, a adoção efetiva de discursos radicais – como em alguns de seus artigos do *Diário Popular*, ou ainda no primeiro editorial do *A Redenção* – é possível que nesta nova fase do conflito, a ênfase na publicização das desordens geradas pela atuação escravocrata tivesse como foco principal não os próprios abolicionistas ou o povo, mas sim os senhores de escravo. Lembremos que nos meses finais de 1887, os escravos abandonavam em massa as fazendas do interior paulista, não havendo força pública ou privada (como as milícias organizadas pelos senhores) que pudesse conter tais fugas. Podemos avaliar portanto que, ao invés de almejarem, efetivamente, a intervenção radicalizada do povo nos conflitos pela abolição, Antonio Bento e os colaboradores do *A Redenção* visassem, antes, a atingir uma classe de escravistas cada vez mais suscetíveis ao emancipacionismo (haja vista não só o crescimento do emancipacionismo entre o setor, mas também as ameaças cada vez maiores de que tais senhores encontrassem suas fazendas esvaziadas por conta das fugas de cativos), sugerindo ser a sua resistência não só inútil, mas também a grande geradora dos conflitos e perigos então em curso.

O editorial publicado no início de dezembro de 1887 apresenta-nos, assim, alguns indícios do tipo de “estratégia” utilizada e reivindicada por Antonio Bento frente aos escravistas⁶¹³. Tratando de uma reunião de lavradores aberta ao público que deveria tomar corpo em São Paulo ainda no dia 15 daquele mês – uma primeira reunião de lavradores, ocorrida em novembro, havia sido fechada a convidados⁶¹⁴ –, Antonio Bento procurou aconselhar os abolicionistas sobre como se portar naquele evento. Criticando a demora na execução da reunião, o artigo dizia que, caso os abolicionistas

⁶¹² No artigo de 20 de outubro, foi argumentado que “a nação é a fonte de todos os poderes e que tanto o governo e o parlamento são seus delegados”, caso os delegados traíssem seu mandato, a nação deveria caçá-lo. A resolução dos problemas deveria passar pelo pressionamento do governo através da sugestão de “manifestações gerais”. Segundo este editorial as eleições não eram simulacros do voto livre, e por isso “chega-se às crises das instituições e contra os governos déspotas há o direito de defesa da nação traída, mas unida”. Os significados intrínsecos ao “direito de defesa” são esclarecidos com uma longa citação de um discurso do senador Zacarias em 25 de julho de 1861 – que na época do discurso ocupava o cargo de deputado geral –, que versou sobre a comparação entre “o direito de defesa que compete aos indivíduos em caso de agressão, e o de resistência ativa com que as nações procuram libertar-se da opressão”. A civilização caminha, segundo o discurso de Zacarias, para a inutilização desse “direito de defesa” pelos indivíduos privados, uma vez que o estado garante os direitos, liberdade e segurança. O direito de defesa enquanto indivíduo poderia ser estendido para a nação e nesse sentido, Zacarias argumentou na câmara temporária: “Mas, se não obstante todas as previsões, chegasse um dia em que a nação não encontrasse na ordem estabelecida segurança nem recurso, nesse dia perdendo o poder público o direito à fidelidade, a nação teria incontestavelmente o direito de proteger-se pela força” e, assim, foi encerrado o editorial. *A Redenção*, “Fugas de escravos, a chefia de polícia e o povo”, 20 de outubro de 1887.

⁶¹³ *A Redenção*, “Aos abolicionistas”, 4 de dezembro de 1887.

⁶¹⁴ Infelizmente, dos 4 exemplares de novembro que possuímos, somente um deles foi escrito por Antonio Bento e trata sobre conflitos com o jornal católico *O Thabor*. Em realidade, a reunião de lavradores mencionada por Antonio Bento no editorial de 6 de dezembro, já era um segundo encontro dos fazendeiros, tendo sido o primeiro realizado em 13 de novembro. Esse primeiro encontro foi restrito a algumas personalidades como Antonio Prado, conselheiro Leoncio de Carvalho, Rafael de Barros, marques de Três Rios, Albuquerque Lins, Couto de Magalhães, entre outros. Nessa reunião foi deliberado a criação da Sociedade Libertadora da Província, que previa o prazo para o fim da escravidão em, no máximo, 3 anos. *A Província de São Paulo*, “Libertação da Província”, 15 de novembro de 1887.

resolvessem a ela comparecer, deveriam evitar a todo custo a manifestação pública de suas opiniões, uma vez que sua luta, até o momento, havia sido forjada eminentemente sob segredo: “a chave de todo o movimento abolicionista”.

No editorial seguinte, do dia 11, Antonio Bento sugeriu aquele que lhe parecia o único remédio para a resolução dos interesses dos fazendeiros⁶¹⁵. De acordo com o abolicionista, tal “remédio único” era “a abolição imediata, que significa o adiantamento moral desta província, que tem direito a ser a primeira do sul a dar o exemplo do amor a pátria”⁶¹⁶. Para Antonio Bento, portanto, o encaminhamento do fim do cativo em São Paulo deveria seguir “o grande movimento que espontaneamente se opera por toda parte da província”, pois, se medidas equivocadas fossem tomadas, protelar-se-ia unicamente dificuldades vindouras, “cujas consequências a ninguém é dado calcular”.

Realizada no dia 15 de dezembro de 1887, a dita reunião de fazendeiros parece ter decepcionado Antonio Bento que, em editorial de 18 de dezembro, demonstrou todo o seu descontentamento. Sob o título de “A sociedade mistificadora da província” – em alusão ao nome da sociedade oriunda dessa reunião, a “Sociedade Libertadora da Província”⁶¹⁷ –, o artigo chamou de emperrados os fazendeiros paulistas e vaticinou que estes só abririam mão de seus escravos “quando os forem arrancados violentamente”. De acordo com o redator, a única vantagem da reunião havia sido a “de rasgar o véu que hipocritamente envolvia a figura do senador Prado”, explicitando, para além de tudo, uma ruptura, ou desilusão, com a possibilidade de que Antonio Prado representasse o abolicionismo paulista na Câmara Vitalícia.

No fatídico encontro de 15 de dezembro, a “Sociedade” havia determinado que os escravos fossem libertados na província dentro de três anos. Parte dos fazendeiros, os chamados “adiantados” pelo redator-chefe, – representados pelo republicano Campos Salles, que havia libertado seus escravos, em fevereiro daquele ano, mediante o estabelecimento de prestação de serviços por 4 anos, mas que a essa altura, já mudara de opinião – discordou do prazo, por considerá-lo muito tardio, e deixou o encontro. No editorial de 18 de dezembro, Antonio Bento argumentou que a criação da sociedade, assim como o estabelecimento desse prazo, servia apenas para “engazopar a opinião pública” e para os lavradores exibirem-se como “os Messias da redenção dos cativos”⁶¹⁸. Questionando-se se a entidade traria ao menos o benefício de uniformizar a conduta dos fazendeiros

⁶¹⁵ A Redempção, “A Reunião dos fazendeiros”, 11 de dezembro de 1887.

⁶¹⁶ A Redempção, “A Reunião dos fazendeiros”, 11 de dezembro de 1887.

⁶¹⁷ A Redempção, “A sociedade Mistificadora da Província”, 18 de dezembro de 1887.

⁶¹⁸ Na edição de 25 de dezembro de 1887, em artigo intitulado “O último reduto”, o autor do artigo abordou uma outra possível finalidade obscura para a criação da sociedade libertadora dos fazendeiros: a concessão de um armistício por parte dos abolicionistas e dos escravos, aos fazendeiros. Com o estabelecimento do prazo para ali 3 anos, os senhores de escravos teriam esse período sem virtual incomodo do abolicionista, com sua luta chegada ao fim, nem do escravo, que teria sua liberdade em um horizonte próximo. A Redempção, “O último reduto”, 25 de dezembro de 1887.

perante a ideia da libertação, Antonio Bento concluiu que nem para isso a organização serviria, debochando de tal objetivo: “Impossível. Uns querem, outros não querem, e outros estão querendo ter a vontade de querer”⁶¹⁹.

Em editorial de 5 de janeiro de 1888, intitulado “A emancipação e o Velho Paulista”⁶²⁰, temos novamente uma crítica aberta, de Antonio Bento, ao imobilismo dos fazendeiros paulistas diante da questão servil, bem como um elogio rasgado à atuação abolicionista na província e um reconhecimento de sua total responsabilidade pelos resultados obtidos até então. A produção do texto, vale enfatizar, fora planejada em resposta a artigo publicado no periódico pertencente ao diretório do Partido Liberal, o *Liberal Paulista*, em 25 de dezembro de 1887, assinado por “Velho Paulista”. Nele, o autor defendia que a fuga massiva de escravos na província era resultado da incompreensível inércia de sua administração e não da “*restea de luz* que penetrou nas senzalas”. Em sua resposta, o redator-chefe do *A Redenção* buscou demonstrar como, em realidade, a administração havia feito de tudo para manter a escravidão, afirmando que, se não fosse a *restea de luz*, a escravidão teria prazo de término para dali a 50 anos. O movimento abolicionista, ou *restea de luz* como preferiu chamar o “Velho Paulista”, havia sido portanto, na opinião de Antonio Bento, o fator único da mudança: “Só depois das fugas em massa, só depois da *limpa* nas fazendas, foi que os fazendeiros resolveram, bem contra a vontade, é certo, a abrir mão da propriedade iníqua e imoral”. Em sua opinião, enfim, foram as ideias abolicionistas que propiciaram as fugas em massa, foram os abolicionistas que limparam as fazendas, talvez através da prática dos *caifazes*, esvaziando-as de suas forças produtivas. Ao fim do editorial, Antonio Bento afirmava: “A *restea de luz* foi que fez a libertação em S. Paulo! Viva a *restea de luz*!!”⁶²¹

A menção, ainda que tímida, de que o cativo estava derrotado, foi inaugurada neste editorial e continuou a ser empregada nos posteriores. Em texto produzido para a edição de 29 de janeiro, defendeu-se que, de acordo com as determinações legais, a fuga de escravos não poderia mais ser considerada crime e que, portanto, não poderia mais ser reprimida pelas forças públicas: a escravidão havia chegado ao fim⁶²². Em editorial de 12 de fevereiro, por sua vez, foi reproduzida a ata da reunião de lavradores da região de Serra Negra em que se decidira pela libertação imediata dos escravos do local, sob a condição de prestação de serviços até 24 de dezembro de 1889, com pagamento de salários mensais de 10 mil réis para os casais e 6 mil para os solteiros. Nenhum parecer foi emitido acerca da resolução dos lavradores de Serra Negra, impossibilitando-nos de confirmar as opiniões de Antonio Bento acerca do feito. Tendo-se optado, no entanto, pela reprodução da resolução no editorial do jornal, é possível sugerir a concordância de Antonio Bento

⁶¹⁹ A Redenção, “A sociedade Mistificadora da Província”, 18 de dezembro de 1887.

⁶²⁰ A Redenção, “A emancipação e o Velho Paulista”, 5 de janeiro de 1888.

⁶²¹ A Redenção, “A emancipação e o Velho Paulista”, 5 de janeiro de 1888.

⁶²² A Redenção, “Fuga de escravos”, 29 de janeiro de 1888.

com a medida àquela altura, considerada razoável visto que indicadora do fim do cativeiro⁶²³.

Os dois primeiros editoriais de março de 1888, por sua vez, trataram do bruto crime ocorrido na cidade de Penha do Rio do Peixe, em que cerca de 80 indivíduos, entre fazendeiros escravistas e capangas, invadiram a casa do delegado de polícia local, Joaquim Firmino, acusado de possuir tendências abolicionistas, espancando-o até a morte⁶²⁴. Frente à brutalidade do acontecimento, a linha editorial do *A Redempção* parece ter sido reorientada uma vez mais. Se pouco antes, portanto, o jornal enfatizara positivamente as conquistas abolicionistas para o fim da escravidão – dando o cativeiro como extinto na província de São Paulo e saudando os responsáveis pelo “feito” –, esse crime mudou o panorama.

Após os eventos de Penha do Rio do Peixe, portanto, os textos de Antonio Bento passaram a apresentar um caráter pessimista. Dois editoriais do período mostraram, assim, o ceticismo do redator quanto à aprovação de um projeto – em discussão na Assembleia provincial de São Paulo – prevendo cobrança de 400 mil réis de imposto sobre todo escravo matriculado na província⁶²⁵. Para Antonio Bento, a cobrança do imposto podia contribuir à libertação dos cativos pelos fazendeiros “emperrados” da província, aparecendo como mais um possível golpe contra a instituição. Descrendo, contudo, na aprovação do projeto, Antonio Bento reforçou unicamente a crescente desorganização da lavoura na província, chamando ironicamente a atenção à desnecessidade de qualquer intervenção para por fim à situação “anárquica” das regiões rurais: “Se o projeto não for sancionado, em vez de se conter a famosa e célebre hidra da anarquia, veremos então abertamente como se há de encaminhar a desorganização do trabalho e o despovoamento das fazendas”⁶²⁶.

Infelizmente, não possuímos parte dos exemplares do *A Redempção* publicados entre os meses de fevereiro e março, fundamentais para que acompanhássemos as estratégias de Antonio Bento no solapamento cotidiano da instituição escravista, momento que compreende a libertação oficial da cidade de São Paulo, em 25 de fevereiro, a queda do Gabinete do Barão de Cotegipe e a alçada de João Alfredo à chefia do Gabinete, em 10 de março de 1888⁶²⁷.

O editorial do dia 18 de março, no entanto, apresenta alguns indícios das expectativas de Antonio Bento sobre o novo presidente do Conselho de Ministros do Império. Com título bastante

⁶²³ *A Redempção*, “Reunião de lavradores”, 12 de fevereiro de 1888.

⁶²⁴ Esse grave crime já foi por nós abordado na capítulo 1 dessa dissertação, mas aqui novamente dizemos que Joaquim Firmino de Araújo Lima foi assassinado por dar guarida, em sua casa, a dois escravos em processo de emancipação, além de participar de meetings abolicionistas na cidade de Mogi Mirim. Machado, Maria Helena. “Teremos grandes desastres...” p. 389. Sobre os editoriais que tratam do crime em Penha do Rio do Peixe, ver: *A Redempção*, “O crime da Penha do Rio do Peixe”, 1 de março de 1888; “Penha do Rio do Peixe”, 4 de março de 1888.

⁶²⁵ *A Redempção*, “Gravíssima responsabilidade”, 11 de março de 1888.

⁶²⁶ *A Redempção*, “Gravíssima responsabilidade”, 11 de março de 1888.

⁶²⁷ Alonso, Angela. *Flores, votos e balas...* p. 320.

sugestivo, “Não se iludam os jornais”⁶²⁸, o editorial reclamava do programa apresentado pelo ministério recém empossado que, no entendimento do redator, estipularia a liberdade dos escravos, obrigando-os, contudo, a trabalhar para seus antigos senhores em troca de um ordenado. Apesar de ter demonstrado, como vimos, concordância com medida semelhante tomada em Serra Negra, o posicionamento de Antonio Bento neste editorial deixa-nos entrever que, em se tratando de medida proposta pelo Estado, esperava maior concretude e definição. O redator esclareceu, nesse sentido, os motivos pelos quais, a seu ver, o programa estaria fadado ao fracasso:

Há uma desconfiança natural entre o liberto e seu ex-senhor.

O liberto quer ter o direito natural de pôr o preço no seu trabalho, de trabalhar para quem quiser.

Obrigá-lo a trabalhar para certa e determinada pessoa, embora com a promessa de salário, é completa asneira, é um meio de ir distribuindo glórias aos diversos ministérios que se forem sucedendo, e melhorando a condição dessa gente⁶²⁹.

A crítica estendeu-se a Antonio Prado que, após ter se tornado “aclamado abolicionista” pela imprensa – reproduzido o termo no *A Redenção* de forma irônica –, aceitou fazer parte de um ministério emancipacionista. Antonio Bento, contudo, confessou sua desesperança na resolução da escravidão de forma imediata e sem condicionantes, por parte do governo imperial, até mesmo se o novo ministério fosse presidido pelo Senador Dantas, “chefe supremo do abolicionismo”. A essas críticas, o redator-chefe adicionou que a continuidade do ministério “Paulino & Coteigipe” – cognominado pelo redator como “junta do coice” – faria com que a campanha abolicionista tivesse que continuar forte, sendo assim benéfica à resolução, de uma vez por todas, do cativeiro. A presença de um gabinete emancipador, por outro lado, preocupava Antonio Bento, que parecia compreender a força e unidade da luta abolicionista como decorrência da necessidade de afronta a um inimigo comum e determinado. O empossamento de um gabinete com intenções emancipacionistas, nesse sentido, sujeitava a unidade do movimento à ruína:

Estabelecemos as fugas em massa justamente quando o visconde de Parnaíba [presidente da província de São Paulo entre julho de 1886 e novembro de 1887] mandava cercar as linhas férreas e tinha estabelecido o cordão sanitário nas estradas da capital.

O ministério 10 de março quer matar completamente a propaganda abolicionista, passando mel pelos lábios de seus apóstolos. [...]

Trabalhem por conta própria e com a mesma coragem de outrora, porque quem deve libertar o povo deve ser o próprio povo⁶³⁰.

Antonio Bento, portanto, temia que a luta empreendida por ele e por seus companheiros pudesse terminar com uma lei que, àquela altura, não acabaria com a escravidão, estendendo-a possivelmente por mais alguns anos. A outorga dessa lei por um ministério emancipacionista, por outro lado, poderia desmobilizar parte dos abolicionistas, uma vez que cumpriria plenamente com os objetivos de certa parcela.

⁶²⁸ *A Redenção*, “Não se iludam os jornais”, 18 de março de 1888.

⁶²⁹ *A Redenção*, “Não se iludam os jornais”, 18 de março de 1888.

⁶³⁰ *A Redenção*, “Não se iludam os jornais”, 18 de março de 1888.

Nos editoriais produzidos por Antonio Bento, como vimos, houve pouca, ou nenhuma referência à prática dos *caifazes*, à exceção de uma ou outra menção genérica, como a do editorial de 18 de março de 1888, em que o redator confirmou a realização de “fugas em massa” por ele e seus companheiros, ou quando se referiu, em 5 de janeiro de 1888, à “limpa nas fazendas”, empreendida pelos abolicionistas. Ainda nesses casos, não foi mencionado o nome de qualquer grupo específico. Por outro lado, o termo *caifaz* surgiu em alguns poucos momentos no jornal, sempre apresentado como um grupo à disposição para o cumprimento de ordens e caracterizado pela capacidade de recorrer à violência em prol da luta abolicionista. Foram duas as circunstâncias em que “*caifazes* armados de cacetes” estariam dispostos a defender interesses abolicionistas⁶³¹.

Em carta intitulada “Bem feito” e assinada por “Um caifaz”, publicada na “Seção Particular” do jornal no final de agosto de 1887, possuímos o melhor exemplo para entrever a prática dos *caifazes* apresentada no jornal⁶³². A carta comenta a punição do capitão do mato Jacintho, que havia ido à Penha de França em busca de uns escravos fugidos e que, capturado ele próprio, fora castigado pelos “nossos amigos dessa freguesia”. A intenção dos abolicionistas teria sido a de castrá-lo mas, segundo o artigo, depois de muito barulho fazer, o capitão do mato acabou por chamar a atenção de senhoras que passavam por perto e intervieram em nome do homem, que teve, contudo, o “lombo” castigado, sendo mandado embora envolto em folha de gravatá (planta comprida e espinhenta). O autor terminou o artigo parabenizando o povo da Penha, “que sabeis repelir e castigar esses canalhas que ousam ir perturbar-vos nas horas de vosso descanso após vosso trabalho: continue a castigá-los quando por aí aparecerem esses ladrões, porque se algum vos maldizer, milhões vos abençoarão, e que o exemplo que destes seja por muitos imitados eis o que desejamos”⁶³³. A utilização do nome dos *caifazes* sugere, talvez, que os leitores do *A Redenção* estivessem cientes da existência e atuação desses homens.

Retornando ao editorial de Antonio Bento, a edição de 25 de março revela-nos alguns indícios das atividades práticas dos abolicionistas em um momento em que, em suas próprias palavras, a província podia ser considerada quase completamente livre. Nessa ocasião – um dos raros momentos em que Antonio Bento assinou o editorial⁶³⁴ – o abolicionista veio a público

⁶³¹ Em 13 de fevereiro de 1887, em artigo dedicado a criticar a inépcia do Partido Republicano nacional, comentou-se que se realmente fosse objetivada a mudança para a República, “os caifazes, armados e desarmados” auxiliariam na luta. Em outro texto, publicado em maio do mesmo ano, ao criticar como toda política no Brasil se dava por meio de transações entre os partidos, o redator disse, contrariando o artigo anterior, que se os republicanos fossem mudar a forma de governo, “Já tínhamos convidado todos os caifazes para, armados de cacete, defender conosco os interesses da monarquia, e tratar da liberdade dos escravos”. *A Redenção*, “Republicanos de Campinas”, 13 de fevereiro de 1887; “Questão militar e republicana”, 22 de maio de 1887.

⁶³² *A Redenção*, “Bem feito”. 28 de agosto de 1887. Um caifaz.

⁶³³ *A Redenção*, “Bem feito”. 28 de agosto de 1887. Um caifaz.

⁶³⁴ É possível presumir que Antonio Bento optou por assinar o editorial de 25 de março de 1888 uma vez que se tratava, efetivamente, de questão referente ao indivíduo Antonio Bento e não à causa abolicionista. Sendo assim, compreende-se também a opção do personagem pela não assinatura da grande maioria de seus artigos, uma vez que, possivelmente, compreendia-os como escritos em nome de uma causa comum ao jornal e seus leitores, menos

apresentar esclarecimentos acerca dos acontecimentos transcorridos em fazenda do bairro da Ressaca, na região de Mogi Mirim, isentando-se de qualquer envolvimento com os mesmos⁶³⁵.

A partir de um artigo do *Correio Paulistano*, descobrimos os motivos pelos quais Antonio Bento estava se defendendo dos eventos ocorridos nessa fazenda, não esclarecidos no editorial d'*A Redenção*⁶³⁶. Segundo o texto do *Correio*, uma confusão na fazenda de Antonio Leite, invadida por “um grupo de escravos desconhecidos e camaradas”, teria levado à fuga de seus escravos e à morte do ex-escravo e companheiro de Antonio Bento na luta abolicionista, Antonio de Paiva – morto pelas mãos do próprio Leite⁶³⁷. Ao que tudo indica, diante do ocorrido, Antonio Bento sentiu-se na obrigação de vir a público esclarecer o seu não envolvimento com aquelas “desordens”. Em suas palavras:

Tenho mantido a propaganda abolicionista evitando por todos os modos qualquer desordem, quando poderia ter impulsionado uma revolução.
Ora, agora que a província de S. Paulo está quase completamente livre, eu havia de aconselhar desordens dessa natureza?⁶³⁸

Para além de sugerir seu poder de impulsionar uma revolução – como anteriormente afirmado, por exemplo, no primeiro editorial do jornal –, a interessante explicação de Antonio Bento nos presenteia com uma série de possibilidades. A primeira diz respeito à possível notoriedade de Antonio Bento, à época, na orientação de abolicionistas e criação de desordens pelo interior da província. Evidência que, a despeito da fama adquirida por Antonio Bento no pós-abolição, apresenta-se aqui de forma inédita. A explicação de que não tinha ligação alguma com os acontecimentos transcorridos em Mogi Mirim pode sugerir, nesse sentido, que Antonio Bento costumava orientar os abolicionistas, mas que, de acordo com a conjuntura da província ou com o que quer que fosse, tal não fora o caso naquele momento. Sua explicação, nesse sentido, confirmaria (ainda que pela negativa) a existência de tais práticas.

Por outro lado, podemos aventar ter sido sua íntima relação com o ex-escravo assassinado, Antonio de Paiva (e não, portanto, a existência de qualquer reconhecimento, à época, de uma atuação abolicionista radical por parte de Antonio Bento), o principal gatilho das suspeitas de seu envolvimento no ocorrido. Vale ressaltar, neste ponto, que não foram encontrados, até o momento, documentos comprovando a articulação de Antonio Bento à dita prática radical dos *caifazes*, não tendo sido descobertos, tampouco, indícios nas folhas do jornal abolicionista que possibilitassem semelhante conclusão. Tal narrativa, pelo contrário, só foi por nós identificada na bibliografia

importante por sua autoria do que pelas questões publicizadas.

⁶³⁵ A Redenção, “Negócios da Ressaca”, 25 de março de 1888. Antonio Bento.

⁶³⁶ Correio Paulistano, “Desordens da Ressaca”, 23 de março de 1888.

⁶³⁷ Segundo declaração de Antonio Bento, Antonio de Paiva era ex-escravo, libertado com o próprio dinheiro de Bento, e que, apesar de Antonio de Paiva ter o auxiliado no movimento abolicionista, há meses não o via. A Redenção, “Negócios da Ressaca”, 25 de março de 1888.

⁶³⁸ A Redenção, “Negócios da Ressaca”, 25 de março de 1888.

produzida após o término da campanha abolicionista, em especial na obra dos chamados “memorialistas da abolição”, homens que participaram da luta ao lado de Antonio Bento e que posteriormente teriam decidido narrar as práticas radicais desse grupo⁶³⁹. A não identificação de documentos comprovando o envolvimento direto de Antonio Bento com tais práticas ou seu papel de liderança na chamada *Ordem dos Caifazes*, no entanto, não significa que esta não tenha efetivamente existido, podendo ser fruto, antes, do caráter absolutamente ilegal de tal prática e dos esforços de auto-preservação levados a cabo por seus principais membros. A liderança de Antonio Bento na campanha contra o cativo, de todo modo, parece ser inconteste, independentemente da veracidade da prática radical de grupos a ele associados.

O texto de 25 de março é ainda revelador (assumindo-se a veracidade dos fatos narrados nele e no artigo do *Correio*) da existência e permanência, no avançado ano de 1888, de grupos independentes pelo interior da província de São Paulo, atuando no resgate de cativos através do auxílio direto à fuga, dando continuidade ao que a historiadora Maria Helena Machado identificou para o interior da província de São Paulo no começo da década de 1880⁶⁴⁰. Podemos aventar, nesse sentido, se a existência de tais grupos independentes foi uma constante durante a década de 1880, e se, em algum momento dessa década, parte deles teria se congregado sob a orientação de Antonio Bento. Ambas organizações de libertação poderiam, ainda, ter coexistido, ou mesmo permanecido após a saída de Antonio Bento.

Antes de deixar a direção do *A Redenção*, fato noticiado, sem maiores explicações, pelo editorial de 6 de maio de 1888, os artigos editoriais redigidos por Antonio Bento trataram de questões práticas como a sugestão de nomes para o cargo de presidente da Província de São Paulo – na ocasião em que Rodrigues Alves deixara o cargo –, a crítica à escolha do novo chefe de polícia da província, e a provocativa sugestão da necessidade de organização do Partido Liberal de São Paulo para fazer frente aos conservadores, insinuando, desta forma, que sem oposição organizada, os conservadores não conseguiriam levar adiante qualquer resolução para a questão servil no país⁶⁴¹.

A saída de Antonio Bento da chefia do *A Redenção* é mais um momento nebuloso da trajetória do abolicionista. As únicas referências encontradas sobre o assunto, afora o editorial do próprio jornal anunciando a saída, foram dois artigos idênticos, da autoria de Antonio Bento, publicados no dia 5 de maio de 1888 no *Correio Paulistano* e no *Província de São Paulo*,

⁶³⁹ Para a imagem de abolicionista radical criada entorno de Antonio Bento, ver o capítulo II dessa dissertação “Revisitando a memória do abolicionismo radical e a figura de Antonio Bento” e o capítulo III, “Legalistas e Radicais” In. Azevedo, Elciene. *O Direito dos escravos...*

⁶⁴⁰ Sobre os grupos identificados ver capítulo primeiro dessa dissertação e os capítulos III, IV e V da obra: Machado, Maria Helena. *O Plano e o Pânico...*

⁶⁴¹ Sobre esses temas, ver, respectivamente, as edições: *A Redenção*, “Presidência da Província”, 29 de março de 1888. *A Redenção*, “Consummatum est”, 8 de abril de 1888. *A Redenção*, “Ao sr. Cardoso de Mello, chefe de polícia, para providenciar”, 19 de abril de 1888. *A Redenção*, “Partido Liberal”, 29 de abril de 1888. *A Redenção*, “Partido Liberal”, 3 de maio de 1888.

afirmando que sua retirada da redação do jornal se dava para a fundação de uma nova folha, chamada *A Liberdade*⁶⁴². Nas palavras de Antonio Bento, essa nova folha: “será uma continuação d'*A Redenção*, com o mesmo estilo e os mesmos colaboradores”.

Antonio Bento procurou, durante sua trajetória abolicionista, enfraquecer a instituição escravista por diferentes caminhos: através da defesa de escravos em ações de liberdade nos tribunais de São Paulo; na organização de abolicionistas no entorno da Confraria da Nossa Senhora dos Remédios; na propaganda abolicionista divulgada por meio de jornais como o *Diário Popular* ou o próprio *A Redenção*; e ainda, possivelmente, na sistematização do auxílio à fuga de escravos das fazendas do interior da província de São Paulo, organizando ou liderando a *Ordem dos Caifazes*. Por distintas que fossem, tais práticas parecem ter sido empregadas, na maior parte do tempo, de forma simultânea, intensificadas ou minoradas em acordo com as contingências da campanha. Ao longo da existência do *A Redenção*, a situação das propriedades escravistas do interior da província, constantemente ameaçadas por revoltas e fugas em massa de cativos – fossem elas auxiliadas ou não por indivíduos livres –, deu origem a um quadro no interior do qual os senhores de escravo se viram obrigados a transigir, em alguma medida, com os desejos dos cativos e abolicionistas, emancipando sua força de trabalho.

Nos 16 meses em que se manteve à frente do *A Redenção*, Antonio Bento parece ter lido, interpretado e planejado a luta abolicionista em acordo com as contingências políticas e sociais vividas pela província e pelo país. Em alguns momentos, nesse sentido, pareceu confiar nas possibilidades abertas por propostas de emancipação condicional e de mais longo prazo, transigindo com as ideias de fazendeiros como Antonio Prado, que reconhecia na concessão de liberdades condicionais e ordenados aos plantéis a única maneira de manter na ativa as forças produtivas das fazendas. Nas ocasiões em que, por sua vez, a abolição foi discutida não mais sob o ponto de vista de um ou mais indivíduos em particular, mas sim como ação política “oficial” nos âmbitos provincial ou Imperial – fosse no Senado, na reunião dos fazendeiros de São Paulo ou por ocasião da ascensão do Gabinete João Alfredo –, Antonio Bento apresentou postura diferente e seus textos exigiram a libertação imediata, considerando inaceitável uma nova lei que protelasse a abolição do cativo no Império do Brasil.

Antonio Bento, nesse sentido, parece ter reconhecido a aproximação da derrocada da instituição escravista e o momento de exigir do governo Imperial a abolição. Tudo indica que acreditava em sua capacidade de influenciar nos momentos decisivos da campanha, procurando, desse modo, manipular projetos abolicionistas de acordo com suas expectativas, elaboradas, por sua vez, sob conjunturas específicas. Diversos acontecimentos no cotidiano da luta, contudo, não

⁶⁴² Correio Paulistano e Província de São Paulo, “A Redenção”, 5 de maio de 1888.

ocorreram como previsto, assinalando a continuidade da resistência escravocrata. Em tais circunstâncias, Antonio Bento optou por depositar suas energias em uma campanha mais incisiva contra o cativeiro, o que não significou abrir mão da tática empregada anteriormente. Durante a análise do editorial de Antonio Bento, portanto, conseguimos depreender um movimento em que a defesa da abolição pela ação do povo, ou pela via da política Imperial, faziam parte de um mesmo plano: a abreviação da duração do cativeiro no Império do Brasil.

Apontamentos finais

O estudo sobre Antonio Bento de Souza e Castro e o jornal *A Redenção* aqui apresentado foi pensado e produzido como contribuição para o debate sobre a luta contra o cativeiro na província de São Paulo na década de 1880. A escolha por Antonio Bento ligou-se ao reconhecimento de que a compreensão da luta de homens livres contra a escravidão na província de São Paulo, nesse momento, não podia prescindir de sua figura. Ainda que seu nome, associado às práticas da *Ordem dos Caifazes*, conste em uma série de materiais (inclusive grande número de livros didáticos) que abordam a abolição, não foram realizados estudos acadêmicos sobre esse indivíduo. A forma linear e sem contradições com que a memória de Antonio Bento e a da atuação do grupo por ele pretensamente liderado foram construídas, também nos instigaram a uma pesquisa em maior profundidade sobre o personagem e os contornos de sua luta. O enredo quase mitológico encadeado em torno de Antonio Bento e da *Ordem dos caifazes* pareceu-nos, portanto, propício a uma revisão.

Ao invés de centrarmos esforços na comprovação, ou não, da atuação radical de Antonio Bento, tarefa impossibilitada pelos documentos levantados por essa pesquisa, procuramos revisitar os principais trabalhos voltados à reconstrução de tal atividade e perscrutar sob qual documentação tais obras haviam se debruçado. Ao executar tal tarefa percebemos que, em grande medida, o corpo documental sob o qual a memória do abolicionismo radical de São Paulo repousa, é de caráter memorialista, escrito por agentes que se afirmavam partícipes dos momentos narrados, mas que, no entanto, não os recuperaram e descreveram no calor dos acontecimentos, e sim, como afirmou Maria Helena Machado, no repouso do ostracismo, dando força à narrativa de que eles próprios haviam concretizado o sonho de uma geração⁶⁴³. Ao propor uma revisitação a Antonio Bento e à memória dos *caifazes*, não procuramos invalidar a prática desses homens, mas problematizar a forma como a historiografia vem tratando suas atuações e trajetórias como verdadeiramente radicais, retilíneas e sem contradições.

Investigar a vida de Antonio Bento no período que antecede sua famosa atuação na cidade

⁶⁴³ Machado, Maria Helena P. T. *O Plano e o pânico...* p. 134-135

de São Paulo, portanto, contribuiu para desmistificarmos a atuação desse indivíduo e demonstrarmos como mesmo uma figura como a sua, que viria a dedicar parte importante da vida à luta contra o cativo, possivelmente possuiu relações de proximidade com a escravidão até poucos anos antes, conservando escravos sob seu domínio ou tratando de comprar cativos para a fazenda de sua irmã. Abdicamos, nesse sentido, da busca por um mito fundador ou do reconhecimento das origens de um percurso previamente delineado, privilegiando, antes, uma recuperação documentada de sua controversa e complexa trajetória.

Em artigo recentemente publicado, Maria Helena Machado e Flávio Gomes chamaram a atenção ao modo como os estudos sobre a escravidão, o abolicionismo e o pós-emancipação no Brasil têm padecido de uma segmentação analítica prejudicial, na medida em que impeditiva de novas abordagens e do estabelecimento de conexões que complexifiquem e abram novas possibilidades de reflexão⁶⁴⁴. Ao longo do artigo, os autores indicam uma série de temáticas a serem trabalhadas, dentre as quais novas abordagens sobre a aquisição de liberdade, uma revisão do conceito de transição do trabalho escravo ao livre no país, uma ampliação do eixo geográfico dos estudos sobre o universo escravista e a abolição, o incentivo a estudos do pós-abolição, da mobilidade e trajetória dos ex-escravos e da integração do liberto no universo do trabalho livre. Mais que temas específicos, no entanto, o artigo aponta à necessidade de novas agendas teóricas e metodológicas, pautadas por novos enfoques, ainda que no reexame de temáticas consagradas. A revisão proposta pelo estudo que ora apresentamos, nesse sentido, pretende-se imersa nessa nova agenda, prescindindo da confirmação de perspectivas solidificadas e investindo, antes, na abertura de novas questões e documentos capazes de contribuir à reescrita da história da abolição.

A reavaliação da trajetória de Antonio Bento, o reconhecimento de sua inserção na sociedade da época a que pertenceu, o estabelecimento de limites à mitificação de sua figura, a recusa à generalização dos discursos laudatórios produzidos sobre sua atuação, a investigação da medida em que a atuação dos abolicionistas de São Paulo ligou-se efetivamente às agitações escravas, a avaliação de novos documentos e sua leitura a partir de uma nova perspectiva, e a revisão, enfim, do protagonismo absoluto de determinadas camadas de homens livres ou figuras específicas no processo abolicionista configuraram, todas, problemáticas fundamentais a esta pesquisa, por meio da qual esperamos ter de fato apresentado novas contribuições.

Diante da necessidade, portanto, de uma reavaliação da importância da atuação abolicionista e da sublevação escrava na desarticulação da instituição escravista na província de São Paulo, investigar a trajetória de Antonio Bento de Souza e Castro, problematizando a memória construída sobre ele e os *caifazes*, e pontuando sua atuação dentro de um contexto em que escravos

⁶⁴⁴ Gomes, Flávio e Machado, Maria Helena. “Da abolição ao pós-emancipação: ensaiando alguns caminhos para outros percursos”. In: Machado, Maria Helena e Castilho, Celso. (orgs). *Tornando-se livres...* p. 19-42.

demandavam urgentes mudanças, pareceu-nos contribuir para o debate dos momentos finais do complexo processo de desarticulação da instituição escravista.

Antes da morte de Luiz Gama, na segunda metade de 1882, os documentos não nos permitem afirmar a entrada pública de Antonio Bento na campanha abolicionista. Após a morte do líder negro, contudo, a entrada de Antonio Bento na campanha apresenta-se incontestável. É verdade que, se a delimitação da data do início da prática dos *caifazes*, bem como a conformação de sua atuação em uma prática cotidiana de libertação em determinadas regiões da província, ainda gera dúvidas, a presença constante da militância de Antonio Bento na imprensa, em âmbito jurídico e no incentivo e incremento de reuniões abolicionistas, certificam sua dedicação à causa. Tais aspectos de sua trajetória, contudo, foram constantemente interpretados como espécie de atuação abolicionista de “segunda importância”, principalmente diante da hegemonização da memória da luta radical em São Paulo. Diante da prática radical dos *caifazes*, nenhuma outra atuação abolicionista seria, aos olhos daqueles que construíram tais memórias, suficientemente celebrável.

No interior dessa problemática, procuramos, estudar a trajetória de Antonio Bento no combate ao cativeiro para além de sua atuação radical. Utilizamos como base para essa investigação menções ao abolicionista ou artigos de sua autoria publicados na imprensa da época. Mapeamos, nesse sentido, como sua figura passou a circular no interior de grupos abolicionistas e, a partir das experiências desses homens e conjuntamente a eles, passou a utilizar e modificar técnicas que procuravam enfraquecer o regime escravista.

Nos dois anos que antecederam a produção do *A Redenção*, Antonio Bento publicou vários de seus textos no jornal *Diário Popular*, possuidor de tendências abolicionistas, mas, aparentemente, insuficiente a suas pretensões. Nos artigos do *Diário Popular* de 1885 e 1886, Antonio Bento vinha apresentando um discurso mais incisivo contra a escravidão, apontando a uma possível radicalização da luta. Mencionou, por exemplo, que, em sua opinião, o “povo ainda não estava preparado para uma revolução”, indicando que, quando a população estivesse capacitada a uma revolução, esta poderia ser iniciada; que “a escravidão é um roubo”; e que se considerava pronto para proclamar a abolição total do cativeiro, mas que não encontrava apoio suficiente nem dos libertos que havia libertado. Ainda que houvesse tal liberdade para publicar suas ideias, Antonio Bento, muito possivelmente, não possuía total autonomia produtiva, uma vez que os proprietários do *Diário Popular* pertenciam ao Partido Republicano de São Paulo e que devia existir, de sua parte, certo cerceamento a ataques aos membros desse partido, doravante muito criticado no *A Redenção*.

Tudo indica que somente a criação de sua própria folha daria a suficiente autonomia desejada por Antonio Bento às vozes dos abolicionistas de São Paulo, permitindo-os combater os

sustentadores do cativo independentemente “se marquês, conde, alferes ou soldado” ou ainda, se liberais, conservadores ou republicanos, como evidenciou no editorial do primeiro exemplar do jornal. Para além disso, o modo com que Antonio Bento pareceu disposto a articular e reconsiderar seus discursos contra o cativo, sempre preparado a mobilizar acontecimentos de última hora, ainda que possivelmente desconformes a seus ideais, em nome do fim da escravidão, indicam a atuação por meio da palavra impressa como estratégia em tudo condizente a seus intuitos.

Apesar de muitos artigos presentes no periódico darem continuidade ao tom radical do discurso proferido por Antonio Bento nos dois anos de *Diário Popular*, não foi possível observar, nas páginas do *A Redenção*, uma homogeneização do discurso de radicalização da campanha abolicionista. Frisamos, nesse sentido, a inserção do periódico na perspectiva de “guarda-chuva ideológico” que marcou a luta abolicionista na província.

A partir da análise da coleção do *A Redenção* o que evidenciou-se, para além da inconteste estruturação do periódico em torno da temática da escravidão, foi a inexistência de uma linha editorial rígida que ditasse um caminho específico para a abolição. A luta contra o cativo, durante a década de 1880 e principalmente em sua segunda metade, arregimentou militantes provenientes dos mais distintos grupos sociais e com uma profusão de propostas e projetos para o fim do cativo e o futuro dos libertos, muitas vezes discordantes. Podemos afirmar que Antonio Bento e os abolicionistas que com ele produziram o periódico, disponibilizaram um novo espaço à parcela da população letrada na imprensa, que permitiu que tal profusão de projetos fossem divulgados, desde que partissem da premissa de extinção da escravidão no Império do Brasil. Se para muitos desses indivíduos, a resistência escravocrata não parecia permitir uma abolição imediata e irrestrita, para outros, os escravos não estavam preparados para o usufruto de sua completa liberdade, daí a necessária abolição mediante estabelecimento de contratos de prestações de serviços, mantendo os cativos nas fazendas em que outrora haviam sido escravos. Tais projetos, concebendo concessões aos desejos escravistas, ou a esses alinhados, tiveram espaço nas páginas do jornal. Por outro lado, por meio do mesmo periódico, exigiu-se a libertação imediata dos cativos e a concessão das mesmas garantias regaladas aos imigrantes. Estudar o jornal *A Redenção* é, portanto, perceber como no momento em que as fugas de escravos na província se agigantavam, a parcela letrada dos abolicionistas tecia discursos variados com a finalidade de desmoralizar a instituição e a repressão escravista.

Ainda que seja difícil mapearmos os indivíduos que dividiam a redação do jornal abolicionista com Antonio Bento, bem como suas respectivas estratégias e propostas para a abolição, dado o pequeno número de artigos assinados, o editorial escrito pelo redator-chefe permite-nos entrever o uso, pelo abolicionista, de amplo leque de opções argumentativas com vistas a abreviar a duração do cativo no Brasil. Antonio Bento, nesse sentido, por vezes defendeu que a

abolição era somente uma questão de vontade política, pois todas as circunstâncias para seu encaminhamento já estavam dadas e, em outros momentos, aconselhou os abolicionistas a darem continuidade às suas atividades, pois ainda havia muito a ser conquistado. O redator-chefe, portanto, reorganizou seus discursos de acordo com as contingências da luta contra a escravidão, preocupado em atuar no processo diário de solapamento dos últimos pilares que sustentavam a instituição escravista.

A coexistente manipulação de distintas estratégias de combate ao cativeiro por Antonio Bento e seus companheiros sugere que, à altura de 1886, momento de germinação do periódico abolicionista, por mais que houvesse a crescente desestruturação da escravidão no interior paulista, muitas batalhas ainda precisavam ser vencidas por abolicionistas e cativos contra a ordem escravocrata. Nos anos de 1887 e 1888, as últimas trincheiras do cativeiro foram derrubadas paulatinamente, deixando em aberto, contudo, até as vésperas do 13 de maio de 1888, o formato da lei que extinguiria a escravidão do Império do Brasil. Acreditando em sua capacidade de influenciar os rumos da abolição e objetivando abreviar a existência do cativeiro, Antonio Bento jogou com todas as possibilidades à sua disposição, incluindo a criação e manutenção de um jornal bissemanal de conteúdo eminentemente antiescravista. O periódico pôde ver seus objetivos cumpridos, encerrando sua produção com a outorga da lei que aboliu a escravidão no Império do Brasil.

BIBLIOGRAFIA

a. Referências documentais

a.1. Arquivos

Arquivo da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco.

Arquivo Metropolitano da Arquidiocese de São Paulo.

Arquivo Público do Estado de São Paulo: Ofícios diversos Atibaia – Autos cíveis de Atibaia
- Juiz de Direito/ Bragança Paulista.

Arquivo do Tribunal Judiciário de São Paulo: Ofícios Cíveis da Capital.

a.2. Jornais

Jornal A Redenção – coleção localizada no Centro de Apoio à Pesquisa da Universidade de São Paulo.

Jornal A Província de São Paulo e o Estado de São Paulo – acessado através do acervo digital do jornal o Estado de São Paulo <http://acervo.estadao.com.br/>

Jornal Diário Popular – localizado no Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Jornal Diário de São Paulo, Jornal da Tarde, O Ypiranga, Correio Paulistano, O Mercantil
- acessado através da hemeroteca digital da Biblioteca Nacional <http://hemerotecadigital.bn.br/>

a.3. Memorialistas da abolição

ALVES, Henrique L. *Antonio Bento, o Fantasma da Abolição*. Lorena, Centro de Estudos Históricos Gustavo Barroso, 1963.

ANDRADA, Bueno de. “Páginas esquecidas: A Abolição em São Paulo”. In *Revista do Arquivo Municipal*, vol. 71, São Paulo, jun/jul, 1941.

CASTAN. *Scenas da Abolição e Scenas Variadas*. 2 ed. Imprensa Methodista, São Paulo, 1924.

SANTOS, Francisco Martins. *História de Santos*. Editora Caudex, São Vicente, 1986.

THIOLLIER, René. *Um Grande Chefe Abolicionista: Antonio Bento*. Sem local prescrito, Sem editora prescrita, 1932.

b. Referências bibliográficas

ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder. O bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1988.

_____. “O Abolicionismo na Academia de Direito de São Paulo”. In *Resgate: Revista de Cultura*, n°5, p.93-101. Campinas 1993.

ADDUCI, Cássia Chrispiniano. *A “Pátria Paulista”: o separatismo como resposta à crise final do Império Brasileiro*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2000.

ALGRANTI, LEILA. *O feitor ausente: estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Editora Petrópolis Vozes, 1988.

ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil -Império*. São Paulo, Paz e Terra, 2002.

_____. “Apropriações de ideias no Segundo Reinado”. In GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (Orgs). *O Brasil Imperial, volume III: 1870-1889*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009. p. 83-153.

_____. *Flores, Votos e Balas: O movimento pela abolição da escravidão no Brasil*. Tese apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo como requisito parcial para a obtenção de título de livre-docente. São Paulo, 2012.

ANDREWS, George Reid. *Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)*. Bauru, EDUSC, 1998.

ARIZA, Marília Bueno de Araújo. *O ofício da liberdade: contratos de locação de serviços e trabalhadores libertandos em São Paulo e Campinas (1830 – 1888)*. Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em História. São Paulo, 2012.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda Negra, Medo Branco: O negro no imaginário das elites – Século XIX*. São Paulo, Paz e Terra, 1987.

AZEVEDO, Elciene. *Orfeu da Carapinha: A trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo*. Campinas, Editora Unicamp, 2005.

_____. *O Direito dos Escravos: Lutas jurídicas e abolicionismo na província de São Paulo na segunda metade do Século XIX*. Campinas, Editora Unicamp, 2010.

BARATA, Alexandre. *Luzes e sombras a ação da maçonaria brasileira, 1870-1910*. Campinas, Editora da Unicamp, 1999.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. *A formação do mercado de trabalho no Brasil*. São Paulo, Editora Alameda, 2008.

BLOCH, Marc. *Apologia da História: O ofício do historiador*. Rio de Janeiro, Editora Jorge Zahar, 2002.

CARULA, Karoline. *Darwinismo, raça e gênero: conferências e cursos públicos no Rio de Janeiro (1870-1889)*. Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor em História. São Paulo, 2012.

_____. Darwinismo nas conferências populares da Glória. In. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.28, n°56, p.349-370, 2008.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, Maria Alice. *O quinto século, André Rebouças e a construção do Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Revan, 1998.

CASTELLANI, José. *Piratininga: história da loja maçônica tradição de São Paulo*. Edição. Comemorativa do ano do Sesquicentenário – São Paulo: OESP, 2000.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma das histórias das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo, Companhia das Letras, 2011.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil 1850-1888*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1978.

COSTA, Emilia Viotti da. *Da senzala à colônia*. São Paulo, EDUNESP, 1998.

_____. *Coroas de glória, lágrimas de sangue*. São Paulo, Editora Cia. das Letras, 1998.

COSTA, Milena Ribas da. *A Implosão da ordem: A crise final do Império e o Movimento Republicano Paulista*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2006.

COTA, Luiz Gustavo Santos. *Ave, Libertas: abolicionismos e luta pela liberdade em Minas Gerais na última década da escravidão*. Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense,

Niterói, 2013.

CRUZ, Heloisa de Faria. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana – 1890-1915*. São Paulo, EDUC, Fapesp, Arquivo do Estado de São Paulo, Imprensa Oficial SP, 2000.

DAECTO, Marisa Midori. *O Império dos livros. Instituições e práticas de leitura na São Paulo oitocentista*. São Paulo, EDUSP, 2011.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1984.

EISENBERG, Peter. A Mentalidade dos fazendeiros no congresso Agrícola de 1878. In: Lapa, Amaral (org.) *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis, Editora Vozes, 1980. p.167-194.

ESTEFANIS, Bruno Fabris. *O Império da Conciliação: Honório Hermeto Carneiro Leão e a consolidação do Estado brasileiro (1842-1856)*. Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em História. São Paulo, 2010.

FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo, Editora Global, 2001.

_____. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro, Guanabara, 1987, 3ª edição.

FERRARO, Alceu Ravello. “Analfabetismo no Brasil: tendência secular e avanços recentes. Resultados preliminares”. In *Cadernos de pesquisa*, São Paulo. Fev. 1985, n52.

FERREIRA, Ligia Fonseca. *Com a palavra, Luiz Gama. Poemas, artigos, cartas, máximas*. São Paulo, Imprensa Oficial, 2011.

FREITAS, Affonso A. de. *A imprensa periódica de São Paulo desde os seus primórdios em 1823 até 1914*. São Paulo Typographia do Diário Oficial, 1915.

FONER, Eric. *Nada além da liberdade: a emancipação e seu legado*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

FONTES, Alice Aguiar de Barros. *Prática abolicionista em São Paulo: os Caifases (1882-1888)*. Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em História. São Paulo, 1976.

FRANCISCO, Renata Ribeiro. “Pacto de tolerância e cidadania na cidade de São Paulo

(1850-1871). In. MACHADO, Maria Helena e CASTILHO, Celso. (orgs). *Tornando-se livres: Agentes Históricos e Lutas Sociais no Processo de Abolição*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

FREITAS, Affonso A. de. *A imprensa periódica de São Paulo desde os seus primórdios em 1823 até 1914*. São Paulo. Tipografia do 'Diário Oficial'.

FREHSE, Fraya. *Ô da rua. O Transeunte e o advento da Modernidade em São Paulo*. São Paulo, EDUSP, 2011.

_____. *O tempo das ruas na São Paulo de fins do império*. São Paulo, EDUSP, 2005.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. São Paulo, Global, 2006.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*, São Paulo, Editora Companhia das Letras, 2007.

GEBARA, Ademir. *O mercado de trabalho livre no Brasil*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1986.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais*. São Paulo, Editora Cia. Das Letras, 2009.

GITAHY, Maria Lúcia. “O Porto de Santos, 1888 – 1908,” in Prado, Antônio Arnoni. *Libertários no Brasil: Memória, lutas e cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

GOMES, Flávio dos Santos e MACHADO, Maria Helena. “Disputando liberdades”. In. MACHADO, Maria Helena e CASTILHO, Celso. (orgs). *Tornando-se livres: Agentes Históricos e Lutas Sociais no Processo de Abolição*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

GOULD, Stephen Jay. *A falsa medida do homem*. Martins Fontes, São Paulo, 2003.

GRAHAM, Sandra Lauderdale: “O Motim do Vintém e a cultura política do Rio de Janeiro, 1880”. In: Dantas, Monica Duarte (org). *Revoltas, Motins, Revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo, Alameda, 2011; pp. 485-509.

GRINBERG, Keila. *Liberata: a lei da ambigüidade – as ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX*. Editora Relume Dumará, 1994.

_____. *O fiador dos brasileiros. Cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo. (orgs.) *Brasil Império vol.3*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2010.

HOFBAUER, Andreas. *Uma história de branqueamento ou o negro em questão*. São Paulo, Editora Unesp, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II O Brasil Monárquico, 3º Volume Reações e Transações. São Paulo – Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil Difel, 1987.

LAMOUNIER, Maria Lúcia. *Da escravidão ao trabalho livre: a Lei de locação de serviços de 1879*. Campinas, Editora Papirus, 1988.

LARA, Silvia Hunold. *Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil* In: Projeto História, São Paulo, (16) fev. 1998.

LIMA, Lana Lage da Gama. *Rebeldia Negra e Abolicionismo*. Rio de Janeiro, Editora Achiamé, 1981.

LIMA, Silvio Cezar de Souza. *Determinismo biológico e imigração chinesa em Nicolau Moreira (1870-1890)*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História das ciências da Saúde, da casa Oswaldo Cruz/ Fiocruz. Rio de Janeiro. 2005

MACHADO, Humberto Fernandes. *Palavras e brados: a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro. 1880-1888*. Tese de doutorado no Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1991.

MACHADO, Maria Helena P. T. *Crime e Escravidão: Trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas (1830-1888)*. São Paulo, Editora Brasileiense, 1987.

_____. *O Plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. São Paulo, Editora Edusp, 2010.

_____. “De rebeldes a fura-greves: as duas faces da experiência da liberdade dos quilombolas do Jabaquara na Santos pós-emancipação”. In: Antônio Sergio Guimarães e Lynn Hutley, (orgs). *Tirando a Máscara: Ensaio sobre o racismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2000.

_____. “Sendo Cativo nas Ruas: a Escravidão Urbana de São Paulo”. In: Porta, Paula (org.) *História da Cidade de São Paulo*. São Paulo, Paz e Terra, 2004, p. 59-99.

_____. “Teremos grandes desastres, se não houver providências enérgicas e imediatas”. In. Grinberg, Keila e Salles, Ricardo. (orgs) *Brasil Império vol.3*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2010.

MACHADO, Maria Helena e CASTILHO, Celso. (orgs). *Tornando-se livres: Agentes Históricos e Lutas Sociais no Processo de Abolição*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo, Companhia das Letras, 2004.

MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista*. Brasil, século XIX. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Entre a mão e os anéis: a lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. Campinas, SP, Editora Unicamp, 1999.

MORAES, Renata Figueiredo. *As festas da Abolição: o 13 de maio e os seus significados no Rio de Janeiro (1888-1908)*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura do Departamento de História da PUC- Rio. Rio de Janeiro, 2012.

MORAES, Evaristo de. *A Campanha Abolicionista (1879-1888)*. 2 ed. Brasília, Editora Universidade de Brasília, c1986.

MOREL, Marcos e BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro. DP&A, 2003.

MORSE, Richard. *Formação histórica de São Paulo. Da comunidade à metrópole*. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1954.

NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo (1883)*. Brasília. Editora Universidade de Brasília, 2003.

NOGUEIRA, Filipe. *Império das incertezas. Política e partidos nas décadas finais da Monarquia brasileira (1868-1889)*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação de História Social da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Sociais da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. “Uma senhora na rua do Imperador: população e transformações urbanas na cidade de São Paulo, 1870-1890”. In GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo. (orgs.) *Brasil Império vol.3*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2010.

PARRON, Tâmis. *A política da escravidão no Império do Brasil (1826-1865)*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2011.

PATROCÍNIO, José do. *Campanha abolicionista: Coletânea de Artigos*. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional, 1996.

PENA, Eduardo Spiller. *Pajens da casa imperial: jurisconsultos, escravidão e a lei de 1871*. Campinas, Editora Unicamp, 2001.

PEREIRA, Matheus Serva. *Uma viagem possível: da escravidão à cidadania. Quintino de Lacerda e as possibilidades de integração dos ex-escravos no Brasil*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2011.

PORTA, Paula. (org.) *História da cidade de São Paulo*. 1º vol. São Paulo, Editora Paz e Terra, 2004.

PRADO JR. Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1985, 32ª. Edição.

QUINTÃO, Atonia Aparecida. *Irmandades negras: outro espaço de luta e resistência (São Paulo:1870-1890)*. São Paulo, Annablume, Fapesp, 2002.

REBOUÇAS, André. *Agricultura Nacional: estudos econômicos. Propaganda abolicionista e democrática, setembro de 1874 a setembro de 1883*. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1988.

RIBEIRO, Luaê Carregari Carneiro. *Uma América em São Paulo: a maçonaria e o Partido Republicano Paulista (1868-1889)*. Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em História. São Paulo, 2011.

SANTOS, Cláudia Andrade. “Abolicionismo e desigualdades sociais” in MOURA, Ana Maria. Rio de Janeiro: tempo, espaço e trabalho. Rio de Janeiro: LEDDES-UERJ, 2002.

_____. “A questão fundiária no “transição” da Monarquia para a República”. In MOTTA, Márcia (org.) *Direito às avessas*. Rio de Janeiro: EDUFF/ UNICENTRO, Coleção Terra, 2011, pp.217-237

_____. “Na rua, nos jornais e na tribuna: a Confederação abolicionista do Rio de Janeiro, antes e depois da abolição”. In CASTILHO, Celso; MACHADO, Maria Helena P. T. (orgs.) *Tornando-se livre: agentes históricos e lutas sociais no processo da abolição*. São Paulo, EDUSP, 2015.

SANTOS, José Maria dos. *Os Republicanos Paulistas e a Abolição*. São Paulo, Editora Livraria Martins, 1942.

SANTOS, Francisco Martins. *História de Santos vol.2 1532-1936*. São Paulo, Empresa

Graphica da 'Revista dos Tribunaes, 1937.

SANTOS, Ronaldo Marcos dos. *Resistência e superação do escravismo na Província de São Paulo (1885-1888)*. São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas, 1980.

SCHWARCZ, Lilia. *Retrato em Branco e Negro. Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo, Editora Cia das Letras, 1987.

_____. *O espetáculo das raças*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.

SILVA, Eduardo. *As camélias do Leblon e a abolição da escravatura. Uma investigação de história cultural*. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUZA, Adriana Barreto. *Biografia e escrita da história: reflexões preliminares sobre relações sociais e de poder*. Revista Universidade Rural: Série Ciências Humanas. Seropédica-RJ: EDUR, v. 29, n. 1, p. 27-36, jan-jul, 2007.

_____. *Duque de Caxias. O homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008.

TOPLIN, Robert Brent. *The abolition of slavery in Brazil*. New York, Atheneum, 1975.

VENTURA, Roberto. "Um Brasil mestiço: raça e cultura na passagem da Monarquia à República". In MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem Incompleta: A experiência brasileira*. São Paulo, Editora Senac, São Paulo, 1999.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos africanos, vivências ladinas: escravos e forros em São Paulo (1850-1880)*. São Paulo, Editora Hucitec, 1998.

WOOD, Marcus. *The Horrible Gift of Freedom*. Athens: The University of Georgia Press, 2010.